Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Arilda Riani

Língua portuguesa/Língua brasileira: atitudes e crenças de José de Alencar e Mário de Andrade

Rio de Janeiro
2008

Arilda Riani

Língua portuguesa / língua brasileira: atitudes e crenças de José de Alencar e Mário de Andrade

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do títutlo de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente.

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

R481 Riani, Arilda.
Língua portuguesa / língua brasileira: atitudes e crenças de José de Alencar e Mário de Andrade / Arilda Riani. – 2008.
196 f.

Orientador : André Crim Valente.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Brasil – Teses. 2. Antropolingüística – Teses. 3. Literatura brasileira – Teses. 4. Linguagem e cultura – Teses. 5. Alencar, José de, 1829-1877 - Linguagem. 6. Andrade, Mário de, 1893-1945 - Linguagem. I. Valente, André Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90(81)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese.

_____ _____
Assinatura Data

Arilda Riani

Língua portuguesa / língua brasileira: atitudes e crenças de José de Alencar e Mário de Andrade

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do títutlo de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Língua Portuguesa.

Aprovada em 22 de outubro de 2008

Banca Examinadora:

_____
André Crim Valente (Orientador)
Insituto de Letras da UERJ

_____
Maria Teresa Gonçalves Pereira
Instituto de Letras da UERJ

_____
Helênio Fonseca de Oliveira
Instituto de Letras da UERJ

_____
Ieda Maria Pereira Fonseca de Oliveira
Difusão Cultural

_____
Maria Aparecida Lino Pauliukonis
Faculdade de Letras da UFRJ

Rio de Janeiro

2008

DEDICATÓRIA

À Ana Paula, Patrícia, André Valente: meu agradecimento pela força e incentivo nos momentos de fraqueza.

Gosto de sentir a minha língua roçar
A língua de Luís de Camões
Gosto de ser e de estar
E quero me dedicar
A criar confusões de prosódias
E uma profusão de paródias.

CAETANO VELOSO

RESUMO

RIANI, Arilda. *Língua portuguesa / língua brasileira*: atitudes e crenças de José de Alencar e Mário de Andrade. 2008. 196 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Esta tese pretende abordar algumas atitudes e crenças que José de Alencar e Mário de Andrade cultivaram sobre a língua do Brasil, a partir de observações e estudos considerando as alterações lingüísticas registradas nos períodos colonial e pós-Independência. Idéias particulares e fatos substanciais alimentados na pretensão de uma gramática que imprimisse expressão brasileira à língua portuguesa do Brasil. Ambos tinham em comum o sentimento de uma nação que se consolidava e trazia mostras suficientes de maturidade lingüística, levando-os a reivindicar o direito de "gramaticizar" os usos e costumes dos usuários brasileiros na tentativa de mostrar que a variante daqui já apresentava cores próprias, surgidas da necessidade de nomear a nova terra, registrar os desvios lingüísticos que se foram firmando, as variações dialetais, as transformações sintáticas, fonológicas e lexicais.

Palavras-chave: José de Alencar. Mário de Andrade. Língua Portuguesa. Atitudes e crenças.

ABSTRACT

This thesis intends to deal with some of the attitudes and beliefs that José de Alencar and Mário de Andrade cultivated concerning the language of Brazil, from observations and studies that consider the linguistic alterations registered during the colonial and post-independence periods. They are personal ideas and substantial facts, supported by the aspiration of grammar that stamps Brazilian expression into the Brazilian Portuguese language. Both writers have the feeling of a nation being consolidated, bringing sufficient examples of linguistic maturity, and leading them to claim the right to make the uses and customs of Brazilian speakers grammatical, in an attempt to demonstrate that the variations from that point already had their own distinctions, arising from the necessity to name the new land; register the linguistic diversity that was becoming established and the variations in dialect; and show the transformations in syntax, phonology and vocabulary.

Keywords: José de Alencar. Mário de Andrade. Portuguese language. Attitudes and beliefs.

RÉSUMÉ

L'objet de cette thèse est d'aborder les pensées et convictions que José de Alencar et Mário de Andrade ont développées sur la langue du Brésil, à partir de leurs observations et recherches concernant les évolutions linguistiques pendant la période coloniale et après l'indépendance. Des idées originales et des faits importants nourris par l'ambition d'une grammaire qui imprimât le style brésilien à la langue portugaise. Les deux auteurs avaient en commun le sentiment d'une nation qui se consolidait et qui apportait les preuves suffisantes de maturité linguistique. Ce qui les a amenés à revendiquer le droit de « grammatiser » les us et coutumes brésiliens en essayant de démontrer que la variante locale avait déjà ses propres couleurs nées de la nécessité de nommer cette terre nouvelle, d'enregistrer les déviances linguistiques qui s'étaient établies, les variations dialectales, les transformations syntaxiques, phonologiques et lexicales.

Mots-clés: José de Alencar. Mário de Andrade. Langue portugaise. Pensées et convictions.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL.....19

1.1 A Aculturação..... 20

1.2 A língua geral ou brasílica..... 24

1.3 A contribuição da língua indígena..... 28

1.4 A contribuição das línguas africanas..... 40

1.5 A contribuição de outros povos..... 46

1.6 As transformações da língua portuguesa no Brasil..... 48

CAPÍTULO 2

A LÍNGUA LITERÁRIA DO BRASIL.....61

2.1 A língua literária no Brasil-Colônia.....62

2.2 A questão do dialeto na língua literária.....67

2.3 A questão da língua literária..... 72

2.4 A língua literária do Brasil 77

2.4.1 Alencar e a língua literária.....**82**

2.4.2 Andrade e a língua literária.....**90**

CAPÍTULO 3

ATALHOS LINGÜÍSTICOS PARA OCULTAR JUÍZOS OU PENSAMENTOS.....99

3.1 Discurso, conhecimento e ideologia.....100

3.2 O valor subjetivo dos diminutivos.....107

CAPÍTULO 4
LÍNGUA PORTUGUESA/LÍNGUA BRASILEIRA: ATITUDES E CRENÇAS DE JOSÉ DE ALENCAR E MÁRIO DE ANDRADE **111**
4.1 Alencar e Andrade: sintonias e antinomias.....**115**
4.2 As atitudes e as crenças.....**120**
4.2.1 A ortografia.....**134**
4.2.2 As preposições.....**128**
4.2.3 As conjunções.....**134**
4.2.4 Os pronomes reflexivos.....**136**
4.2.5 As formas verbais anômalas..... **139**
4.2.6 A eufonia como recurso nas formas verbais.....**142**
4.2.7 O modo imperativo.....**143**
4.2.8 Os verbos haver, fazer, ter.....**147**
4.2.9 Os neologismos.....**148**
4.2.10 A analogia.....**155**
4.2.11 A colocação pronominal livre..... **156**
4.3 A gramática da língua brasileira..... **164**
4.3.1 A gramática de José de Alencar.....**165**
4.3 2 A Gramatiquinha de Mário de Andrade.....**166**
4.4 A língua do Brasil.....**174**

CONCLUSÃO.....**183**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....**187**

INTRODUÇÃO

Esta tese tem a intenção de abordar um assunto já por si polêmico há muito tempo: algumas atitudes e crenças que José de Alencar e Mário de Andrade cultivaram sobre a língua portuguesa no Brasil, a partir de observações pessoais e estudos sobre as alterações lingüísticas registradas no Brasil pós-colonial. Idéias particulares e fatos substanciais alimentados na pretensão de uma gramática que imprimisse expressão brasileira à língua portuguesa falada no Brasil. Distanciados no tempo e no espaço, ambos tinham em comum o sentimento de uma nação que se consolidava e já produzia mostras de uma variante que se infiltrava nos hábitos lingüísticos dos usuários. Vivenciando épocas distintas, reivindicaram para a sua terra o direito de "gramaticizar" os usos e costumes da língua portuguesa pelos usuários brasileiros, na tentativa de mostrar que a variante daqui já apresentava cores próprias, surgidas da necessidade de nomear as coisas da nova terra, registrar os desvios lingüísticos que se foram firmando, as variações dialetais, as transformações sintáticas, a prosódia, e tantos outros fatos lingüísticos.

José de Alencar viveu na segunda metade do século XIX, em plena efervescência de um país que se libertara politicamente do jugo português e em uma sociedade estabilizada e dividida em duas classes distintas, senhores e escravos. É também nesse período que os estudos de lingüística dão os primeiros passos no Brasil com Webster, em cuja leitura se apóia para registrar: "logo depois que duas raças de homem de estirpe comum separam-se e se colocam em regiões distantes, a linguagem de cada um começa a divergir por vários modos" (*Diva*,v.1, p. 314[1]), em alusão ao afastamento gradual do português brasileiro em face do português europeu. Suas crônicas e romances passam a reconhecer, registrar e justificar certas alternâncias lingüísticas na fala do povo. Inconformado com a submissão de "alguns brasileiros estacionários"**,** gramáticos e escritores do seu tempo que permanecem fiéis à modalidade portuguesa "por força dos velhos costumes"**,** reivindica o direito de estilizar, de

[1] Todas as citações de José de Alencar foram retiradas da *Obra Completa* (Aguilar, 1958-1960, v. 1-4).

apropriar-se de sons e vozes e dos neologismos dos utentes brasileiros, “uma benéfica tendência da nossa índole literária (...), veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas” (op. cit., p. 559), no sentido de configurar algumas dessas “excentricidades”. Além disso, desenvolveu a defesa da língua que praticava nas suas obras, empenhou-se em justificar os seus supostos erros e estabeleceu alguns princípios do que seria a sua gramática. Princípios que começaram a ser formulados a partir da constatação de que havia no Brasil um português alterado, uma tendência para a transformação do idioma de Portugal entre nós, levando-o a manifestar que pretendia cuidar do assunto em uma gramática com estudos sobre a índole da língua portuguesa, seu desenvolvimento em solo americano, considerando especialmente a questão do estilo clássico. Alencar levanta a questão da necessidade de uma gramática da “língua brasileira” e traduz algumas idéias lingüísticas avançadas para a época, principalmente no pós-escrito à segunda edição de *Iracema*; nos prefácios de *Sonhos d’Ouro, Diva*, na *Questão Filológica*, nos ensaios literários, e nas cartas a Joaquim Serra, em *O Nosso Cancioneiro*. Notabilizou-se ainda por numerosas questões literárias, como a que polemizou em torno da *Confederação dos Tamoios*, com D. Pedro II, Porto Alegre e Alexandre Herculano; as *Questões do Dia*, com Franklin Távora e José Feliciano de Castilho; com Joaquim Nabuco, Mendes Leal, Pinheiro Chagas, intelectual português que acusa os românticos brasileiros de crime de insurreição contra a gramática. Pouco antes de falecer, José de Alencar recebe influências do pensamento de Whitney, consolidando no seu espírito a certeza de que o falante brasileiro opera uma gradual e inevitável transformação nos padrões da língua portuguesa praticada no Brasil:

> A distinção, cada vez mais acusada entre o português europeu e o português americano, é um fato contra o que se revolta inutilmente a antiga mãe-pátria. A transformação está na ordem natural; a cruzada que levanta a literatura lusitana auxiliada por alguns brasileiros estacionários, não tem poder de abortá-la, e nem sequer de estorvar-lhe a marcha (*Ensaios*, v. 4, p. 1026).

Em 1924, Mário de Andrade apóia-se no *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* de Oswald de Andrade, que convoca o compromisso daquela geração para a prática de “uma língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos”, passa a cobrar dos seus pares a consciência “messiânica” desse peso, no sentido de “sistematizá-lo”, “tradicionalizá-lo”, referi-lo ao presente através de um nacionalismo universalizante, sob o argumento de que é a forma particular de um povo livre contribuir para enriquecer a humanidade, para reagir contra o gabinetismo, contra a cópia, contra o assunto invasor, contra as indigestões de sabedoria. Tal e qual José de Alencar, anuncia o projeto de uma gramática da “língua brasileira”, com o propósito de “consolidar a

integração cultural de um Brasil monstruoso, tão esfacelado, tão diferente, sem nada nem siquer uma língua que ligue tudo" (apud Bandeira, 1998:69). Diferentemente de José de Alencar, Mário de Andrade desponta para as letras em 1917, numa sociedade não-escravocrata, propulsionada pelo progresso da tecnologia e da ciência, com a Lingüística caminhando a passos largos nos ensinamentos de Charles Bally e Vendryes; de Albert Dauzat e do gramático e filólogo brasileiro Said Ali, que fornecerão subsídios para a sua pretensa *Gramatiquinha da Fala Brasileira*, anunciada em 1924 e motivo para muita discussão literária. Sua posição na Semana de Arte Moderna traz à luz idéias germinadas por autores de outros tempos, enriquecendo-as de novas possibilidades, conforme relembra em palestra sob o título *O Movimento Modernista*, nas comemorações do vigésimo aniversário da Semana de Arte Moderna, em 1942:

> Me refiro ao espírito revolucionário romântico, que está na inconfidência, no Basílio da Gama do Uraguai, nas liras de Gonzaga como nas "Cartas Chilenas" de quem os senhores quiserem. Este espírito preparou o estado revolucionário de que resultou a independência política, e teve como padrão bem briguento a primeira tentativa de língua brasileira (apud Bosi, 1973, p. 25-33).

No entender de Mário de Andrade, esse espírito revolucionário romântico não é produto de uma geração espontânea, mas "nasceu de um amontoado de sacrifícios humanos anteriores que lhes preparou a altitude necessária de onde podem descortinar e revelar uma nação" (apud Bandeira,1998:72). A radiografia da sua técnica pessoal e as atitudes de ordem estética começam a aparecer em 1920 com o livro *A Escrava que não é Isaura*, posteriormente com *Paulicéia Desvairada* e o seu *Prefácio Interessantíssimo*, e a obra mais discutida, em 1928, *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Seus artigos críticos vão abrindo caminhos no campo da pesquisa da linguagem, ainda incipiente no Brasil e, a partir de então, Mário de Andrade se torna o grande líder teórico do Movimento Modernista, e passa a exercer também enorme influência na pesquisa da música e do folclore nacional. Suas idéias estão delineadas em artigos da mais diversa ordem em jornais e revistas, na metalinguagem das cartas trocadas com centenas de amigos, gramáticos, filólogos, em palestras e nas crônicas para o Diário de Notícias, ordenadas no livro *O empalhador de passarinho*. De produção literária intensíssima, morre em 1945, deixando o legado de uma transformação teórica inusitada na língua literária do Brasil.

Tanto a obra de Mário de Andrade quanto a de José de Alencar trazem no bojo uma grande preocupação com a causa nacionalista. Enquanto este alimenta uma reação ufanista contra a tirania gramatical de Portugal, iniciando o movimento pela formação de uma literatura brasileira, escrita nos moldes da fala do brasileiro, trazendo mesmo a proposição de

escrever uma gramática, Mário de Andrade defende um nacionalismo “briguento” de despertar o Brasil para conhecer-se a si próprio, a sua cultura, a sua arte colonial, a arquitetura, as suas danças e folguedos, a língua que o seu povo falava.

Ao transportar para a língua escrita a oralidade e os modismos que tirava ao cidadão comum, a pena de José de Alencar, considerado o “Pai da Literatura Brasileira”, rompe, com irreverência, os veios e veredas que obstruíam o surgimento de uma literatura diferenciada do que se fazia em Portugal. Quarenta e cinco anos após a morte de José de Alencar, Mário de Andrade, ele próprio se considerando um “escritor difícil”, um homem que se multiplica em trezentos, “eu sou trezentos”, “sou trezentos e cinqüenta” (1985:189), volta a teorizar sobre a necessidade de uma língua brasileira, em particular por uma sintaxe, que segundo seu entendimento já recebera foros literários com escritores de gerações anteriores. José de Alencar e Mário de Andrade, ambos considerados separatistas, cada um a seu modo, figuram como expoentes de dois períodos literários ricos e decisivos para a formação de uma arte literária de cunho eminentemente brasileiro. Para Mário de Andrade, o espírito modernista foi tão necessário quanto o romântico, porque preparou, a partir da década de 1930, o estado revolucionário e teve como “padrão barulhento” uma segunda tentativa de nacionalização da linguagem.

Até meados do século XIX, o ensino da língua portuguesa no Brasil postulava o português de Portugal como a única modalidade a ser respeitada. Com a geração dos românticos, começa-se a consolidar nos usuários brasileiros uma norma lingüística escrita diferenciada da portuguesa, mas não dela desvinculada, passando esse ideal a refletir em obras de alguns escritores das escolas Realista-Naturalista, Pré-Modernista e Modernista. O romântico José de Alencar reage contra a modalidade imposta pelos portugueses e acusa os filólogos da época de negar aos brasileiros o direito de legislar sobre a língua que falam, o que contribuiu para iniciar uma espécie de “guerra santa” entre os nossos escritores e os gramáticos e filólogos, que não aceitavam as variações apresentadas no português do Brasil, inclusive nos casos de alternâncias de pronúncia. Os textos literários até então tinham em vista um leitor ideal, ao qual era transmitido o modelo português na esperança de que este leitor pudesse tornar-se um produtor de textos semelhantes, independentemente de falar e de ouvir manifestações lingüísticas diversas e até contrárias às que encontrava na língua escrita. No meio dessa disputa, surge no início do século XX o pré-modernista Lima Barreto, execrado por sua prosa simples e direta pelos puristas e gramáticos da época. Como José de

Alencar, Lima Barreto não nega críticas ao modo de escrever de seus contemporâneos brasileiros, e os acusa de redigir os seus textos em uma língua que não se praticava no Brasil.

A questão de uma língua que satisfizesse às necessidades dos escritores brasileiros, proposta por José de Alencar, ressurge com a Semana de Arte Moderna, em março de 1922, oito meses antes da morte de Lima Barreto, despontando no evento Mário de Andrade, que prega a desvalorização das regras gramaticais em favor da prática oral da língua: "Às vezes se terá uma súbita incompreensão de frase minha por causa da novidade da dicção fotografada pela 1ª vez na escrita literária. Mas aí não é defeito do artista e sim inadaptação que aos poucos desaparecerá"(apud Bandeira, 1998:54.)

Encontramos, em dois fatores que sempre despertaram a nossa atenção, a motivação para trabalhar o assunto. No primeiro, os prefácios de José de Alencar e as advertências que acompanham seus textos, nos quais procura fundamentar em polêmicas questões literárias a sua posição na defesa de uma literatura brasileira, pedindo respeito ao modo brasileiro falar e escrever, defendendo-se da pecha de mau escritor. Posteriormente, esta prática foi adotada por Mário de Andrade (*Prefácio Interessantíssimo*, em *Paulicéia Desvairada*), e Guimarães Rosa (*Tutaméia,* quatro prefácios), cada um desses escritores cercando cuidadosamente os seus textos para traduzir e explicar a estética de suas obras. O segundo motivo está no sentimento comum de José de Alencar e Mário de Andrade, que discutiram e polemizaram de modo apaixonado a questão de uma língua brasileira, nem sempre com fundamentação e bom senso, mas no firme propósito de registrar as alterações operadas na fala do brasileiro, produto de uma dinâmica que Camões (1959:15) já acusava no século XVI ao poetizar sobre o tempo como agente revitalizador de mudanças:

> Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
> Muda-se o ser, muda-se a confiança,
> Todo o mundo é composto de mudanças,
> Tomado sempre novas qualidades.

Diante de matéria rica e controversa, nosso principal objetivo conduziu-nos para tentar identificar algumas dessas atitudes e crenças que o romântico José de Alencar e o modernista Mário de Andrade defendiam em relação à língua portuguesa falada no Brasil e a contribuição de ambos para uma gramática que comportasse uma "língua brasileira" com os usos da terra, idéias expostas e defendidas no calor da paixão que o assunto desperta.

Serviram de *corpus* ao trabalho, romances e cartas de José de Alencar, particularmente o pós-escrito à segunda edição de *Iracema*, os prefácios de *Diva* e *Sonhos d'Ouro*, além dos ensaios literários de *O Nosso Cancioneiro, as Questões do Dia* e a *Questão Filológica*, obras

que tratam com obstinação questões de linguagem e de literatura, e que oferecem a cada dia novas leituras e olhares de diferentes áreas do conhecimento humano. *A Gramática de José de Alencar*, trabalho coligido e sistematizado pelo filólogo Cândido Jucá Filho, serviu também como fonte importante para trazer à luz alguns procedimentos lingüísticos do escritor romântico; acrescente-se Gladstone Chaves de Melo, com duas obras que versam sobre a arte de José de Alencar: *A Língua do Brasil* e *Alencar e a língua brasileira*.

Para subsidiar o nosso enfoque sobre o pensamento de Mário de Andrade, recorremos às cartas trocadas por mais de uma década com Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. Nelas, o escritor discute com os amigos a proposta de uma língua brasileira para a literatura do Brasil, uma expressão própria que conservasse os costumes linguageiros do cidadão comum. Estas cartas trazem também a discussão exaustiva da questão da língua que se fala no Brasil, muitas vezes o escritor paulistano resistindo em acatar as observações de Manuel Bandeira; em outras, nota-se a influência decisiva sobre a arte de Carlos Drummond de Andrade, exortando-o a escrever em uma prosa menos "parisanatolefrance". Procuramos subsídios nas obras *O Português do Brasil*, fonte inesgotável de consulta, e na *A Gramatiquinha de Mário de Andrade – Texto e Contexto*, de Edith Pimentel Pinto, com anotações e pensamentos de Mário de Andrade coligidos e compendiados para dar suporte ao que seria a *Gramatiquinha da fala brasileira*.

As hipóteses levantadas situam-se particularmente na questão língua portuguesa/ língua brasileira. Do ponto de vista metodológico, procuramos contextualizar a língua portuguesa no Brasil de 1500 aos dias atuais, com ênfase na visão do romântico José de Alencar e do modernista Mário de Andrade.

Com o objetivo de fazer uma explanação pedagógica desta tese, a partir do próximo capítulo reconheceremos José de Alencar e Mário de Andrade por Alencar e Andrade, respectivamente. Exposta a natureza do trabalho, organizamos a tese em quatro capítulos.

Introdução – Síntese do *corpus* que sustentou a pesquisa *Língua portuguesa / língua brasileira: atitudes e crenças de José de Alencar e Mário de Andrade*;

Capítulo 1 – *A língua portuguesa no Brasil: a contribuição do indígena e do africano*. Discorremos sobre a língua trazida pelo colonizador, a língua encontrada nos habitantes da terra, o choque de culturas, a contribuição dos povos indígenas, particularmente os tupis, e dos africanos para o fortalecimento da língua portuguesa. Houvemos por bem incluir neste capítulo as alterações resultantes desses cruzamentos lingüísticos, além da contribuição de outros povos na formação do léxico e de novos hábitos na língua portuguesa

do Brasil. Serviram de suporte ao capítulo as leituras de Serafim da Silva Neto, Antonio Houaiss e Celso Cunha, dentre outros.

Capítulo 2 – *A língua literária no Brasil*. Neste capítulo, procuramos fazer uma trajetória das primeiras manifestações literárias no Brasil. Abordaremos a questão do "dialeto" brasileiro, os principais estudos sobre o assunto, o posicionamento combativo de Alencar na defesa de uma língua literária, matéria que propiciou iniciar as discussões sobre a língua literária do Brasil, primeiramente com suporte filológico e depois com os primeiros estudos sobre linguagem. Em seguida, procuramos colocar a visão de Andrade sobre a língua literária à luz da lingüística, a pregação da sua arte, as escolhas para "embelezar" as suas obras e "torná-las agradáveis pra interessar, atrair, convencer", conforme carta trocada com Manuel Bandeira (1998:67), abrindo as portas para o reconhecimento de uma literatura brasileira própria, independente da prática da literatura que se fazia em Portugal.

Capítulo 3 – *Atalhos lingüísticos para ocultar juízos ou pensamentos*, no qual procuramos tratar a questão de um "brasileirismo" ou, como queria Andrade, uma sintaxe nova incorporada à fala do brasileiro ou, como sustentava Amadeu Amaral (1982), uma "simpatia" psicológica: o valor subjetivo que o brasileiro confere a nomes no diminutivo, uma astúcia utilizada como atalho para ocultar juízos ou pensamentos. O capítulo discorre um pouco sobre a cultura do brasileiro e foi inspirado, em parte, no texto *Implícitos culturais: ideologia e cultura em expressões lingüísticas do português brasileiro*(Regina Célia Pagliuchi Silveira), que trata sobre algumas modalidades utilizadas pelo brasileiro para "não dizer não". O artigo trouxe à lembrança o Pe. Antonio Vieira (1957) com a pregação sobre o "não", uma palavra dura para quem a ouve e para quem a diz, e mostra que nesse mister há uma teia de desvios lingüísticos envolvendo conhecimentos do mundo, experiências culturais e ideologias que podem aparecer nas entrelinhas. Para tratar do assunto, procuramos embasamento teórico em Teun A. van Djik (2003), na teoria multidisciplinar de ideologias compartilhadas por grupos que organizam modelos mentais próprios para representar a identidade, a estrutura social e a posição nessa estrutura, valendo-se de expressões que vão além da frase. A incursão na teoria de van Djik teve como único objetivo dar suporte às análises dos usos lingüísticos brasileiros. Esta tese é um trabalho de Língua Portuguesa, com foco na língua portuguesa do Brasil, no qual vislumbramos a oportunidade de uma integração com a Lingüística, sem a pretensão de problematizar teorias sobre a Análise do Discurso.

Recorremos ao livro *Minha vida de menina* (Helena Morley, 1963), para mostrar algumas situações discursivas, e à motivação de *Raízes do Brasil* (Sérgio Buarque de

Holanda), em particular no capítulo *O homem cordial*, com uma visão sociológica do temperamento do brasileiro, traduzida na irreverência, no antiformalismo e na criatividade.

Capítulo 4 – *Língua portuguesa / língua brasileira: atitudes e crenças de José de Alencar e Mário de Andrade*.

Neste capítulo, procuraremos mostrar algumas sintonias e antinomias entre José Alencar e Mário de Andrade, a preocupação com uma "língua brasileira", polemizada por ambos. Com a finalidade de "fotografar" as intenções, atitudes e crenças de Mário de Andrade sobre a sua discutida "língua brasileira", alardeada pelo propósito de uma linguagem abrasileirada nos seus escritos, manteremos sua grafia e sintaxe nas citações diretas.

Cabe-nos esclarecer que o nosso propósito é fazer uma aproximação entre José de Alencar e Mário de Andrade na proposta por uma "língua brasileira", e não estudar a linguagem de cada um. Cândido Jucá (filho) e Gladstone Chaves Melo, dentre outros, estudaram os textos de José de Alencar com rara inspiração e conhecimento; ao passo que a obra de Mário de Andrade é explorada a cada dia por estudiosos de Arte, Folclore, Sociologia, Psicanálise, Lingüística, Literatura, e outras áreas do saber.

Conclusão – Retomamos as hipóteses levantadas para comentarmos sobre questões de língua e linguagem, algumas constatações a que chegamos através da pesquisa sobre a "língua brasileira", instrumento da paixão de dois dos maiores nomes da nossa literatura. A seguir, apresentamos a referência bibliográfica.

CAPÍTULO 1

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: A ACULTURAÇÃO, A CONTRIBUIÇÃO INDÍGENA E A AFRICANA NA SUA FORMAÇÃO

> *E dali avistamos homens que andavam pela praia. (...). Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas (...) E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento.*
> (Pero Vaz de Caminha).

O desenvolvimento da navegação no século XVI, principalmente a que se deu impulsionada por iniciativa de Portugal e Espanha, proporcionou ao mundo até então conhecido o contato com povos e culturas há muitas e muitas gerações habitando o imaginário do homem europeu, uma presença visionária saída das narrativas de Homero, Marco Pólo, Heródoto, impulsionando-os a lançarem-se ao mar, desafiar o mar, dominar a imensidão do mar, dobrar o açoite das suas ondas e a rudeza das suas procelas. Explorado o caminho do mar, vencido o mar, alcançado o "paraíso terrestre" do outro lado desse mar imenso, sonho sonhado de intrépidos navegadores, o homem, até então temente a Deus, abriga-se no antropocentrismo, a medida exata do seu universo, e faz girar uma enorme roda-gigante, dividindo o mundo em duas partes. Destemidos, partem os portugueses ao encontro do "outro" na condição de senhor de todas as causas. *A Carta do Descobrimento*, de Pero Vaz de Caminha (Dominus, 1963), registra o "achamento" dessa nova terra e do povo que nela encontrara:

> A partida de Belém foi, como Vossa Alteza sabe, segunda-feira 9 de março (...) E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 de abril, topamos alguns sinais de terra (...) E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam furabuchos. Neste mesmo dia, a horas de vésperas, houvemos vista de terra(...). E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra...

Ao aportar na costa do Brasil em 1500, o português trouxe com ele a língua oficial de Portugal, língua de cultura, moderna e consolidada no século XIII por D. Dinis e, mais adiante

“aqui encontrou um forte rival no tupi, que, tornado língua geral, houve tempo em que esteve para o português na razão de 3:1” (Sousa da Silveira, 1964:279).

Transplantada para a América Portuguesa, a língua do colonizador passa por um processo revitalizador com a contribuição das línguas dos nativos e dos africanos, a partir do meado do século XVI. A necessidade de mão de obra incentivará uma política de imigração nos séculos XVIII e XIX, atrai para o Brasil uma gama de etnias. O produto dessa mistura constituirá um caldeirão cultural com marcas profundas na língua portuguesa do Brasil, renovando-a e afastando-a, em vários aspectos, da língua de Portugal.

Os portugueses trouxeram uma língua que ainda não sofrera influências do Humanismo e do Renascimento. Essa língua culta e de prestígio encontra na nova terra um milhão de habitantes e cerca de trezentas línguas diferentes, sendo que a língua tupi foi a que mais influência exerceu no português num longo processo de aculturação, por ser a mais falada e por funcionar como uma espécie de segunda língua de alguns grupos indígenas que não pertenciam à nação tupi.

1.1 A ACULTURAÇÃO

A aculturação inicia-se nos primórdios do descobrimento com os Tupinambás, nação indígena que ocupa o litoral e que mais receptivos e dóceis travam os primeiros contatos com o homem branco, quando, por ordem do capitão da esquadra portuguesa, dois “línguas” são deixados para conhecer os hábitos, os costumes e a língua da terra, “e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixássemos do que eles [nativos] dariam se os levassem por ser gente que ninguém entende” (Caminha, op. cit.). Os portugueses entenderam neste primeiro contato que os nossos indígenas eram esquivos “como pardais do cevadouro”, e que a melhor estratégia para aproximação seria não lhes ousar “falar de rijo para não se esquivarem mais. E tudo se passa como eles querem – para os bem amansarmos!” Caminha sugere que a evangelização desses povos seria de boa iniciativa por lhe parecer

> gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na

> nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade" (...) E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim! (op. cit.)

Entretanto, este processo só terá início em meados do século XVI (1558), com um plano proposto pelo Pe. Manoel da Nóbrega que, ao contrário do que sugeria Caminha, via a necessidade de pôr termo à antropofagia e de escravizar os índios. Para os amansar, os colonizadores pregam e impõem a sua autoridade, mesmo que provisoriamente tenham que se adaptar a algumas situações de inferioridade na sua condição senhorial.

No Velho Mundo, de onde partem, as artes e as letras renascem deixando para trás o obscurantismo. No Novo Mundo, que ilustrou o imaginário de cronistas, navegadores, salteadores e tantos outros, as armas e a evangelização irão constituir instrumentos preciosos na colonização da terra, na submissão do seu povo, iniciando um período de troca cultural e lingüística até hoje pouco explorado[2].

> Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um *povo novo*, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos (Ribeiro, 1995:19).

A necessidade de expandir e colonizar suas posses leva a Corte a promover a ocupação da América Portuguesa com inúmeras medidas administrativas: a expedição de Martin Afonso de Souza, em 1530, a implantação das Capitanias Hereditárias, no período de 1534 a 1548, a instalação do Governo Geral na Bahia e no Rio de Janeiro, com o objetivo de proteger a costa litorânea principalmente da cobiça de invasores franceses e holandeses. A partir de um dado momento, desembarca no Brasil um número cada vez mais crescente de portugueses, trazendo consigo uma variedade de hábitos lingüísticos regionais. Formas "já diferentes entre si, começaram a enfrentar-se umas com as outras, sem cor local de origem, do que resultava um meio linguageiro que não reproduzia nenhum meio linguageiro de Portugal" (Houaiss, 1992:39). A mistura de variados falares portugueses, em contato com a língua dos nativos, passou a apresentar alterações na língua falada no Brasil. Os colonizadores promovem então a fixação de povoações nas terras habitadas de norte a sul pelos Tupis, a construção de palhoças

---

[1] "Enquanto os espanhóis cedo criaram colégios e universidades na sua América, no Brasil colonial existiram apenas uns poucos estabelecimentos de ensino primário e médio", (...) "o mesmo contraste se observa quanto ao desenvolvimento da Imprensa, da editoração, que se inicia no México em 1535, no Peru em 1584 e no Brasil somente em 1808" (Cunha, 1970:19).

para abrigo e, mais adiante, o incentivo a casamentos mestiços, tomando mulheres às tribos indígenas.

Com isso, o português começou um processo de aculturação que durou aproximadamente um século e meio. Os agentes desse processo viram-se na contingência de uma adaptação rápida à vida dos nativos e à premência de aprenderem uma língua que possibilitasse a intercomunicação, principalmente para extrair o pau-brasil. Preocupados com a ocupação, e mais querendo semear a sua cultura do que cimentá-la, os portugueses deixam-se aculturar pelos hábitos e costumes dos nativos, numericamente superiores e ajustados ao *habitat*, e pela língua desses indígenas, o elemento mais importante dessa cultura, o reflexo mais direto e sensível de uma cultura. Ao se referir ao estreito relacionamento entre indígenas e portugueses, Holanda (1982:63) comenta:

> se é verdade que, sem a presença fortemente acusada do índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ela não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações, e o que é bem significativo, de sua linguagem. E foi, na realidade, o que aconteceu.

No decorrer do século XVI, quando a diversidade lingüística se acentua nos hábitos da colônia, contribuindo para tal as dimensões continentais da terra descoberta e a mestiçagem, a mulher indígena, estreitamente ligada às atividades domésticas e à educação dos primeiros descendentes de brancos com índios, contribui decisivamente para que a língua tupi se tornasse, por adoção, a língua predominante naquele momento histórico. Por essa época, estes núcleos já se encontravam tão ligados entre si que levaram o Pe.Vieira a constatar que a língua falada entre eles “é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola”.

A língua dos Tupinambás foi então adotada provisoriamente pelos portugueses, por encontrarem nela um instrumento valioso para a comunicação do dia-a-dia com o povo conquistado, e altamente funcional às suas pretensões mercantilistas. Sobre a língua dos tupis, Gonçalves Dias registrou:

> Entre os tupis era tudo música e poesia – a linguagem e a vida, o nascimento e a morte – a guerra e as festas – o amor e a religião – era tudo poesia... Na sua língua harmoniosa e quase toda labial, travada e intercalada de vogais – imitavam o ciciar da brisa a correr sobre as ondas espalhadas do oceano, a agitar levemente a igara derivando à toda d’água, e a enredar-se pelas folhas dos bosques, que aromatizavam o litoral (apud Proença, 1965:203-204).

Enquanto na colônia a língua portuguesa passa por esse processo de mestiçagem, em Portugal, como acontecera a povos da Antigüidade e da Idade Média, procura-se na normatização da língua um poderoso instrumento unificador nos seus domínios territoriais. A iniciativa resulta, em 1535, na *Gramática* de Fernão de Oliveira com noções de fonética e morfossintaxe, e cinco anos após, a *Gramática* de João de Barros, mais completa, iniciando a

história gramatical da língua portuguesa e fonte de consulta de escritores e literatos. Mas, se por um lado havia a preocupação política com a língua e com a estruturação administrativa da colônia, de outra parte descuidaram-se os portugueses ao não investir em escolas e entidades culturais na América Portuguesa, deixando-as aos cuidados dos padres da Companhia das Índias, sociedade jesuítica fundada por Ignácio de Loyola. Para auxiliar na conversão, que se inicia em 1549 com a primeira missão jesuítica, e vai até o início do período pombalino (1750-1777), Portugal começa por incentivar a institucionalização de uma língua com o objetivo de facilitar a comunicação com a variedade de línguas encontradas na colônia. Pregadores da palavra e da fé, esses jesuítas, que prezavam o estudo e o domínio da palavra, palavra que usavam para pregar e semear, para convencer e converter, tomam para si a responsabilidade da educação na colônia e passam a agir junto ao gentio e a uma pequena elite que se formava criando algumas poucas escolas de nível elementar e médio para atendê-la. O povo, em geral, continuou sem escolas, agravando-se ainda mais os problemas da língua portuguesa na colônia. No final do século XVIII, expulsos os jesuítas pela política educacional do Marquês de Pombal, introduziram-se importantes mudanças no sistema de ensino do reino e da colônia, até então sob a responsabilidade da Igreja, passando-o ao controle do Estado.

> Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados seu próprio idioma, por ser indisputável, que esse é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência que, ao mesmo passo, que se introduz neles o uso das Línguas do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe (apud Fávero, 2007:128).

Com quase três séculos de abandono, a retirada dos jesuítas aprofundou ainda mais esse vácuo na educação e na cultura dos primeiros brasileiros. Enquanto na América Espanhola e em algumas nações da Europa havia a preocupação com a escolaridade das crianças e a preparação de pessoal qualificado para lecionar, pouco fizeram os portugueses no Brasil, tornando-o uma vasta colônia de analfabetos. O primeiro texto impresso no Brasil data de 1808, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. Com a população produtiva "espalhada pelas fazendas e engenhos, a língua oral passou a seguir os seus caminhos sem nenhum controle normativo"(Cunha,1985:71).

Sem escolas e sem estudos, a diversidade lingüística se acentua nos hábitos da colônia e começa-se a notar em usuários de diferentes regiões uma variação geográfica ou diatópica, e outra diastrática, provocada por falantes que ocupam cargos de destaque na estrutura social que se ampliava, o mesmo acontecendo com os de sexos opostos. Com o correr do tempo,

essa diversidade dialetal irá acentuar-se mais e mais, passando a constituir um motivo de reflexão entre os nossos literatos sobre a língua que se praticava/ pratica-se no Brasil.

1.2 A LÍNGUA GERAL OU BRASÍLICA

A primeira gramática escrita no Brasil vem à luz em 1595, *A Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil*, de autoria do Pe. José de Anchieta. Houaiss (1992:54) classifica esta *Grammatica* como "um tipo de comunicação linguageira geral à série não pequenas de línguas provindas do tronco comum modernamente chamado tupi".

Segundo Assunção e Fonseca (2005:168), foi também a primeira gramática missionária portuguesa sobre as línguas indígenas faladas no Brasil, a primeira que se publicou no século XVI, "mas que não foi tomada como modelo/referência pelos gramáticos posteriores das línguas índias e quiçá de outros idiomas aborígenes não só do Brasil como também de povos da África no âmbito da lingüística missionária portuguesa". Esclarecem ainda que, embora o radical *tupi* apareça em muitos vocábulos, como "tupinambá", "tupiniquim", "tupi-guarani", etc., a *Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* não estuda o tupi no seu estado puro, mas um tupi já alterado pelo português, conforme tese defendida por Cavaliere (p. 169):

> E nesta perspectiva Anchieta já tem essa consciência lingüística pois ao dar como título à sua obra Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil e não arte de gramática do tupi/tupiguarani/tupinambá denota não só o conhecimento da ocorrência na época de mais de um sistema lingüístico em uso, como também – e principalmente – que o ali descrito era o de uso majoritário na costa brasileira (apud Assunção e Fonseca, op. cit.).

Esta *Grammatica* propiciou a divulgação e difusão do surgimento da língua geral, inicialmente usada por portugueses e espanhóis para designar a língua indígena difundida no território, cujo nome se consolidou como língua brasílica no século XVII.

Por ter vigorado ao lado da língua portuguesa e nela interferido com um manancial de empréstimos, Câmara Junior (1964:25) entende que se pode "considerar essa língua geral, ou tupi jesuítico, como um adstrato do português no período do Brasil colonial, determinando a maior parte dos tupinismos".

Amoldada e adaptada à sintaxe clássica de gramáticos latinos como Quintiliano e Varrão, a *Grammatica* do Pe. Anchieta sistematiza e simplifica o tupi falado tanto pelos índios quanto pelos negros, portugueses e seus descendentes, tornando-se um poderoso

instrumento de intercomunicação e de propaganda religiosa. Não houve, entretanto, preocupação do jesuíta em descrever os fenômenos lingüísticos, mas codificar e descrever as regras lingüísticas a partir do uso cotidiano da língua indígena.

> Desde o início da catequese do gentio, no século XVI, ficou patente aos missionários jesuíticos que não seria através de sua própria língua – espanhol e/ou português e, para certos fins, o latim – que a catequese poderia ser levada a cabo. De outro lado, graças à compreensão altamente gramatilizada do latim – codificado, preceptivo, mnemotécnico–, que eles praticavam e conheciam metalingüisticamente, estavam eles mais do que ninguém aptos ao tempo para ver as "unidades nas diversidades" que havia no território em certos grupos de línguas mas não em outros (Houaiss, 1992:53).

Praticava-se essa língua geral, também conhecida como língua geral do Sul, *abanheenga* ou paulista, e língua geral do Norte, *nheengatu*[3] ou amazônica, como instrumento de comunicação oral, formando uma *koiné* de base tupi, que, para Câmara Júnior (1979:101), "não é exatamente aquele que os indígenas exatamente falavam: é uma sistematização simplificada, feita para se proceder à propaganda religiosa dentro do ambiente indígena". Essa propaganda religiosa obedece a um processo de evangelização pelo catecismo, principalmente com as crianças, às quais a oração "Pai Nosso" é ensinada nas versões tupi e portuguesa. O descaso com a educação e a cultura, a escassez de unidades escolares e a sistematização dessa língua geral, cujos primeiros rudimentos foram passados aos jesuítas pelos nossos indígenas, vão aprofundar a estratificação social, acentuando a diglossia de forma lenta e progressiva:

> de um lado, a língua popular, entregue à sua sorte na boca de tantas e tão variadas comunidades de analfabetos que se espalhavam pela imensidão do Brasil; de outro, a língua dos doutores e dos padres, dos bacharéis bem-falantes, mosaico de fragmentos do passado literário que essa elite de "bons latinos" aprendia em Coimbra, ou nas tradições portuguesas conservadas nos colégios dos jesuítas – "signum" de superioridade cultural e também, mais do que nunca de distância social (Cunha,1970:20).

Assunção e Fonseca (2005:169) acusam que o Pe. Anchieta já anotara na sua *Grammatica*: "nesta lingoa do Brasil não há f.l.s.z.rr dobrado nem muta com liquida, vt cra, pra & c. Em lugar do s. in principio, ou médio dictionis seur, ç. Com zeura, vt Aço, cata". Acentua que os indígenas apresentavam grande dificuldade para pronunciar o /l/ e o /r/, especialmente em final de palavras, levando-os a suprimi-los sempre que aparecessem. O fenômeno foi registrado também Gabriel Soares de Sousa, entre outros cronistas da época:

> faltam-lhes três das letras do ABC, que são F,L,R grande ou dobrado, coisa muito para se notar, porque, se não tem F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem (...) E se não têm L na sua pronunciação, é porque não têm lei alguma que guardar (...) E, se não têm esta letra R na sua pronunciação, é porque não têm rei que os reja (...); para dizerem Francisco, dizem Pancico; para dizerem Lourenço, dizem Rorenço; para dizerem Rodrigo, dizem

[3] A Lei 145, de 11/12/2002, permitiu ao Município amazonense São Gabriel da Cachoeira adotar além do português, o nheengatu, o tucano e o baniwa como línguas oficiais, embora a Constituição determine ser a língua portuguesa a língua oficial do Brasil, in "Revista Ocas"- *Saindo das ruas.* Rio de Janeiro, nº 4, Maio de 2005, pp. 8-9.

> Rodigo, e por este modo pronunciam todos os vocábulos em que entram essas três letras (apud Freire e Rosa, 2003:28).

Por sua vez, as formas verbais do infinitivo ficavam reduzidas a *cantá, falá, dizê, comê,* o mesmo acontecendo a alguns substantivos, animal (*animá),* quintal *(quintá).*

De meados do século XVII, a igual período do século XVIII, esses usos passaram a ser observados mais de perto nos falares das regiões rurais, remanescentes da língua geral que se praticava no Brasil nos dois primeiros séculos da colonização, passando a ser conhecidos como dialeto caipira, um falar "corrompido" por vícios de linguagem.

> Quando se tratou, no Senado do Império, de criar cursos jurídicos no Brasil, tendo-se proposto São Paulo para sede de um deles, houve quem alegasse contra isto o linguajar dos naturais, que inconvenientemente contaminaria os futuros bacharéis de diferentes circunscrições do país (Amaral,op. cit.).

Com o objetivo de uma regularização ideal do português padrão, do português escrito e do português literário, sob a égide das novas idéias introduzidas pela gramática universalista de Port Royal (século XVII), desenvolve-se em Portugal uma série de estudos voltados para o aperfeiçoamento da língua. Delineiam-se então os confrontos entre práticas discursivas distintas e antagônicas na relação dos jesuítas com os índios e dos brasileiros natos com os portugueses, que começavam a ser reconhecidos como estrangeiros. Tem início a discussão entre a língua utilizada para a catequização – a língua geral, o português brasileiro, predominantemente oral, destinada aos nativos, aos africanos e seus descendentes – e o português, língua oficial da metrópole e da colônia, falada pelos senhores. A medida provoca a expulsão dos jesuítas em 1750, seguindo-se o declínio do uso da língua geral e das línguas africanas, que aos poucos vão caindo no esquecimento, absorvidas que são pelo padrão superior da língua portuguesa. Essa primeira dualidade de línguas, língua dos indígenas (popular) x língua do português (oficial), e um outro antagonismo observado na fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas, passam a representar na colônia um conflito "entre nobres portugueses, nobres brasileiros, brasileiros pobres, índios e jesuítas, negros, mulheres e crianças, conflito esse que vai ter sua solução a partir da intervenção radical da metrópole" (Orlandi, 2001:100).

Esta intervenção se deu com a Provisão Real de 1757 da política educacional do Marquês de Pombal, primeiramente aplicada ao Pará e Maranhão, por contar com uma presença significativa de povos tupis (Tabajaras, Potiguaras, Jurunas e outros), depois estendida a todo território brasileiro em 17 de agosto de 1778, visando a condenar a língua geral aplicada pelos primeiros conquistadores, uma "invenção abominável e diabólica" (apud Cunha, 1985:80-81), e tornar obrigatório o uso oficial da língua portuguesa,

> não consentindo por modo algum que os Meninos e Meninas, que pertencerem às escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente da Portuguesa, na forma que S.M. tem recomendado em repetidas ordens, que até agora não se observaram, com total ruína espiritual e temporal do Estado.

O Alvará Régio de 28 de junho de 1759 extinguiu as escolas jesuíticas no Brasil e estabeleceu os princípios para uma grande reforma no ensino da língua portuguesa, seguindo orientação do *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney. Entretanto, passados dois séculos da sua proscrição, a influência da língua geral ainda se reflete em regiões do Brasil Central e na Amazônia Legal Brasileira (Amazônia e Pará).

> Como em qualquer país continental, o português falado na região tem sotaque e personalidade própria. Em Belém (PA), se você for à região, certamente voltará com "ferradas de carapanã". Não há como escapar das picadas do esquadrão de insetos: além do carapanã (que corresponde ao pernilongo), tem o "pium" ou "porvinha", a "mutuca", a "caba" (ou marimbondo), o "micuim" (um tipo de carrapato), e tantos outros parasitas para os quais você equivale a um petit gateau (Revista Ocas – *Saindo das ruas*, nº 4, Maio 2005, p. 9.)

Se a língua geral foi usada ao lado da língua portuguesa por ocasião das Entradas e Bandeira, no século XVII, passando a constituir um bilingüismo, no século posterior, o transplante da língua portuguesa já se fazia notar no território brasileiro. Couto de Magalhães divide esta fase em três períodos de "cruzamentos" lingüísticos:

> Os primeiros produtos destes cruzamentos de língua são grosseiros; distinguem-se facilmente os elementos heterogêneos que entraram em composições que contribuíram para alterar de forma irremediável o português do Brasil. (...) Tenho coligido no Brasil numerosas cançonetas populares em que se nota esse cruzamento. Ora, há nelas a mistura primitiva e grosseira, isto é, as duas línguas entram na composição com seus vocábulos puros, sem que estes sofram modificação (apud Pinto, v. 1, 1978:199-201).

Para exemplificar o primeiro período em que as duas línguas se justapõem e mostram igual predomínio do tupi e do português, Couto de Magalhães transcreve uma quadra ouvida a paraenses:

> Te mandei um passarinho,
> Patuá miri pupé:
> Pintadinho de amarelo,
> Iporãnga ne iaue.

A tradução para o português seria "Mandei-lhe um passarinho dentro de uma caixa pequena: pintadinho de amarelo e tão formoso como você".

O segundo período desses "cruzamentos", acrescenta, vai acontecendo aos poucos, para que uma língua predomine, "e só ficam da outra algumas palavras que, ou não têm correspondente na língua que tende a absorver a outra, ou são mais suaves para o sistema auditivo da raça que vai sobrevivendo", conforme uma quadra popular do Amazonas:

Vamos dar a despedida,
Mandu sarará
Como deu o passarinho:
Mandu sarará
Bateu asa, foi-se embora,
Mandu sarará
Deixou a pena no ninho:
Mandu sarará.

No terceiro período da colonização, Couto de Magalhães observa que “os vocábulos da língua absorvida desaparecem na língua absorvente, para não ficarem outros vestígios dela senão o estilo, as comparações, algumas formas gramaticais e algumas alterações de sons”. Por sua vez, as quadras anteriores, ouvidas em 1861 em Ouro Preto, já trazem a roupagem portuguesa:

Vamos dar a despedida
Como deu a pintassilva:
Adeus coração de prata,
Perdição da minha vida!
Vamos dar a despedida
Como deu a saracura:
Foi andando, foi dizendo
Mal de amores não tem cura.

A língua trazida pelo colonizador, sob variados falares regionais, ainda não desenvolvera uma norma, que só começará a se materializar com as medidas educacionais do Marquês de Pombal, dando início a uma ação unificadora com o objetivo de concretizar o ideal de unidade lingüística da língua escrita. Tem-se esta intervenção como um marco na história da língua portuguesa, em especial na língua praticada no Brasil, que passou a ter nas medidas o ensino normativo do idioma.

Apesar de todo apagamento a que foi submetida nos séculos posteriores, a língua geral ou brasílica deixou uma contribuição incontestável para uma língua de prestígio literário, como a língua portuguesa. As modalidades fonéticas, semânticas e sintáticas correntes no Brasil, e que passam a representar o genuíno modo de falar do povo, não acompanharam as mudanças ocorridas ao longo do século XVIII no português falado em Portugal e virão a constituir matéria de polêmica nos séculos XIX e XX, com Alencar e Andrade destacando-se na defesa dessas modalidades pelos falantes brasileiros e na sua incorporação à língua literária para fins estilísticos.

1.3 A CONTRIBUIÇÃO DA LÍNGUA INDÍGENA

> *Falaram então as águas, as árvores, as criaturas do Brasil e, como nos mitos celtas ou nas histórias de Andersen, talvez as coisas falassem muito melhor que os homens.*
> (Agripino Griecco)

Quando da descoberta, as terras brasílicas eram povoadas pelas Nações dos Tupis e dos Jês, que se destacavam na caça e na pesca, com diversas línguas faladas por povos indígenas do Brasil Central – línguas travadas, guturais, à qual os Tupis chamavam Nheengaíba. Os sons dessas línguas eram tão guturais e inaudíveis, levando ao testemunho de Vieira (*Sermões*,v.2, 1950:337): "o primeiro trabalho é ouvi-la; o segundo percebê-la; o terceiro reduzi-la a gramática e preceitos; o quarto estudá-la; o quinto... pronunciá-la!" Completa informando que por vezes lhe acontecera "estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais, ou consoantes de que se formavam, equivocando-se a mesma letra com duas ou três semelhantes", e enumera algumas dessas "línguas travadas", 'que só os nomes parece que fazem horror!": o *nheengaíba*, o juruna, o tapajó, o tremembé, o mamaiana.

Pero de Magalhães Gândavo descreve em 1575 que a língua usada pela costa é uma,

> ainda que em certos vocábulos difere n'algumas partes, mas não de maneira que deixem uns aos outros de entender, e isto até altura de vinte e sete graus, que daí por diante há outra gentilidade, de que nós não temos tanta notícia, que falam já outra língua. Esta de que trato, é geral pela costa, é muito branda, e a qualquer nação fácil de tomar (texto disponível em www.dominiopublico.com.br).

Quando a língua dos indígenas começou a ser estudada pelos catequizadores, observou-se que os Jês faziam uso do fonema /l/, o mesmo não acontecendo com os tupis, que não conheciam também /f/,/r/ e o /d/ inicial. Assim, as palavras tupis com o fonema [lê] resultavam da troca de /r/ por /l/: *arambari* (lambari); *aranduá* (landuá); *culumi* (curumim); *caboco* (caboclo).[4]

No início da colonização, das centenas de línguas indígenas faladas, aproximadamente 1.200 línguas autóctones de vários grupos lingüísticos, de uma população estimada em cinco milhões de indivíduos, foi a língua tupi, o *Nheengatu*, que maior influência exerceu no colonizador, por ser a mais usual na costa litorânea Sul / Norte e funcionar entre numerosos grupos aborígenes como uma "segunda língua". Fernão Cardin foi um dos primeiros a

---

[4] A palavra "caboco", de uso generalizado no sertão, é formada dos elementos lingüísticos dos tupis *caá* (mato, floresta) e mboc (verbo *hu mboc*, misturar, cruzar), daí significar o produto do cruzamento do homem branco com a índia, não se justificando a alteração de "caboco" para "caboclo" (Ribeiro, 2004:48).

registrar a diversidade de nações e línguas indígenas encontradas no Brasil, a principal compreendendo umas dez nações que ocupam a costa do mar e “em grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua, e ainda que em algumas palavras discrepam e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e copiosa, a dificuldade está em ter muitas composições” (disponível em htpp.www.dominiopublico.com.br).

Os colonizadores, levados pela dificuldade de lidar com uma grande variedade de línguas, e na contingência de transformar essa variedade em falantes da língua portuguesa, adotaram o tupi por mais de dois séculos como uma língua comum ou “língua geral”. Os diferentes substratos lingüísticos e formações histórico-ideológicas induziram os portugueses à suposição de haver pelo menos três tipos de tupi colonial: “o tupi jesuítico, o tupi dos colonos (brancos, mamelucos, índios e escravos) e os tupis indígenas (grupos tupinizados, aldeados ou simplesmente tapuizados)” (Freire e Rosa, 2202:119), todos constituindo derivas do tupi tribal.

A convivência com essa língua paralela se estenderá até o século XVIII, quando a língua dos tupis sobrepuja o português, a língua oficial, “ a língua do comércio nos portos do litoral, nas cidades e vilas de mais importância e no seio das famílias propriamente portuguesas; mas ainda aí, apareceria o tupi falado pelos fâmulos, quase todos índios ou de descendência índia”. (apud Silva Neto, 1950:61.)

No decorrer do século XVI, a mulher indígena, estreitamente ligada às atividades domésticas e à educação dos primeiros descendentes de brancos com índios, contribuiu decisivamente para que a língua tupi se tornasse, por adoção, a língua predominante naquele momento histórico. Quando a diversidade lingüística se acentua nos hábitos da colônia, tendo como ingredientes as dimensões continentais da terra descoberta e a mestiçagem, os núcleos familiares português/indígena já se encontravam tão ligados entre si que levam Vieira a registrar que a língua falada por aqueles “é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola” (apud Holanda, 1982:88)**.**

Melo (1981:45) assinala que neste período já têm curso entre os colonizadores termos tupis que servem para nomear

> utensílios, objetos, comidas, crendices, duendes, moléstias, fenômenos naturais e ainda termos de uso geral: arapuca, jacá, pari, tipiti, urupema; moqueca, cora, cura ou curau, mirandó; saci, caipora, curupira, cuca; sapiroca, catapora, sapiranga: pororoca, piracema; carijó, sambanga, sarambê, punga etc.

Começam-se a observar algumas variações de pronúncia nos primeiros anos da colonização, já arraigadas no século XIX, levando Alencar a notar que havia uma profunda

influência do tupi na parte fonológica dos falantes brasileiros. Isso contribuiu para o surgimento de um mesmo vocábulo com duas ou mais pronúncias: corimbatá / corumbatá / curimatá; tarira / taraira / traíra; maitaca / maritaca / baitaca; açatonga / açatunga / guaçatonga / guaxatonga; caraguatá / cramatá / gravatá. Verifica-se ainda a alternância "b"/ "v" na terminação vogal + b, principalmente entre os falantes de pouca cultura: jabuticaba / jabuticava; taioba / taiova; mangaba / mangava.

De acordo com Amaral (1982), no caso da alternância *b/v*, a pronúncia popular é a melhor, porque o povo, influenciado pela fonética indígena, passou a conservar sinais dessa influência "na própria incapacidade para bem apanhar o som distinto de v em vocábulos portugueses", o que vai ocasionar muitas vezes ouvirmos "guapô" por "vapor". A origem destas incertezas está em que a fonética praticada nem sempre possui sons correspondentes aos sons empregados pelos indígenas, e cita o caso da consoante (w) desde cedo com várias interpretações: "por uns como v, por outros como b, por outros ainda como gh. É o que explica as variações caraguatá, caramatá, cravatá; capivara, capibara, capiguara; piaçava, piaçaba, piaçágua (cf. piaçaguera), etc."

No plano do léxico, onde o impacto da cultura e da civilização é mais direto, e onde as mudanças se dão com maior agilidade, as palavras que denominavam o meio físico e cultural brasileiro já estavam integradas no uso diário, como os designativos de frutas, animais, plantas, topônimos e nomes comuns, que passaram a ser conhecidos como *brasileirismos*, termo hoje considerado ambíguo pelos estudiosos.

O critério de mostrar os contrastes entre o português ultramarino e o português brasileiro tem sido o mais utilizado nos estudos sobre a modalidade brasileira por lingüistas e filólogos para conceituar o termo *brasileirismo*. Cunha (1987:25-27) credita ao Visconde de Pedra Branca o fato de ser o primeiro a tratar do assunto na colaboração que escreveu para a *Introduction à l'atlas ethnoghaphique du Globe*, de Adrien Balbi, obra publicada em 1826, com a diferenciação de duas variantes da língua portuguesa, em que opõe a aspereza da elocução européia ao ritmo suave da modalidade brasileira. Em seguida, Pedra Branca documenta a afirmação com duas listas de palavras e expressões. Uma delas é atribuída aos indígenas ou foi importada por habitantes de outras colônias portuguesas; a outra refere-se a palavras que passaram a assumir sentido completamente diferente no Brasil. Com o objetivo de fundamentar o assunto, Cunha (1987:25-27) toma a alguns estudiosos a definição do termo *brasileirismo* e encontra em Câmara Júnior (1964) a definição que considera bastante explícita, mas não suficientemente sucinta:

> Qualquer fato lingüistico peculiar ao português usado no Brasil, em contrate com o fato lingüístico correspondente peculiar ao português usado em Portugal ou *lusitanismo*. O brasileirismo pode ser- a) regional, quando privativo de uma dada região do Brasil; b) geral, quando se estender por todo o território brasileiro. É este último que caracteriza o português do Brasil em face do português de Portugal, podendo ser um vulgarismo, ou estar aceito na norma lingüística espontânea.

Para Cunha (op. cit., p. 27), Silvio Elia (1963) é mais sintético ao conceituar o *brasileirismo* como um "fenônemo lingüístico que caracterize o português do Brasil em confronto com o de Portugal. O brasileirismo não tem de ser de todo o país; basta-lhe ser característico de uma de suas regiões".

Na linha de Câmara Júnior e Silvio Elia, Cunha (op. cit., p. 29) situa Sá Nunes, Silveira Bueno e Celso Pedro Luft. Um outro grupo reconhece a existência do fato no português europeu, mas não o menciona, e quando o faz é de forma indireta, considerando-o "típíco", "próprio", "peculiar", "característico", "privativo" da variante brasileira. Neste caso, Cunha cita Antenor Nascentes, cuja definição para *brasileirismo* é "palavra ou expressão própria do português falado ou escrito no Brasil". No entender de Cunha, a maioria dos estudos faz referência a "brasileirismo sem a preocupação de definir o termo, mas, de um modo geral, percebe-se que "a idéia constrativa está subjacente ao tratamento que lhe dá", como se vê nos trabalhos de Sousa da Silveira, Mário Barreto, Rodolfo Garcia, Cândido Jucá (filho), Clóvis Monteiro, Gladstone Chaves de Melo, Renato Mendonça, Manuel de Paiva Boléo, José Malaca Casteleiro e outros.

Tomamos a então definição de *brasileirismo* a outros estudiosos. João Ribeiro tem o termo como "a expressão que damos a toda a casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil" (apud Pinto, v.1, 1978:334).

Silva Neto (1950:89), por sua vez, afirma que o *brasileirismo* só deve ser aplicado a palavras de uso exclusivamente regional: "Para nomes de árvores, animais e palavras de uso geral (...) é preciso usar o qualificativo de português do Brasil", e somente no plano lexical, tanto na variação horizontal, a geográfica, quanto na variedade vertical, que organiza os quadros taxonômicos do conhecimento humano.

Melo (1972:135), entretanto, entende que há apenas *brasileirismos* de natureza semântica: "são brasileirismos de significação as muitíssimas palavras portuguesas que, sem perderem o antigo, adquiriram nesta banda do Atlântico novo ou novos significados". Acrescenta que se trata de "um crescimento semântico da palavra, um enriquecimento por dentro, com economia de vocábulos".

O *Novo Dicionário Aurélio* define o vocábulo como (1) “palavra ou locução própria de brasileiro”; (2) “modismo próprio da linguagem dos brasileiros”; (3) “idiotismo do português do Brasil”; (4) “caráter distintivo do brasileiro e/ou do Brasil”; (5) “sentimento de amor ao Brasil”.

Mais detalhado, o *Dicionário Houaiss* arrola as seguintes conceituações: 1 “menos us. que *brasilidade”;* 2 “em sentido lato, qualquer fato de linguagem (fonético, morfológico, sintático, lexical, estilístico) próprio do português do Brasil”; 2.1 “sob o ponto de vista lexical, palavra ou locução (dialetismo vocabular) ou acepção (dialetismo semântico) privativo do português do Brasil".

Orlandi (2002:102) considera que “essa questão das diferenças e dos brasileirismos permanecerá sempre, por assim dizer, “mal resolvida” (...) ‘em termos de sua representação quanto à unidade do português de Portugal e do Brasil”.

Alencar (*Iracema*, v. 3, p. 306) reclamava para o Brasil um estudo profundo da língua “tupi ou guarani, de suma importância para a questão da nacionalidade da nossa literatura”, para que entendêssemos quão importante foi a influência que exerceu e “ainda exerce na língua dos colonizadores do Brasil e de seus descendentes, na designação de lugares, frutas, árvores, animais” (op. cit.). Não é sem razão que sua obra traz a preocupação em recuperar a língua tupi-guarani e preservá-la para gerações futuras. Ficaram como legado tupi, dentre centena de outros, os nomes de

- Frutas: *jabuticaba, umbu, juá, urucu, cajá (Alceu Valença aproveitou de forma poética estas palavras para compor Morena Tropicana, uma canção que enche de orgulho o brasileiro);*
- Animais: *tatu, mutum, capivara, guaxinim, jaguatirica, suçuarana, tatarana (“Tu é tudo, Riobaldo Tatarana, cobra voadeira”, renome dado por Guimarães Rosa ao jagunço Riobaldo, por sua coragem, Grande Sertão:Veredas).* .
- Árvores: *jequitibá, aroeira, macaúba, maçaranduba, guaxindiba, jatobá;*
- Aves: *mauru, maitaca, macuco, maracanã, araponga, mutum, socó, uirapuru, jandaia;*
- Sentimentos: *xodó* (estima, apreço)*;*
- Objetos: *caritó* (gaiola);
- Danças: *choró* (arrasta-pé)*;*
- Insetos: *potó, carapanã, pium, mutuca, caba, micuim*;
- Entidades mitológicas**:** *saci, jurupari, iara, caipora, aru, uirapuru, curupira*.

A definição do nome *curupira* foi encontrada em uma carta do Pe. Anchieta à Companhia de Jesus dando conta dos espectros noturnos e demônios selvagens que costumavam aterrar os índios:

> É coisa sabida e pela boca de todos corre que há certos demônios, a que os Brasis chamam CURUPIRA, que acometem aos índios muitas vezes no mato, dão-lhes de açoites, machucam-os e matam-os (*sic*). São testemunhas disto os nossos Irmãos, que viram algumas vezes os mortos por eles. Por isso, costumam os índios deixar em certo caminho, que por ásperas brenhas vai ter ao interior das terras, no cume da mais alta montanha, quando por cá passam, penas de aves, abanadores, flechas e outras coisas semelhantes, como uma espécie de oblação, rogando fervorosamente aos CURUPIRAS que não lhes façam mal (apud Cascudo, 1969:25-26).

Acrescenta o Pe. Anchieta que "há também nos rios outros fantasmas, a que chamam IGRUPIARA, isto é, que moram n'água, que matam de medo aos índios. (...)", e mais muitos outros, "máxime nas praias, que vivem a maior parte do tempo junto do mar e dos rios, e são chamados BAETATÁ, que quer dizer coisa de fogo".

Os termos de origem tupi são encontrados ainda em nomes comuns: *jurema, peba, pereba, guri, piaçaba, pixaim, tapera, tapioca, xará*. Ribeiro (1979:162) esclarece que a palavra *xará* é brasileira de lei e foi introduzida em Luanda pelos negros migrados do Brasil, "e lá conhecida sob a forma *xalá*, consentânea com a prosódia quimbundo".

Silva Neto (1950:94) traz alguns registros do século XVI com a definição do que sejam a *tapioca*, o *beiju*, o *bagre* e o *togipar*, mostrando que o processo de aculturação, decorrente do choque de culturas, começa a se insinuar nos hábitos lingüísticos dos portugueses e de seus descendentes:

> *tapiocas* são huns bolos que nesta terra se fazem de farinha de paao que há hua raiz de mandioca de que se faz a farinha de que se fazem as dittas tapiocas que são bolos como obreas, que he ho mantimento comum desta terra em lugar de pães;
>
> á noite tomava três pequenos de *beiju* que he o mantimento da terra feito de farinha de raiz de paoo..
>
> e *bagre* que he outro peixe também de couro sem escama...
>
> agasalhados em *togipares* que são huns toldos de panos e ramos.

A contribuição maior, entretanto, ficou nas nomeações toponímicas: Cocorobó, Propriá, Caraxará, Cabrobó, Catolé, Quixeramobim, Apinajé, Poconé, Caraxará, Parati, Niterói, Jurujuba, Icaraí, Itatiaia, Jacarecanga (cabeça de jacaré), Itaperuna, Itacoatiara, Iguaçu, Itaipu, Itapetininga, Caraguatatuba, Jaconé, Cuieté, Pendotiba, Guaratiba (terra de guarás), Iguaba, Itaipuaçu, Itapemirim, e centenas de outras.

A antroponímia foi enriquecida nos prenomes Iracema (o mais popular de todos), Araci, Jurema, Jupira, Juraci, Moema, Bartira, Guaracy, Iara, Ubirajara, Peri, Potira, Poti,

Itagiba, Jaci, Guaraci; nos sobrenomes destacam-se Guarani, Oiticica, Jaguaribe, Jupiassu, Jatobá e muitos outros.

Algumas fraseologias remanescentes do tupi ainda são muito usuais, conforme Ribeiro (1979:58-61):

"Estar ou andar na pindaíba" (estar na embira) – originalmente significa "sem saída", "estar amarrado", em "apuros". A tradição transferiu o significado da expressão para "falta de dinheiro", "estar em apuros econômicos";

"andar ao uatá ou ata guatá" (a-uatá significa andar, correr sem rumo certo) – modismo que se vulgarizou desde os primeiros tempos da colonização;

"chorar pitanga" – fazer choradeira, reclamar em demasia;

"estar à tocaia" ou "de tocaia" – originalmente, armadilha para caçar;

"ficar de bubuia" – ficar à deriva na correnteza, boiar.

Para Souza (apud Orlandi, 2001:159), o tupi tornou-se "a extensão de um mecanismo gramatical atuando na constituição da língua com enorme produtividade", e não apenas amoldou-se ao sistema fono-morfológico do português. A sua contribuição pode ser atestada com alguns sufixos tomados à língua portuguesa e acrescidos a radicais indígenas: "-ense": itauense, cearense; "-eiro": abacaxizeiro, oitizeiro, umbuzeiro, juazeiro, cajazeiro; "-ino", guanabarino; "-al", cajual, abacaxizal; e outros ainda que servem como elementos modificadores de substantivos ("-açu" ou "-guaçu" e "-mirim": mogiguaçu, mogimirim, itapemirim,); "-oara", com valor gentílico, marajoara, paroara, de uso restrito à região Amazônica, e "-rana", modalizador que aparece em português preso a diversos nomes:

> sagarana ('como se fosse saga'), cajarana ('como se fosse cajá'), tatarana ('como se fosse fogo'), etc. Nessas palavras tanto se verificam raízes tupi, como raízes de outras línguas, como em sagarana. O que de imediato observamos nesses exemplos não é o mero empréstimo de termos ao léxico, e sim a produtividade do processo de nominalização abarcando diversas palavras (op. cit.).

Souza acrescenta que outra situação se dá com a raiz adjetiva "-puba" (azedo), que "passa para o português mudando a sua condição de morfema para a de palavra".

Muitos vocábulos da língua tupi caíram no esquecimento, mas têm sido resgatados por escritores contemporâneos, graças ao seu "poder evocativo" para associações de tonalidade emotiva, conforme classificou Bally, que "não só transmitem um significado mas também nos remetem a uma época, a um lugar, a um meio social ou cultural"(Martins,1984:84).

Guimarães Rosa (1985:245) foi buscar material no léxico tupi para revitalizar sua prosa e ao mesmo tempo resgatar o significado de algumas dessas palavras: "um riacho que brinca feito menino (*curumim*) *colominhando*; um "mato fechado *caapuão*"; sertanejos que

tinham “suas *ocas* por lá”; um caboclo rastejador que vivia para “tapejar” o bando de Joca Ramiro – ou jagunços disfarçados de *mbaiá”*. Criou a forma verbal *tapejar,* a partir de *tapejara:* tapé (caminho) + (jará) senhor, em uso na Amazônia, “para designar os conhecedores de caminho, os guias”, daí o sentido de “guiar”; tomou ainda o termo “mbaiá”, “designação que os guaicurus a si atribuíam, por se disfarçarem com galhos de arbustos” (Proença,1973:214), derivando-o para o verbo embaiar.

Outro a recorrer a tupinismos é o escritor baiano Adonias Filho, que semeia nos textos com personagens indígenas vocábulos que remetem à língua destes, a maioria traduzida ou explicada por um aposto. Do romance *As velhas*, temos as seguintes passagens: “O sol, nosso *uaraci*, podia faltar semanas seguidas porque chuva e cacau casavam; “A *auimi*, a velha, Tari Januária, prende os olhinhos de sagüim no rosto da filha (apud Martins, 1989: 85).

Desses primeiros contatos com os habitantes da terra, e já no final do século XVI com dezenas de milhares de negros traficados de nações africanas, a língua transplantada pelos portugueses passa a receber contribuições lexicais de um e de outro, apresentando uma nova feição no boleio da frase, no ritmo, na sintaxe, nos nomes às árvores, aos rios, aos sentimentos que estes rios e essas árvores despertavam: “E o que então se vislumbrou, ou intuiu-se, ganhou palavras fortemente propensas a unir-se às existentes, para formarem, colegiadas, um pensamento nacional” (Piñon, 1996: 25.)

Com a sobreposição da língua indígena à dos colonizadores, o léxico indígena contribuiu fortemente para revitalizar a língua portuguesa com termos novos e passou a exercer influência em algumas palavras trazidas pelos portugueses: *curuçá,* (cruz); *pereru* (ferreiro); *torotu* (torto); *xavi* (chave); *sabaru* (sábado), residindo neste campo uma profunda diferença entre a língua do colonizador e a do colonizado. De acordo com Melo (1981:46), essa influência se fará notar ainda em verbos formados de radical tupi*: acaboclar-se, acocorar, acaipirar-se, atucanar, capengar, capinar, cotucar, empipocar, entocar, jiboiar, guabiruar, maitacar, pererecar, petequear, sapecar, tocair, intijucar-se etc.*

A língua dos tupis enriqueceu e alicerçou a língua portuguesa com novos termos e novas expressões, contribuindo destarte para adicionar a ela um novo estilo, um estilo brasileiro de pensar e de escrever, em cuja fonte Alencar buscou inspiração para os seus romances indigenistas, nos quais “fotografa” em diálogo a fala do indígena, utilizando-se do recurso de fugir ao pronome de primeira pessoa ao se referir a si próprio: – “A filha de Araquém é mais forte que o chefe dos guerreiros. – disse Iracema travando da núbia” (*Iracema*, v. 3, p. 249); – **“**Virgem dos Tocantins, Jaguaré já soltou seu grito de guerra”(op.

cit., p.332); – “Tu estavas sossegada, Peri aproveitou para não te deixar amanhã” (*O Guarani*, v. 2, p. 384).

Entendia Alencar que “o conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura (...) É nessa fonte que deve beber o poeta brasileiro; é dela que há de sair o verdadeiro poema nacional, tal como eu o imagino” (*Iracema*, v. 3, p. 305-306), razão pela qual enumerou uma infinidade de nomes de origem indígena, ele próprio esclarecendo o significado de cada ocorrência. Aleatoriamente, colhemos no romance alguns vocábulos que evocam a língua tupi:

Ará: Periquito. “Os indígenas usavam repetir a última sílaba da palavra como aumentativo e às vezes toda a palavra, como *murémuré*. *Mure*, frauta; *murémuré*, grande frauta. *Arárá* vinha a ser, pois, o aumentativo de *ará*, e significaria a espécie maior do gênero”;

Acaracu: “O nome do rio vem de *acará*, garça; *co*, buraco, toca, ninho; e *y*, som dúbio entre i e u, que os portugueses ora exprimiam de um, ora de outro modo, significando água. Rio do ninho das garças é, pois, a tradução de *Acaracu”*;

Caaporas: **“**Os indígenas chamavam a esses espíritos *caa-pora*, habitantes da mata, donde por corrução veio a palavra caipora, introduzida na língua portuguesa em sentido figurado”.

Ceará: “*Ará*, abreviação de arara, mas pode-se entender aí uma corruptela de *guirá*, pássaro, ou apócope de *arara*, incidente muito comum na língua tupi, como efeito do seu sistema de encapsulação. Essa é a etimologia verdadeira, não só é conforme a tradição, como às regras da língua tupi”:

> Diz a tradição que Ceará significa, na língua indígena,“canto de jandaia”. Aires do Casal, Corografia Brasílica, refere essa tradição. O Senador Pompeu, em seu excelente dicionário topográfico, menciona uma opinião, nova para mim, que pretende vir Siará da palavra *suia*, caça, em virtude da abundância da caça que se encontrava nas margens do rio.

Alencar considera essa etimologia forçada, porque a desinência *-iba* era empregada na língua tupi para indicar quantidade, enquanto *-ara*, junto a verbos, designava o sujeito que exercia a ação. Junto a nomes, a desinência *-ara* significava o que tem o objeto: *Coatiara*, o que pinta*; Juçara* o que tem espinhos.

Chama a atenção para o fato de que o monossílabo *ce*, que antecede o nome *arara*, é sem dúvida o radical de um verbo que exprime algazarra e rumor festivo. Esse radical é encontrado nos termos *pocema* (pó + cema), canto de guerra, acompanhado do bater das mãos, e entoado ao travar da peleja; *piracema*, burburinho e cardume de peixes (...); *poracê*,

dançar, de *opore* – pular e *ce; juracê* – cantar, de *juru – boca, e ce.* Conclui que "Ceará é nome composto de *cemo*, cantar forte, clamar, e *ara*, pequena arara ou periquito" (*Ensaios*, v.4, p. 1030-1035).

Curupira: **"**A esses espíritos chamavam os selvagens curupira, meninos maus, de *curumim*, menino; e *pira*, mau"**;**

Guará: **"**Ave paliudal, muito conhecida pelo nome de *guará*. Penso eu que esse nome anda corrompido de sua verdadeira origem, que é *ig*, água; e *ará*, arara: arara-d'água, assim chamada pela bela cor vermelha";

Graúna: "É o pássaro conhecido de cor negra luzidia. Seu nome vem por corrução de *guira*, pássaro; e una, abreviação de *pixuna* – preto";

Iracema: "Em guarani significa lábios de mel, – de *ira*, mel; e *tembe*, ou *teme*, lábios. *Tembe* na composição altera-se em *ceme*, como na palavra *ceme iba"*.

Jati: "Pequena abelha que fabrica mel delicioso";

Juçara: "Palmeira de grandes espinhos, das quais servem-se ainda hoje para dividir os fios de renda*";*

Jirau: "Na jangada é uma espécie de estrado onde acomodam os passageiros; às vezes o cobrem com teto de palha. Em geral é qualquer estiva elevada do solo e suspensa em forquilhas*";*

Pocema: "Grande alarido que faziam os selvagens nas ocasiões da alegria; é palavra adotada já na língua portuguesa e inserida no dicionário de Morais. Vem de *pó* (mão) e *cemo*, clamar: clamor das mãos, porque os selvagens acompanhavam o vozear com o bater das palmas das mãos";

Tabajara: "Senhor das aldeias, de *taba*, aldeia; e *jara*, senhor. Essa nação dominava o interior da província, especialmente a serra da Ibiapaba";

Uru: "Cestinho que servia de cofre às selvagens para guardar seus objetos de mais apreço e estimação*";*

Esta atitude de definir os termos tupis e as palavras da sua criação se repete no pós-escrito de *Diva*, quando explica o sentido de alguns neologismos de lavra própria e provoca a ira de adversários, que o acusam de encher a sua prosa de termos desconhecidos, fazendo-se necessário acompanhar a leitura com o auxílio de um dicionário. Nabuco, crítico contumaz da literatura indigenista de Alencar, se inclui entre esses adversários.

> Essa literatura indígena tem certa pretensão a tornar-se a literatura brasileira. Sem dúvida quem estuda os dialetos selvagens, a religião grosseira, os mitos confusos, os costumes rudes dos nossos indígenas, presta um serviço à ciência, e mesmo à arte. O que porém é impossível é querer-se fazer dos selvagens a raça, de cuja civilização a nossa literatura deve ser o monumento."(apud Pinto, v.1, 1978:195).

De formação européia, Nabuco via Paris como o centro do mundo, ao contrário de Alencar, cujo pensamento estava voltado para as coisas da sua gente. Entende-se neste texto que a sua crítica destina-se à linguagem de Alencar e ao tratamento que dava ao índio, às boas maneiras e à delicadeza com que era retratado pela pena do escritor cearense.

Alencar recorreu a obras de cronistas e historiadores que trataram da língua dos indígenas, e empregou-a ao lado de latinismos, recursos rítmicos e sintáticos, conferindo alto teor literário à sua prosa: "Iracema está apoiada no tronco *rudo*, que serve de esteio. Os grandes olhos negros (...) estão naqueles olhares longos e trêmulos enfiando e desfiando os *aljôfares* das lágrimas que *rorejam* as faces (*Iracema*, v. 3, p. 254); "A *ará* pousada no *jirau* fronteiro, alonga para sua formosa senhora os verdes tristes olhos. Desde que o guerreiro branco pisou a terra dos *tabajaras*, *Iracema* a esqueceu"(op. cit., p. 225); "... o *aljôfar* d'água ainda a *roreja*, como a doce mangaba" (op. cit., p. 239).

Em comentário crítico de *Iracema*, Machado de Assis registra que o romance é "um poema em prosa", produto de um estudo profundo da língua e dos costumes dos selvagens, obrigando Alencar a ir fundo na poesia americana para prevenir-se contra o anacronismo moral,

> que consiste em dar idéias modernas e civilizadas aos filhos incultos da floresta. O intuito era acertado; não conhecemos a língua indígena; não podemos afirmar se o autor pôde realizar as suas promessas, no que respeita à linguagem da sociedade indiana, às suas idéias, às suas imagens; mas a verdade é que relemos atentamente o livro (...) e o efeito que ele nos causa é exatamente o mesmo que o autor entende que se deve destinar ao poeta americano; tudo ali nos parece primitivo. A ingenuidade dos sentimentos, o pitoresco da linguagem, tudo, até a parte narrativa do livro, que nem parece obra de um poeta moderno, mas uma história de bardo indígena, contada aos irmãos, à porta da cabana, aos últimos raios do sol que se entristece" (apud Alencar, v. 3, p. 226-230).

Conclui o artigo expressando o sentimento de que o romance "tem em si as forças que resistem ao tempo, e dão plena fiança ao futuro. É também um modelo para o cultivo da poesia americana, que (...) há de avigorar-se com obras de tão superior quilate".

Quase sesquicentenária, *Iracema* continua tão jovem e atraente quando da publicação do romance em 1865. Os cabelos, "negros como a asa da graúna", não sofreram a intervenção do tempo; e a expressão "lábios de mel" ainda serve de motivo para unir muitos corações apaixonados. *Iracema* vive! Vive personificada na linguagem elegante de Alencar, e no registro civil de milhares de brasileiras, constituindo um dos mais utilizados prenomes femininos no Brasil.

Segundo Silva Neto (1950:149), os tupis deixaram ao português "algumas possíveis influências" em falares rurais, como a tendência para a nasalização,

> e ainda a troca, verificada no Nordeste, entre o *l* inicial e o *d*, pois é sabido que o tupi não possuía *f, l* e *r*, assim, alternam *liamba* e *diamba, ligero* e *digero, libaral* e *dibaral;* mutação de *lhe* em *i*, dando aos vocábulos batalha, migalha as pronúncias *batáia, migáia*; câmbio de grupos *nd* e *mb* em *n* e *m*, como se observa nas palavras *tamarino* por tamarindo, *tamem* por também; anomalias na pronúncia do r; despalatização do fonema lh, tornando-o lê: *muler* em vez de mulher; queda do l e do r dizendo-se *mé* (mel), andá (andar); troca do *l* medial em *r: arto* por alto, *sarto*, etc.; as pretônicas abertas do falar nordestino: dèzembro, etc; na sintaxe a omissão freqüente do artigo: rio encheu, passarinho voou, estrangeiro chegou.

Acrescenta que, à proporção que os indígenas consolidavam a língua dos colonizadores, estes, por sua vez, alteravam os vocábulos do gentio adaptando-os a seus hábitos fonológicos, alterações que se incorporaram ao léxico português através de alterações vocálicas encontradas na aférese (*alagoas* > lagoas); na crase (*caaboc* > caboclo); na prótese (*nana* > ananá); na síncope (*Aquiri* >Acre), e outros.

A língua portuguesa prevaleceu sobre a língua tupi, mas recebeu desta um cabedal de vocábulos e expressões ainda hoje inseridas na linguagem falada, muitas vezes nossos escritores a eles recorrendo como recurso literário. Enriquecida de termos e locuções novos, a língua portuguesa adquiriu no Brasil uma pronúncia diferenciada, elogiada pela suavidade, e sofreu ao longo do tempo algumas alterações sintáticas, campo fechado do sistema onde as intervenções do falante se fazem com mais dificuldade.

1.4 A CONTRIBUIÇÃO DAS LÍNGUAS AFRICANAS

Por mais de três séculos, cerca de três milhões e seiscentos mil africanos foram introduzidos no Brasil, sendo que os primeiros vieram de possessões portuguesas na África, e já traziam alguns rudimentos da língua portuguesa; os demais chegaram de diversas regiões do continente africano. Os primeiros a chegar, no século XVI, foram os sudaneses, vindos da Guiné. No século XVII, avoluma-se o número de traficados, os bantos, vindos do Congo e de Angola, levando Gabriel Soares a escrever em 1616 que “neste Brasil se há criado um novo Guiné com a grande multidão de escravos vindos dele que nele se acham; em tanto que, em algumas capitanias, há mais deles que dos naturais da terra...” (apud Silva Neto, 1950:95.)

No início do século XVIII, nova leva de sudaneses, oriundos da Costa da Mina e da baía do Benin; no século XIX os africanos chegam de todas as regiões, predominantemente de Angola e Moçambique. Segundo Houaiss (1992:40), torna-se difícil precisar o número das línguas que trouxeram consigo, mas sabe-se que nas áreas atingidas pelo tráfico cerca de 200

a 300 delas foram introduzidas no Brasil, constituindo uma pequena amostra de um conjunto lingüístico com mais de duas mil línguas.

Em meados do século XVI, misturaram-se à população do Brasil grandes levas de sudaneses, que passaram a ocupar as áreas mais diversificadas: Pernambuco, por estar mais próximo da costa da África; Bahia, em maior número, por concentrar naquele momento o Governo Geral; e Rio de Janeiro, uma capitania em desenvolvimento e que mais tarde seria a sede do Governo Geral. Mais tarde, os bantos, em quantidade muito superior aos sudaneses, foram espalhados por outras regiões e enriqueceram o léxico português com empréstimos lexicais que se adaptaram à fonologia e à morfologia portuguesa, como *dengo, calango, macaco, canjica, samba, inhaca, jiló, ginga, moleque, quitute, xodó, zangado, zum-zum, cochilar, cachimbo, maxixe, molambo, caçula, dendê, fubá, maribondo, mocambo, quitute, senzala, cafuné,* cultivados tanto na língua culta quanto na popular, passando esses africanismos a constituir brasileirismos apreciáveis.

O jornalista francês Jean-Charles-Marie Expilly (apud Cascudo, 1969: 124), que morou no Rio de Janeiro no final do século XIX, descreve que o *cafuné* ou coçar a cabeça era muito apreciado por "preguiçosas senhoras", mulheres de classes inferiores que nutriam "um gosto apurado" pelo esquisito entretenimento, mas que nenhum escritor da época se ocupou em descrever o cafuné e a "volutuosidade estranha" da sua prática entre nós:

> O cafuné é, para as senhoras brasileiras, o que é o banho para as mulheres submetidas ao despotismo oriental: uma distração e um prazer. À hora do grande calor, quando mover-se ou mesmo o falar é uma fadiga, as senhoras, recolhidas ao interior dos aposentos, deitam-se ao colo da mucama favorita, entregando-lhe a cabeça. A mucama passa e repassa os seus dedos indolentes na espessa cabeleira que se desenrola diante dela. Mexe em todos os sentidos naquela luxuriante meada de seda. Coça delicadamente a raiz dos cabelos, beliscando a pele com habilidade e fazendo ouvir, de tempos a tempos, um estalido seco entre a unha do polegar e do dedo médio. Esta sensação torna-se uma fonte de prazer para o sensualismo das crioulas. Um volutuoso arrepio percorre os seus membros ao contacto dos dedos acariciadores. Invadidas, vencidas pelo fluido que se espalha em todo o seu corpo, algumas sucumbem à deliciosa sensação e desfalecem de prazer sobre os joelhos da mucama.

Ao final do século XVI, alguns africanismos já eram usuais no Brasil – *moleque, quitanda, amendoim, batuque, gaiato, cacimba, acarajé, jabá* (carne-seca), *axé*, dentre outras – passando a exercer forte influência entre os nativos, os portugueses e os seus descendentes. Houaiss (1992:41) observa que neste período há

> referências a línguas gerais de base africana em vários pontos do país, línguas essas que por forte presunção eram as dos quilombos, que desde o século XVI se multiplicaram no território, quilombos que, não intercomunicantes, não teriam por que ter a mesma língua geral de base africana.

Acrescenta que as línguas quimbundo e o iorubá foram tão empregadas em solo brasileiro nos dois últimos séculos da colonização que em algumas regiões eram consideradas

línguas gerais de base africana. Por se tratar de línguas desprovidas de flexão, ao adotarem o português como segunda língua, os africanos imprimiram “as marcas dos seus antigos hábitos lingüísticos, executando-o, não apenas com sotaque peculiar e deformador, senão que também simplificando-lhe a morfologia com reduzir-lhe as flexões” (Melo, 1981:76).

Outro fator que contribuiu para a prática dessa língua geral de base africana pode ser creditado ao desenvolvimento por parte do colonizador de uma política gloticida, ao impedir que esses grupos permanecessem juntos seja por línguas, por etnias ou por famílias. Esta separação vai permanecer até meados do século XIX, quando o domínio da língua portuguesa já era fato consumado, e contribuiu para que a influência da língua africana no português que se praticava aqui tenha sido bem menor do que a dos indígenas. De acordo com a sua procedência, e com o decorrer do tempo, esse contingente passou a constituir uma população escrava com o domínio de duas línguas, ambas sem flexão: o nagô ou iorubá na Bahia, de procedência banta, e o quimbundo, de origem sudanesa, em outras regiões. Os quilombos, enquistados no interior do Brasil (Bahia, Minas Gerais, Alagoas), formados de negros, índios e mestiços, passaram a se valer de uma língua de emergência, um linguajar crioulo mais reduzido às necessidades imediatas, constituindo uma fronteira lingüística que se prolongou pelo sertão, dando origem a um dialeto caipira, enquanto na costa litorânea o falar português passou a ser mais praticado. Desta forma, as línguas africanas, marcadas pela ruptura, concorreram no Brasil para contatos lingüísticos em diferentes épocas e em diferentes ambientes, tanto na área urbana quanto na rural. Esta influência, de acordo com Houaiss (1992: 39) pode ter surgido da necessidade que tiveram os africanos de aprender rapidamente uma língua que lhes servisse de instrumento de comunicação, resultado de algumas práticas e deturpações que serviram para desenvolver uma crioulização da fala do brasileiro, um “processo pelo qual um pidgin se expande e se torna lingüisticamente mais complexo, tornando-se a língua materna de determinada comunidade”.

Alencar foi um dos primeiros a registrar certa variação na fala dos negros, como a fuga a um pensamento mais elaborado das orações, provocando um travamento, fazendo-os evitar a subordinação. De conformidade com Jucá (1966:83), para resolver na escrita esta particularidade, Alencar optou pela utilização de orações independentes: “Não faz mal; nhanhã fica rica, compra Pedro; manda fazer para ele sobrecasaca preta à inglesa: bota de canhão até aqui (marca o joelho); chapéu de castor; tope de sinhá; tope azul no ombro” (*Demônio*, v.4, p. 86.); “Quando é de tarde, carro na porta; parelha de cavalos brancos,

fogosos; Pedro na boléia, direitinho, chapéu de lado, só tenteando as rédeas. Nhanhã entra; vestido toma o carro todo, corpinho reclinado embalançando: “Botafogo!” (op. cit.).

Ao modo de Caldas Barbosa e Gregório de Matos Guerra, Alencar utilizou-se de vocábulos tirados à linguagem dos negros e defendeu com veemência o seu emprego na literatura. Tal é o caso do vocábulo *sinhá*, “formado de acordo como o gênio da nossa língua” (...) ‘não encontrando nele nenhum som que repugnasse ao sistema morfológico português, ou sílaba que contrariasse a eufonia de nosso idioma” (*Questão Filológica*, v.4, p. 941).

Silva Neto (1950:132) esclarece que Saint-Hilaire já observara que a linguagem dos negros trazia “qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagem e idéias (...), um dos característicos dos falares crioulos”, sendo comum entre eles o tratamento *sinhá, sanhara, siá, sá* para designar a patroa ou senhora, termos ridicularizados pelos portugueses.

Para Câmara Júnior (1964:29), esses falares são africanismos especialmente curiosos,

> em sentido lato, decorrentes dos termos para senhor e senhora no português crioulo dos negros escravos e vigentes como hipocorísticos no português do Brasil: sinhô (< senhor), com o feminino analógico sinhá, as reduções – nhô, nhá, e as reduplicações – nhonhô, nhanhã, ou por iotização – ioiô, iaiá.

O contato com os africanos não chegou a produzir uma língua crioula estável no Brasil, como acontecera em algumas comunidades lusófonas da África, nas Guianas e no Caribe, mas concorreu para uma série de mudanças nas diversificações dialetais, principalmente nas camadas mais populares da zona rural, onde a ausência de unidades escolares ainda é sentida.

De acordo com Baxter e Lucchesi (1997:77), o Projeto *Vestígios de dialetos crioulos em comunidades afro-brasileiras isoladas*, desenvolvido pelo Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia, estudou em Helvécia, no extremo sul daquele estado, o caso de um dialeto “afro-brasileiro falado por descendentes de iorubás e geges, escravos da antiga Colônia Leopoldina, estabelecida nas primeiras décadas do século XIX por suíços, alemães e franceses”, apresentando algumas particularidades nos sistemas verbal e morfossintático. Nos iorubás, destacam-se os usos:

1 – formas do presente para indicar ações e estados situados no passado:

“Meu pai é de cativeiro” (“meu pai era escravo”); “Eu pega Mário e mandou ele cortá [lenha]” (“eu peguei Mário e mandei-o cortar lenha”);

2 – formas finitas em contexto de formas do Infinitivo e vice-versa:

“Non sê vai lá” (“não sei ir lá”); “Ficou certo de vem um de lá” (“ficou certo de vir um de lá);

3 – a variação na marca da 1ª. pessoa do singular, o que aponta para um sistema anterior desprovido de flexão de número e pessoa:

“Tomei aquilo, acabô”, “Acabô... nunca mais eu sintiu.” “Eu num cunhece esses povo não.”

No sistema morfossintático foram encontrados:

1 – uso reduzido do artigo:

“Eu sô fia do lugá”, (“eu sou filha do (deste) lugar”;

2 – variação na concordância de gênero no sintagma nominal:

“O meu sobrinha”; “Umas duas arquerim de terra...”

3 – uso da diátese lexical, ao invés de estruturas passivas:

“E bicho encontrava lá”, “e bicho era encontrado lá”;

4 – regência verbal:

“Perguntei o Pedro, ele disse...”; “E bebê, o sinhô bebe?; “Meu amigo, eu num vô dizê o sinhô que não”;”Gosta mata virge”.

5 – supressão da preposição:

“Folha mandioca” (“folha de mandioca”), “Eu tenho direito distrai um pouco” (“eu tenho direito de me distrair um pouco”);

6 – ausência do verbo copulativo:

“Esse aí neto de Casimiro” (“esse aí é neto de Casimiro”);

7 – ausência de concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo:

“E inté hoje lá istragado minha vista”. “A festa aí é bunito”. “Ela ficô bom”. “A minina ta mei duentado”;

8 – orações encaixadas sem complementizador:

“Eu teve cunversando... foi com quem? Acho qui foi cum Pedro mehmo, ele disse a irmã dele veio do Rio”; “A pessoa num sube cuzinhá uma carne ta ruim”. “Acho que seca mehmo purque teve lagoa aí seco”.

9 – dupla negação marcada no sujeito:

“Ninhum discarado num tá trabaiandu não.” “Esse tempo lá, ninguém num tava ligano de negóci de falá em fazê procuração.”

Baxter e Lucchesi entendem que “a maioria desses traços individualizam o dialeto de Helvécia no panorama dos dialetos rurais brasileiros, entretanto, não seria o caso de retirá-lo do processo global de formação dos dialetos populares do português do Brasil”.

Houaiss (1992:126) explica que, em conseqüência do isolamento a que foram submetidos os africanos entre nós, o falar crioulo tendeu à eliminação de redundâncias do sistema lingüístico original.

> Idealmente é como se examinassem a frase “os meninos precisam ter dois pães” e chegassem às seguintes conclusões: “os meninos” é redundante, basta “os menino” (pois o plural continua aí marcado mais economicamente); “os menino precisam” é ainda redundante, basta “os menino precisa” (pois o plural continua aí marcado mais e mais economicamente); “os meninos precisam ter” é sistematicamente redundante ainda, basta “os menino precisa tê” (pois o r final do infinitivo é excrescente, já que sintagmaticamente tê é inequívoco, ademais de ser mais econômico); “os menino:: “os pães”: “os pão.

No século XIX, verifica-se que o grupo consonantal “st” e o “r” oferecem dificuldades aos negros, daí pronunciarem /t / por “st” **(**tá bom, por está bom); /l/ por “r” (*dalé* por darei). Para Silva Neto (1950:133), “a elite brasileira nunca esteve isenta da influência da massa”, o que proporcionou à sociedade colonial brasileira sofrer um processo de “influência inversa, isto é, aquela que se exerce do “inferior” para o “superior”, levando-a a encontrar, a partir dos românticos, certa influência do falar plebeu, notadamente na obra de Alencar.

Entre 1825 e 1855, a destinação da mão de obra escrava para centros urbanos como Salvador (Bahia) e São Luis (Maranhão) permite que a contribuição do africano passe a ser mais livre, mesclando-se e deixando poucos vestígios. Com o tempo, os africanos adotaram o português como segunda língua e imprimiram nele “as marcas dos seus antigos hábitos lingüísticos, executando-o, não apenas com sotaque peculiar e deformador senão que também simplificando-lhe a morfologia com reduzir-lhe as flexões” (Melo, 1981:76).

Essa herança vai firmar-se no domínio da fonética, e contribuiu para o estabelecimento e a difusão de traços lingüísticos nas classes populares do português falado no Brasil, manifestando-se em algumas inflexões, no vocabulário, na entonação, no sistema fonológico, que podem ser encontradas em algumas situações:

1 - queda do /r/ e do /s/ em final de palavras:

dotô (doutor), *ajustá* (ajustar);

2 - ausência da marca do plural:

“Abre o peito e *sorta os verso / e vâmo as conta* ajustá” (Catulo);

“Eu nesse coco não vadeio mais / *Apagaro* o candiero / E *derramaro* o gai”(Zé Dantas e Luís Gonzaga);

O desaparecimento do “r” final e a redução do “s” final à função de plural, podem ser entendidos, como um processo operacional de crioulização, podendo ir além:

> Na conjugação-padrão os pronomes pessoais em grande número de casos são redundantes com as desinências número-pessoais; (...) no padrão pode-se conjugar “amo, amas, ama, amamos, amais, amam”, mas, crioulizando, isto é, tornando o pronome pessoal de uso obrigatório, pode-se conjugar “eu amo, tu ama, ele, ama, nós ama, (vós ama), eles ama (Houaiss, 1992:126).

3 - introdução de um /r/ em algumas palavras (dormi / *drumi*), e alguns outros torneios.

A substituição do braço escravo pelo assalariado afastou da convivência cotidiana dos brancos grande parte da população de africanos, influenciando sobremaneira na diferenciação dialetal do Brasil. Portugueses, índios e negros mesclaram-se de tal forma que a língua dos africanos, assim como a dos nativos, desapareceu quase por completo, mas esses empréstimos lingüísticos entraram no sistema, adaptaram-se a ele fonológica e morfologicamente, e passaram a constituir fatores de enriquecimento da língua portuguesa.

Se no século XX pouco registro se tem sobre a influência das línguas africanas no Brasil, "não há como assegurar que até 1920, mesmo entre os quilombos, a língua africana fosse a mais praticada pelos negros"(Houaiss, 1992:84). Entende, entretanto, a fusão dessas línguas com centenas de outras de nações indígenas e de alguns grupos portugueses sairia a atual fisionomia da língua falada no Brasil, trazendo variantes lingüísticas.

As línguas indígenas e africanas deixaram poucas marcas, principalmente devido às precárias condições sociais impostas pelo português e à ausência de uma política educacional voltada para as suas necessidades. Mas no final do século XIX já se notava uma mescla tão grande entre portugueses, índios e africanos que a língua destes, assim como a dos nativos, desapareceu quase por completo. Os traços lingüísticos resultantes da interferência dos africanismos, em particular no português do Brasil, passaram a constituir "um substrato de línguas africanas, especialmente o IORUBÁ, das chamadas línguas sudanesas, no Golfo da Guimné, e o QUIMBUNDO, do bloco bântu, no sul do continente africano" (Câmara Júnior, 1964:29), exercendo influência na pronúncia e na sintaxe, não se constatando, entretanto, empréstimos sintáticos ou de fonemas.

Por sua vez, os empréstimos lexicais entraram no sistema, adaptaram-se a ele fonológica e morfologicamente e contribuíram para constituir fatores de enriquecimento da língua portuguesa. Entretanto, pequena foi a influência das línguas africanas na pronúncia e na sintaxe da língua culta do Brasil, ficando restrita sua contribuição maior à linguagem popular, principalmente na simplificação e redução das flexões com alteração do tipo de concordância. No léxico, seu legado foi incontestavelmente menos pródigo que a contribuição das línguas indígenas.

1.5 A CONTRIBUIÇÃO DE OUTROS POVOS

A história das perdas tem sido feita muitas vezes; a das aquisições está por fazer. Vamos enumerar algumas delas.
(Michel Bréal)

A cultura portuguesa consolidou-se no Brasil pela quantidade cada vez maior de colonos que chegavam das diversas regiões de Portugal, pela proliferação natural das famílias reinós, açorianas, pelos casamentos e uniões com os indígenas, e depois com os africanos escravos e estes com aqueles, cruzamentos de sangue e cultura que condicionaram a sociedade brasileira como comunidade divergente, abrindo espaço para o surgimento de novas modalidades e novos usos lingüísticos, tanto na fala quanto na escrita. Com as contínuas correntes imigratórias, principalmente a partir do século XIX, o português do Brasil foi substancialmente enriquecido, recebendo influência de outros povos com os quais passou a manter contato e relações de vária espécie, e dos quais herdou novas maneiras de dizer e vocábulos tomados a essas línguas que se fixaram no idioma.

Ao contrário da contribuição inglesa, aceita com simpatia e incentivada, a influência da língua francesa recebeu entre nós uma atitude hostil e exagerada por parte dos puristas e de alguns escritores de fins do século XVIII e princípios do século XIX, "impressionados com o gosto que se vinha tomando pelo falar do civilizado povo d'além-Pireneus. Termos franceses sem necessidade alguma se iam já substituindo a expressões usadas desde tempos imemoriais"(Said Ali, 1971:104). Hoje estão implantados nos usos do Brasil uma infinidade desses termos, como cinema, vitrine, chapéu, loja, chaminé, etiqueta, sargento, chefe (nas indicações de chefe de família, chefe de estado, etc). Afirma que detalhe (s) é uma palavra que

> corre em boca portuguesa e brasileira há século e meio, vive e floresce hoje e anda impressa em livros e jornais. Puristas extremados e exagerados a evitam. Estes, porém, expungindo o termo, não suprem a falta como em casos análogos costumam, quer dizer, não recorrem a outra palavra que signifique o mesmo e de que se saiba ao certo haver sido usada pelos clássicos da língua (op. cit., p. 105).

No sul do Brasil, temos como adstratos do português a língua alemã, o sírio, o italiano, o japonês, produto de grandes levas de imigrantes que aqui vieram ter a partir do século XIX para "fazer a América". Do léxico italiano, começaram a circular sobretudo termos relativos às artes (*soneto, tenor, cantata, piano*), e mais centenas de palavras, principalmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram em maior quantidade os italianos; dos japoneses, a contribuição mais eminente está na culinária (*sushi, sashimi, tofu,*

manju, miojo, sukiyaki); nos desenhos (*mangás, animê*); na decoração (*ikebana, origami*); na poesia (*haikai,* poesia de três versos tão apreciada por Millôr Fernandes); na religião o *seicho-no-ie*; nas artes marciais o *karatê*, o *sumô;* o *shiatsu*, massagem para aliviar a tensão; o *saquê*, bebida feita com a fermentação do arroz; e, particularmente, vocábulos para indicar a descendência nipônica no Brasil: *nikkeis* (descendentes diretos de japoneses); *nisseis* (filhos de japoneses, segunda geração); *sansseis* (3ª geração de japoneses, bisnetos).

No Rio Grande do Sul (apud Pires, www.orbilat.com), a influência do espanhol foi enorme na cultura dos gaúchos. Situada em área de conflito historicamente pertencente à Espanha durante vários anos, a região viveu em guerra com seus vizinhos "castelhanos" (argentinos, uruguaios) e com os portugueses, criando um isolamento cultural que vai manifestar-se na indumentária, no hábito do chimarrão, do churrasco e também na língua. A linguagem do gaúcho reúne termos espanhóis, portugueses, indígenas e africanos, formando um dialeto crioulo riograndense, uma linguagem híbrida, perfeitamente entendida pelos da região, mas não dominada por um "chucro" (pessoa inexperiente). Este dialeto "campeiro" traz particularidades interessantes, como termos escritos em português, mas lidos como espanhol; pronúncia do "o" e do "e" não reduzida para "u" e "i", como no português; dificuldade para saberem quando pronunciar "b" e "v", por se tratar de sons que flutuam entre a gramática portuguesa e a espanhola; preferência pela pronúncia "lê", ao invés de "lhe"; pelo diminutivo -ito; utilizam-se com naturalidade de expressões espanholas: "buenas" (saudação) e "a la fresca", dentre outras. São expressões típicas do crioulo gaúcho:

Abichornado: acovardado, apequenado; *Bagual***:** cavalo que não foi castrado, homem.

Contribuições do espanhol:

Tropear: conduzir tropa, gado**;** *Cusco:* cachorro pequeno (provavelmente emprestado do quíchua); *Charque*: carne salgada em mantas; *Gaudério*: desocupado; *Minuano*: vento; *Querência*: lugar onde se vive; *Tchê*: termo vocativo pelo qual se tratam os gaúchos.

Do quíchua:

Guaiaca: bolsa, sacola; *Mate*: erva, bebida amarga; *Pampa*: vastas planícies.

Do tupi:

Guri: criança, menino; *Jururu*: triste.

Estes termos encontram-se nos *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto (1976:45), cuja primeira edição é de 1912, mas permanece com uma linguagem pampeana atualíssima, conforme um fragmento de texto tirado ao conto *Trezentas onças:*

> Parece que foi ontem. Era fevereiro; eu vinha *abombado* da troteada.
> – Ah!... esqueci de dizer-lhe que andava comigo um cachorro *brasino*, um *cusco* mui esperto e bom vigia.

> Eu era mui pobre – e ainda hoje, é como vancê sabe...; (...) e o meu patrão, um *charqueador*, sujeito de contas mui limpas.
> O *bagual* tinha reconhecido o lugar.
> Então fui para dentro: na porta dei o – Louvado seja Jesu-Cristo; boa-noite – e entrei, e comigo, rente, o *cusco*. Na sala do *estancieiro* havia uns quantos *paisanos*; era a comitiva que chegava quando eu saía; corria o *amargo*.

1.6 AS TRANSFORMAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

> *Sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas idéias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores.*
> (José de Alencar)

As primeiras diferenciações apresentadas pela língua falada no Brasil, em oposição à língua dos portugueses, começaram a aparecer em meados do século XVII. Tristão de Athayde (apud Teles, 1980:260) cita digna de nota a origem de dois brasileirismos provindo simultaneamente do português e do tupi, como “empalamado” (port.) – “empalemado”, e de “empanemado” (tupi), ou ainda “encarangado” (port.) – “carango”, cancro, e “caruguá” (tupi), reumatismo:

> O empalemado castiço, ou “empenemado” indígena representam um estado de desventura: as derivações, “encaruguado”, “encaruado”, do tupi, vieram fundir-se com o “encarangado” de procedência européia, emprestando a este o sentido de entrevado ou sem movimento que não possuía, e mostrando a convergência e o contato bilíngüe da cultura americana.

No século XVIII, apesar de persistir a modalidade escrita portuguesa, a variante brasileira insinua-se na literatura com empréstimos de vocábulos indígenas e africanos, específicos dos brasileiros, em gêneros populares, onde se justificava o seu exotismo:

> Veio amor dar-me na cuia
> Qu’estou todo feito angu
> Mais mole que quingombó
> Tem nhánhá certo nhónhó
> Que tantos quindins afeta
> Eu tenho uma nhanhazinha.
> (Caldas Barbosa, *Viola de Lereno*, apud Pinto,1992:29)

A língua falada no Brasil preservava termos já arcaizados na metrópole, verificando-se uma permuta lingüística que será consolidada na escrita pelo prestígio da língua trazida pelos portugueses. Em meados do século XIX, os escritores, “a princípio cidadãos portugueses, depois filhos e netos de portugueses, nascidos no Brasil, mas freqüentemente formados em Portugal, tinham como referencial e como ideal literário o que se ensinava e se praticava na metrópole” (Pinto, 1992:20), ou seja, a modalidade escrita portuguesa. Esta

atitude levava-os a eliminar de seus escritos quaisquer traços relacionados à oralidade brasileira, de modo a livrarem-se do estigma de "provincianos".

Após a Independência, já eram tão diferenciadas a língua portuguesa e a língua que se falava no Brasil que os centros urbanos desenvolveram um tipo de linguagem padrão, cheia de personalidade e de caráter nacional, dando início à literatura brasileira, uma literatura que se queria própria e independente da que se fazia em Portugal. E foi o que pensou e fez Alencar, ao combater com tenacidade a imitação dos clássicos portugueses, um estilo que considerava destoante "no meio destas florestas seculares, destas catadupas formidáveis, destes prodígios de uma natureza virgem" (*Diva*, v. 1, p. 309-320). Alencar empreende a luta pela formação de uma consciência crítica entre os escritores brasileiros para cunhar um padrão próprio de linguagem, que acabaria por fixar-se mais tarde.

Para viabilizar esse projeto, os românticos lançam mão da oralidade e começam a documentar nos seus escritos certos aspectos da variante brasileira, seja na sintaxe, na fonética ou no léxico, lançando mão de termos indígenas e africanos, que passaram a ser conhecidos por *brasileirismos,* e contribuíram para individualizar o português do Brasil. Deve-se ao Visconde de Pedra Branca a primeira contribuição teórica sobre o caráter que a língua portuguesa assumiu no Brasil, ao classificar como traço específico o falar mais doce, mais ameno; e no léxico, algumas especificações semânticas, alguns empréstimos indígenas e de outras procedências imprecisamente definidas; distingue ainda duas variantes da língua portuguesa, uma de elocução áspera, em oposição à amenidade da fala do brasileiro, e pede atenção ao fato de que no Brasil há palavras e expressões não usuais em Portugal, e as relaciona em duas listas escritas em francês, "uma espécie de metalinguagem para explicar a diferença" (Orlandi, 2002:102). A primeira traz oito palavras portuguesas que passaram a ser empregadas no Brasil com significado diferente do encontrado em Portugal.

Mots (Nomes)	**Signification en Portugal** (Significado em Portugal)	**Signification au Brésil** (Significado no Brasil)
faceira	grosse mâchoire	coquette
arrumamento	action d'arranger	parade
babados	bavé	jabot, falbalas
tope	entrave	cocorde, bouquet de fleur
chacota	chanson grivoise	moquerie
cecia	action de grasseiyr	minaudière
capoeira	cage à poules	broussailles
sótão	souterrain	mansarde

Ribeiro (1979:62) entende que Pedra Branca não distingue as origens tupis, africanas ou européia das palavras, daí uma aparente confusão, levando-o a supor que se tratava de "mera amostra, sem intuitos de erudição", e faz alguns reparos, que não alteram o caráter da contribuição. Estão neste caso os termos: "Faceira (coquete): é um brasileirismo que estranharam e censuraram mais tarde alguns críticos portugueses, P. Chagas e outros, pouco conhecedores da história da sua mesma língua. *Faceira* no século XVIII era sinônimo de casquilho, elegante, pelintra, *petimêtre*; a palavra tornou-se obsoleta em Portugal, mas conservou-se no Brasil ainda que só aplicada exclusivamente à elegância feminina. "Em Deus amanhecendo, se levantará o verdadeiro *faceira* e sairá à janela"; '*Cécia:* arcaísmo português: *faceiras* e *cécias* são populares no século XVIII, e nos escritores modernos arcaizantes, ainda que escrevam sécia. Pena Branca pensava naturalmente no verbo *cecear*, *ciciar*: os brasileiros foram sempre acoimados de *ceceosos*, isto é, de pronunciar o *s* como se fora *c*".

Ribeiro (op. cit., p. 64) chama atenção para o fato de que desde o século XVIII Madureira Feijó recomendava "não confundir as duas prosódias dando ao s o valor de c brando, por que, diz ele, esta pronunciação não é naturalmente nossa, mas só afetada ou de mulheres açucaradas ou de homens ceciosos".

No vocábulo *capoeira*, não houve propriamente troca de significação, porque se trata apenas de um "homônimo casual entre o português capoeira, derivado de capão (galo ou frango), e um vocábulo tupi ca-poan-êra (literalmente, mato redondo que existiu)".

> Este sufixo curioso era para dar a noção de tempo passado aos nomes tupi-guaranis; temos assim substantivos de tempo passado: capoeira, tapera etc. Sem indicação expressa de origem brasileira, o nosso Morais já tinha registrado o vocábulo na frase: capoeira de foice, que tem o sentido da palavra nacional (op. cit., p. 64)

A palavra s*ótão* acusa sentidos contraditórios e opostos em Portugal e tanto pode significar o andar mais alto quanto o mais baixo, enquanto no Brasil refere-se ao alto das casas, em oposição a adega e porão.

Na segunda lista, Pedra Branca compila 49 nomes em uso no Brasil e incomuns em Portugal, alguns deles restritos à oralidade e que passaram a ser cultivados na prosa literária com os românticos, dos quais citaremos:

Mots	**Signification**
(Nomes)	(Significado)
Capeta	lutin
Quindins	minauderies, petits soïns
Yaiá	demoiselle
Balaio	espécie de panier (escrito cf. o texto)

Quitutes	ragout, fricots
Batuque	dance des negres
Tapera	terrain abandonné
Capim	gazon
Coivara	action de brûler des broussailles
Cochilar	sommelier
Charquear	préparer la viande seche
Caçula	cadet d'une fille
Farofa	ostentation ridicule
Fuxicar	chiffonner
Mandinga	fétiche
Munheca	le poignet
Cangote	le drignon
Quitanda	marché de vivres
Muxoxo	action de faire moue
Boquinha	petit baiser
Mideixe	noli me tangere

A influência dos vocábulos de origem indígena e africana, e os empréstimos tomados a outras línguas, levam o dialetólogo Macedo Soares a emitir mais tarde o pensamento de que seria de utilidade um estudo para conhecer o rumo da língua portuguesa falada no Brasil, em comparação com a língua falada em Portugal:

> Muitas delas são ainda incomuns a Portugal e ao Brasil: algumas lá ficaram, que nunca foram aqui aceitas aqui; outras, que entre nós se aforaram jamais foram ouvidas em Portugal; outras (...) que vieram de Portugal, passaram ou estão passando no Brasil pelas transformações dialetais que denunciam o progressivo desenvolvimento de todas as línguas (apud Pinto, v.1, 1978:45-47).

De forma bem humorada, o jornalista Ruy Castro (2005) considera que "Portugal e Brasil são dois países separados pela mesma língua", e recomenda desembarcarmos em Lisboa com um bom dicionário do idioma, porque, de repente, poderemos estar em terríveis "águas de bacalhau" e ter alguns probleminhas pelo "desconhecimento" da língua, e relaciona algumas palavras de uso diferenciado entre Portugal e Brasil:

PORTUGAL	**BRASIL**
Berma	acostamento
Fatos	ternos
Peúgas	meias

Suéter	camisola
Cuecas	calcinhas
Bebé	fraldas de crianças
Bica, galão	cafezinho
Imperial	cerveja
Miúdos	crianças
Miudezas	miúdos
Pintos	miúdos de galinha

Às vezes estas diferenças soam de forma hilária ao brasileiro, como *pessegão* (homem bonito, o nosso "pão", "gato"), *borrachinho* (a "boazuda", garota de fechar o comércio); na linguagem futebolística estão *esférico* (bola), *guarda-redes* (goleiro), *relvado* (gramado); e ainda algumas fraseologias típicas de Portugal, que causam grande estranheza a brasileiros: "O gajo está a furar a *bicha"* (fila); "Eu *chego roupa à pele"*! (dar uma coça); "*Não gamo* aquele gajo" (quando não se gosta de alguém); "*Estou-me nas tintas"* (não dar importância ao que se fala.)

Ruy Castro registra que o seu pior equívoco em Portugal foi quando pifou a descarga da privada do apartamento e, ao solicitar à portaria um bombeiro para fazer o conserto, "o homem não entendeu uma única palavra. Eu devia ter dito:"Ó pá, traga-me um CANALIZADOR PARA REPARAR O AUTOCLISMA DA RETRETE!"[5].

Gonçalves Dias já notara que a língua transplantada trazia algumas diferenças diatópico- semânticas nas modalidades escrita e oral brasileira em relação à portuguesa:

> [...] temos uma imensa quantidade de termos indígenas ou sejam africanos, que até nos dicionários se introduziram, mas que na maior parte só aparecem na conversação – nomes de comidas, termos de pesca, de lavoura, que não são clássicos, mas indispensáveis (apud Pinto, v.1, 1978:33-38).

O poeta creditava o fato às dimensões continentais do Brasil, onde "o teor de vida muda; e os homens que adotam esta ou aquela maneira de viver, formaram uma linguagem própria sua, mais expressiva e variada", e conclui argumentando que "devemos admitir tudo o de que precisamos para exprimir cousas ou novas ou exclusivamente nossas".

Alencar acusava que era fato incontestável uma tendência no Brasil "não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal", uma revolução irresistível e fatal, como "a que transformou o persa em grego e céltico, o

[5]CASTRO, Ruy. **Como ser brasileiro em Lisboa sem dar muito na vista**. In: "Viaje bem", revista de bordo da VASP, ano 2005.

etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc; há de ser larga e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos" (*Iracema*, v. 3, p. 309-320).

Mais de um século depois, a língua portuguesa sofrera uma transformação tamanha no Brasil que levou o jornalista e escritor Fernando de Morais a registrar a surpresa do amigo Caio Graco, que ao ser contratado por uma editora brasileira para traduzir um romance do cabo-verdiano Germano Almeida, concluiu que,

> se era necessário contratar um tradutor para publicar em português um livro escrito em português, estávamos diante de duas línguas diferentes. E a maneira encontrada para decifrar para os brasileiros, os mistérios do idioma falado em Portugal, foi comportar-se como se esta fosse para nós – e agora sabemos que é – uma língua estrangeira (apud Prata, 2003:6).

Os românticos principiam a registrar na fala de personagens algumas transformações fonéticas dos brasileiros, notadamente a supressão de uma ou mais letras no final das palavras, usual entre caboclos e caipiras. Batista Caetano define essas transformações como um cacoete herdado dos índios e desconhecido aos portugueses "que pelo contrário procuram tornar brevíssimas as sílabas não acentuadas do meio ou do princípio das palavras pronunciando: m'laço, b'tar, r'lógio, em vez de melaço, botar, relógio" (apud Pinto, v. 1, 1978:297). E chama atenção para o fato de que, enquanto o português diz um "hor de gente", os brasileiros pronunciam um "horrô de gente", "cantá", "cumê", "subi", eliminando o /r/ final".

Para Sousa da Silveira (1964:286), a clareza e demora que o brasileiro dá à prolação das vogais imprimem ao falar um certo langor, "mas conservam a cada palavra a sua individualidade, impedindo que se confunda com outra"; e que ao contrário do português, diferencia nitidamente "é pertinho de é pretinho; focinho, de fossinho (dim. de fosso), se senta, de sessenta; se tenta, de setenta; predição, de perdição".

Gonçalves Dias considera que a imensidão do território brasileiro forjou nos seus habitantes a necessidade de formar uma linguagem própria, expressiva, variada, eufônica, que deve e pode ser usada como recurso literário, e ainda que desagrade a Portugal, "cuia virá a ser tão clássico quanto porcelana, ainda que não a achem bonita", e credita o fato à língua tupi, que lançou raízes profundas ao português que falamos:

> não podemos, nem devemos atirá-las para um canto a pretexto de que a outros parecem bárbaras e mal soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topografia. Clássico ou não clássico – Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes, não têm outro nome. (...) Independente da Botânica, Geografia e Zoologia (o que todavia já não é mau contingente) temos uma imensa quantidade de termos indígenas ou sejam africanos, que até nos dicionários se introduziram, mas que na maior parte só aparecem na conversação – nomes de comidas, termos de pesca, de lavoura etc., que não são clássicos, mas indispensáveis (apud Pinto, v. 1, 1978: 36-38).

Ainda segundo o poeta dos *Tamoios,* o que mais ofende o gosto e o ouvido do português é o fraseado "pouco musical" do brasileiro, e admite que não tolera a rima de "mãe" com "também", e nem "tambãim", como o faz a gente culta de Lisboa.

Esta entonação frasal diversificada, diferente da praticada em Portugal, soará para Camilo Castelo Branco como "morbidez", "sono", "languidez"; Eça de Queirós, todavia, reconhece nessa fala um "português com açúcar". Varnhagen considera que a língua falada no Brasil desde o início da colonização se acastelhanou bastante, principalmente na transposição dos possessivos, na abertura do som de cada uma das vogais, sem elisões no /*e*/ final e sem converter o /o /em /u/,

> e em dar ao *s* no fim das sílabas o valor que lhe dão os italianos, e não o do sh inglês, ou do sch alemão, esta alteração na pronúncia, que se estende até a alguns modismos e usos, procedeu não só de que os primeiros descobrimentos e colonização foram feitos com a ajuda de castelhanos, como de que para a recuperação da Bahia contra os holandeses passaram outros muitos (...), além disso no interior da província do Rio Grande fala-se hoje pelo menos tanto espanhol como português (op. cit., p. 22).

Argumenta ainda que este fraseado é peculiar ao brasileiro desde a descoberta e que não sofreu alteração com o tempo, sendo o mesmo do Pe. Antônio Vieira, criado no Brasil desde muito jovem, de Eusébio de Matos, que nunca se ausentou do Brasil, e talvez mesmo a de seu irmão Gregório de Matos, que aproveitou esse fraseado em poesias satíricas.

Outras ocorrências foram surgindo na fala do brasileiro, entre as quais a redução das vogais "e", "o" para "i" e "u", em final de vocábulo, contrariamente aos portugueses, que reduzem o primeiro "e" em "i" ou o apagam de todo*:* /piquena/, /m'nino/. Surgiram alargamentos em ditongo, com a adição do "i" entre "s" ou "z": capaz /*capais*, pés / *peis*, feroz / *feróis*, luz / *lúis*; que acontecem também na terminação -ãs: irmãs /*irmãis*, alemãs / *alemãis*, etc.

Sousa da Silveira (1964:281-283) anotou tais ocorrências e registra que os poetas brasileiros atestam esta pronúncia, como o faz Gonçalves Dias, que rima *jamais* e *voraz* no poema "Como eu te amo", e Castro Alves usa de igual expediente em "Navio Negreiro" para rimar *vãs* e *mães*, e Morais e Silva vale-se do expediente para rimar *luz* e *azuis*:

> Queres saber porque os poetas
> Que tanto gostam da luz,
> Dizem-nos que as borboletas
> Mais bonitas são azuis"

Com o correr do tempo, passaram a ser correntes as formas *adevogado* por advogado, *obiter* por obter, *indiguinar-se por* indignar-se, arrastando aquela pronúncia do infinitivo às

formas verbais finitas *indiguino-me, indiguinas-te, indiguina-se* (id., p. 283), como o fez Gonçalves Dias ao tornar a prolação da palavra "observa" no tetrassílabo: *o-bi-sser-va*:

> Ninguém mais observa o tratado,
> Ninguém menos de p'rigos se aterra,
> Ninguém corre aos acenos da guerra
> Mais de pressa que o bom lidador.

Houve ainda a intercalação de uma vogal entre duas consoantes, assim *fulor* ou *fulô*, em vez de flor; *Quelemente* por Clemente, um fenômeno lingüístico muito freqüente entre os brasileiros de poucos estudos. Lima (1958:55) imortalizou a palavra "fulô" no poema *Essa Nega Fulô*, cheio de sensualidade e de elipses mentais:

> Ora, se deu que chegou
> (isso já fez muito tempo)
> no bangué do meu avô
> uma negra bonitinha
> chamada Nega Fulô.
> Essa Nega Fulô!
> Essa Nega Fulô!
> Ó Fulô! Ó Fulo...

Em qualquer língua, os elementos morfológicos constituem a base de maior estabilidade, entretanto, podem ser observadas algumas alterações na exploração de um léxico, como acontece no português do Brasil, onde é freqüente a formação de palavras de variados modos, destacando-se a multiplicação dos sufixos em -(n)az, -(r)az, -ama, -oso, -ice, -ança , -agem, -eza, -dade.

Alencar registra que, apesar de "todas as velhas regras etimológicas", os sertanejos criaram os aumentativos "*famanaz* e *famaraz*, para designar o sujeito de grande fama", que passaram a equivaler ao "superlativo famosíssimo, com maior intensidade na significação". Acusa ainda ser "comum entre o nosso vulgo o aumentativo em *ama*, como *oirama, poeirama*, de que vários exemplos se encontram na língua portuguesa" (*Cancioneiro*, v.4, p. 963).

Além da "excentricidade" desses aumentativos, observa uma ocorrência singular, usual no Ceará: "um gracioso e especial diminutivo, que talvez seja empregado em outras províncias mas com certeza se há de generalizar, apenas se vulgarize": 'Está dormindinho". Acrescenta que embora a "rotina etimológica" não permita aplicar o diminutivo ao verbo, na sua "província o povo teve a lembrança de sujeitar o particípio presente a esta fórmula gramatical", e criou uma expressão rica, cheia de encanto, dita pela mãe ao filho em uma frase simples e concisa, trazendo "o mimo e ternura do afeto materno, a delicadeza da criança e sutileza do seu sono de passarinho, até o receio de acordá-la com uma palavra menos doce; tudo aí está nesse diminutivo verbal" (op. cit., p. 964.)

O sufixo -oso é outro dos mais produtivos na língua portuguesa, seja com valor expressivo (milmaravilhoso), seja com valor referencial (bondoso, orgulhoso), enquanto -udo (olhudo); -ento (poeirento); -eiro (faroleiro), -esco (brutesco); -engo (molengo) se destacam pela potencialidade pejorativa. São ainda de largo emprego entre nós os sufixos -ice (mesmice); -ismo (cartolismo); -agem (miragem); -anca (potranca), que, entretanto, obrigatoriamente não acrescentam tom pejorativo.

Outro processo de potencial é o aproveitamento de advérbios, cuja definição se vê em Cunha (1975:49-50) como palavras que se juntam a verbos, para exprimir circunstâncias em que se desenvolve o processo verbal, e a adjetivos, para intensificar uma qualidade, reunindo tradicionalmente,

> palavras de natureza nominal e pronominal de emprego muito diverso. Por esta razão nota-se entre os lingüistas modernos uma tendência de reexaminar o conceito de advérbio, limitando-o, seja do ponto de vista funcional, seja do ponto de vista semântico. Bernard Pottier chega mesmo a eliminar a denominação do seu léxico lingüístico.

Certos advérbios, entretanto, podem aparecer modificando a oração: “Felizmente, estava vago o lugar de instrutor”. Cunha registra que quando em uma frase dois ou mais advérbios terminam em –mente, alterando a mesma palavra, costuma-se juntar este sufixo apenas à última delas, para tornar o enunciado mais leve: “Nada omitiu do seu pensamento: falou *claro, franca* e *nitidamente*”(Barreto, 1998:284.)

Se a intenção é realçar as circunstâncias expressas pelos advérbios, é usual ainda omitir a conjunção *e,* e adicionar o sufixo -mente a cada um deles: “Quis ainda ver se a dissuadia daquele pensamento; “Ismênia, porém, continuava a repeti-lo *pacientemente, docemente, serenamente”*(Cunha, 1975:257).

Este tipo de advérbio terminado no sufixo -mente era pouco explorado na língua portuguesa, mas no final do século XIX alguns escritores, dentre eles Eça de Queirós, passam a reconhecer nele um recurso expressivo para carrear não só a natureza do ato, mas também o modo e a qualidade. Deslocado na frase, o advérbio terminado no sufixo *-mente* adquire autonomia, passando a constituir-se em elemento importante do discurso.

De acordo com Martins (1989:118), há “lingüistas que consideram o advérbio terminado em mente um adjetivo em incidência verbal (cf. Pottier), levando a linguagem normal a formá-lo só a partir de adjetivos na forma feminina, mas na linguagem de intenção expressiva este sufixo é também acrescentado a um substantivo”.

Riani (1998) versou sobre amostragem do índice de freqüência verbal em *Primeiras Estórias* e *Tutaméia*, de Guimarães Rosa, e aproveitamos para medir também a

freqüência de advérbios terminados em *-mente*. Tomou como base 25 páginas, escolhidas aleatoriamente, num total de 200 palavras/página, apurando-se cinco mil ocorrências vocabulares por obra. Como resultado, obtive-se 28 desses advérbios: 17 em *Primeiras Estórias* e 11 em *Tutaméia*, concluindo que Rosa fez uso de 1% deles, mas quando o fez, extraiu uma enorme carga de afetividade do termo: "A mãe e o pai vinham trazê-lo ao aeroporto. A tia e o tio tomavam conta dele, *justinhamente* (1974:21); "Tolheu-o a mulher e o inquilino: de malandro doido e improvido *acordadamente,* sonhando à fiúza de nem nada (1985: 91).

Passou a observar que em outras obras de Rosa a cada momento pode-se ser surpreendido com expressões como *talqualmente, com-forme-mente, depoismente, sempremente, mil-vezes-mente, reportavelmente, melhormente,* que soam estranhas à primeira vista, mas dão grande realce ao texto.

Outra modalidade muito usual entre os brasileiros está no emprego de uma forma oblíqua ao sujeito do verbo infinitivo: "para mim fazer", "para mim costurar", "para mim trazer". Manuel Bandeira não fez parte da corrente que sustentava a existência de uma língua brasileira, mas defendia o abrasileiramento do português literário e traduziu poeticamente, em prosa, esse modismo: "não há nada mais gostoso do que mim sujeito de verbo no infinito. *Pra mim brincar*. As cariocas que não sabem gramática falam assim. Todos os brasileiros deviam de querer falar como as cariocas que não sabem gramática" (apud Moraes, 1971:19).

A lição de Bandeira resume-se a uma regrinha gramatical que reza que pronomes oblíquos seguidos de verbo no infinitivo não exercem a função de sujeito, impondo-se a forma reta "para eu brincar", com a preposição regendo o infinitivo.

O emprego de formas gerundivas é outro uso lingüístico muito apreciado pelos nossos. O gerundivo é uma modalidade do gerúndio, "um particípio de valor futuro e passivo para indicar o que vai ou deve ser feito" (Câmara Júnior, 1964:164). Trata-se de um recurso estilístico muito explorado por Vieira (1957), que lançava mão de verbos compostos com gerúndio ora para sugerir ações continuadas e não finalizadas: "Estão-se escrevendo vitórias"; ora para compor locuções verbais que denotam continuidade de ações de duplo aspecto: "Não hei de pedir pedindo, senão protestando, e argumentando, pois esta é a licença, e liberdade, que tem, quem não pede favor, senão justiça"[6].

Para os puristas, o abuso desse expediente é um francesismo que se deve evitar. Lapa (1968:166) recomenda que antes de optar pelo gerúndio, deve-se questionar se o seu emprego

---

[6] *Sermão pelo bom sucesso das armas portuguesas contra as de Holanda.*

traz vantagens estilísticas em frases como “Recebeu uma caixa *contendo* roupa”, “Recebeu uma caixa *que continha* roupas”, ou “Recebeu uma caixa *com* roupa dentro”, levando-o a optar pela última frase. Conclui que no caso estudado,

> o primeiro modo proposto é estilisticamente inferior: a oração relativa com o imperfeito tem caráter artificial, sendo a construção, além disso, demasiado longa e malsonante. E ainda soaria pior, se outra relativa lhe acrescentasse: “Recebeu uma caixa *que* continha roupa, *que* a tia lhe mandara (op. cit.)

Hoje, o emprego de formas gerundivas pelos brasileiros, particularmente pelos que trabalham com vendas, tornou-se tão banal e corriqueiro que já há até movimento por parte de literatos para combater tal prática, por considerá-la perniciosa à boa linguagem.

Em artigo de 07 de maio de 2005, o escritor Antônio Torres (Jornal do Brasil, Caderno B, p. 6), insurge-se contra o que considera um “suplício pós-moderno” este “horroroso dialeto dos marketeiros” que começa a contaminar a linguagem cotidiana com “vozes desesperadas de seres incorpóreos” que perturbam a nossa paz em chamados telefônicos com um texto escrito por um “intergalático”: “Para que o senhor possa estar disponibilizando...” Escreve Torres, que se o ouvinte reclamar do português estapafúrdio, “será supliciado a tijolaços nos ouvidos: “Se o senhor vai estar me corrigindo, o tempo da nossa conversa vai estar demorando”.

É bem possível que este “suplício pós-moderno” tenha induzido o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (DEM), a tomar a decisão de “demitir” o gerúndio em "Diário Oficial", na intenção de acabar de vez com frases como "vou estar providenciando", "nós vamos estar ligando" e tantos outros *-andos, -endos,-indos...*

Decreto nº 28.314, de 28 de setembro de 2007.

Demite o gerúndio do Distrito Federal, e dá outras providências.

O governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:

Art. 1° - Fica demitido o Gerúndio de todos os órgãos do Governo do Distrito Federal.

Art. 2° - Fica proibido a partir desta data o uso do gerúndio para desculpa de INEFICIÊNCIA.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de setembro de 2007.

119º da República e 48º de Brasília

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

(Folha de São Paulo on line, 01–10–2007)

Ao demitir o gerúndio, este Decreto tornou-se alvo de numerosas críticas de especialistas em língua portuguesa e autoridades. A principal alegação se prende ao fato de que uma autoridade não pode controlar o uso de uma língua. Além disso, argumentam, o Decreto deveria demitir o gerundismo, que é um vício de linguagem, e não o gerúndio, uma estrutura da língua portuguesa que não pode ser abolida.

Devido à repercussão do assunto na mídia, o jornal "Folha de São Paulo" procurou alguns estudiosos da língua portuguesa para discorrer sobre a iniciativa do Decreto. Enilde Faulstch, professora da Universidade de Brasília (UnB), denunciou a confusão e assinalou que "o decreto pode estar cheio de boa intenção, mas do ponto de vista da língua ele foi infeliz: O gerúndio existe desde que a língua é língua. É uma estrutura da língua portuguesa. Ele confundiu o gerúndio com o gerundismo".

O Acadêmico Domício Proença Filho acredita que "o decreto não terá muita importância a não ser provocar uma discussão em torno do uso do gerúndio", e sugere um manual de redação para auxiliar os funcionários a evitar os vícios lingüísticos e a melhorar o uso da língua, e questiona: "A língua é viva, independe de legislação. Se você baixa um decreto, ele deve ser cumprido. Qual seria a sanção para quem utilizasse o gerúndio? Não é um caso de se fazer um decreto".

Proença Filho recomenda, entretanto, evitar expressões gerundivas do tipo "vou estar providenciando", que demonstra falta de ação, ao contrário de "vou providenciar", que indica mais comprometimento com a ação.

Questionado sobre o assunto, o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, respondeu com bom humor que acabar com o gerúndio seria uma boa medida para a desburocratização também no governo federal: "Olha, eu vou estar pensando nesse assunto. Eu nunca uso gerundismo, essas coisas. Também não gosto. Acho que ele [o governador José Roberto Arruda] faz bem ao atacar esse problema" (Folha de São Paulo online de 02-10-2007.)

O governador Arruda, "pai" do Decreto, justificou a medida por entender que o gerúndio é uma arma da burocracia para adiar e não tomar providências imediatamente: "A ironia é para chamar a atenção contra a ineficiência pública. A demissão do gerúndio é uma idéia para gerar polêmica e fazer as pessoas se mexerem" (O Globo, 08-10-2007.)

Esse suplício agora "passou a estar oferecendo", "de grátis", por 30 dias, "degustação" de um poderoso jornal do Rio de Janeiro, ao que respondo imediatamente e com delicadeza: – Obrigada, senhora, meu clínico não permite que este nutriente possa *estar constando* da minha dieta!

CAPÍTULO 2

A LÍNGUA LITERÁRIA DO BRASIL

É nossa intenção mostrar que a língua literária do Brasil não se firmou de um dia para o outro; ao contrário, passou por um processo lento, próprio da dinâmica das línguas, e só depois de muita polêmica encontrou uma solução que atenderia aos propósitos dos brasileiros: a língua literária ao estilo brasileiro.

Genericamente, a literatura abrange toda a "arte literária", documenta a criação literária e assegura com a sua vitalidade o patrimônio histórico de um povo. Tristão de Athayde (apud Teles, 1980:69), define literatura como "a arte da palavra", a mais espiritual das artes, "não só por se servir do mais espiritual dos instrumentos – o verbo, mas ainda por visar o mais espiritual dos efeitos – a expressão da alma humana e a representação da vida em geral, traduzida em seu reflexo no espírito".

Veríssimo (apud Pinto, v.1, p. 241-275) registra que

> A literatura que se escreve no Brasil é já expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo.

Ao abordarmos o assunto sobre a língua literária do Brasil, sentimos a necessidade de examiná-lo sob o prisma de três períodos cruciais para a formação de uma literatura de feição eminentemente brasileira: o período colonial, com a vigência de uma norma culta imposta pelo uso português, e os primeiros vestígios nos séculos XVII e XVIII de uma língua que principia a tomar empréstimos aos léxicos tupi e africano e a mostrar uma sintaxe "estranha", modos de expressão diferentes e uma vocalização peculiar; o período pós-Independência, compreendido principalmente, entre as décadas finais do século XIX e as duas primeiras do século XX, quando o espírito revolucionário dos Românticos discute a questão dialetal, a

questão da língua literária do Brasil e os primeiros estudos sobre a ciência da linguagem, assuntos que começam a incomodar os nossos literatos e a influenciar no sentido de uma ruptura com o modelo português; o terceiro período tem início com o Movimento Modernista de 1922, rompendo finalmente as correntes que submetiam a literatura do Brasil à influência de Portugal.

2.1 A LÍNGUA LITERÁRIA NO BRASIL-COLÔNIA

Os aspectos da implantação da língua portuguesa no Brasil explicam que desde o início a língua literária praticada na América Portuguesa foi pautada pelo português "coevo" e, no entender de Coutinho (1968:63), com a sociedade colonial considerando-se como "um prolongamento da sociedade ultramarina", cujo ideal era reviver os usos vigentes no reino. O registro dessa língua está em documentos oficiais, nas crônicas de viajantes e em uma lírica nitidamente camoniana voltada para a exaltação da beleza e das grandezas da nova terra, passando a funcionar como uma

> forma de ufanismo nativista, que deu lugar a um verdadeiro ciclo de literatura em torno do mito do eldorado. As idéias do nobre selvagem e da terra prometida ou da fartura são outros tantos mitos que se constituem desde o início, através dessas "prosopopéias", "diálogos das grandezas", "ilhas da maré", cantos gentílicos em louvor de uma civilização nascente ou de façanhas de viajantes, guerreiros e missionários (op. cit., p. 23.)

Essa literatura foi praticada pelo Pe. José de Anchieta, jesuíta que participou dos primeiros momentos históricos da colônia e deixou, além da *Grammatica da Língoa mais falada na costa do Brasil*, uma obra extensa em poemas, hinários, peças teatrais com propósito doutrinário, e cartas enviadas à Companhia de Jesus dando ocorrência da beleza, riqueza e costumes do povo. Afrânio Peixoto (apud Coutinho, 1968:131) considera o Pe. Anchieta o maior representante do período colonial, "o fundador da literatura brasileira", por ter sido a sua literatura "a primeira para brasileiros ou no Brasil, em pleno século XVI, quando o que se escreve é literatura informativa sobre o Brasil para a Europa" (op. cit.). A argumentação de Peixoto tem o abono de Sílvio Romero (1959) e de Maximiano de Carvalho Silva (1999:97), vendo este em Anchieta o precursor dos estudos lingüísticos no Brasil, além de considerar equívoco e preconceito dos nossos primeiros críticos literários a exclusão do jesuíta "do quadro dos autores mais significativos da literatura brasileira – da literatura no seu

sentido restrito de arte da palavra”. Não é diferente o sentimento de Galvão (1978:12), que credita ao Pe. Anchieta o início da Literatura Brasileira, em “plenitude documental”:

> Pertencem as obras de Anchieta à Literatura Brasileira. Porque escritas no Brasil, com motivos do Brasil, sobre o Brasil; em função da problemática brasileira, em favor de seu melhor conhecimento e domínio; e, por isso mesmo, impregnada de vivência nativa, criadora de feições do novo mundo.

Entretanto, Gabriel Soares de Sousa, autor de *Notícia do Brasil* e *Tratado Descritivo do Brasil* é, segundo Cardoso (apud Coutinho,1986:165), o iniciador da prosa brasileira. Por sua vez, Veríssimo (1929:6-7) tem em Frei Vicente de Salvador o nosso primeiro prosador, com a obra *História do Brasil*, e como poetas com os primeiros indícios do sentimento nativista Bento Teixeira, autor de *Prosopopéia*, e Botelho de Oliveira, com *A Ilha da Maré*, no final do século XVII, trazendo ambos o mais visível sinal do “gérmen desenvolvido, podemos dizer nutrido, do calor bairrista de Rocha Pita, e relevado nos poetas do fim do século XVIII, completa com a primeira geração dos românticos a sua evolução”.

Coutinho (1968:216-217) destaca no século XVII a oratória do Pe. Antonio Vieira, ligado à tradição do pensamento português, e que constituiu um caso singular do período barroco com sua curiosa mistura de idéias avançadas para a época, como a defesa do “gentio” no *Sermão da Sexagésima* (1950:37-84), talvez um dos primeiros no Brasil a pregar os Direitos Humanos; a exortação que faz aos companheiros da Companhia de Jesus ao lembrar que vivera no tempo “em que a nativa língua portuguesa não era mais geral entre nós que a brasílica”; e a contrariedade que demonstra em carta a D. Rodrigo de Menezes nas reiteradas intimativas que recebera para pregar em italiano, sob a alegação de que sabia “a língua do Maranhão e a portuguesa, e é grande desgraça que, podendo servir com qualquer delas à minha pátria e ao meu príncipe, haja nesta idade de estudar uma língua estrangeira para servir, e sem fruto, a gostos também estrangeiros”.

A literatura que se fazia no Brasil desde o seu descobrimento ao século XVIII foi pautada pela mesmice na imitação dos clássicos, com cenas naturais bem pintadas e de belos aspectos descritivos, por vezes trazendo um estilo afetado. Neste século, em plena efervescência política, com a Escola Mineira começando a apresentar algumas idéias libertárias, Basílio da Gama publica *O Uraguai*, poema com a exaltação da coragem do índio e a sua índole guerreira; Santa Rita Durão escreve *Caramuru*, ambos laudatários e na imitação da poesia camoniana, embora com temática da terra, mas sem compromisso com a identificação de uma pátria em formação. Câmara Júnior (1972: 98) foi um duro crítico da literatura colonial, considerando-a mesmo irrelevante, “pois se resume numa literatura

didática desambiciosamente pobre e sem curiosidade científica, procurando repetir os ditames que a tradição impunha, por mais de um século, no ensino da língua materna". Sua crítica também não perdoa a *Grammatica da lingoa mais falada no costa do Brasil* do Pe. Anchieta, que no entender do lingüista não respeitou a cultura indígena ao utilizá-la como instrumento para escrever aquela Grammatica. Almeida Garrett é outro crítico dos escritores do Brasil anteriores ao Romantismo. Em artigo (1923:89), censura a atitude de Tomás Antônio Gonzaga, o árcade "Dirceu de Marília":

> Se houvesse por minha parte de lhe fazer alguma censura, só me queixaria, não do que fez, mas do que deixou de fazer. (...) Quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com as cores do país onde os situou. Oh! E quanto não perdeu a poesia nesse fatal erro! Se essa amável, se essa ingênua Marília fosse, como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras.

Outros poetas do final do século XVIII levam também o desapreço de Almeida Garrett, vendo em seus versos falta de originalidade e afetação de uma cultura e de uma paisagem européia:

> E agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros. Certo é que as majestosas e novas cenas da natureza naquela vasta região deviam ter dado a seus poetas mais originalidade, mais diferentes imagens, expressões e estilo do que neles aparece; a educação européia apagou-lhes o espírito nacional: parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade que dá quebra em suas melhores qualidades" (op. cit., p.90).

Observe-se que Garrett não fala de uma "literatura brasileira", mas da "literatura portuguesa" que começa a ser enriquecida com os textos dos escritores brasileiros, e cita Cláudio Manuel da Costa, "que mui distinto lugar obteve entre os poetas desta época (...); o Brasil o deve contar seu primeiro poeta (em antiguidade), e Portugal entre um dos melhores".

Esta norma literária foi cultivada no Brasil até as primeiras décadas do século XX, com alguns dissidentes nacionalistas, que viam na padronização do estilo clássico imposto por Portugal uma afronta. Mas desde o início da colonização do Brasil aparecem os primeiros vocábulos de origem americana nos documentos, na epistolografia dos jesuítas e nas crônicas de historiadores e de viajantes. Esse vocabulário é a primeira diferenciação da língua portuguesa na América e, de um modo geral, encontrada em expressões técnicas e peculiares a terra, objetos, plantas, frutos, seres, animais que, à falta de uma designação específica, levava colonizadores e cronistas a recorrerem a analogias:

> Jaguapitanga é uma alimária do tamanho de um cachorro, de cor preta, e tem o rosto de cordeiro; tem pouca carne, as unhas agudas, e é tão ligeira que se mantém no mato de aves que andam pelo chão, toma a cosso, e em povoado faz ofício de raposa, despovoa uma fazenda de galinha que furta. (apud Orlandi, 2001:73).

No século XVII, Gregório de Matos Guerra "já com inteiro desembaraço tirava das vozes indígenas e africanas todos os recursos de expressão de sua veia cômica. Foi sob esse aspecto o primeiro escritor verdadeiramente nacional", segundo Ribeiro (1978:58). O seu texto traz extrema liberdade lexicológica e sintática, barbarismos, solecismos, além de um vocabulário variado e de uma língua particularmente diferenciada dos demais escritores da época.

Araripe Jr. via naquelas liberdades uma ameaça flagrante de transformar o idioma português em língua brasileira, e comenta que o vocabulário do poeta baiano, "rico, variado, cheio de termos tropicais, contém dois terços, pelo menos, dos vocábulos de origem africana e tupi, que foram coligidos no dicionário de Morais".

> Os barbarismos e solecismos foram por ele introduzidos com uma graça nativa só comparável ao encanto dos escritores da chamada decadência romana, como Petrônio e Apuleu (...) A sintaxe nos versos de Gregório de Matos, da última fase nada tem de comum com a de que usavam os poetas do tempo: a regência é direta; o hipérbato pouco empregado; e as idéias têm uma clareza que não se acha nos cultistas do seu tempo (apud Pinto, v.1, 1978:239-240).

A poesia satírica de Gregório de Matos Guerra, deliciosamente escrita em redondilha maior, critica, entre outros, os hábitos e costumes sociais da Bahia, conforme o poema *Define sua cidade* (disponível em www.revista.agulha.nom.br/grego.htm):

> De dous ff se compõe
> Esta cidade a meu ver:
> Um furtar, outro foder.
> Recopilou-se o direito,
> E quem o recopilou,
> Com dous ff o explicou
> Por estar feito, e bem feito:
> Por bem digesto, e colheito
> Só com dous ff o expõe,
> E assim quem os olhos põe
> No trato que aqui se encerra,
> Há de dizer que estar terra
> De dous eff se compõe(...)

No século XVIII, as modinhas de Domingos Caldas Barbosa – o "Lereno" da Arcádia de Roma – trazem indícios de uma literatura brasileira em formação ao agregar aos seus versos, modinhas e lundus o sentimento da terra brasileira. Na visão de Assis Barbosa (1958:166), não se pode negar ao poeta "o mérito de versejar como um brasileiro e não como um português", pois a sua poesia trazia uma "estranha insubmissão" ao lusitanismo, como os versos que enfureciam os literatos portugueses:

> Tu me fazes dar mil voltas
> Como se eu fosse um pião.
> Dá-me a corda que quiseres,
> Tem dó do meu coração.

Assis Barbosa (1958, p.176) vê o nosso poeta como um “Noel Rosa do século XVIII”, pelo sucesso que suas modinhas despertavam entre as damas da corte, pelo seu embalo preguiçoso e dolente, “parecem mesmo que foram escritas para a gente ler deitado numa rede bem gostosa, de papo pro ar”:

> Eu sei, cruel que tu gostas,
> Sim gostas de me matar;
> Morro, e por dar-te mais gosto,
> Vou morrendo devagar (..)

Mas nem todas as opiniões sobre Calda Barbosa são convergentes. Manuel Bandeira reconhece nele “o primeiro brasileiro onde encontramos uma poesia de sabor inteiramente nosso”, e Varnhagen vê nas quintilhas do poeta graça natural e singeleza tal e qual as de Sá de Miranda. Entretanto, Ronald de Carvalho tem Caldas Barbosa entre os poetas menores do século XVIII, Veríssimo vê nos versos do trovador apenas “os requebros da musa mulata a disfarçar a mesquinhez da forma e da inspiração” (op. cit., p. 171). Romero (op. cit.) deixa um depoimento interessante a propósito da arte da coletânea *Viola de Lereno*:

> O poeta teve a consagração da popularidade. Não falo dessa que adquiriu em Lisboa, assistindo a festas e improvisando na viola. Refiro-me a uma popularidade mais vasta e mais justa. Quase todas as cantigas de Lereno correm de boca em boca nas classes plebéias truncadas ou ampliadas. Formam um material de que o povo se apoderou, modelando-o ao seu sabor. Tenho desse fato uma prova direta. Quando em algumas províncias do norte coligi grande cópia de canções populares, repetidas vezes, colhi cantigas de Caldas Barbosa, como anônimas, repetidas por analfabetos. Foi depois preciso compulsar as obras do poeta para expungir da coleção anônima os versos que lhe pertenciam É o maior elogio que, sob o ponto de vista etnográfico, se lhe pode fazer.

Caldas Barbosa semeia em seus versos vocábulos de origem tupi e africana, como no *Lundum de Cantigas Vagas* (Cascudo, 1972:23), onde a uma primeira leitura encontramos *moenga*; *quingombó* (quiabo – da região de Angola); *quindim; angu; lundum* (dança popular afro-brasileira com música feita em batuque e canto); *cuia*, *xarapim* (*xará*) e outros de origem tupi.

Ribeiro (1979:163) acredita que a palavra *xarapim* seja uma variante de *xará*, formada por “analogia ou etimologia popular, e que sem querer identificar coisas diversas e distantes, ocorre comparar essa derivação *xarapim* ao vocábulo *ochapim*”:

> Em Portugal ainda há a crença e superstição da existência de bruxas ou demônios que têm um ou dois olhos na testa e na nuca e chama-lhes o povo de olharapos, olhapins ou olharapins. Vêem para diante e para trás como se foram duas pessoas xifópagas, pegadas pelo dorso.
> Naturalmente, por facécia, se disse dos xarás que eram olhapos ou olhapins e, afinal, pela contaminação de ambos os termos xarapins.
> É todavia mais razoável o étimo nas vozes indígenas.

Para Coutinho (1968:131*)*, “não é fácil fixar os primeiros vagidos do nativismo, do instinto insurrecional antiluso, do sentimento de brasilidade ou da formação de uma

consciência nacional". Acredita que esse sentimento se firmou e "foi tomando corpo desde o momento em que, ao contato com a nova realidade, um homem novo foi surgindo dentro do colono".

Embora o emaranhado que envolve investigação sobre as origens da língua literária do Brasil (quando e com quem começa, se no século XVI com o Pe. Anchieta ou no século XVII com a poesia de Bento Teixeira ou de Gregório de Matos Guerra ou de Manuel Botelho de Oliveira, ou com Caldas Barbosa, no século XVIII), desperta o interesse dos pesquisadores que procuram encontrar nela os primeiros vestígios da nossa nacionalidade. Esse sentimento será apregoado e reforçado nos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade da Revolução Francesa, que se fixou como um marco na História da civilização Ocidental, e que vai influenciar de forma inconteste a escola literária romântica do Brasil.

2.2 A QUESTÃO DO DIALETO NA LÍNGUA LITERÁRIA

> *Depois da independência, senão antes, começamos a balbuciar a nossa literatura, pagamos, como era natural, o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e a vazá-la nos escritos, com a linguagem que aprendemos de nossos pais.*
> (José de Alencar)

As primeiras manifestações sobre a natureza da língua do Brasil começam a tomar aspectos relevantes particularmente na segunda década do século XIX, ancoradas em duas motivações culturais: a Independência política e o movimento romântico na literatura, que permitiu uma tomada de consciência nacional partindo de um desejo de afirmação da nossa autonomia literária. Ribeiro (1978:58) nos dá a conhecer que Antônio de Morais e Silva escreveu a sua *Gramática* de 1802 trazendo "anotações sugeridas pela linguagem do Brasil", e exemplificadas com a compilação de composições viciosas: "amo-lhe", "adoro-lhe", fraseado que condena como "erros das colônias".

Em 1813, no tempo de D. João VI, Morais compôs o *Dicionário da língua brasileira*, que na edição de 1831 teve incluído o conceito de "dialeto", definindo-o como

> o idioma de um povo, que fala uma língua comum a outros povos; mas que, tendo os mesmos vocábulos, a mesma construção e até as mesmas formas substanciais, difere contudo deles, ou na pronunciação ou em algumas formas meramente acidentais, ou em certos usos peculiares e subalternos. A língua grega nos oferece, nos seus diferentes dialetos, um exemplo bem sensível do que aqui dizemos (apud, Silva Neto, 1950:269).

Câmara Junior (1964:109) considera a definição de “dialeto” sob o ponto de vista puramente lingüístico como “línguas regionais que apresentam entre si coincidência de traços lingüísticos fundamentais”; não oferecendo “cada dialeto uma unidade absoluta em todo o território por que se estende”, podendo dividir-se em subdialetos, “se houver divergência apreciável de traços lingüísticos secundários entre zonas desse território”. Aconselha que em regra, deve-se acrescentar ao conceito lingüistico outros elementos, ou seja:

a) “um conceito extralingüístico de ordem psíquica, social ou política”, como a existência de um sentimento lingüístico comum;

b) a existência de uma língua culta sobreposta aos dialetos, “que assim ficam limitados ao uso cotidiano, sem maior expressão cultural e literária”;

c) a “subordinação política das respectivas regiões com partes de um estado político nacional”.

Acrescenta que ao se verificarem as condições extralingüísticas, “mas não a coincidência dos traços lingüísticos essenciais, já não se têm dialetos, mas línguas distintas”.

No caso da língua portuguesa, em relação à língua do Brasil, Câmara Júnior conclui que “devido à coincidência de traços lingüísticos essenciais e da inegável existência de um sentimento lingüístico comum (condição a))”, pode-se dividir a língua portuguesa em dois grandes dialetos: o português europeu ou lusitano em Portugal, e o português americano, no Brasil; e que para cada uma dessas nações pode haver uma divisão em dialetos menores e subdialetos, que são as condições extralingüísticas.

Lima Sobrinho (2000:55) entende que a definição de dialeto é bastante controversa, e considerá-lo uma variedade regional da língua não resolve o problema e nem o esgota, se verificarmos “que os limites geográficos nem sempre correspondem às fronteiras dialetais, e que há formas de interpretação de dialetos e, sobretudo há influência entre dialetos, ou entre dialetos e língua, fora da região a que se acha confinado o dialeto”.

Ferreira e Cardoso (1994:37-50) traçam um breve histórico dos estudos dialetais no Brasil, dividindo-o em três períodos: A fase inicial, 1826 a 1920, tem no Visconde de Pedra Branca a primeira manifestação dialetal com um capítulo para o livro *Introduction à l’Atlas ethnographique du globe* sobre algumas características da língua do Brasil. Citam ainda 14 obras escritas neste período tratando do assunto, dentre as quais o *Dicionário da língua brasileira*, Morais e Silva (1832); *Popularium sulriograndense e o dialeto nacional*, Apolinário Porto Alegre (1872); *Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro sobre algumas palavras africanas introduzidas no português que se fala no Brasil* (1880) e *Dicionário*

brasileiro da língua portuguesa (1888), Macedo Soares; *O dialeto brasileiro*(1880), Pacheco da Silva Júnior; *O tupi na geografia nacional* (1901), Theodoro Sampaio; o *Dicionário de brasileirismos* (1913), Rodolfo Garcia. Em meio a esse rol de obras de caráter lexicográfico, glossários ou dicionários, situa-se *O idioma hodierno de Portugal comparado com o do Brasil* (1879), um dos primeiros estudos de natureza gramatical, escrito por Paranhos da Silva.

A segunda fase, 1920 a 1952, com predomínio do conhecimento empírico da realidade lingüística e a ausência de trabalhos de campo sistemáticos, merecendo destaque Amadeu Amaral (*O dialeto caipira*, 1920), preocupado com o processo de dialetação, pouco conhecido no Brasil àquela época:

> Fala-se muito num "dialeto brasileiro", expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialetação, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados(Introdução)

E mais Antenor Nascentes (*O linguajar carioca*, 1922), que mostra, como Amaral, preocupação com uma metodologia de abordagem, disserta sobre a importância do conhecimento dos dialetos e vai agitar os meios gramaticais e filológicos ao emitir a opinião de que os casos de natureza lingüística, apresentados pelos dialetos, são mais importantes que "as questiúnculas" sobre colocações pronominais e outros assuntos. Em seguida, define que a "língua do povo" é o objeto do seu estudo, com a justificativa de que "pouco nos interessa a língua das classes cultas, primeiro porque é correta, segundo porque lhe falta a naturalidade, e espontaneidade da língua popular".

A seguir, relacionam outros trabalhos importantes publicados neste período: *O português do Brasil* (1937), de Renato de Mendonça; *Língua brasileira* (1940), de Edgar Sanches; *O problema da língua brasileira* (1940), de Silvio Elia; *A língua do Brasil* (1946), de Gladstone Chaves de Melo.

A terceira fase dá-se a partir de l952, início dos estudos de geografia lingüística no Brasil, com as pesquisas de Antenor Nascentes (*Bases para a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil*, 1958), Serafim da Silva Neto (*Guia para estudos dialetológicos*, 1957), Celso Cunha (acompanhou os estudos do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* e o *Atlas lingüístico de Sergipe*), e Nelson Rossi, na elaboração do *Atlas Lingüístico da Bahia*, que veio a se chamar *Atlas Prévio dos Falares Baianos*.

A expressão "dialeto", entretanto, logo que lançada no século XIX, vai perturbar o espírito dos nossos estudiosos na pretensão de esclarecer a precisão do termo e o que realmente seria a língua do Brasil. Alencar (*Cancioneiro*, v.4, 980) entendia que as alterações

fonéticas passaram a exercer uma poderosa ação no mecanismo e na gramática da língua portuguesa do Brasil, “uma revolução da qual já se notam os primeiros e vivos traços, no que já se pode chamar o dialeto brasileiro” (op. cit.). Comenta que se de repente um dos nossos cancioneiros fosse transportado a Portugal, e “cantasse a sua lenda cearense no terreiro de alguma das abegoarias do Alentejo, estou convencido que os grandes de lá não o entenderiam. Nem ele tampouco aos seus parceiros de ofício”.

> Começava pelo título, que o sertanejo pronunciaria *Rabicho da Geralda* como está escrito; e o alentejano teimaria em ler *Ravicho da Giralda.* E cada um a rir-se do outro, sem razão, porque tanto direito tem o nosso povo de dar a uma letra o som de b, como eles o som de v. Quanto à elegância é simples questão de gosto (op. cit., p. 979-981).

Seguidor das idéias de Müller, Diez, Whitney, e Grimm, em voga no Brasil àquela época, Alencar entendia que o dialeto era uma etapa no processo de diferenciação, um paralelo de inspiração evolucionista, tomando como base a formação do português, a partir do latim, e cujo final seria a língua brasileira.

Romero (apud Pinto, v.1, 1978:291) credita a Alencar o fato de ter sido o primeiro a utilizar o termo “dialeto” para o português do Brasil, seguido por Teófilo Braga, e que “desde então, pegou o veso do dialeto brasileiro também com Macedo Soares”. Paranhos da Silva e Pacheco Júnior (op. cit., p. 292), entretanto, opuseram-se a essa denominação, por tomarem o termo dialeto “como forma inferior da língua, ou linguagem deturpada, e o luso brasileiro não se acha neste caso”. Romero considera que não foi neste sentido que Alencar e os demais dialetistas se referiram à expressão *dialeto brasileiro*, uma vez que há no termo três acepções bem distintas:

a) sinônimo impróprio de língua e idioma em geral;

b) forma inferior de uma língua;

c) subdivisão de um idioma, correspondendo a uma subdivisão de um povo.

Romero descarta a primeira alegação por entender que “a língua é uma só no Brasil e em Portugal”; no segundo caso, considera que o termo é tomado em sentido impróprio, e “não assenta ao nosso falar, que não é deturpação”; na terceira hipótese, que toma por verdadeira, concorda com Alencar, e entende, também, que nos séculos futuros a distinção lingüística entre Portugal e Brasil será cada vez mais acentuada:

> se não temos já um dialeto completamente acentuado, marchamos para tê-lo. Os brasileiros constituem uma subdivisão, bem distinta, na família lusitana: são uma nacionalidade nova, a que juntaram-se outros elementos que não existiam na velha metrópole, e vão formando um povo que se não pode mais confundir com o povo português (op. cit.).

Na última parte do século XIX, com os primeiros estudos de Adolfo Coelho sobre a ciência da linguagem em Portugal e, em seguida, com a escola filológica de Leite de Vasconcelos, repercute no Brasil o interesse pelo assunto, levando os nossos literatos a uma tomada de posição. A teoria de Leite de Vasconcelos, que postulava a existência de uma língua portuguesa escrita, e dialeto ou dialetos falados pelo povo, contribuiu para desenvolver os primeiros estudos sobre a ciência da linguagem entre nós. Trazia esta tese um quadro dos dialetos propriamente ditos:

> 1 – dialetos continentais, que compreendem subdialetos; 2 – dialetos insulares, referentes aos Açores e Madeira (...); 3 – dialetos ultramarinos: o do Brasil com seus subdialetos, cuja investigação aconselha aos filólogos; e os dialetos das colônias portuguesas, também designados como dialetos crioulos; 4 – a variedade não explicada, corresponde ao português dos judeus (apud Pinto, v. 1, 1978, XLVII).

Ainda no final do século XIX, começam a aparecer citações de leituras de Whitney e Webster, que funcionam entre os nossos como uma tentativa de superar as dificuldades dos estudos da ciência da linguagem, assimilando-os muitas vezes de forma desordenada, sem metodologia e sem conhecimento do raciocínio que ministrava esses novos subsídios ao estudo da língua. A tese de Whitney pregava entre outras coisas que a linguagem é um fato social, uma instituição de invenção humana e, como tal, um instrumento de comunicação que se vale de um conjunto de signos convencionais que se ligam a um conceito por um elo de associação mental, e que a linguagem é um sistema de estrutura altamente complexa e simétrica, e que "língua e dialeto representam a mesma coisa":

> Todo corpo de expressões que serve a uma sociedade, por pequena e humilde que seja, de instrumento e de meio de comunicação de pensamento, é uma língua (...) Por outro lado, não há uma só língua no mundo que não possamos, sem empregar uma palavra imprópria, chamar dialeto, se a consideramos como um corpo de signos lingüísticos, relativamente a outro corpo. A ciência da linguagem tornou banal esta distinção, ao nos ensinar que os signos que cada homem emprega para se exprimir constituem sua língua, ou uma língua, e que não há língua, por mais cultivada que possa ser, que não seja um dialeto referente a certa classe e a certa localidade, grande ou pequena (apud Pinto, 1978, v. 1, p. LV).

Por sua vez, Leite de Vasconcelos postulava que "língua e dialeto são coisas diversas" (língua: forma escrita e realizada por falantes cultos; dialeto: diversificação da fala regional, formando um conjunto que abarcava tanto a língua do Brasil quanto a de Portugal). Whitney entendia também que o português seria a língua do Brasil e de Portugal, porque ambas têm o mesmo sistema.

As teses de Whitney e de Leite de Vasconcelos foram bem absorvidas pelos nossos literatos que oscilavam entre uma e outra. Ambas, porém, longe de criar atrito com o pensamento dos brasileiros, fornecem subsídios para a compreensão do que se tentava documentar com as peculiaridades da língua que se falava aqui. Nesta linha, situa-se o

pensamento predominante por vários anos com os dialetistas, seguidores de Leite de Vasconcelos e Whitney, que reivindicam para a língua falada do Brasil a condição de língua nacional com aproveitamento literário, com o que não concordavam os legitimistas. Pinto (op. cit., p. LVI), entende que do ponto de vista diacrônico, poder-se-ia falar em dialeto brasileiro

> como sendo uma das variantes de uma unidade primitiva que se rompeu; nesse sentido também seria possível falar em dialetos brasileiros, porque o processo de alteração da língua pelo povo é dinâmico, a unidade lingüística está sempre a fragmentar-se a diversificar-se; e finalmente, pode-se ainda falar em dialetos brasileiros ou portugueses, ou franceses, ou alemães, tomando-se o termo em sentido social.

As duas teorias tinham em comum a "fala popular" entendida por "dialeto", onde os literatos procuravam os argumentos que comprovassem a existência do "dialeto brasileiro". Entretanto, o acervo lexical era insuficiente e, além do mais, não tinha acesso nem na língua escrita e nem na fala culta, levando-os à suposição de que se consolidava dessa forma a existência de uma "língua brasileira". Os dialetistas concentram-se, então, em uma língua literária que estilizasse a língua popular, estigmatizada e repelida pelos legitimistas. A tentativa de imposição dessa língua literária manifesta-se principalmente entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, quando começam a aparecer os primeiros resultados, passando-se a desprezar a questão língua/dialeto, por concluírem que esse binômio não possuía base suficiente para estudos em relação à língua do Brasil. As posições conflitantes decorreram da deficiente assimilação das doutrinas lingüísticas à época, pois não faltaram teorias para interpretar os dados colhidos, e hoje, a questão língua/dialeto não existe. Acrescenta Pinto (p. LVIII), que do ponto de vista lingüístico, a maior conquista do início do século XX ficou por conta da superação da "noção de hierarquia das variantes brasileira e portuguesa"; e, de forma secundária,

> a consciência do caráter social de algumas variantes lingüísticas. A experiência de quase um século de dados e argumentos acumulados – embora sem o competente tratamento lingüístico – autorizava os brasileiros a tomarem as rédeas da política da língua, apoiados na teoria de Leite de Vasconcelos.

2.3 A QUESTÃO DA LÍNGUA LITERÁRIA

No início do século XX, coube ao filólogo Leite de Vasconcelos abrir no Brasil um ciclo de estudos voltados para a fala regional, colocando em pauta novamente a questão da língua do Brasil, para retomar, num primeiro momento, a reação nacionalista desencadeada por Alencar em favor dos brasileirismos. O filólogo português trazia a fundamentação teórica

do pressuposto de que havia no Brasil uma realidade fônica em oposição à portuguesa, que irá contribuir na definição da língua literária do Brasil. Entretanto, a questão só será resolvida no século XX, à luz dos estudos do lingüista suíço Ferdinand de Saussure, ao concluir que a língua é um sistema abstrato de signos inter-relacionados, de natureza social e psíquica, obrigatório para todos os elementos de uma comunidade lingüística. Como produto social e organismo vivo, a língua acompanha o destino dos seus usuários e está sempre em constante movimentação, variando de acordo com as épocas, os lugares, as pessoas e até com as circunstâncias, podendo cada uma dessas variedades constituir um código. A sua natureza coloca à disposição de qualquer dos seus utentes uma dualidade que é encontrada em todo povo culto: a dicotomia *langue – parole*. Entendida como fala, a língua é um produto social transmitido de geração a geração e tem como componentes a emoção e as circunstâncias em que acontece. Em oposição a essa língua transmitida, Saussure opõe a *parole,* o discurso, a racionalidade, representado pela língua adquirida, distinção que se tornou clássica na lingüística moderna. O desconhecimento dessa teoria lingüística por parte dos nossos literatos muitas vezes assumiu caráter de grande polêmica e discussão na imprensa da época, sempre tratada, conforme Pinto (1978, v.1, XLV), com argumentos "de ordem subjetiva, postos a serviço das conveniências pessoais do interessado, ou de seus ideais nacionalistas. Com raras exceções, não há reflexão ponderada, estudo alongado, com vistas à análise e à interpretação objetiva do caso brasileiro".

No Brasil, os estudos lingüísticos começaram em fase adiantada do século XX, com destaque para os lingüistas Câmara Júnior e Ayres da Mata Machado, os filólogos Serafim da Silva Neto e Gladstone Chaves de Melo, e mais recentemente, Helênio Fonseca de Oliveira, um estudioso da análise do discurso, aos quais recorremos para tratar da língua literária do Brasil, particularmente no que diz respeito à sua definição. Não deixaremos de mencionar Andrade, visto que os estudos da língua ocuparam parte da sua vida, e não sem razão é tido como o grande propulsor da língua literária que representa os modismos do falante brasileiro. Veremos que a base desses estudos está em Saussurre, na dicotomia língua falada x língua adquirida.

Melo (1981:166) define a língua transmitida como a "que recebemos do nosso meio social, é o nosso dialeto (ou aspecto local), com seu sotaque peculiar, com suas particularidades de morfologia e de sintaxe, com seu vocabulário característico". Diversamente, "a língua adquirida é a literária, a culta, que vamos aprender à escola e continuaremos a aprender o resto da vida", segue o padrão ditado pela norma gramatical e

pode apresentar-se nas variedades formal e informal. Por sua natureza normatizadora e formal, caracteriza-se ainda pelo comprometimento que tem com a escrita, advindo daí o prestígio que lhe é conferido, pela sua relação com o conceito de nação e pelo caráter supra-regional que apresenta.

Oliveira (1999:65-82) distingue na língua padrão os conceitos de língua culta e língua literária, sendo que "a língua culta é um termo mais amplo que língua padrão, uma vez que abrange não só o padrão, que é supra-regional,

> mas também as variedades cultas informais de cada região, e que devemos entender como cultos os dialetos sociais das pessoas acima de determinado grau de escolaridade. Desse modo o termo adquire objetividade e nos desvencilhamos do ranço de preconceito de que está impregnado.

Observa que a língua literária seria em princípio uma variedade padrão estilizada da língua culta, "mas pode dar-se ao caso de ela se desviar do padrão quando o desvio é esteticamente necessário", e que além da impropriedade de se utilizar freqüentemente como equivalentes os termos língua padrão e língua literária, há ainda a de incluir "língua escrita nessa série pseudo-sinonímica, inclusão obviamente inexata, visto que a língua padrão, embora se use sobretudo na escrita, pode usar-se também na comunicação oral formal".

Leite e Callou (2004:15) chamam atenção para o fato de que

> só nos últimos dois séculos e meio ocorreu uma normatização do português falado no Brasil em direção a um chamado português "padrão", que apesar de intrinsicamente variado regional e socialmente, passou a gozar de prestígio e a representar a "norma" para o bem falar e o bem escrever.

Alencar entendia a linguagem literária, "escolhida, limada e suave", como uma arte; enquanto a linguagem utilizada diariamente, "cediça e comum", e que basta para a rápida troca de idéias, era um "simples mister" (*Diva*, v. 1, 559-563). Acrescenta, entretanto, que essa diferença se opera unicamente na "forma e expressão"; na substância, "a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece".

A idéia de uma língua escrita culta foi registrada também por Andrade, que encontrava o seu alicerce na prosa de Machado de Assis, por entender que a sistematização da língua escrita no Brasil se deu a partir do escritor carioca:

> De toda a língua portuguesa, daqui e de além-mar, não excetuando o próprio Vieira, tenho a convicção de que foi Machado de Assis quem mais conseguiu se aproximar de uma língua culta, de um verdadeiro, útil, simples esquecido de si, mecanismo de expressão do pensamento em prosa (apud Bandeira, 1998:40).

Andrade antecipou-se aos estudos modernos sobre língua, linguagem, discurso literário já na década de 1940, quando expunha idéias sobre o assunto em artigos coligidos no livro *O Empalhador de Passarinho*. Seguindo os passos de Alencar na observação da fala cotidiana, foi o grande alavancador de uma literatura brasileira moderna. Entendia que a língua é uma abstração forjada em registros feitos pelo tempo, pelos acidentes regionais, pelas categorias profissionais, ambientes familiares e classe social que se utilizam dela, mas não negava a existência de uma língua culta, a língua escrita,

> que é exclusiva apenas de um dos grupinhos do grande grupo social. Essa é a língua escrita, por excelência, tradicionalista por vício, conservadora por cacoete específico de cultismo. Ou de classe. Mas já está mais que observado que os mesmos indivíduos que escrevem nessa língua culta, muitas vezes se esquecem dela quando falam (2002: 214).

Para Andrade, ainda não se tinha exatamente em conta que dentro da língua falada, usada por milhares de pessoas, "já por si diferentes uma das outras e ainda por cima diferenciadas por profissões, situação social, etc., é necessariamente um instrumento vivo, em eterno fazer-se, a que qualquer coisa modifica, transforma ou acrescenta", e que dentro desta "língua total"

> a linguagem culta funciona mais ou menos como uma língua morta, de tendências necessariamente conservadoras que a fixam pelo estudo e a estratificam pelo cultivo da tradição. A linguagem culta funciona bem exatamente como durante muito tempo funcionou o latim, depois de nascerem e se estabilizarem as línguas românticas: era o instrumento oficial e transcendente, grafado no papel, único usado entre as pessoas cultas nos seus trabalhos de erudição.O indivíduo que dentro de casa e na rua falava o castelhano ou o português vivos, escrevia em latim morto o seu livro sobre botânica (op. cit., p. 217-218).

No que diz respeito tacitamente à língua literária, Melo (l981:170) a vê como uma estilização da coiné, um instrumento de comunicação geral, que se dirige a todos os membros de uma comunidade lingüística, sem exceção de regiões ou de tempo. A língua literária é a expressão concreta ou estratificada dessa coiné: "(lato sensu) há de ser diversa das linguagens populares, é língua adquirida e, como tal, deve ser estudada, dominada a pouco e pouco, acuradamente, Não é, nem pode ser espontânea. É ela o instrumento da cultura, da civilização de um povo".

Defende (op. cit., p. 166) que se deve "procurar elevar o padrão de cultura do povo para que ele se exprima melhor ou, pelo menos, entenda com mais facilidade a língua literária"; entendia, entretanto, que a língua culta não pode sofrer influência da língua popular e nem participar de suas variações e ondulações. Para Andrade, a língua literária é unificação, é o instrumento da cultura, da civilização de um povo; é a preocupação com a ordem estética.

Mata Machado (1974:120-122) define a língua literária como língua escrita por excelência, mas adverte que "nem toda língua escrita é língua literária", porque aquela, em

sentido amplo, é a comunicação do pensamento mediante sinais convencionais, e esta, a língua literária, "é produto de criação e de modificação individual da língua corrente, visando a acomodá-la a uma forma de pensamento essencialmente pessoal, afetiva, estética", e ressalta que a língua escrita apresenta diferentes modalidades de linguagem: a administrativa, peculiar às classes dirigentes; a jurídica, "de índole intelectual ainda mais acentuada, e cuja característica é o tradicional apego a fórmulas antiquadas, sem excluir alguma complacência com certos vulgarismos cristalizados, de certos erros inveterados"; a técnica, com meios de expressão puramente intelectuais na comunicação de noções e idéias sem relação direta com a vida real.

A língua literária, no entender do filólogo Serafim da Silva Neto (1950:16), "é um poderoso reflexo de cultura e mantenedor da unidade. Ela é, ao mesmo tempo, disciplina e seleção – não pode apresentar-se com a gama infinita da linguagem falada". A sua maior relevância (op. cit., p. 249) está no fato de que "por sobre a estagnação do ambiente, por sobre o tosco linguajar de índios e negros, por sobre a língua geral se levantava a língua escrita portuguesa como superior meio de manifestação e comunicação". Daí, distinguir língua transmitida da língua adquirida: a primeira funciona como resultado do meio social em que vive o falante, enquanto a língua adquirida (op. cit., p. 263) é uma linguagem conscientemente assimilada que "representa um modo de falar diferente de nosso meio social, um padrão que nos tem sido legado pelos bons modelos".

Consideradas as variações de norma lingüística, pode-se falar em uma "língua literária", segundo Coseriu (apud Pretti, 1993:219), mas este entende que, como "os objetivos do escritor são de natureza estética, não há limites entre as variações de linguagem para atingi-los", não se configurando, portanto, uma linguagem literária, mas "estilos literários diversificados, que se valem das características mais comuns da língua escrita, mas também da naturalidade da fala, mais comprometida com as variantes populares":

> a língua literária é uma variante da língua escrita, mas também o é da língua popular, da língua culta etc., no sentido de ser "uma combinação de códigos auxiliares, superpostos ao código comum", de que fala Granger. Na verdade, sendo a obra literária de ficção uma transposição da realidade, recria o texto literário todas essas espécies de modalidades lingüísticas, porém sob o aspecto abrangente da intenção artística e estética.

O lingüista Câmara Júnior (1964:132) acrescenta que a língua literária é uma "língua que se destina à expressão da literatura; é a transposição do discurso falado, de que resultam novas condições de funcionamento da linguagem e se apresenta em vários níveis, de acordo com a finalidade social para que opera"; a sua utilização é predominantemente de ordem estética, e encontra a mais alta manifestação na língua escrita.

Esta língua literária, apoiada no falar cotidiano, teve reconhecida a sua existência pelo romancista Alencar, que percebeu um português alterado, uma tendência para a transformação da língua portuguesa no Brasil, mas não se preocupou com o seu grau de diversificação e a sua categorização em termos de entidade lingüística. A literatura brasileira, "infantil", "incorreta", "aprendida na diversidade dos costumes", (Alencar, *Cancioneiro*, v. 4, 982-983), apoiou-se na língua transmitida dos brasileiros para afastar-se de modo irreversível da literatura conservadora praticada pelos portugueses, uma submissão que Alencar não tolerava e contra a qual reclamou em nome da "nossa literatura e por honra da mocidade brasileira, que aí vem cheia de vigor e talento pedir-nos conta de meio século de existência política. (...)'E como já o disse, uma vez, quebraria a pena antes, do que aceitar semelhante expatriação literária" (op. cit.).

Parece claro a Silva Neto (1950:265) que "os primeiros escritores da nossa chamada era nacional (de 1822 em diante), não quiseram criar uma língua brasileira (...) O que de certo pretenderam e conseguiram foi a expressão de um estilo nosso, em que achassem guarida as peculiaridades da linguagem brasileira".

2.4 A LÍNGUA LITERÁRIA DO BRASIL

> *Se nós, os brasileiros, escrevêssemos livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados; renegaríamos a nossa pátria, e não só ela, como a nossa natureza, que é o berço dessa pátria.*
>
> (José de Alencar)

Com a independência política em 1822, a questão de uma língua brasileira avulta-se e envolve escritores, políticos e a opinião pública. A polêmica se confunde por um longo período com a questão dos neologismos, introduzidos nos hábitos lingüísticos da colônia nos séculos XVII e XVIII, com autores como Gregório de Matos Guerra e Domingos Caldas Barbosa, escritores que da necessidade de designar a natureza, o homem, os seres e a terra, lançaram mão de termos inéditos, explorando e ampliando a língua que se falava aqui. José Bonifácio, levado pela proclamação recente da Independência, passa a reclamar para os brasileiros o direito de criar neologismos cultos no sentido de enriquecer a língua:

> Nós já temos muitos vocábulos compostos tirados do latim, e por que não faremos, e adotaremos muitos outros tanto ou mais necessários em poesia (...) Ousem pois os futuros

> engenhos brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa, dar este nobre exemplo: e fico, que apesar de franzirem o beiço puristas acanhados, chegará o português, já belo e rico agora, a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem (apud Pinto, v. 1, 1978: 10-11).

A reivindicação de José Bonifácio fundamenta-se anos após com Gonçalves de Magalhães em 1836 no prefácio do livro *Suspiros Poéticos: Saudades*, ao defender que as línguas se beneficiam com o progresso da civilização e que idéias novas pedem novos termos.

Em meados do século XIX, a língua do Brasil torna-se um problema de ordem nacional e passa a constituir objeto de estudos na tentativa de registrar uma realidade documentável, destacando três correntes que irão nortear estes estudos:

1 – A de Varnhagen que reafirma a unidade lingüística entre Brasil e Portugal, mas ressalta que há uma diversificação da língua dos brasileiros, acentuadamente na prosódia e no léxico, caracterizando a língua do Brasil como "um português diferenciado, que, por sua vez, também já se apresenta diversificado no território nacional", tese acatada um século depois para direcionar os estudos da língua do Brasil. Com Varnhagen ficam estabelecidas, até o final do século XIX, as linhas que sustentarão a polêmica em torno da língua:

> aceita-se a maioria de seus conceitos, sobretudo o que diz respeito à diferenciação da fala – e isto inclusive por parte dos que apregoam não apenas a unidade da língua escrita, mas ainda o culto aos clássicos; reivindica-se maior legitimidade na herança do passado português quinhentista; mantêm-se nas investigações, sempre predominantemente fonológicas e léxicas, a mesma atitude apriorística, de documentar pela evidência, por fatos notórios, a realidade lingüística brasileira; mantém-se também, pelo menos até a penúltima década do século, o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos (op. cit., p. XVII).

.

2 – A de João Francisco Lisboa, de caráter racional, que sustenta as mesmas idéias de Varnhagen, mas defende a desvinculação do sentimento nacionalista da questão da língua e manifesta a superioridade da língua portuguesa, entendida como veículo maior de comunicação entre civilizados, enquanto as línguas indígenas e africanas deveriam interessar somente à poesia e à história. Pinto (idem, ibidem) admite que a conceituação de Lisboa vai fixar, a partir de então, a posição daqueles que defendiam a vigência de "língua portuguesa no Brasil, sem repúdio das normas gramaticais, que, a seu ver, não constituem compromisso para a autonomia nacional". Esta corrente será um divisor de águas na questão da língua do Brasil: de um lado, os ortodoxos com a defesa da vigência da língua portuguesa no Brasil, respeitando-se as normas gramaticais; de outro, os nacionalistas, que defendem a modalidade brasileira da língua com base na língua transmitida.

3 – A de Junqueira Freire (op. cit., p. XVIII), de caráter emocional, que entre outras coisas defende os estrangeirismos, em especial os galicismos, mas ressalta que se devem evitar a desobediência à gramática e os vícios de linguagem.

Os adeptos das duas primeiras correntes, de acordo com Pinto, defendem a modalidade brasileira, embora se encontrem nelas aqueles que persistem na reverência aos modelos clássicos portugueses e na aceitação da gramática normativa; há ainda os que proclamam a aceitação e a defesa dos neologismos na língua literária e na oratória, comum às duas correntes, mas em menor escala dos galicismos.

Com o evento da Independência política, a geração de escritores pós-1822 começa a cultivar uma linguagem diferente dos moldes lusitanos no que se refere ao estilo e à expressão. Alguns folhetins trazem tendências literárias "americanistas", nacionalistas, duramente combatidas por censores portugueses e puristas da língua. A partir de então, a literatura que se fazia aqui começa a refletir no escritor o estado de espírito individual ou coletivo do seu tempo, levando-o a retratar a complexa organização política do país e da sua época. Com a então recente inauguração da Imprensa por D. João VI, em 1808, os folhetins passam a funcionar como verdadeiros condutores desse estado de espírito. As páginas dedicadas aos leitores estão cheias de "polêmicas" pró ou contra brasileiros e portugueses, como a carta que "Um Brasileiro" enviou ao Jornal do Comércio, de 24 de janeiro de l842 (apud Cesar, 1978: 111), reclamando para o brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão a invenção da "arte de navegar pelos ares", e cita Cláudio Manuel da Costa como um legítimo representante da literatura brasileira:

> Sr. Redator. – Estimaria muito que pela sua apreciável folha me fosse permitido dirigir duas palavras de queixumes contra uma usurpação feita aos Brasileiros pelo autor do comunicado que hoje aparece no *Jornal do Comércio* com o título de Inventos Portugueses. Fala o comunicante de diferentes inventos célebres que atualmente correm em nome de diferentes nações, e que contudo pertencem a Portugueses. Que cada um trate de dar vulto às cousas da sua pátria, é cousa que ninguém pode levar a mal, mas pela mesma razão por que o comunicante português se queixa de todas essas usurpações que afirma haverem sido feitas aos seus patrícios, por esta mesma é que nós os Brasileiros devemos queixar-nos da que ele nos quer fazer a nós. Porventura o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão foi Português? Não nasceu ele na então vila, e hoje cidade de Santos, na província de São Paulo (...)? Então se assim é, com que direito se há de dizer que a arte de navegar pelos ares, e a de esgotar sem auxílio de gente as naus que fazem água, ambas inventadas por aquele grande gênio, são inventos dos Portugueses? Porventura diremos nós que Cláudio Manuel da Costa, ou Fr. Francisco de S. Carlos são literatos portugueses, ou que as obras de qualquer deles pertencem a literatura portuguesa? Cuido que não. Pois se os escritos destes dous homens (por não estar agora a falar de outros muitos) fazem incontestavelmente parte da literatura brasileira, claro está que também os inventos do padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão fazem parte dos inventos dos Brasileiros.
>
> (ass.) O Brasileiro

A réplica vem no mesmo jornal, de 29 de janeiro de 1842 (op. cit.,113), assinada por "Um Português", que dentre outras coisas faz colocações sobre a literatura do Brasil:

> Agora, porém, já que o Sr. correspondente tão escrupuloso se quis mostrar numa cousa em que nenhum motivo havia para ter escrúpulos, quero eu também mostrar-me escrupuloso, e censurar uma sua proposição, que noutra qualquer ocasião deixaria passar em claro. Diz ele que por Cláudio Manuel da Costa e Fr. Francisco de S. Carlos serem Brasileiros, os seus escritos fazem e hão de sempre fazer (...) parte da literatura brasileira, e não da portuguesa.

> Admitirei muito embora o princípio, mas nego a conclusão. Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, em todo o rigor da palavra, literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não poder ter existência possível (...).

O cidadão português continua a sua tese afirmando que "a literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua", mesmo em nações soberanas e independentes como o Brasil. Nos dois últimos parágrafos da carta, "O Português" mantém a convicção de que a literatura brasileira não existe,

> há é que em muitas e muitas obras escritas por Brasileiros consiste um dos principais ornamentos da literatura portuguesa. Tais são os escritos do Padre Caldas; tal é o Caramuru de Fr. José de Santa Rita Durão,; tais são as obras de Vicente José Ferreira Cardoso, que todo o mundo trata por Português, e que nasceu na Bahia (...)
> E nisto é que (...) vai o engano: os literatos são Brasileiros, porém a literatura é portuguesa (...)

Também Pinheiro Chagas, em crítica ao romance *Iracema*, mais tarde concluiu:

> Apesar dos muitos talentos que avultam na nossa antiga colônia americana, não se pode dizer que o Brasil possua uma literatura. Literatura nacional é aquela em que se reflete o caráter de um povo, que dá vida às suas tradições e crenças; é a harpa fremente em cujas cordas geme, como um sopro, a alma de uma nação, com todas as dores e júbilos, que através dos séculos a foram retemperando (op. cit., p.114).

Os folhetins, palco àquela época das disputas gramaticais, mantinham-se alheios ao que acontecia e, em respeito à política do idioma, permaneceram no cultivo da sintaxe lusitana, sem permitir que os usos lingüísticos da ex-colônia se alterassem. Timidamente, entretanto, esses folhetins publicam poemas e textos em prosa com uma linguagem nova, rebelde, em tudo diferente do português recomendado pelos gramáticos. A atitude ousada desses poucos escritores vai provocar o rompimento gradual de uma lacuna que havia entre a língua escrita e a língua falada no século XIX. A língua que se fala no Brasil começa a receber a influência de novos termos e novos modos de dizer, renovada com criações tiradas à oralidade, evitando a sua estratificação.

Para Coutinho (1968:62), a consolidação da Independência política do Brasil irá confundir-se, a partir do Romantismo, com o próprio processo pela formação de uma literatura verdadeiramente brasileira, escrita na língua portuguesa, mas com o estilo brasileiro de sentir e de dizer as coisas, porque, em princípio, esta escola literária favorecia a integração da língua popular na literatura,

> e os nossos românticos sofreram uma atração neste sentido. As suas decantadas "incorreções" não são apenas o resultado de um domínio imperfeito da norma literária; têm também um aspecto positivo, que é o impulso para a espontaneidade e para a libertação das peias convencionais, sob o signo de uma língua coloquial haurida nos primeiros anos da meninice e, pois, veículo natural da exteriorização psíquica.

Ribeiro (1978:58) esclarece que em 1802 a *Gramática* de Morais já acusava "composições viciosas", em uso no Brasil, como "amo-lhe", "quero-lhe", cujos registros começam a aparecer quase cinqüenta anos após nas obras de alguns românticos – Gonçalves Dias, Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães e Alencar – o que provocou o inicio de uma polêmica gramatical com questões supérfluas por parte dos portugueses, que não abrem mão da hegemonia gramatical e partem para um verdadeiro confronto. A crítica de Pinheiro Chagas a Alencar, em particular, e por extensão aos demais escritores românticos brasileiros, via o que rotulou de "desobediência gramatical", por entender que percorriam, com aquela modalidade, "umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões" (apud Proença, 1965:161).

A emancipação política já seguia longe, quando Macedo Soares (apud Pinto, 1978:46-49) constata nos seus estudos dialetológicos que a vigência de uma norma brasileira não entra em conflito com o sistema lingüístico da língua falada em Portugal, e que já há uma gramática latente no português do Brasil. Essa tese provocará contradições entre os literatos brasileiros do final do século XIX para formulação de conceitos sobre a língua do Brasil, por ele denominada "dialeto, ou língua portuguesa falada no Brasil ou língua portuguesa mais legítima ou ainda uma nova língua luso-brasileira". Nesses estudos, Macedo Soares previa que o léxico brasileiro seria totalmente diferenciado do português na segunda metade do século XX, levando-o a questionar a ausência desse material lingüístico nos jornais e a reclamar uma tomada de posição por parte da nossa imprensa, pois "já era tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal" (op. cit.).

O romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antonio de Almeida, vem a público em 1855 com uma linguagem despojada e precisa, em estilo coloquial direto, com marcas da oralidade na escrita. Nesse período, a língua que se falava e se escrevia no Brasil passa a ganhar contornos de interesse nacional. Começa-se a perceber nesta língua um português diferenciado na fala, na prosódia e no léxico, mas que mantém a unidade na língua escrita. Por sua vez, os nossos românticos procuram dar nova roupagem a essa língua, ao modo do que se fez em Portugal com Garrett, e passam a recusar as velhas formas utilizadas pelos clássicos. No Brasil, há o reconhecimento de que os estrangeirismos, em particular os galicismos, são justificáveis pela natureza aberta da língua portuguesa e passa-se a sustentar a liberdade de expressão para o escritor. A atitude dos românticos cria então um conflito com a língua literária transplantada, alegando gramáticos e puristas que os novos impulsos de expressão eram incorretos, por não trazerem o domínio da língua literária.

Enquanto em Portugal a literatura buscava subsídios na língua coloquial viva, os românticos brasileiros voltavam-se para a língua popular, cotidiana, entendida pelos gramáticos como não-estética e grosseira. A corrente que procurava identificar a língua literária do Brasil fora dos padrões de Portugal passa a observar um toque de brasileirismo em alguns registros, particularmente nos léxicos de origem tupi e africana, desapegando-se aos poucos dos costumes gramaticais da língua trazida pelo colonizador. A segunda corrente dos românticos começa a registrar na literatura as primeiras manifestações sobre a natureza da língua praticada pelos brasileiros no pós-Independência. A temática está voltada para a paisagem brasileira trazendo registros de palavras de origem tupi e africana, com uma prosódia e uma sintaxe diferenciada da portuguesa. A falta de sistematização desses registros leva Gonçalves Dias a estabelecer o binômio fala popular/ língua literária escrita, tentando iniciar desta forma a fixação dos padrões literários brasileiros em termos de língua. No entendimento de Gonçalves Dias, o povo elabora os termos que de início ganham a conversação, para posterior aproveitamento nos dicionários e acesso à literatura através do trabalho de seleção pelo escritor, resultando então o enriquecimento da língua, como deixa tacitamente reconhecido no elogio a Joaquim Manuel de Macedo, autor de *A Moreninha*, por comportar uma linguagem entre a culta e a familiar,

> o seu merecimento não é ser clássico, mas ser brasileiro: e ele não seria tão, se andasse alambicando frases, que os poucos conhecedores da língua mal compreenderiam a sopapo de dicionário. O que o simples bom senso diz é que se não repreende de leve num povo o que geralmente agrada a todos (apud Pinto, v.1, 1978:34).

Dos mais ligados ao vernáculo português, Gonçalves Dias defende que o conhecimento da língua, o estilo e o dom da criatividade são elementos que não podem ser desconsiderados na produção literária:

> assim como o operário não fará nenhuma obra perfeita, se não tem os seus instrumentos, ou se mal sabe manejar os que possui, o escritor não atingirá nunca o belo da forma, se não tiver preparado de antemão com o estudo e com o exercício do mais rebelde, do mais intratável de todos os instrumentos – a língua (op. cit.).

Embora entendesse o fenômeno da deriva, e que a unidade de falares na diversidade do idioma praticado no Brasil constituía fator de renovação das línguas, o poeta dos Tamoios não incorporou ao seu estilo os desvios que se praticavam aqui e manteve-se distante da sintaxe praticada pelos românticos brasileiros. As teorias lingüísticas de sua lavra, entretanto, abriram a perspectiva para uma futura modalidade brasileira no idioma, como a constatação de pequenas divergências sintáticas em relação ao português europeu, vocabulário enriquecido pela contribuição das línguas indígenas e africanas, novos modos de dizer,

tomados à linguagem transmitida, pronúncia brasileira, mais melodiosa e pausada, colocação pronominal livre, preferência por formas verbais compostas, e outros.

2.4.1 ALENCAR E A LÍNGUA LITERÁRIA

> *A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo.*
> (José de Alencar)

O jornalista e escritor Alencar vai conturbar o Império com a sua verve polêmica na defesa de um estilo brasileiro na literatura, coisa que portugueses e alguns dos nossos literatos não admitiam, por não verem aqui um passado a que recorrer, ou por não se sentirem estes tomados do espírito nacionalista, fruto da independência política do Brasil, preferindo a cômoda situação de servis escritores na imitação dos clássicos portugueses. "Gente retrógrada" (...) que a pretexto de classismo aparece em todos os tempos e entre todos os povos, defendendo o passado contra o presente" (*Diva*, v. 1, p. 559).

Os ensaios literários de Alencar, particularmente *A Confederação dos Tamoios*, *Questão Filológica* e *O Nosso Cancioneiro*, os "póscritos" e prefácios passam a ser escritos na intenção de acabar com essa letargia e traçar uma estética direcionada à formação de uma literatura eminentemente brasileira, escrita ao sabor de modos diversos de elocução do brasileiro e enriquecida de novas palavras. Sem a intenção de confronto, mas com ele, se necessário, Alencar teceu com este expediente a sua estética, surgida da necessidade de mostrar que algo novo em matéria de língua acontecia no país. Neste sentido, encontramos em Melo, um estudioso da linguagem alencariana, o depoimento:

> não raro um pensador acerta na intuição mas é inaceitável na *dialética*. (...) quer-nos parecer que algo semelhante se dá com Alencar. Sentiu ele que chegado era o momento psicológico de se criar uma literatura nacional e que essa literatura só se podia manifestar num estilo nacional. Artista que era e de força, meteu ombros à tarefa. Foi tachado de inovador, sofreu ataques veementes e teve de sustentar forte campanha de desmoralização. Picado no orgulho, defendeu-se, fez pendão do labéu, e pôs-se em campo a batalhar por suas idéias e posição. 'Assumiu atitude dialética para justificar sua intuição. Daí certas demasias. Dado isso, ser-nos-á mais importante e elucidativo examinar o que Alencar fez em matéria de língua do que saber o que ele disse. O estudo da linguagem alencarina é que é decisivo. E realizando-o, verificaremos que ela confirma a intuição de Alencar e lhe apara os excessos dialéticos (apud Elia, 1975:36).

O pós-escrito à 2ª edição de *Iracema* (v. 3, p. 308-320) vem dividido em três partes, nas quais o romancista explicita a sua estética e defende algumas teorias gramaticais que tem por crenças, por outros consideradas controversas; mas que hoje se creditam à falta de estudos avançados da ciência da linguagem àquela época.

I – Introdução: Alencar tece considerações sobre gramática, prosódia, “muito mais suave no nosso dialeto”, e ortografia;

II – Resposta a Pinheiro Chagas, que o acusa de “incorreto”, “desleixado”, “inovador”, por não se sujeitar à gramática, “um padrão inalterável, a que o escritor se há de submeter rigorosamente”. Aqui, Alencar reclama para si o direito de inovar, como o fizeram Beethoven, Rossini, Fídias, Rafael, Praxíteles, Miguel Ângelo e tantos outros que tiveram o poder de “criar uma escola, de abrir novos horizontes à sua arte, de revelar formas antes desconhecidas” (op. cit., p.313) e argumenta que Pinheiro Chagas interpretou Müller equivocadamente, cuja lição sustenta que “só o povo tem a força de transformar uma língua, modificar sua índole, criar novas formas de dizer”. Segundo Alencar, Pinheiro Chagas reduz os escritores, os “obreiros da palavra”, a simples condição dos mecânicos “mais ou menos destros no manejo de um instrumento bruto”(op. cit.); questiona também a controversa interpretação do literato português que “os sábios enriquecem um idioma”, mas ao mesmo tempo nega esse direito a ele, Alencar, e vê nos escritores brasileiros “crime de insurreição contra a gramática de nossa língua comum (...) possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português!”(op. cit). Argumenta que há um tendência incontestável para a transformação profunda do português do Brasil, “mas não para a formação de uma nova língua”, e acrescenta que o crítico, para ser coerente, deveria buscar o “germe dessa transformação e seu fomento no espírito popular, no falar do povo”(op. cit., p. 314). Alencar apela para a teoria do filólogo Webster a fim de mostrar que a tendência de mudança se manifesta principalmente quando dois povos distintos estão separados pela distância territorial, que contribui para a linguagem de cada um desses povos começar a divergir. Em seguida, nega a acusação de afrancesar o discurso, mas assegura que o procedimento era usual entre os clássicos “sempre que o pronome possessivo o tornava escusado, e que afrancesamos o discurso, fazendo em geral preceder o pronome, quando em português de bom cunho a regra é pospor o pronome”.

> Tal regra não passa de arbítrio que sem fundamento algum se arrogam certos gramáticos. Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela melhor lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento.
> Em latim coloca-se ao gosto do escritor e segundo aquela regra (...) (op. cit.).

Alencar acusa ocorrências em que a eufonia pede a antecipação do pronome, como em “se recolhem só”, para evitar o sibilo desagradável de “se só”. Outras vezes, alega, não é a cacofonia, mas o acento tônico que determina a colocação da partícula, conforme o ritmo da frase exige o repouso antes ou depois. Sustenta que na frase “Tu não me sabes querer”, o

pronome não só antepõe-se ao infinito de que é complemento como ao indicativo: "o rigor da ordem gramatical exigiria tu não sabes querer-me; mas a frase não seria tão cadente e expressiva".

Trata ainda de algumas palavras que trazem "a mácula de francesismo", como *brusco*, que cita como ocorrência em Fr. Francisco de S. Luís, e *flanco*:

> usei dela para designar a ilharga, porque em minha opinião não temos vocábulo que exprima a idéia com tanta propriedade e energia. *Ilharga* é muito restrita, refere-se ao quadril; lado é muito genérico aplica-se a toda face obliqúe de qualquer objeto. O flanco é o lado do homem, ou do animal; nesta acepção foi adotado do alemão *flanke* pelo italiano, espanhol ou francês. Tratando-se de guerreiros, essa palavra ainda mais adequada me pareceu pelo seu uso na arte da estratégia (op. cit., p. 317).

Ainda nesta parte, manifesta a intenção de no futuro preocupar-se com assuntos de ordem gramatical "em uma pequena obra", na qual se propõe a fazer "um estudo sobre a índole da língua portuguesa, seu desenvolvimento e futuro, considerando especialmente a tão cansada questão do estilo clássico"(op. cit., 312). Posteriormente, Alencar rabiscou alguns itens sobre o assunto, mas mesmo sem escrever a sua gramática, o que havia elaborado sobre a língua do Brasil já fora suficiente para ser considerado como um escritor "separatista".

III – Este item traz uma resposta à censura de Henriques Mendes Leal ao "estilo frouxo e desleixado, especialmente a propósito do Guarani", e aborda praticamente os mesmos assuntos tratados com Pinheiro Machado. Alencar argumenta em defesa do seu estilo que poucos dão tanta importância à forma do que ele, pois entende que "o estilo é também uma arte plástica, por ventura muito superior a qualquer das outras destinadas à revelação do belo". Discorre sobre sua preferência por um estilo mais leve e com frase mais simples, assim, "aqueles que censuram minha maneira de escrever, saberão que não provém ela, mercê de Deus, da ignorância dos clássicos, mas de uma convicção profunda a respeito da decadência daquela escola" (op., cit., 319). Para melhor destacar a diferença entre o seu estilo brasileiro e o estilo clássico, sustenta sua resposta com o texto de *O Guarani*, objeto da censura de Henriques Leal:

> A tarde ia morrendo.
> O sol declinava no horizonte se deitando sobre as grandes florestas, que iluminava com seus últimos raios.
> A luz frouxa e suave do ocaso, deslizando pela verde alcatifa, enrolava-se em ondas de púrpura e ouro sobre a folhagem das árvores.
> Os espinheiros silvestres desatavam as flores alvas e delicadas, e o ouricuri abria as tenras palmas para receber no cálice o orvalho da noite, etc.

A seguir, coteja o texto "vestido à moda clássica", alinhavado por conjunções "que teciam a frase dos autores clássicos, e serviam de elos à longa série de orações amontoadas em um só período". Argumenta que o processo adotado pelos clássicos, longe de robustecer e

dar vigor ao texto, “relaxa a frase, tornando o pensamento difuso e lânguido, e imprime certo caráter pesado, monótono, e prolixo, que tem sua beleza histórica, sem dúvida, mas está bem longe de prestar-se ao perfeito colorido da idéia”. O seu estilo, ao contrário, tira efeito aos traços largos do painel, e cita o trato literário que dá ao ocaso do sol, à “flutuação da luz”, à sombra, às “flores noturnas que se abrem”, e que à moda dos clássicos, a redação de *O Guarani* perderia toda esta dinâmica que ele impõe ao texto, e passaria a ser:

> E porque ia a tarde morrendo e o sol declinava no horizonte e deitava-se sobre as grandes florestas que iluminavam seus últimos raios, à luz frouxa e suave do ocaso, que deslizava pela verde folhagem das árvores; e ao ponto que desatavam os pinheiros silvestres as suas flores alvas e delicadas, abria o ouricuri as tenras palmas, para que recebesse no seu cálice o orvalho da noite.

Principalmente nos pós-escritos à segunda edição de *Iracema*, *Diva*, e no ensaio *O Nosso Cancioneiro*, principia-se a notar o esteta Alencar a jogar com o crítico implacável, que discute sobre gramática, aponta caminhos, refuta a pecha de incorreto, separatista, e vai longe para caracterizar o seu conceito de língua literária, o seu processo criador, “o cumprimento de uma alta missão social” com a literatura, uma profissão de fé da qual não abrirá mão:

> Todo homem, orador, escritor ou poeta, todo homem que usa da palavra, não como um meio de comunicar as suas idéias, mas como um instrumento de trabalho; todo aquele que fala ou escreve, não por uma necessidade da vida, mas sim para cumprir uma alta missão social; todo aquele que faz da linguagem, não um prazer, mas uma bela e nobre profissão, deve estudar e conhecer a fundo a força, e os recursos desse elemento de sua atividade. A palavra tem uma arte e uma ciência: como ciência, ela exprime o pensamento com toda a sua fidelidade e singeleza; como arte, reveste a idéia de todos os relevos, de todas as graças e de todas as formas necessárias para fascinar o espírito (*Ensaios*, v.4, p. 889-890).

No cumprimento da missão de esteta, Alencar não se empolga como um demolidor, mas quer apressar o sonolento desabrochar da literatura brasileira**,** e o faz no “Póscrito” da 2ª. edição de *Diva* (v. 1, p. 559-563), que ressoa e reforça a idéia de um manifesto de independência literária e lingüística. Amparado no princípio da teoria evolucionista de que as línguas nascem, modificam-se e morrem, revolta-se contra a estagnação lingüística e prega que “não se pode imobilizar a língua, quando o espírito de que é ela a expressão, varia com os séculos de aspirações e de hábitos”, e que novas maneiras de dizer devem ser aceitas, sob pena de vê-la aniquilada. Sem conhecer os ensinamentos de Saussure, que só aparecem no início do século XX, Alencar adianta-se e faz a diferença entre a “linguagem” literária e a linguagem comum, como forma e expressão:

> A linguagem literária, escolhida, limada e suave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta de idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância, a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece (op. cit).

Alencar sente-se na obrigação de convocar os escritores nacionais para que se unam a ele nesta missão, e aconselha que, se quiserem ser entendidos pelo povo, devem falar e escrever na língua do povo, com os termos ou locuções que ele entende e que traduzam os usos e sentimentos, pois o povo deve exercer o seu "inauferível" direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abrasileirando o instrumento das idéias no vocabulário e na sintaxe da língua. Reclama para o escritor brasileiro o direito de criar termos novos, "necessários para exprimir os inventos recentes", e a assimilação de outros que, "embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis"; exorta-os a que explorem "as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas, essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classismo". Recomenda a aceitação de novas maneiras de dizer, "graciosas e elegantes", que não repugnem o gênio da língua, e argumenta que reconhece o valor histórico do estilo quinhentista, e que este deve apenas servir de fonte, "mas não exclusiva", para o escritor aperfeiçoar o seu estilo. Reformula o conceito de "clássico", e compromete-se a rejeitar toda palavra ou frase

> que se não recomende pela sua utilidade ou beleza de sua obra, a par da sua afinidade com a língua portuguesa e de sua correspondência com os usos e costumes da atualidade; porque são estas as condições que constituem o verdadeiro classismo, e não o fato de achar-se a locução escrita em algum dos velhos autores portugueses (op. cit.).

A lição de Alencar em favor dos estrangeirismos é bastante atual, quando se discute o Projeto de Lei nº 1676, de l999, "**Culta, bela e ultrajada",** do deputado Aldo Rebelo, em defesa da língua portuguesa (disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/integras/153443.pdf), e que visa a proibir palavras estrangeiras em anúncios publicitários, mídia, documentos oficiais, letreiros de lojas e restaurantes, na percepção de que a língua portuguesa está sendo ultrajada pelo ataque de estrangeirismos. Este Projeto objetiva enfrentar a "desnacionalização lingüística", eliminar a "invasão impertinente e insidiosa" dos estrangeirismos, "uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa", uma "invasão indiscriminada e desnecessária", como "holding", "recall", "franchise"", "coffee-break", "self-service" – e de "aportuguesamentos de gosto duvidoso", como "startar", "printar", "blindar", "atachar", "database".

Consultado, o filólogo Evanildo Bechara (Revista Veja, 26-12-2007, p. 86) comenta que o projeto é inviável, pois a história mostra que palavras de outras línguas são absorvidas pelo idioma, passam a ampliar o vocabulário, evoluem, ficam mais ricas: "O projeto do deputado Rebelo está fadado ao fracasso porque quem manda nos rumos do idioma é a língua

falada. Já passou a época em que o estrangeirismo era considerado um invasor. Hoje, sabe-se que ele enriquece o léxico".

Alencar não muda de tom no prefácio de *Sonhos d'Ouro* (v. 1, p. 692-702), que recebeu o sugestivo nome de *Bênção Paterna*, quando legisla pelo direito de uma literatura própria para o Brasil, "uma grande questão, que por aí está mal intrincada e de todo ponto desnorteada" por parte dos portugueses e dos "oráculos de cá"; "esses querem que tenhamos uma literatura nossa, mas é aquela que existia em Portugal antes da descoberta do Brasil". Defende-se da atuação dos críticos e toma para si o propósito de dividir "o período orgânico" da história da literatura brasileira em três, sendo os dois primeiros relativos à fase colonial: o primitivo ou aborígene, que trazem "lendas e mitos da terra selvagem e cultivada", a qual pertence *Iracema*; o histórico, do período colonial à Independência, quando se estabeleceu "o consórcio do povo invasor com a terra americana (...), a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor", no qual se encontram *O Guarani* e *As Minas de Prata*; o terceiro, "a infância" da literatura brasileira, nascida com a independência política e segue aguardando "escritores que lhe dêem os últimos traços e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço".

Ao encerrar este prefácio, consagra o direito que têm os autores brasileiros de utilizarem-se de um estilo próprio na língua, porque há muito ele já fez a sua opção, e da qual não arredará pé: "Censurem, piquem ou calem-se como lhes aprouver. Não alcançarão jamais que eu escreva neste meu Brasil coisa que pareça vinda em conserva de outra banda, como a fruta que nos mandam em lata".

Talvez inspirado nas polêmicas envolvendo o escritor cearense, que não foram poucas, em nota preliminar ao romance *Iracema*, Machado de Assis (apud Alencar, v.3, p. 225-226) chama a atenção para o fato de que no Brasil era coisa antiga, controversa e apaixonante a discussão literária, ora "travada no gabinete, na rua, e nas salas (...) uma espécie de steeple-chase, que se organiza de quando em quando". Observa que a escola americana sempre teve adversários, levando-os a considerá-la "uma aberração selvagem, uma distração sem graça, sem gravidade", e que os opositores creditavam esse juízo aos maus poetas, por se limitarem a explorar elementos poéticos do vocabulário indígena e a rimar palavras sem deixar uma contribuição efetiva para a literatura:

> Os críticos dessa poesia, confundiram no mesmo desdém os criadores e os imitadores, e cuidaram desacreditar a idéia fulminando os intérpretes incapazes. Condenavam-na também por supor que "a vida indígena seria, de futuro, a tela exclusiva da poesia brasileira, e nisso erravam "pois não podia entrar na idéia dos criadores obrigar a musa nacional a ir buscar todas as suas inspirações no estudo das crônicas e da língua primitiva".
> Esse estudo era um dos modos de exercer a poesia nacional; mas, fora dele, não está aí a própria natureza, opulenta, fulgurante, vivaz, atraindo os olhos dos poetas, e produzindo páginas como as de Porto Alegre e Bernardo Guimarães?
> Felizmente, o tempo vai esclarecendo os ânimos: a poesia dos caboclos está completamente nobilitada; os rimadores de palavras já não podem conseguir o descrédito da idéia, que venceu com o autor de I-Juca-Pirama, e acaba de vencer com o autor de Iracema.

Os adeptos do purismo, na intenção de resistir ao avanço que as idéias de Alencar assumem, e partindo do receio de que a sua pretensão era criar uma língua diferente da língua portuguesa, fundam em 1876 a Sociedade Filológica do Rio de Janeiro, que pouco durou, com a finalidade de se fazer voltar a escrever como no século XVI para fixar a língua portuguesa, por entenderem que a língua em uso no Brasil soava cheia de defeitos, com termos novos e injustificáveis, construções mais diretas, extrema liberdade na colocação dos pronomes, entre tantos outros defeitos.

Essa disputa deixará tacitamente acordado uma espécie de bilingüismos na língua portuguesa do Brasil: uma língua portuguesa para a escrita, apoiada na gramática normativa, e uma variante dialetal falada em formação, reconhecendo-se já aí que na língua escrita se insinua a modalidade brasileira. Essa variante já produzia literatura, e conseqüentemente, já era língua literária. Alencar (*Iracema*, v.3, p.309-320), não só relacionou "língua literária" e "fala", mas as reconheceu por "arte literária", "escolhida", "limada", "grave"; enquanto a outra, a "comum que se fala diariamente", não passava, no seu entender, de "um simples mister", e não foi objeto de suas cogitações para avançar na questão de uma forma brasileira para a literatura.

No estudo que trata do assunto, Câmara Júnior (1972:199-200) analisa que os românticos não souberam identificar as três partes do problema para uma norma literária do Brasil:

1 – a questão da relação da língua literária com a língua oral cotidiana;

2 – a tendência conservadora da língua literária, particularmente no caso do português, "em que o passado representa um período "clássico", aureolado por uma grandeza política, hoje desaparecida, e prestigiada por uma literatura brilhante";

3 – o processo de adaptação de uma língua de uma "sociedade européia, etnicamente fechada, com a cultura consolidada há muitos séculos, a um novo ambiente geográfico e social, etnicamente aberto", a que teve de se adaptar aos poucos para resistir e continuar.

> No Brasil, a resistência à rígida atitude normalizante, que paralelamente se encontra em alguns escritores e teoristas, também não procurou, em face daqueles a que se opunha, distinguir os três aspectos que se emaranharam no problema de uma norma para a nossa língua literária. José de Alencar, por exemplo, cuja posição revolucionária marcou época, ora apela para o exemplo de Almeida Garrett, desobediente também em Portugal aos cânones clássicos, ora invoca a necessidade de uma língua própria para o *habitat* físico e social brasileiro, ora nos fala de um apuramento da língua cotidiana,"que é simples mister (op. cit.).

A partir da intervenção de Alencar se criará um conflito maior entre as várias facções que se formaram: os legitimistas, partidários da língua portuguesa; os dialetistas, que entendiam ser dialeto a língua falada no Brasil; e os separatistas, com destaque para Alencar, que também figurava entre os dialetistas, com uma proposta de língua do Brasil.

Araripe Júnior colheu um comentário de Aluízio Azevedo considerando injustas as acusações a Alencar de "hóspede na língua em que escrevia", no qual defende que o romancista utilizava-se do "dialeto brasileiro perfeitamente, admiravelmente", e que seu nome ficaria para a história como uma das maiores autoridades do "neoportuguês":

> Foi ele o primeiro que se abalançou a dizer que os lábios que chupavam a mangaba e o caju não podiam pronunciar palavras pelo mesmo feitio, nem exprimir-se do mesmo modo que os lábios que premiam a maçã e a uva alentejana. (...) A semente plantada pelo autor do *Guarani* frutificou; e, atualmente, quer entre gramáticos, quer entre literatos, romancistas e poetas, nota-se uma salutar tendência para esse Ipiranga das letras (apud Pinto, v.1, 1978:231).

O pré-Modernista Monteiro Lobato também tem a sua atenção centrada na dualidade língua popular - língua culta, e entendeu que, em parte, esse contraste era o responsável pelo fato dos autores brasileiros serem pouco lidos. Considerava que a literatura seria mais autêntica se escrita em língua que o povo entendesse, a língua "brasileira". Nesta língua, o escritor deveria encontrar uma adequação entre a língua literária e a língua do povo e rejeitar, conseqüentemente, a norma culta.

Tanto as idéias de Alencar quanto as de Monteiro Lobato serão resolvidas no Movimento Modernista, com as propostas de Andrade. Mas foi com a geração dos românticos, particularmente com Alencar, naquele "simples mister" da fala cotidiana, no "emaranhado" que os românticos não souberam equacionar, segundo Câmara Júnior, que se começou a consolidar no Brasil uma norma lingüística escrita diferenciada da portuguesa, mas não dela desvinculada, e em cuja pauta não se pode esquecer a questão do estilo, reclamada por Alencar e aproveitada pelos modernistas para cunhar a literatura brasileira.

Os escritores românticos do Brasil, ao renovarem os usos lingüísticos aproximando-o do coloquialismo, promoveram a reabilitação da língua popular, por lhes parecer mais representativa da expressão do sentimento nacional, dando início à criação de uma literatura despojada e independente em relação à língua e à literatura de Portugal.

2.4.2 ANDRADE E A LÍNGUA LITERÁRIA

> *Não passo dum apenas elo dessa cadeia de que também são elos um Caldas Barbosa, um Alencar, um Catulo, elo certamente mais curioso, não mais útil porque de tudo me utilizei, até do grotesco, pra normalizar o problema E ainda uso.*
> (Mário de Andrade)

A questão da língua literária será retomada com as duas primeiras gerações do Movimento Modernista: a bandeira nacionalista do *Manifesto Pau Brasil*, em 1924, que pregava "contra o gabinetismo, a prática culta da vida, (...) a língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos" (apud Teles, 1972:202-208). Por sua vez, o *Manifesto Antropofágico*, em 1928, não rejeitava a arte estrangeira, mas receitava que se consumisse apenas o que de bom havia nela, aquilo que merecia ser consumido.

Respaldados por correntes lingüisticas européias, e liderados por Andrade, os Modernistas começam por reagir contra tudo, passam a pregar a desvalorização das regras gramaticais em favor da prática oral da língua e defendem uma atitude antipassadista, anticonvencional, anti-academicista, anti-gramática.

> A gramática apareceu depois de organizadas as línguas. Acontece que meu inconsciente não sabe da existência de gramáticas, nem de línguas organizadas. E como Dom Lirismo é contrabandista... (Andrade, 1985:35)

Já em 1925, Andrade lança a proposta de uma língua literária e encarece a necessidade de contar com os escritores do seu tempo para que o auxiliem, "pra que eu realize a minha *intensão* (*sic)* ajudar na formação literária, isto é, culta da língua brasileira".

> Não quero que você [Bandeira] pense que estou imaginando criar uma língua nova, como se diz que fizeram Dante e Camões, principalmente o primeiro. Ora isso é idiota porquê Dante seria incapaz de escrever no italiano da Comédia se antes dele não tivesse a escola siciliana e toda a porção de trovadores que já escreviam em língua vulgar. Eles é que permitiram a existência dum Dante prá língua italiana como os cronistas e cantadores portugueses permitiram o português de Camões (apud Bandeira, 1998:67-68).

Reconhece que a diversidade lingüística é própria de todos os países, sejam grandes ou pequenos, e que o Brasil também apresenta "pequenas diferenças entre falar duma pra outra região, que são fatais não só de pronúncia como de sintaxe. (...) Diferenças léxicas e sintáticas" (op., cit.).

O Movimento Modernista encontra em Andrade um idealismo empenhado em forjar uma expressão obtida por critérios pessoais, "uma sistematização culta e não fotografia do popular":

> Uma sistematização tem de ser fatalmente pessoal, e não pode ser de outra forma pois estou começando uma coisa e não tirando uma gramática inteirinha de fatos documentados pela escrita culta e literária. Não quero imaginar que o meu brasileiro – o estilo que adotei – venha a ser o brasileiro de amanhã. Não tenho essa *pretenção* (*sic*), juro (op., cit.).

Ao sistematizar suas idéias sobre linguagem, Andrade queria ser reconhecido como um "escritor culto e literário", que caiu na "adimiração incondicional e sentimental do Oswald" justamente porque é esse "fenômeno culto", e entende que "si" não o fizesse, seria apenas um escritor "sentimentalmente popular" (op. cit.). Estes estudos tornam-se a sua paixão maior, que descobre significados diferentes para a língua literária e a língua popular: "Aquela traz uma tal ou qual sistematização. Prás idéias modernistas essa sistematização não pode ser "sinão" dirigida pra maior verdade e exatidão de expressão. É o que estou fazendo" (op. cit., p. 72).

Sistematizações que se estendem aos domínios da morfologia, do vocabulário e da sintaxe. Sistematizações controversas, discutidas, criticadas por Bandeira, com quem trocou cartas por mais de 20 anos, que acolhe a iniciativa com sugestões e considerações ora "aceitas imediatamente", "ora rejeitadas imediatamente", ora "por pensar", ora Andrade fazendo ver que as críticas levavam algumas injustiças "pra um sujeito como eu, aberto sempre, curioso, que quer aprender e melhorar" (op. cit., p. 66.)

Seu objetivo era concentrar esforços na criação de uma expressão literária brasileira "socializante" dentro de uma nacionalidade, para chamar a atenção sobre o problema, "com a intenção de no futuro, quando o problema estivesse bem em marcha (o que não quer dizer resolvido), voltar a uma menos ofensiva verdade, e a uma mais lógica liberdade de mim" (op. cit., p. 206.)

Com o objetivo de fundamentar essas idéias, passou a escrever de modo incompreendido, desconcertante, numa linguagem que Bandeira rotulou de "dessocializante", e provoca resposta imediata de Andrade, que não se conforma com a opinião do amigo:

> Agora vejamos de perto o problema da língua que você acha "se tem firmado dessocializante" etc. Não tem não (...). Pois você mesmo não se constituiu um dos advogados-do-diabo no início dessa minha tentativa? Não deve ter esquecido como estavam as minhas intenções nem que não iam além do possível as minhas ambições. (...) Nem o meu trabalho resultou dessocializante, nem voltei pra trás. Pus (*sic*) um problema em evidencia (*sic*) tão ferinte que toda a gente o encarou, dei uma liberdade nova (ajudei a dar, e com incontestável maior generosidade), de que toda a gente que importava se aproveitou (os que já não era passado) e que hoje incontestavelmente é uma norma... (op. cit., p. 205-206.)

Apoiado na frase de Machado de Assis “alguma coisa é preciso sacrificar” e na presunção de que “é possível que se ganhe com isso” (op. cit., p. 69), Andrade firma compromisso “guassú” com a oralidade, sacrifica e empobrece conscientemente os seus meios de expressão, assume-se um “revolucionário”, um “predestinado”, com “os exageros e defeitos próprios das revoluções e começos”, uma “sina” que recebeu como herança cultural do Brasil, um “apostolado”: “Eu tenho certeza de que estou num apostolado mesmo. Essa palavra readquiriu pra mim todo o sentido dela porquê tive a coragem de reachar a minha ingenuidade” (op. cit., p. 92.)

A dissonância cada vez mais notória entre a língua em uso no Brasil e a de Portugal, objeto da sua atenção, leva-o a propor a criação de uma linguagem nos moldes da fala do brasileiro comum, com idéias “pensamenteadas”, como as classificava, com uma sintaxe inovadora para a época, com expressões e palavras inventadas de “estralo” ou tiradas da língua do povo.

Para Hühne (2002:100-104), o direito à pesquisa estética, anunciada por Andrade na palestra sobre *O Movimento Modernista*, não surgiu apenas de uma intuição, mas da consciência de que ele deveria avançar nos estudos do Folclore, da Cultura Popular e enveredar-se no campo da Lingüística para investigar a língua na sua realidade brasileira, e que a radicalização e a bizarrice da língua empregada, e que queria como brasileira, passa a ser a sua tortura, mas serve para fazê-lo desconstruir pouco a pouco o conceito de linguagem, intocável e verdadeira, por força dos estudos da própria língua, das correntes estéticas e da psicanálise, que o induzem a um novo entendimento de convenções e linguagem originária:

> Mário apreende o fio da linguagem no processo temporal que tece a Semana de Arte Moderna como a própria destinação histórica do movimento, que (...) chama “força fatal”. Força de um destino, porque nesse tempo aconteceu a decisão, deu-se a luz ao que vinha germinando como embriões de outros tempos, engravidando o Brasil de novas possibilidades.

Por “precisão” de expressão para escrever no estilo literário brasileiro, cria neologismos provocativos: “pessoalmentíssimamente”; “filosontrias”, “luscofuscolares”, “suaviloqüências”, “jocotoam”, “meiorinha”, “reprincipio”, “ameringlish”, “poucadinho”; toma gosto para substantivar advérbios, muito comum na prática oral, estendendo-se aos terminados em -mente: “asperamentes”, “perenementes”, “longementes”; funde termos do norte e do sul, mostrando a diversificação dialetológica do Brasil na pronúncia, na sintaxe, no léxico, “pequenas diferenças fatais duma pra outra região brasileira”, a que dá o nome de “estilização culta da linguagem popular da roça” (apud Bandeira, 1998:69.)

A preocupação de abrasileirar a dicção já vem no prefácio de *Paulicéia Desvairada* (1985:17-62), onde se coloca como um homem "primitivo", por saber e sentir que este homem está mais próximo da linguagem que procura, que está na escuta do povo, na sua linguagem inculta. Em decorrência disso, manifesta o anseio de ser um "farol" para "alumiar" o caminho a seguir; e confessa que a intenção de "forçar a nota prá irritar, conscientemente prá irritar e botar o problema em marcha" é para firmar o interesse de ser brasileiro, "porque só assim nos universalizaremos" (op. cit, p.156).

Entendia Bandeira (1979:134) que esse "forçar a nota", principalmente no âmbito dos brasileirismos, era um erro na obra de Andrade, um erro desnecessário "numa terra em que até a elegantíssima sobriedade de um Alencar levantou verdadeira atordoada: em que até a "cochilar" de Machado de Assis já vi repelir como africanismo indigno da língua branca do rei D. Dinis". Trata-se de uma referência à tradução que Machado de Assis fizera do poema *O Corvo*, no qual o escritor emprega o termo "cochilar", de origem africana.

O sentido "primitivo" de Andrade inspirava-se na função prática da arte, colocando-se aí como se fosse um "homem das cavernas quaternárias", trazendo o sentimento que vem da consciência duma época e das suas necessidades sociais, nacionais e humanas:

> É necessário. É intelectual, não abandona a crítica, a observação, a experiência e até a erudição. E só aparentemente se afasta delas. É o meu. É necessário. Minha arte aparente é antes de mais nada uma pregação. Em seguida é uma demonstração (apud Drummond, 2002:103).

Esta "pregação" leva-o a repudiar o preconceito dos escritores com os termos que tira ao povo, e direciona o seu pensamento na intenção de criar uma linguagem "culta brasileira", em adquirir "novos preconceitos", porque a língua que aos outros parece exótica é a sua fundamentação teórica e, como Alencar, dela não se afastará enquanto não extrair a seiva que vai fomentar a língua literária do Brasil. Acrescenta que sabe tudo o que está por fazer; sabe do "preconceito civil" que vem da leitura de livros cultos às palavras brasileiras, que empregadas na escrita ora soam como exotismo, ora com regionalismo, porque assim utilizadas até então, mas quando houver o reconhecimento do potencial que elas têm, "então os escrevedores estilizam esse novo vulgar, descobrem-lhe as leis embrionárias e a língua literária, única que tem reconhecimento universal (aqui sinônimo de culto) aparece" (apud Drummond, 2002:100-101).

Criticado pela grafia que empregava, e pelos seus supostos erros gramaticais, coloca-os na conta de uma "evolução pra uma arte cada vez mais simples e natural, arte de conversa que toda a gente entenda":

> isso de introduzir e justificar sistematizando os certos chamados erros em relação ao português não contradiz minha orientação. Às vezes se terá uma súbita incompreensão de frase minha por causa da novidade da dicção fotografada pela 1ª vez na escrita literária" (apud Bandeira, 1998: 54).

Essa "evolução", entendida por Bandeira como "afetação", uma linguagem artificial, de pouca receptividade, torna Andrade conhecido como um escritor difícil, atitude que assume no rondó *Lundu do escritor difícil* (1985:286), em que credita essa dificuldade à obscuridade de pensamento daqueles que não entendem sua proposta por uma língua "brasileira":

> Eu sou um escritor difícil
> Que a muita gente enquizila,
> Porém essa culpa é fácil
> De se acabar de uma vez:
> É só tirar a cortina
> Que entra luz nesta escurez.
>
> Cortina de brim caipora,
> Com teia caranguejeira,
> E enfeite ruim de caipira,
> Fale fala brasileira
> Que você enxerga bonito
> Tanta luz nesta capoeira
> Tal-e-qual numa gupiara. (...)

Andrade entendia que essa "afetação" era produto de uma "época de tranzição" (*sic*) para criar um novo modo natural, fruto de "afetação psicológica", e da qual não abriria mão:

> Tem casos assim. Botei esse "tem casos" aqui pra torcer a esquina e entrar no que você chama de minha afectação. Você tem razão. (...) A minha naturalidade agora é afectação porquê o problema está me preocupando a todo instante e por isso me desvirtua o modo natural. Por enquanto se vê nisso muita afectação. Depois e por isso a afectação ficou geral e mudou de nome (apud Bandeira, 1998: 69.)

Bandeira (1957:134-135) é de opinião que Andrade, ao perceber que os erros atribuídos a ele passaram a ser reconhecidos como uma proposta sistematizadora de introduzir no estilo literário os modismo da fala do Brasil, "sobretudo os bem representativos da psicologia brasileira", despojou-se dos excessos até chegar à forma brasileiramente pura dos *Poemas da negra* e *Poemas da amiga*. Principalmente os primeiros trazem o que poderia ter sido a criação de Andrade se o tivesse escrito de forma mais livre, "sem a subordinar ao critério de sublimação do romantismo brasileiro. Romantismo que se lhe afigurava traduzir-se "num carinho molengo muito sensual e pegajoso, num carinho gostoso e semitriste. E a ironia de sopetão" (op. cit.)

Ao publicar *Macunaíma*, em 1926, Andrade traz uma expressão literária ousada para os padrões da época. Mistura a sintaxe do Nordeste com a do Braz, com o propósito de descobrir e cultivar o português falado no Brasil, insere uma profusão de imagens e termos amazônicos ao lado de vocábulos gaúchos, frases feitas, provérbios, regionalismos, brasileirismos, arcaísmos, intertextualidades, brincadeiras, proveitamento de lendas do

folclore. Andrade traz de volta alguns versos que ficaram adormecidos na memória do povo e que reproduzem os primeiros vestígios de miscigenação do português europeu com o português americano:

> — Vamos dar a despedida,
> — Tapera,
> Tal e qual o passarinho,
> — Tapera,
> Bateu asa foi-se embora,
> — Tapera,
> Deixou a pena no ninho,
> — Tapera...
> (*Macunaíma*, p. 215)

Recursos que enriquecem o estilo e fazem da obra um verdadeiro mosaico, ou "rapsódia", como definiu o autor. Com esta atitude, pretendia "fusionar lingüisticamente a desigual, desmantelada, despatriada entidade nacional" (apud Bandeira, 1979: 136).

Macunaíma encerra nas suas linhas uma crítica nada sutil ao modelo ultrapassado de linguagem dos escritores da época, particularmente dos parnasianos, verdadeiros bastiões na defesa dos usos lingüísticos de Portugal. Na *Carta pràs Icamiabas*, ao sistematizar o falar do povo, Andrade reafirma que a sua contribuição está em mostrar que o caráter da maioria dos erros da linguagem popular brasileira é uma sobrevivência de antigos falares e modos de escrever em desuso, que existiam também em Portugal:

> Não sei qual será num século a língua brasileira. Sou um fenômeno individual, trago a minha contribuição pessoal pra um fenômeno que só pode ser coletivíssimo. A principal função minha não está nas minhas "invenções", pois sei que lealmente quanto elas não são minhas, mas no trazer o problema, pros que me lêem, como uma realidade permanente. Nada mais (apud Bandeira, 1998:138.)

Atuando como poeta, escritor, musicólogo, ensaísta, folclorista, cronista, professor, militante político, atividades nas quais se multiplicava e marcava a sua enorme influência, enquanto viveu Andrade lutou para ver representada na expressão literária culta a fala familiar e a popular, beneficiando com suas ousadias a geração que o sucedeu. Suas atitudes passaram a ressoar como um convite para o brasileiro se reconhecer como tal e seus conselhos e críticas serviram como verdadeira bússola para músicos, folcloristas, estudiosos de Arte e de língua, entre outros.

Entre 1945, quando morre Andrade, e 1960, há um refluxo em relação à ortodoxia gramatical, sem representar volta ao purismo. Nesse período, surge a literatura exuberante de João Guimarães Rosa, provocando principalmente a volta da discussão sobre os neologismos, além do trato que dispensa ao léxico, as construções sintáticas e o aproveitamento que faz da língua popular na linguagem literária, fatores que o induzem a escrever vários prefácios, nos moldes de Alencar e Andrade, para justificar os seus desvios lingüísticos.

O Movimento Modernista trouxe para o conhecimento do público a surpreendente literatura que se fazia no Nordeste, em tudo diferente do que se praticava até então em matéria de termos regionais, sintaxe, assuntos de cunho social, com destaque para a oralidade de José Lins do Rego, ao tratar do ciclo da cana de açúcar, e Graciliano Ramos, um dos mais cultos dos nossos escritores, que na tentativa de projetar a fala popular em *São Bernardo*, reescreveu o romance por três vezes, conforme fato recriado por Silviano Santiago no romance *Em liberdade*:

> Depois do livro pronto, notei que não era Paulo Honório que falava. Eram os grandes estilistas, através da minha pena. Precisava, portanto, traduzir o livro para a língua dele. Acabou surgindo na folha de papel um brasileiro encrencado, muito diferente desse que aparece nos livros de gente das cidades, um brasileiro matuto, com uma quantidade enorme de expressões inéditas, belezas que eu nem mesmo suspeitava que existissem (apud Silva, 2004:130.)

Com o Modernismo, a língua literária, modernamente entendida como discurso literário, passa a abarcar diversos processos discursivos (ciência, religião, sociologia), valendo-se da língua escrita e da naturalidade da fala, por ser esta mais comprometida com as variantes populares, com a estética e com os objetivos de quem escreve. Passada a agitação do Modernismo, as polêmicas sugestões de Andrade por uma língua brasileira despertam nos nossos escritores o desejo de romper com os padrões gramaticais ditados por Portugal, rupturas que pouco a pouco vão sendo incorporadas ao cotidiano do texto literário, enobrecendo-o e formando uma rica vertente da língua portuguesa, a língua portuguesa na modalidade brasileira.

A lição de Andrade, a sua exposição pública, os debates incansáveis sobre a proposta de uma *Gramatiquinha da fala brasileira* revolucionaram o pensamento Modernista e hoje, no pós-modernismo, permanecem vivos e servindo de objeto de estudos científicos.

Tomamos a Machado de Assis e a Rubem Fonseca, notáveis representantes de escolas literárias opostas, Realismo e pós-Modernismo, dois fragmentos de textos para cotejamento do discurso literário dessas escolas. Machado de Assis (v.2, 570-573) traz no conto *O Cônego ou Metafísica do Estilo* uma diversidade de discursos: o bíblico, o religioso, os discursos da razão e o da ciência:

> - Vem do Líbano, esposa minha, vem do Líbano, vem...As mandrágoras deram o seu cheiro. Temos às nossas portas toda a casta de pombos...
> - Eu vos conjuro, filhas de Jerusalém, que se encontrardes o meu amado, lhe façais saber que estou enferma de amor..
> Era assim, com essa melodia do velho drama de Judá, que procuravam um ao outro na cabeça do Cônego Matias um substantivo e um adjetivo... Não me interrompas, leitor precipitado; sei que na acreditas em nada do que vou dizer. Di-lo-ei, contudo, a despeito da tua pouca fé, porque o dia da conversão pública há de chegar. (...)
> É para que não acredites nas pessoas que vão ao Corcovado, e dizem que ali a impressão da altura é tal, que o homem fica sendo cousa nenhuma. Opinião pânica e falsa como Judas e outros diamantes. Nem Corcovados, nem Himalaias valem muita cousa ao pé da tua cabeça,

> que os mede. Cá estamos. Olha bem que é a cabeça do cônego. Temos à escolha um ou outro lado dos hemisférios cerebrais; mas vamos por este, que é onde nascem os substantivos. Os adjetivos nascem no da esquerda. Descoberta minha, que, ainda assim, não é a principal, mas a base dela, como se vai ver. Sim, meu senhor, os adjetivos nascem de um lado, e os substantivos de outro, e toda a sorte de vocábulos está assim dividida por motivo de diferença sexual...

Em Machado, observa-se no narrador-personagem total coerência na linguagem tensa, contida, como se estivesse equilibrando a narrativa e conversando com o leitor ou outro leitor, para fornecer a naturalidade de uma conversação:

> - Sexual?
> - Sim, minha senhora, sexual. As palavras têm sexo. Estou acabando a minha grande memória psico-léxico-lógica, em que exponho e demonstro esta descoberta. Palavra tem sexo.

No texto de Rubem Fonseca (apud Pretti, 1993:215-228), não encontramos as mesmas características da prosa realista do século XIX. O léxico, as variações sintáticas, a procura de uma frase que se aproxime o mais possível da escolaridade dos interlocutores e da situação de comunicação em que se encontram fornecerão naturalidade e dinâmica. A linguagem é distensa e muito aproximada da fala popular, introduzindo o leitor na falsa idéia de um diálogo real:

> A cidade não é aquilo que se vê do Pão de Açúcar. Na casa de Gisele?
> Foi, respondeu F.A.
> Aquela francesa é mesquinha e ruim. E também uma trepada de merda. Dizem.
> Eu dou qualquer dinheiro", disse F.A.
> Hum, respondi.
> Você disse que dinheiro compra tudo. Eu gasto o que for preciso, disse F.A .
> Sei, continua.
> Quem me recebeu foi o pederasta, a Gisele não estava. Fui correndo para o quarto, enquanto ele dizia, "uma coisa especial, o senhor vai gostar, acabou de se perder". Eu estava com medo de ser reconhecido, havia na sala algumas pessoas, dois homens e uma mulher. Quando entrei no quarto, ela encostou-se na parede com uma das mãos na garganta. Apavorada, entendeu?
> Sei. E Depois? (...)
> Você só viu a garota uma vez e ficou tarado por ela?
> Bem, eu a vi mais de uma vez...
> Conta essa merda direito, porra.
> Voltei lá umas quatro vezes...
> (...)
> Descemos.
> Cuidado com o meu motorista. Não confio nele. Quem empregou foi minha mulher, disse F.A.
> Me deixa na Gustavo Sampaio, eu disse.
> Viajamos em silêncio. Várias vezes F. A. me olhou ansioso. Quando saltei, me apertou a mão com força, "telefone, dê notícias", disse.

CAPÍTULO 3

ATALHOS LINGÜÍSTICOS PARA OCULTAR JUÍZOS OU PENSAMENTOS

... no pregador deve-se considerar a pessoa, a ciência, a matéria, o estilo, a voz. A pessoa: uma coisa é o semeador, outra o que semeia; uma coisa é o pregador, outra o que prega.
(Pe. Antonio Vieira)

Um dos mais conhecidos Sermões do Pe. Antonio Vieira ensina como através da palavra, do estilo e da voz o pregador pode armar o seu discurso, preparar o interlocutor para os tempos da bonança sem que ele perceba o rigor da tempestade, semear ou matar a esperança, ferir ou atenuar a dureza de uma expressão. Nesse mister há uma teia de arte e de desvios lingüísticos envolvendo conhecimento, experiências culturais e ideologias, elementos que passaram a ser objeto da Análise Crítica do Discurso tendo no holandês Teun A. van Dijk um dos seus principais defensores. Sua proposta visa a desenvolver uma teoria multidisciplinar de ideologia definida em termos do arcabouço de representações sociais compartilhadas por grupos sociais, tendo como preocupação o estudo de temas segregacionais.

Apoiada na Análise Crítica do Discurso, Silveira (2004:142-158) elaborou um trabalho estudando as expressões lingüísticas do português do Brasil e implícitos culturais nas formas de não dizer não, levando-a a interpretar que culturalmente o brasileiro é aquele que não se expõe socialmente e que usa a língua como artifício para se ocultar. Esse "ocultamento" envolve noções complexas que podem ser definidas com o auxilio das categorias analíticas trabalhadas por van Dijk (2003:389-413) como cognição, discurso e sociedade, alicerce para estudar as questões ideológicas e culturais de um determinado grupo social. Entende, também, que o ensino de língua para estrangeiro não deve ser reduzido ao exame gramatical e vocabular da língua-alvo, mas deve fornecer ao aluno a oportunidade de fazer uma inserção em uma nova cultura, conhecer os seus axiomas ideológicos e dar a ele instrumentos para melhor entender a sua própria cultura. Silveira recomenda que nesse

“mergulho” o estrangeiro deve ser induzido a tomar conhecimento dos torneios lingüísticos da cultura-alvo e das estratégias de que se valem os usuários dessa cultura e de como elas atuam.

3.1 DISCURSO, CONHECIMENTO E IDEOLOGIA

Para van Dijk (op. cit.), as relações entre discurso, conhecimento e ideologia abrangem um campo vasto, com abordagem comum em alguns pontos. Um deles é questionar se todo conhecimento é ideológico e se a sua base comum é verdadeira ou se não passa de uma ficção ideológica. A partir daí, desenvolve uma teoria multidisciplinar de ideologia definida nos termos das representações sociais compartilhadas por grupos que organizam modelos mentais específicos sob os quais representam a sua identidade, a estrutura social e a sua posição. Ao explorar essas relações, van Dijk sugere que as ideologias representam a base dessas atitudes sociais e que se organizam em termos de ideologias subjacentes. Separa conhecimento de ideologia e argumenta que nem todo conhecimento é necessariamente ideológico, mas que posto em discurso tem uma Base Comum compartilhada, não ideológica. Essa base comum passa a constituir a expressão de um pensamento hegemônico capaz de construir formas de impor a representação de uma realidade por caminhos particulares.

Para exemplificar, tomaremos os relatos do diário da personagem Luísa, uma menina perspicaz que tem uma atenção aguda sobre os acontecimentos no seu núcleo familiar e na sociedade de Diamantina, no final do século XIX:

> Como é que você fez uma coisa desconforme por essa forma...” Tio Joaõzinho (...) veio perguntar à mamãe “...que significa “desconforme por essa forma?”Agora ficou isso na família, quando alguém faz uma coisa malfeita, já se sabe, vem o desconforme dessa forma. (Morley, *Minha vida de menina*,1963:109).

O discurso passa a ser entendido então como uma prática sociointeracional, expresso pelo uso da língua na representação de objetos, situações, conhecimento, identidade cultural das pessoas e as relações ideológicas destas e dos grupos sociais entre si, constituindo as expressões lingüísticas o material da cultura e da ideologia que se manifestam por elementos lingüísticos com implícitos culturais. Será mais padronizado e estereotipado quanto mais uma construção mental subjetiva se assemelhar ao conhecimento geral e às atitudes desse grupo, fazendo com que as cognições sociais e as individuais auxiliem na formação de um elo entre

discurso e ideologia. Para van Dijk, o conceito de conhecimento envolve dimensões cognitivas, sociais e discursivas que são apresentadas sob as características:

1. natureza cognitiva do conhecimento: conhecimento é uma espécie de crença;
2. natureza social do conhecimento: conhecimento é uma crença que preenche critérios culturais de avaliação;
3. relatividade do conhecimento: conhecimento é social ou culturalmente relativo;
4. subjetividade do conhecimento (ou atribuição do conhecimento): Conhecimento é relativo ao conhecimento das pessoas que descrevem ou atribuem tal conhecimento a outros.

As crenças aparecem no discurso como conhecimentos sob condições específicas, como concordância entre aquele que sabe (conhecimento) e aquele que fala (crença). Não havendo essa concordância, o discurso pode ser marcado pelas várias modalidades do que seja entendido como um ou como outro. Conhecimento e crença distinguem-se por fatores cognitivos e sociais, não se pressupondo o conhecimento pessoal em qualquer discurso, mas que precisa ser afirmado quando relevante, ao passo que o conhecimento interpessoal pode ser pressuposto na conversa, mas não no discurso. Por sua vez, o conhecimento cultural é pressuposto em todos os discursos por todos os componentes do grupo. As ideologias compartilhadas pelos membros de um grupo podem envolver categorias abstratas (relações de identidade e de grupo) e objetivos, normas e valores coletivos, daí seus membros freqüentemente definirem o que é bom e o que é ruim, o certo ou o errado, podendo inclusive controlar o que o grupo acredita sobre o mundo. A ideologia de um grupo social pode retratar uma visão de mundo preconceituosa e que não aceita a diversidade:

> Não sei como uma menina, inteligente como você, não compreende as coisas. Você não vê que isso é coisa desses tontos e que uma menina como você, bonita, inteligente e de raça inglesa não podia tomar parte? Festejar república é bobagem. República é coisa para essa gentinha. (Morley, op. cit., p. 238)

No entender de van Dijk, a ideologia funciona como um conjunto de conhecimentos avaliativos desenvolvidos e utilizados para a formação do EU, que se imagina um sujeito social com visão mais ampla para a construção do OUTRO. O EU e o OUTRO se unem e formam grupos sociais que, na cumplicidade de seus membros, utilizam-se dessas produções de sentidos para atuar na representação do mundo. Para ele, existe conhecimento que não é ideológico, mas amplamente compartilhado e pressuposto na cultura como um todo, a Base Comum, sem a qual os membros de diferentes grupos e de diferentes ideologias não conseguiriam se comunicar. Trata-se de um conjunto de idéias próprias de um grupo ou de

uma época que traduzem a sua situação histórica dentro de um período de tempo específico, podendo ou não se deslocar historicamente.

A personagem Luísa mostra como os componentes de um mesmo grupo social (escravos) entenderam a abolição do cativeiro adotando posições de forma diversa. Com a abolição, o grupo preferiu permanecer sob a guarda e proteção senhorial, evidenciando o conhecimento social que ele tem do mundo e despertando a atenção do narrador por constituir uma atitude inusitada.

> Eu ainda me lembro de quando chegou a Lei de Treze de Maio. Os negros todos largaram o serviço e se ajuntaram no terreiro, dançando e cantando que estavam livres e não queriam mais trabalhar. Vovó, com raiva da gritaria, chegou à porta ameaçando com a bengala e dizendo: "Pisem já de minha casa pra fora, seus tratantes! A liberdade veio não foi pra vocês não, foi pra mim! Saiam já!" Os negros calaram o bico e foram para a senzala. Daí a pouco veio Joaquim Angola em nome dos outros pedir perdão e dizer que todos queriam ficar. Vovó deixou, e os que não morreram ou casaram estão até hoje na Chácara. Também, com a vida que eles levam... (Morley, op. cit., 171)

Um componente desse grupo vai surpreender e preferir seguir livre, provocando essa "mobilização" de que fala van Dijk:

> Houve agora na Chácara uma coisa que nunca tinha acontecido. Uma negra chamada Magna casou com um negro africano chamado Mainarte. Ela é muito esperta. Não quis que ele ficasse no fundo da horta na preguiça, como vivia, e arranjou um rancho no Arraial dos Forros para os dois. Ela se empregava nas casa para cozinhar e mandava Mainarte trabalhar para os outros (op. cit., p. 32).

Estes comportamentos evidenciam que a sociedade é formada por grupos sociais distintos e que os seus componentes mantêm relações sociocognitivas conflitantes no intra, inter e extragrupos sociais, cada qual representando a sua visão particular de mundo. Essa visão colabora para construir a sua auto-imagem e constituir elementos para auxiliá-los a fugir dos efeitos negativos de uma palavra ou expressão e não se expor a críticas e opiniões. No processo de auto-apreciação, o grupo entende que se sua imagem está insuficiente, ele poderá ser tentado a lançar mão de evasões, desculpas e racionalizações e criar uma linguagem que se transforma em arma de defesa eficaz para auxiliá-lo a remover obstáculos sociais e preservar a sua auto-imagem. As formas do diminutivo são empregadas pelo brasileiro como implícitos para atalhar ou diminuir as ocasiões de fugir dos efeitos negativos de uma palavra ou expressão e colaborar para preservar a sua imagem de homem cordial.

O dicionarista Houaiss define a palavra implícito como (1) o que está contido numa proposição, mas não expresso formalmente; não manifestamente declarado; subentendido, tácito; ou (2) diz-se de crença que se tem sem prévio exame; ETIM lat. implicitus, a, um , enlaçado, entrelaçado, fig. subentendido, subjacente. Por sua vez, o *Novo Dicionário Aurélio* conceitua o adjetivo "implícito" como aquele que está envolvido, mas não de modo claro;

tácito, subentendido. Da definição extraída tanto de Houaiss quanto de Aurélio entende-se que o implícito constitui uma brecha por onde pode entrar um valor particular, subjetivo, conduzindo valores morais, crenças e ideologias.

Essas questões envolvendo aspectos socioculturais e ideológicos passaram a ser estudadas na segunda metade do século XX com Ducrot (1987), e vieram dar novo rumo ao estruturalismo lingüístico do início daquele século. Se o estruturalismo lingüístico tinha como preceito o significado unitário do signo, ou seja, para cada significado corresponderia um significante, Ducrot amplia este preceito e passa a diferenciar "o que se diz" de "o que se quis dizer com o dito", situando "o dito" no componente lingüístico do conhecimento que o usuário tem da língua, enquanto o "não dito" passará a ser estudado como componente da retórica, onde a questão ideológica é menos visível, ainda que relevante, e se preocupará com a argumentação, com as intenções subjacentes de quem fala, com a sua situação e o seu contexto social. Com Ducrot passa-se a entender o uso da língua pelo EU como uma forma de agir sobre o OUTRO, construindo a base teórica da Semântica Argumentativa, estudo que diferenciará as noções de posto, pressuposto e subentendido, antecipando a inserção das categorias Cognição, Sociedade e Discurso para o estudo da linguagem humana. Para Ducrot, o pressuposto representaria o NÓS e o posto, aquilo que o locutor afirma no ato da comunicação, o EU. No momento posterior ao ato da comunicação, como se tivesse sido acrescentado, ocorre o subentendido, que é repassado ao TU. Maingueneau (1993), por sua vez, entende que o implícito é um jogo entre o dito e o não dito em cujos conteúdos circulam os pressupostos e os subentendidos.

Essas relações comunicativas sociointeracionais podem ser observadas em expressões que funcionam como uma senha, cuja decodificação é respondida através de outra senha. Estas construções mentais subjetivas, encontradas nos pressupostos e subentendidos, contribuem para a formação do conhecimento e preenchem critérios sociais e culturais de grupos de falantes.

> Lembrei-me de uma coisa muito engraçada de vovó. Quando ela vê a sala cheia de mulheres esperando o jantar pergunta a Dindinha, na vista delas: "Chiquinha, minha filha, como você vai se arranjar com tanto franzido no babado?" Dindinha responde: "Já desfranzi, minha mãe."Vovó pode então ficar descansada, porque isto quer dizer que Dindinha mandou pôr mais água e couve no feijão. (Morley, op. cit., 73)

Ao contrário do português que é direto e cartesiano ao comunicar-se, o brasileiro mostra enorme flexibilidade e imprecisão no uso que faz da língua. Esta flexibilidade e a imprecisão muitas vezes atuam sobre o falante como uma pressão, levando-o à interdição lingüística para fugir de situações que não aceita ou não entende, dificultando sobremaneira a

sua comunicação. Neste caso, é comum que se refugiem no fatalismo e apelem para Deus no sentido de aliviar esse sofrimento, o que lhes confere a oportunidade para construir torneios lingüísticos intermináveis e cheios de subentendidos. Em outras ocasiões, inventa construções e busca nas entrelinhas um modo de expressão dúbia, de difícil entendimento pelo seu interlocutor. O jornalista Fritz Utzeri narra que certa vez a atriz Vanja Orico, o arquiteto Oscar Niemeyer e dois índios xavantes visitavam o Hotel Nacional, no bairro de São Conrado. Vanja aponta com um braço o hotel e com o outro apresenta Niemeyer aos índios:

> Este é Oscar Niemeyer, grande arquiteto. Ele fez esse prédio.
> Os índios entreolharam-se com uma expressão incrédula e num instante explodem numa sonora gargalhada e passam a falar em língua xavante, apontando para Vanja, que, – sem entender nada – acaba de entrar no livro dos recordes da tribo como a maior das mentirosas!

Utzeri finaliza emitindo a opinião de que talvez fosse melhor praticarmos uma língua mais pobre, “mais enxuta, voltar às origens de nossos antepassados lusos e índios, jogar a metáfora no lixo e adotar o pensamento strictu sensu que tanto ridicularizamos em nossos gajos d’além mar”.

Esta estratégia no nomear e no dizer, ensina que o brasileiro não fala apenas com a língua, mas com o que ele sabe sobre as coisas, levando-nos a compreender que a sua prática social discursiva não pode ser reduzida ao exame gramatical e vocabular da expressão lingüística fora de seu uso efetivo. Holanda (op. cit.,112) define que o temperamento brasileiro “é livre para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontra em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades”. Esta liberdade permite armar e municiar o seu discurso no meandro do difuso, valendo-se de expressões e sentenças que carregam no seu bojo conceitos muito pertinentes à dominação social para sustentar desejos ocultos: “cada macaco no seu galho”, “querer é poder”, “filho de peixe, peixinho é”, axiomas que atuam como “verdades” inquestionáveis e sedimentadas, guiadas por aspectos morais, culturais e ideológicos, que o brasileiro exercita com habilidade.

Ao tratar do uso efetivo da língua, a Análise Crítica do Discurso procedeu a uma nova diretriz no objeto da Lingüística deixando a de base saussuriana, voltada para o signo, e evoluiu para a textual, para examiná-la sob um prisma pragmático no texto e no discurso, que van Dijk vê como uma prática sociointeracional, cujo sucesso decorre da relação dialética entre o individual e o social, entre um evento discursivo particular e as situações discursivas institucionais/ estruturais e sociais. Essa particularidade pode obstruir o que está por trás da mensagem, mas não impede que de uma ou de outra forma ela seja revelada. Assim o vemos na sutileza da pena de Machado ao registrar “Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos” (*Brás Cubas*, p. 534). Esse dizer sutil, que pode aparecer em

distinções semânticas (cão/cachorro, cachorra/cadela, conversa/papinho), antecipa um conteúdo sem que o emissor assuma a responsabilidade do dito e permite que a mesma expressão possa liberar subentendidos diferentes que reforçam a possibilidade de novas leituras e sentidos. Assim é ao refugiar-se em expressões para não mostrar preconceitos ou grosseria, como "fofo" (gordo), "marrom bombom" (mulato), moreninho (negro), feliz idade! (velhice) e tantas outras que atenuam o seu falar e o deixam em paz com o interlocutor. Para traduzir essa "cordialidade" de fachada, cria termos como "isto é f.!", "que m.!", "p.q.p!", "nerda", "lherda"; migram nomes para interjeições ("cacilda!", "caraca!"), levados pela proximidade fônica; escondem-se ardilosamente sob as formas de "não dizer não", amplamente estudadas por Silveira (2004). Esses torneios mostram a face oculta do que se não diz, aquilo que está na mente, nas entrelinhas e no não dito, porque o brasileiro entende que atenuar a expressão é "não dar uma bofetada com língua áspera e injuriosa"[7] (Vieira, v. 2, 1957:408-461). É nesse meandro, na entrelinha do difuso e do não convencional, que o brasileiro arma e municia o seu discurso de homem "cordial", marca da sua identidade cultural. Essa "cordialidade" revela uma identidade lingüística que tanto pode ser encontrada na tendência de omitir o nome da família, estratégia psicológica para possibilitar um convívio mais social e envolvimento emotivo com o interlocutor; na discutida questão pronominal, com a atenuação das formas imperativas, empregadas pelo brasileiro quase como um pedido de desculpas. Holanda (op. cit., p. 106) assinala que essas atitudes devem ser entendidas no sentido estritamente etimológico, como o "capital sentimento" dos brasileiros, que é a bondade e mesmo até certa "técnica de bondade", "uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora", que é traduzida no trato caloroso, na hospitalidade e na generosidade, virtudes elogiadas pelos estrangeiros que nos visitam, representando uma característica definida do caráter brasileiro.

> Seria engano supor que essas virtudes possam significar"boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças.

Estranho a todo formalismo e convencionalismo social, essa "cordialidade" pode iludir na aparência, e

> isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e viva que se converteu em fórmulas. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções (Holanda, op. cit., p. 107).

---

[7] *Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma*.

Analisa ainda esse comportamento como uma forma de convívio que não tem nada de polidez, mas é uma máscara que o brasileiro utiliza para conseguir manter sua supremacia ante o social. O seu temperamento admite formas de reverência e até as aceita de bom grado, desde que "não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar" (op. cit.) e o desejo de estabelecer intimidade, que pode passar pela omissão do nome de família, prevalecendo o nome batismal, como sugestão de abolir psicologicamente as barreiras de convívio.

Um caso exemplar desta passagem se deu quando da visita de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, ao Morro do Vidigal. Abordado por um jornalista sobre o que achava de Sua Santidade, um morador respondeu, acenando positivamente com o polegar: – "Gente finíssima o João Paulo!", estabelecendo uma relação de familiaridade calcada no afeto e afastando a manifestação normal de reverência adotada por povos de outras nações. Esta atitude pode passar também no domínio da lingüística pela irreverência e anti-ritualismo que o brasileiro emprega em sentenças quando a manifestação normal seria de respeito, causando impacto e estranheza a devotos e praticantes.

> Eu tinha vontade de saber como é que seu Joaquim Santeiro fazia santos (...) Outro dia nós passamos por lá e ele estava na frente da casa, com o machado muito amolado, trepado num tronco de pau, tirando lascas (...). Meu pai disse: "Bom dia, Joaquim. Que é que você está fazendo aí?" Fico até boba de escrever o que ele respondeu e sei que se vovó souber vai se zangar comigo. Mas que hei de fazer, se ele falou assim? Ele parou com o machado, virou para meu pai e disse: (...) "Isto é um demônio de um São Sebastião (...) e só agora encontrei este tronco que me está dando um trabalho dos diabos... (Morley, op. cit., p. 89)

Segundo Holanda (op. cit.), as manifestações de "afeto" do brasileiro podem ser encontradas ainda no pendor acentuado para recorrer a expressões no diminutivo; entende que o sufixo *-inho*, aposto a palavras, serve com uma forma mágica para reduzir tudo à mesma dimensão, ainda que o assunto exija a maior seriedade, como se pode aduzir na maneira sobre os efeitos da cirurgia bariátrica de redução do estômago em pessoas obesas. Para o presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica, Fernando Barroso, pioneiro da técnica no Rio, "a cirurgia troca um problemão por probleminhas, administráveis desde que levados a sério" (Revista Globo 21-11-2004, p. 23.) A advertência do médico é simbólica e sugestiva quando aborda os problemas de depressão, mal-estar, branco de memória e recurso ao álcool e ao fumo, dentre outros, que alguns pacientes passam a enfrentar no pós-cirúrgico:

> Costumamos dizer ao paciente que ele trocará uma doença por outra. Uma é incapacitante, tira sua alegria de viver, sua auto-estima, sua cidadania e sua saúde. Outra é uma *doencinha* que aproveita mal os alimentos, as vitaminas (...) e vai ter que tomar uma polivitamina profilática para o resto da vida (p. 25).

A matéria traz o depoimento de uma paciente que perdeu mais de 60 quilos e não consegue resistir a um “docinho”, mesmo sabendo dos fatores negativos que isso poderá ocasionar. A inofensividade desse “docinho” permite esquecer as dificuldades e as restrições que enfrentam nessa nova condição de pessoas esbeltas e elegantes.

3.2 O VALOR SUBJETIVO DOS DIMINUTIVOS

Enquanto ênfase do afeto e do valor como visão subjetiva, o diminutivo funciona como tensão entre o sujeito e o objeto e, não obstante o seu largo emprego no campo da emotividade, é esta a sua função menos freqüente, seja na língua escrita ou na oral. Como a linguagem afetiva não está centrada no pensamento lógico, mas no emocional, qualquer dos sufixos da família dos diminutivos pode, alternativamente e segundo a ocasião, apresentar dominante afetiva ou intelectual. Essas conotações, sempre de caráter impreciso, constituem um meio estilístico de eliminar a objetividade da linguagem tornando-a mais flexível e amável. Uma mesma forma, dependendo do contexto ou da situação, pode tomar valores opostos, como “maridinho”, que tanto pode trazer a conotação de carinho quanto de desprezo. Martins (1989:115), citando Leo Spitzer, observa que os diminutivos revelam uma ternura para com o idioma, um enamoramento da língua que acaricia as palavras com se fossem pessoa. As formas do diminutivo podem apresentar em cada uso um matiz distinto que se fixa na língua, dotando-a de variável poder evocativo. Na maioria das vezes pode remeter para sentimentos como pequenez (livrinho = livro pequeno), depreciação (gentinha = ralé), apreciativo (irmãzinha, apelativo carinhoso de irmã), intensidade (juntinho = muito junto), qualidade (bonitinho), e muitos outros, permitindo ao usuário servir-se de meios indiretos de expressão como a entonação e os processos de sintaxe afetiva.

Embora as formas no diminutivo tenham maior acolhimento nos meios rurais, não se veja nisso um sinal de regionalismo ou ruralismo, assegura Holanda (op. cit., 106-107), mas um meio de denunciar o caráter cultural ou o tom amistoso do falante. Citando Alonso (1972), o historiador entende que esta atitude do brasileiro é uma forma socialmente plasmada de comportamento nas relações coloquiais, que consiste na reiterada manifestação de reciprocidade.

Os diminutivos “estão na fala de todos, cultos ou ignorantes, e só não aparecem com um tom afetivo nos textos escritos que têm por meta a objetividade, e portanto, só admitindo o sentido nocional, exprimindo a idéia de tamanho pequeno” (Martins, 1989:114). Com palavras cuja significação denote um juízo desfavorável, o diminutivo pode adotar valores variados: superlativo (bananas *amarelinhas*); depreciação (vou bater naquela *amarelinha*) intensificação afetuosa (vestido *bonitinho*, menina *tolinha*). Uma mesma expressão no diminutivo pode carregar marcas opostas de discurso: Que bobagem é essa agora de passar as noites pajeando *negrinha*? (...) “A *negrinha* já tinha se acostumado comigo e não queria calar.”(...) Penso que se a menina fosse *branquinha* mamãe não se incomodava. Mas ela sempre ralha da gente de pajear *negrinhos”* (Morley, op. cit., 79.)

Em outras ocasiões, a afetividade pode manifestar carinho, amor: “Que pintinhas são essas que você tem na cara?... Você gosta de ficar pintadinha assim?... Por que é que sua botina é furadinha assim?”... (op. cit., p. 94); “Desde pequenina, admirava Moisés (...) ‘por causa dos presépios tão bonitos com o Menino Jesus deitadinho, cercado de bonecos e bichos tão bem feitinhos” (op. cit., p. 48.)

Pode conduzir sentimento de compaixão, piedade, dó, pesar que desperta a infelicidade, a dor, o mal de outrem: “Ela disse com um encanto que eu nunca tinha visto em menina daquela idade: “Coitadinha!” Não gostei do “coitadinha”, mas ela era tão linda que eu não pude deixar de me sentir satisfeita de ter-lhe causado aquela pena (op. cit., p.174.)

Os sufixos formadores de diminutivos podem conduzir também a função de “cortesia” (Alonso, p. 178) e, em vez de pressionarem com uma manifestação de afeto, atuam como uma intimidação cortês ou estratégica do falante, de modo que afeição e cortesia se interpenetram.

As formas no diminutivo apresentam-se numerosas e representativas da cultura do “jeitinho brasileiro” de não se expor, de não deixar a marca de grosseiro, de mal educado; podem servir ora para ocultar, ora para aproximar ou para a familiarização com pessoas ou com objetos, tornando-os mais sensíveis aos sentidos. Assim é que ele não resiste ao convite para um “cafezinho” ou uma “cervejinha”.

Mas, se o diminutivo carrega na afetividade, e essa é a sua função precípua, nos usos lingüísticos do brasileiro ele pode servir também para desviar o sentido ameaçador de certas palavras. Estamos sempre desarmados para uma “prosinha”, para um “papinho”, que pode ir do papo-furado ao papo-cabeça, passando por uma “fofoquinha”, para incrementar o papo ou aliviar a tensão, mas nada de chamá-lo para uma conversa, que soa e passa e ser compreendida como uma palavra ameaçadora... A palavra “corte”, se é um cirurgião que a

pronuncia, pode evocar no brasileiro o sentimento de dor e de sofrimento, mas se ela for atenuada para “cortezinho” ou mesmo “operaçãozinha”, “cirurgiazinha”, a intervenção poderá oferecer os maiores riscos que ele não se sentirá ameaçado pelo perigo, porque a afetividade dessa linguagem vai passar pelas brechas da lógica e funcionar sobre ele como um elemento atenuador. Ameaçadora e altamente provocativa também é a expressão “queridinho” que ao primeiro sinal da sua utilização deixa o brasileiro na retranca, de ouvido em pé, pronto para a revanche. Chamar o maridão de “queridinho” às vezes pode levar àquela situação em que a mulher não sabe por que está apanhando, mas o marido sabe perfeitamente por que está batendo! Amantes e namorados se tratam por “benzinho”, “amorzinho”. Ninguém discute a afetividade deste tratamento, mas é certo que subjaz aqui a intenção maior de ambas as partes que é a de evitar conflitos na identificação, não correr o risco de errar o nome do parceiro. Neste campo semântico, cabem a “escapadinha”, a “rapidinha” da hora do almoço, há ainda o “rapidinho”, o “sarrinho”, áreas de conhecimento que o brasileiro se orgulha de exercitar com competência em locais conhecidos pelos catarinenses por “instantinhos”, contrariando uma gama de pesquisas sobre o assunto!

Empregados nas situações de advertência, os diminutivos deixam a marca sutil da educação do falante. Quando emprestamos um livro ou objeto que nos são caros, é comum advertirmos com as expressões “toma cuidadinho”, “trate direitinho”, cuja intenção é mostrar o nosso apego a esses objetos e advertir que os queremos de volta. Nas expressões cuja finalidade é a ironia, o deboche, o diminutivo representa o contrário daquilo que o falante está pensando de outrem por pudor em relação a si próprio: “Pode fazer o obséquio de abrir a boquinha para eu ver o dentinho? “E fica nisso de boquinha, dorzinha, dentinho, que não acaba mais (Morley, op. cit., 192).

Há também a preferência por palavras enganadoras como “boquinha”, “gracinha”, “fezinha”, “coisinha”, “trenzinho”. Fazer uma “boquinha” não significa necessariamente que o brasileiro se comporte educadamente à mesa, pois ele pode surpreender batendo um colossal “p.f.”, e não se deve confundir com “o boquinha”, aquele visitante indesejado que bate ponto na sua casa sempre no horário das refeições. Diz-se que o Brasil é o maior país católico do mundo, e nisso não cabe dúvida, pois o brasileiro está sempre renovando a sua “fezinha” no cavalo do seu santo protetor! E se o falante não for mineiro, ao primeiro sinal da expressão “ó coisinha”, “ó trenzinho”, qualquer brasileiro reagirá negativamente pensando tratar-se de uma “gracinha” com ele. Se for mineiro, terá a certeza de que alguém o saúda de forma efusiva. Fazer “gracinha” está mais para a ironia do que para qualquer outra manifestação, e ironizar

não é coisa de brasileiro que se preze. Ele está mesmo ligado é nas “mentirinhas” e nas “pegadinhas” de mau gosto que os políticos aprontam a cada dia. Recentemente alguns jornais noticiaram, com uma ironia muito sutil, que o governo federal dera aos servidores um microaumento salarial de 0,01%, ao qual classificaram pela insignificância do percentual de aumento de “mentirinha”, que não ajudaria nem no “pãozinho” nem no “cafezinho”! Entretanto, na linguagem usual entre crianças, a expressão “mentirinha” leva conotação afetiva. Brincar de “mentirinha” é um jogo lúdico no qual elas colocam com muita seriedade suas expectativas profissionais (médico, professor, dentista e domésticas, entre outras: “Eu propus brincarmos de comidinha (...) ‘Eu expliquei que a gente cozinha, faz as comidas (...).’ Se a comidinha é de verdade, a gente precisa arroz, toicinho (...) Se é de mentira, a gente tem que fingir (Morley, op. cit, 174.)

Esses fatores contribuíram de forma inequívoca para dificultar a busca da memória cultural do Brasil, dos costumes e tradições que induziram o seu povo a adotar atitudes e procedimentos lingüísticos refinados no manejo da língua para projetar uma imagem que impressione o outro e que chame para si o reconhecimento da cortesia e da educação. A atitude “cortês” e educada do brasileiro ao se valer desse expediente para “semear” uma coisa e “pregar” outra, esta peculiaridade vocabular, que recorre a meios indiretos afetivos para dissimular as intenções mais profundas do seu pensamento está exigindo dos estudiosos da língua portuguesa do Brasil, particularmente daqueles que se ocupam das propostas da Análise Crítica do Discurso, ou até de outras abordagens, como estudo sistemático para levantar as sutilezas e os meandros desse comportamento lingüístico do brasileiro.

CAPÍTULO 4

LÍNGUA PORTUGUESA / LÍNGUA BRASILEIRA: ATITUDES E CRENÇAS DE JOSÉ DE ALENCAR E MÁRIO DE ANDRADE

...sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas idéias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores.
(José de Alencar)

Nós estamos hoje, nacionalmente falando, por completo divorciados de Portugal. A língua que os dois povos falam, pra grande maioria dos homens e das nações evoca o Brasil.
(Mário de Andrade)

A Independência política do Brasil trouxe com o movimento romântico o benefício da independência literária, e para isso contribuiu principalmente o seu sentido democrático ao colocar em discussão o apreço às questões ligadas à fala do povo, permitindo uma adequação entre a língua falada e a língua escrita. Com ela veio também o desenvolvimento da Imprensa, criada em 1808, e que por muitos anos, segundo Batista Caetano, permaneceu nas mãos de "genuínos representantes do português francelho que se fala e escreve hoje em Lisboa, são os mais autorizados escritores da grande imprensa fluminense!" (apud Pinto, v.1, 1978:50). Uma imprensa que não passava de "gazetas do Chiado", toda ela, com exceções raras, "nas mãos dos portugueses, e recebe o santo e a senha, e sofre o influxo único dos literatos do Chiado", entre estes, Ramalho Ortigão, Júlio César Machado, Lino d'Assunção, Pinheiro Chagas, D. Maria Amália, Mariano de Pina, Guilherme de Azevedo e Eça de Queirós.

Outro fator motivador que contribuiu para a independência literária se deve à instituição de universidades com cursos jurídicos em São Paulo e Pernambuco, em meados do século XIX, permitindo às elites manter os filhos no Brasil e, como conseqüência, passam esses jovens a pensar a cultura e os problemas do novo país como brasileiros. Observe-se que à época os paulistas eram duramente criticados por utilizarem uma linguagem cheia de vícios,

de termos tupis e africanos, de estrangeirismos, levando Castro Alves a se manifestar sobre o que vira lá:

> Olha, se leres poesias nebulosas, germânicas, tiritantes, híbridas, acéfalas, anômalas... não critiques nunca antes de ver se são de São Paulo, e se forem... cala-te. São Paulo não é Brasil... é um trapo de solo, pregado a goma-arábica na fralda da América (como dizia Tobias) (apud Teles,1980:331.)

Discute-se a questão da língua do Brasil desde os primeiros séculos da colonização, mas a tentativa de constituição de uma língua literária brasileira tornou-se mais evidente, no entender de Cândido (1981:211) "a partir de 1860, [quando] a produção novelística se intensifica e amplia no Brasil, graças, principalmente, ao trabalho e exemplo de José de Alencar", provocando de imediato a reação dos puristas, alguns brasileiros de formação nitidamente europeizante e intelectuais portugueses, que criticam os autores da terra de incorreção gramatical e da mania de quererem uma língua diferente do português europeu. A questão passa pelas escolas realista e parnasiana, que pouca atenção dedicam ao assunto; pelos pré-modernistas, sacudida pelo insurgente Lima Barreto (1998:75) que, sob o pretexto de não entender a língua dos "literatos importantes, solenes, respeitados porque redigem eles as suas obras, ou melhor, os seus livros, em outra [língua] muito diferente da atual, e na falta de entendimento no tocante à correção gramatical", leva o patriota Major Quaresma a reivindicar o tupi-guarani como língua oficial do Brasil. Como Alencar, Lima Barreto fez da arte literária uma tribuna para defender-se da acusação de relapso e desconhecedor da língua e adota a atitude livre de criticar a sociedade da época e desafiar os "modelos arrumadinhos", o atraso intelectual e a sintaxe acadêmica, modelos que interromperam o projeto lingüístico brasileiro no curso do Realismo/Naturalismo/Parnasianismo, escolas literárias sucessoras do Romantismo.

Apesar do tempo que separa Alencar e Andrade, a ligação entre eles se fará mais pela consciência das origens mestiças do brasileiro, inspiradas nas lutas de sobrevivência do índio, sobrevivência que triunfa à proporção que ele desaparece, e vai diluir-se na miscigenação. Este fator contribuiu para Alencar definir o brasileiro como um tipo híbrido, chegando a caracterizá-lo como nação ou como cultura e civilização distintas das suas próprias origens. A força das assimilações recíprocas e a fusão final vão exercer influência nos estudos e reflexões que fará sobre as transformações da língua portuguesa falada no Brasil, abrindo o caminho para a definição da linguagem e do estilo brasileiro, que se projetarão no Modernismo como exemplo a ser considerado.

Enquanto Bilac exaltava as origens latinas da "última flor do Lácio, inculta e bela", recordava a sua expansão por mares nunca dantes navegados, a penetração por "virgens

selvas" e criticava o desapego do brasileiro no seu cultivo e trato, a I Guerra Mundial e a revolução socialista russa começam a provocar uma espécie de mudança espiritual nos meios acadêmicos do Brasil. Na França, em 1913, Graça Aranha (1972:12) propõe a um grupo seleto de amigos, entre eles Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Otávio Filho, que regressem ao Brasil e iniciem um movimento revolucionário nas letras, para ele totalmente dominado pelo academicismo. Esta proposta será realimentada no discurso feito em 1921, com a exaltação nacionalista da terra, do Brasil, "a pátria da mocidade", um país jovem "com a representação do entusiasmo", "belo, são, puro, [que] aspira a plenitude da vida", "que tem toda a luz, toda a força da Natureza em seu ser."

As "catedrais ebúrneas", o "mármore", a "campa", formas de expressão literária adotadas pelos parnasianos, são implodidas em 1917 pelo jovem poeta Manuel Bandeira, uma voz dissonante naquele marasmo de idéias, que passa a contestar todos os esquemas pré-estabelecidos como necessários à arte poética: "o lirismo comedido", "bem comportado", "namorador", "político", "raquítico", "sifilítico", "lirismo que pára e vai averiguar no dicionário o cunho vernáculo de um vocábulo" (*Poética*), e brada

> Abaixo os puristas[8]
> Todas as palavras sobretudos os barbarismos universais
> Todas as construções sobretudo as sintaxe de exceção
> Todos os ritmos sobretudo os inumeráveis (...)
> Não quero mais saber do lirismo que não é libertação (apud Morais, 1971:192.)

Esta estética renovadora reclamada por Bandeira será ratificada no poema *Os Sapos*, no qual critica o excesso de regras parnasianas que sufocava a poesia, o esnobismo dos escritores brasileiros da época e recoloca o problema da diferença entre forma e fôrma, que resultara da lição equivocada de que a boa métrica e a rima deveriam constituir a excelência da forma[9]. Nas duas estrofes finais, Bandeira exalta a todos os poetas que se voltem para a poesia autêntica, para a vida, para o seu tempo, exaltação personificada no "Sapo-cururu", o único não depreciado no poema.

Contemporâneo de Andrade, o crítico literário João Ribeiro (apud Moraes, 1971:13) entende que o brasileiro ainda não tinha um "estilo nacional" de escrever por "falta de personalidade étnica e política".

> Suspiramos, irresolutos e indecisos, por um tipo social, por um dialeto e uma forma civil... Mas se não temos estilo perfeito, temo-lo em alguns dos seus vícios... Examinando atentamente o que poderia dar-se com o caráter nacional (e sem intenção de riso), parece que o nosso vício de estilo é o **parentirso** dos gregos, isto é, o estilo furioso dos bacantes e foliões antigos... A expressão ou o ato, por insólitos ou exagerados, tomam-nos de improviso e em

---

[8] "Originalmente o verso era: *Abaixo a Revista da Língua Portuguesa*, indicando a preocupação de agredir à época, os senhores das letras", Morais, 1971, p. 95.

[9] Costuma-se identificar Olavo Bilac nos versos "O sapo-tanoeiro, /Parnasiano aguado, /Diz: - "Meu cancioneiro/ É bem martelado.// Vede como primo/Em comer hiatos! / Que arte! E nunca rimo/ Os termos cognatos" (op. cit. p. 192.)

> sobressalto quando não se cuidava esperá-los... É esse "estado d'alma" e de caráter que revela o parentirso. E a sociedade, digo, a base social dessa literatura, padece o mesmo erro e falha idêntica.

E é com este "estilo parentirso" que Andrade, o escritor que impulsionou mais que outro qualquer o Modernismo, inicia o *Prefácio Interessantíssimo* de *Paulicéia Desvairada* (1985):

> Leitor, está fundado o Desvairismo*!*

E o encerra anunciando:

> Próximo livro fundarei outra. E não quero discípulos.

No Romantismo, os estudos lingüísticos no Brasil ainda não traziam embasamentos da Lingüística e da Psicologia – que começaram a aparecer no final do século –, e mostravam posições pessoais, na maioria das vezes sem respaldo filológico. Alencar se ressentia da falta de estudos voltados para a língua, o que não o impediu de cultivar idéias particulares e de fazer um levantamento de fatos substanciais, próprios da sua linguagem, quando ainda não passava pelo seu pensamento "gramaticizar".

O Movimento Modernista, segundo Tristão de Athayde, manifesta-se em 1922 violento e descontrolado, "uma verdadeira pororoca" (apud Teles, 1980:335), chegando ao extremo. Pregava-se a desobediência à gramática, os regionalismos e plebeísmos – fonéticos, morfológios, sintáticos, lexicais – numa mistura desordenada. As poucas noções lingüísticas que se conheciam permitiam esta concepção.

Por sua vez, Sousa da Silveira é de parecer que "a reação modernista de l922, como em geral os movimentos revolucionários, trazia consigo alguma coisa boa, de envolta com muitos exageros inaceitáveis'(...) 'O maior serviço que o movimento prestou, foi fazer-nos olhar mais para nós mesmos, e, no caso particular da língua, fazer-nos despregar um pouco a vista do padrão puramente português que nos hipnotizava" (apud Senna, 1953:32).

Um padrão imposto pela impertinência de alguns intelectuais e gramáticos portugueses, "aos quais faltava tato e real preparo filológico" (Silva Neto, 1950:153).

4.1 ALENCAR E ANDRADE: SINTONIAS E ANTINOMIAS

A partir do Romantismo, a procura por uma literatura brasileira passa por uma vereda, em cuja extremidade muito tempo depois vai encontrar o Modernismo, um campo fértil para grassar as idéias lingüísticas de Alencar. De um lado deste caminho estreito, o romântico Alencar, o leitor de Victor Hugo, Copper, Scott, dos filólogos Müller, Webster, Whitney, em cujas obras procura respaldo para suas idéias:

> A distinção, cada vez mais acusada entre o português europeu e o português americano, é um fato contra o qual se revolta inutilmente a antiga mãe-pátria. A transformação está na ordem natural; é a cruzada que levanta a literatura lusitana (*Iracema*, v. 3, p. 308-321).

Do outro o modernista, o hegeliano, o freudiano, o discípulo do filólogo e gramático brasileiro Said Ali, de quem recebeu forte influência, e mais Cocteau, Papini[10], Baudouin[11], Bally, Vendryes e Dauzart, adepto este da geografia lingüística na qual Andrade buscou fundamentos e critérios para o levantamento de traços da língua oral, com vistas à sua projetada "Gramatiquinha da Fala Brasileira", propósito que não se consumou, mas teve as anotações coligidas e publicadas por Edith Pimentel Pinto.

A proposta de Alencar de fazer "uma pequena obra" com um "estudo sobre a índole da língua portuguesa, seu desenvolvimento e o futuro, considerando especialmente a tão cansada questão do estilo clássico" (op. cit., p. 312), também não se consumou, mas serviu de estudo aos filólogos Cândido Jucá Filho e Gladstone de Chaves Melo, que sistematizaram alguns desses procedimentos. Entretanto, a produção discursiva tanto de Alencar quanto de Andrade traduziu no seu âmago o desejo de mudança para romper com os mecanismos da estagnação literária do momento histórico que cada um viveu. Assim como Alencar, Andrade foi acusado de imitar escritores franceses e ingleses, entretanto, lembra a seus críticos que segue apenas o espírito de uma época:

> Dizem de mim que imito Cocteau, Papini. Será já um mérito ligar estes dois homens diferentíssimos como grácil lagoa de impetuoso mar. (...) As disposições tipográficas dos meus versos correspondem não às teorias dos modernistas Baudouin[12] Aragon ou Sofficci, mas às minhas próprias teorias do harmonismo (verticalidade de acordes) (apud Bandeira, 1998:17.)

---

[10] Giovanni Papini (1881-1956), jornalista italiano polêmico e crítico, foi poeta e romancista.

[11] J. Baudouin de Courtenay, lingüista funcional, contemporâneo de Saussure. Destacou-se nos estudos das alterações de unidades lingüísticas de cada nível (fonemas, morfemas, sintagmas).

Em Alencar, predominam o nacionalismo exacerbado, lusófobo, o sentimento, a ternura, o estado dionisíaco com “uma natureza virgem”. Em Andrade, o sentimento de que alguma coisa deveria ser feita em favor do povo, o esforço na criação de uma expressão literária brasileira, socializante, para chamar a atenção sobre o problema da língua do Brasil. O idealista Alencar, de portas abertas, querendo agregar os seus para formar um novo estilo de escrever; Andrade, de portas trancadas para uma sociedade feudal, patriarcalista e decadente, “forçando a nota”, radicalizando o jogo do novo e do velho para tornar possível o ideal de Alencar, exortando os escritores da sua geração que se afastassem do padrão de lei ministrado em jornais por Cândido de Figueiredo, propagado nas escolas e defendido nas réplicas de Rui Barbosa:

> Agora: alguma sistematização é preciso. O próprio significado diferente de linguagem literária e linguagem popular, mostra que aquela tem uma tal ou qual sistematização. Pras idéias modernistas essa sistematização não pode ser sinão dirigida prá maior verdade e exatidão de expressão. É o que estou fazendo. (op. cit., p. 72.)

Estas sintonias e antinomias vão aparecer em dois movimentos literários de fundo nacionalista, Romantismo e Modernismo, em duas histórias indianistas, “Iracema” e “Macunaíma”, apreciadas pela unidade do tema e a diversidade de olhares: o cronista Alencar e o etnógrafo Andrade.

Proença (1977:35) encontrou “pormenores de técnica, algumas vezes por coincidência, algumas vezes por imposição do assunto”, e vários pontos de convergência entre *Iracema* e *Macunaíma*, e enumera algumas dessas passagens:

1 – O nascimento dos heróis:

“Além, muito além daquela terra que ainda azula no horizonte, nasceu Iracema”. (J.A);

“No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma” (M.A.);

“A jandaia e o aruaí despertam seus donos chamando-os pelo nome: “Às vezes sobe aos ramos da árvore e de lá chama a virgem pelo nome” (J.A);

“Quando a arraiada vinha o papagaio tirava o bico da asa (...). Depois falava: Macunaíma! O dorminhoco nem se mexia: Macunaíma! ô Macunaíma! (M.A.)

2 – A necessidade de traduzir o sentido das palavras tupis, levando-os à aposição:

“Iracema, a virgem dos lábios de mel!”(J.A);

“Macunaíma, herói da nossa gente” (M.A);

Assinala outras na confabulação em citações de *Macunaíma*, como “cabelos mais negros do que a asa da graúna”, e semelhança das vagas de formigas que recobrem o corpo do herói morto por culpa do macaco mono; em *Iracema* ocorre a citação do guerreiro Maranguape, que Poti encontra morto, com formigas a lhe subirem pelo corpo.

3 – O parentesco de Ci e Iracema:

“Ci aromava tanto que Macunaíma tinha tonteira de moleza” (M.A.);

“Todas as noites a esposa perfumava seu corpo e a alva rede, para que o amor do guerreiro se deleitasse nela” (J.A.)

Iracema e *Macunaíma* são obras que surpreendem a cada leitura. Quanto mais recorremos a elas, mais descobrimos uma ou outra passagem que passou despercebida: uma hora é espírito cristão que norteia “Iracema”, em outra o espírito iconoclasta de *Macunaíma*, herança dos Manifestos que tanto influenciaram Andrade; outra é o herói Poti, civilizado, polido, solidário, que se contrapõe a Macunaíma, o herói sem nenhum caráter; outra é a natureza exuberante que cerca *Iracema*, o mesmo não acontecendo em *Macunaíma*; em *Iracema* é o europeu civilizado vivendo entre os indígenas; em *Macunaíma,* o índio em convívio com os civilizados; ambos regressando à terra de origem, e com o mesmo desajustamento de mentalidades.

Alencar impulsionou os românticos por uma nova forma de estilo e exortou-os a procurar a influência de escritores que estilizam a fala do povo, “como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor” (*Iracema*, v.3, p.314).

Andrade incentivou os modernistas a descobrirem novos caminhos estéticos, levou-os a ousar mais que os românticos na aproximação da fala popular e das suas particularidades, orientou-os a recusar a rima, utilizar o verso livre, explorar termos regionais, centralizar a questão da língua comum ao Brasil, sem considerar os elementos unificadores de Portugal, mas aqueles que os diferenciam, como a fonética, a entonação, a cadência, o ritmo, o léxico, os sentidos, as formas, as diferenças de traços estilísticos, gráficos, afetivos e ideológicos. Ainda assim, ficaria reconhecido como um escritor inovador ou quando muito, e contraditoriamente, de linguagem incorreta e descuidada, levando-o a fazer o *mea culpa*: *“si* tivesse imaginado que a moda ficava tamanha de certo que havia de ser mais moderado”(apud Bandeira, 1998: 206.)

Em 1919, a divergência nos usos lingüísticos entre brasileiros e portugueses leva Silva Ramos a reivindicar para o campo fônico a solução para o problema da colocação pronominal que passara a constituir, juntamente com os neologismos e a ortografia, o ponto de atrito entre conservadores e renovadores, liames importantes entre o pensamento do romântico Alencar e as idéias renovadoras do modernista Andrade, que passam a merecer nossa especial atenção. Entretanto, o que de mais importante há entre Alencar e Andrade está no manifesto lingüístico para a criação de uma língua literária brasileira, escrita na modalidade tirada ao povo, um

grito de independência que soa contra o complexo colonial, até então dominante na literatura que se fazia no Brasil.

4.2 AS ATITUDES E AS CRENÇAS

Eu tenho a convicção das minhas idéias, mas não tenho certeza nenhuma das realizações em que as transcrevo.
(Mário de Andrade)

E por igual teor continuarei a escrever, ajudando-me Deus, apesar dos censores...
(José de Alencar)

O conceito de conhecimento, segundo van Dijk (2003:380-413), envolve as dimensões cognitivas, sociais e discursivas. Para a natureza cognitiva, o conhecimento é uma espécie de crença, enquanto para a segunda dimensão ele é uma crença que preenche critérios culturais de avaliação.

As crenças aparecem no discurso como conhecimentos sob condições específicas, como concordância entre aquele que sabe (conhecimento) e aquele que fala (crença). Não havendo essa concordância, o discurso pode ser marcado pelas várias modalidades do que seja entendido como um ou como outro. Conhecimento e crença distinguem-se por fatores cognitivos e sociais, não se pressupondo o conhecimento pessoal em qualquer discurso, mas que precisa ser afirmado quando relevante, ao passo que o conhecimento interpessoal pode ser pressuposto na conversa, mas não no discurso.

Santos (1996:8-15) recomenda que ao recorrermos aos termos *crença* e *atitude* para indicar fatos lingüísticos, devemos ter o cuidado de empregá-los dentro de um conceito técnico, restrito e individualizado, visto que mesmo na linguagem de leigos os termos não são usados como sinônimos e os dicionários os registram tentando mostrar as diferenças entre os significados mas também as sobrepõem.

A *crença* seria uma convicção, uma opinião que se adota com fé e certeza; já a "*atitude* seria uma disposição, propósito ou manifestação de intento ou propósito"(op., cit.). Tomando-a como manifestação, expressão de opinião ou sentimento, concluí que nossas reações frente a determinadas pessoas, situações e coisas "seriam *atitudes* que manifestariam nossas convicções íntimas, ou seja, as nossas *crenças* em relação a essas pessoas ou coisas" (op., cit.). Acrescenta que é comum entre especialistas a não distinção entre "crença" e

“atitude”, ora empregando-os como sinônimos ou apenas como *atitude*, juntando os componentes “afetivo” (responde pela avaliação positiva, negativa, ou neutra de uma determinada situação, pessoa ou coisa), “cognitivo” (as idéias sobre as causas e as implicações do objeto em foco); e “conativo” (as convicções sobre a maneira de agir em relação ao objeto).

Tomados à linguagem comum, os termos *crença* e *atitudes* podem mostrar-se insuficientes para revelar com precisão o objeto do estudo, segundo Martin Finshbein (apud Santos, 1996), para o qual aqueles componentes podem levar ao conceito de *atitude* uma concepção multidimensional, com três diferentes dimensões, medindo apenas o componente afetivo, “a essência da atitude”. Santos acrescenta que Osgood, por sua vez, identificou *atitude* com a dimensão avaliativa: “O significado de um conceito é sua localização em um espaço definido por algum número de fatores ou dimensões. A atitude em relação a um conceito é sua projeção em uma dessas dimensões, definida como avaliativa”.

Centrado na colocação de Osgood, Finshbein trata *atitude* como um conceito unidimensional com um componente avaliativo, ou seja “uma predisposição para responder a um estímulo de maneira favorável ou desfavorável” (op. cit., p.10), levando-o a concluir que por se tratar de “uma resposta avaliativa mediata”, segundo definição proposta por Osgood, “*atitude* não pode mais ser tratada como manifestação de *crença*”.

Concluímos que as *crenças* de Alencar e Andrade em relação à variante brasileira da língua portuguesa nortearam as suas atitudes para a legitimação da língua literária do Brasil, eliminando a oralidade, uma variedade estigmatizada, e contribuindo para que ela se incorporasse como componente legítimo da literatura brasileira.

Estas crenças e atitudes começaram a ser observadas em algumas singularidades da grafia de Alencar que despertaram a atenção dos seus contemporâneos, levantando rigorosas críticas. Nestes casos, são dignos de atenção a preposição “a”, grafada por “á”; a conjunção “se”, por “si”; a proscrição do pronome reflexivo “se”; as formas verbais “soube”/ “sube”; o fato de diferenciar a primeira pessoa do plural do presente do Indicativo do pretérito perfeito; o Imperativo Negativo usado como forma afirmativa; que defendia como crenças, entre outras. Questões similares serviram também de muita discussão por Andrade, cuja proposta por uma nova linguagem vai buscar alicerce nos românticos, reconhecendo neles menos afetação na escrita e mais aproximada da fala cotidiana.

Jucá (1966:73) entende que a maioria dos “erros” apontados em Alencar se prende a questões fonéticas, que os censores do escritor não souberam avaliar; em seguida, estão as

revisões mal feitas e os problemas de impressão, como o caso da palavra “beotices”, usada em artigo contra Camilo Castelo Branco (*O Protesto*, 1877), supondo-se operada a troca de “bestices”. Entretanto, “beotices” foi consagrada mais tarde por Rui Barbosa “Essa beotice, porém...” (*Queda*, v. 1, p. 191).

De tanto justificar supostos “erros”, Alencar acabou por abraçar algumas atitudes e crenças, ratificadas por Andrade mais tarde, vendo nelas a oportunidade de acionar um projeto de abrasileirar a língua do Brasil com base na oralidade.

4.2.1 A ORTOGRAFIA

A incerteza que reina sobre a ortografia da língua portuguesa, achaque herdado do latim, ainda mais concorre para a incorreção dos livros.
(José de Alencar)

Outro problema ainda é também um sofrimento danado pra gente: a questão da ortografia.
(Mário de Andrade)

A ortografia, segundo Martins (1986:64), é uma convenção cujas regras o usuário da língua precisa aprender e adotar, mas “sempre é possível abrir algumas brechas, aproveitar alguma vacilação no uso, violar de algum modo a norma”. Norma que Câmara Júnior (1964:246) tem como “uma força conservadora na linguagem, mas não impede a evolução lingüística que está na essência da língua, como de todos os fenômenos sociais”, e pede atenção para o fato de que esta força pode tornar-se “operante e agressiva diante dos regionalismos, dos vulgarismos e dos idioletos”.

Tomamos ainda aos dicionários *Houaiss* e *Aurélio* a conceituação de ortografia. Para aquele, trata-se de um conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa “que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tônicas, abertas, fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivadas por tais funções, etc”. As definições do *Aurélio* são mais sucintas, e não menos esclarecedoras: 1. “O conjunto das regras que, para uma determinada língua, estabelecem a grafia correta das palavras e o uso de sinais de pontuação. 2. O estudo dessas regras. 3. Maneira de representar as palavras por meio da escrita; grafia”.

Os acidentes da ortografia podem ser explicados pela analogia, pela etimologia ou de modo funcional, segundo Barthes (1984:46), “mas o conjunto dessas razões é desrazoável e,

quando essa desrazão é imposta, por via de educação, a um povo inteiro, torna-se culpada". O que incomoda, escreve, não é o seu caráter arbitrário, o principal deles, e os de ordem psicológica, mas que esse arbitrário seja legal e de efeito discriminatório, e que se a ortografia fosse livre de ser simplificada, conforme o desejo de cada um, poderia tornar-se uma prática de expressão muito positiva:

> a fisionomia escrita da palavra poderia adquirir um valor propriamente poético, na medida em que surgiria da fantasmática do escritor, e não de uma lei uniforme e redutora: basta pensar na espécie de embriaguês, de júbilo barroco que rebenta através das "aberrações" ortográficas dos antigos manuscritos, dos textos de crianças e das cartas de estrangeiros: dir-se-ia que, nessas eflorescências, o sujeito procura a sua liberdade: de traçar, de sonhar, de se recordar, de compreender. Não nos acontece encontrar erros de ortografia particularmente "felizes", como se o escritor escrevesse então sob o ditado, não da lei escolar, mas de um mandamento misterioso que lhe vem da sua própria história – talvez mesmo do seu corpo?

Historicamente, a sistematização da ortografia da língua portuguesa conheceu períodos anárquicos e contraditórios que podem ser analisados à luz da cronologia dessas reformas, conforme subsídios tirados ao *link* www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo-historia.

Da Descoberta do Brasil, no século XVI, quando surgem os primeiros tratados, aos dias atuais, fizeram-se inúmeras tentativas com o objetivo de dar um norte ao assunto. Assim, temos em 1574 o tratado de Pero de Magalhães Gândavo, *Regras de bem escrever a ortografia da língua portuguesa*; dois anos após, a *Ortografia da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão. No século XVII, as obras assunto: *Ortografia ou modo de escrever certo na língua portuguesa*, de Álvaro Ferreira de Vera, e *Ortografia da língua portuguesa*, de João Franco Barreto. No século XVIII mais duas novas publicações: a *Ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portuguesa*, de Madureira Feijó, e *Compêndio de ortografia*, de Monte Carmelo.

Nestes últimos quatro séculos, adotou-se a grafia etimológica para aproximar quanto possível a raiz latina ou grega no grafar as palavras, gerando enorme confusão. Assim, *digno, benigno, maligno*, que eram grafadas *dino, benino, malino*, tiveram restabelecidas um "g" etimológico, que passou a ser assinalado na ortoepia. No Romantismo, a grafia etimológica toma outro rumo, acentuando-se as dificuldades. Abandona-se a raiz do latim e passa-se a procurá-la no francês, cuja cultura exerceu enorme influência nas literaturas brasileira e portuguesa. No século XIX, ainda prevalecia em Portugal a desordem ortográfica, embora Garrett e Castilho se esforçassem em defender a simplificação e a reclamar da ausência de uma norma que democratizasse a ortografia. Não era diferente no Brasil, levando o clássico Alencar muitas vezes a reclamar das incertezas ortográficas que tanto concorriam para a incorreção dos seus livros, dos erros sintáticos e vocabulares apontados pelos críticos:

“Ultimamente uso enviar á tipografia, um elenco das particularidades de minha ortografia, adotada em geral, enquanto não aparece melhor método, a lição do dicionário de Morais. Perfeita inutilidade; nem a minha; nem outra qualquer uniforme” (*Questão Filológica*, v.4, p.957).

O ensaio literário *Questão Filológica* (v.4, p. 939-961), um dos mais importantes para o entendimento da estética de Alencar, traz a defesa para os “erros” gramaticais e ortográficos acusados por Mendes Leal no romance *Iracema*. Na sua argumentação, Alencar credita as “incorreções” ora a revisores, ora ao sistema tipográfico, ora à sua desatenção, ora à falta de critérios ortográficos seguros; em um outro momento, recusa as críticas, seja por convicção, seja recorrendo a escritores clássicos para respaldar as suas justificativas, o que é singular em um escritor muitas vezes acusado de “hóspede na língua em que escrevia”.

O romântico Alencar foi um dos escritores mais criticados e aviltados, mas não deixou sem resposta nenhum dos seus censores. Em algumas ocasiões, credita os seus supostos erros à falta de bons revisores, que não garantem ao autor a conversão exata do original com os defeitos na lauda impressa e “deixam passar os mais grosseiros pastéis do compositor, quando não os acrescentam por sua conta”; alega que as provas dos livros chegavam tardiamente às suas mãos, e para não multiplicar as emendas, aceitava “um sistema adotado pelo compositor, que [entretanto] logo o altera e o substitui por outro”:

> Demais releva notar. Quando um escritor, ainda mesmo novel, deu prova desde as primeiras páginas da obra, de que maneja com facilidade a língua e não ignora os preceitos rudimentares da gramática, os erros crassos que porventura encontre o leitor não podem ser atribuídos à ignorância. Tratando-se de autor conhecido, que tem feito as suas provas, é sumo ridículo responsabilizá-lo por incorreções que a provirem dele, não passam de inadvertências (op. cit., p. 939).

No sentido de justificar quanto sofre o estilo com tais revisões, mostra que no segundo volume da *Guerra dos Mascates* escrevera à página 78 “Retribuía o governador com muita urbanidade a cortesia do mancebo; e *correspondia* de um modo tão afetuoso etc.”, mas compuseram “respondia”, troca que não foi percebida por ele na revisão das provas, deixando passar “o vocábulo tão próximo do seu composto”.

Jucá (1966:13) assinala que na segunda edição da *Guerra dos Mascates* (póstuma – 1896), a grafia foi conservada pela Melhoramentos, mantida no volume III da *Obra Completa* da Aguilar, respectivamente às páginas 74, 205 e 146, e pede atenção para o fato de que um escritor requintado e exigente como Alencar não poderia, jamais, passar sem reparo a concorrência tão próxima em uma mesma frase de “respondia” e “correspondia”.

Ainda no ensaio Questão Filológica (op. cit., p. 958), Alencar expressa que uma das belezas próprias ao português é a propriedade de substantivar determinados verbos,

convertendo-os em auxiliares, e ressente-se de que nunca obtivera "salvar uma frase análoga, das veleidades gramaticais dos revisores", que inseriam por conta própria "o verbo ser onde não era chamado, transformando uma forma elegante' "A questão precisa refletida" – "Este negócio convém muito acautelado" – "A guerra parece finda", num dizer chato". Outra coisa que o incomodava, assegura, era a freqüente intrusão "do *de* nesta frase *cujo é"*, que não conseguiu salvar em "O Guarani".

Jucá (op. cit., p. 14) admite que vez ou outra Alencar cometia alguma desatenção ao escrever, e exemplifica com o verbo haver, ora grafado com "h", ora sem a letra etimológica, como na edição príncipe de *Asas de um Anjo*: "Como *á* pouco me repeliram" (p. 110), "*á* um ano, depois que nos separamos" (p. 140), "Não te prometi *á* pouco?" (p. 140); na 1ª. edição de *A Pata da Gazela*: "*Á* quanto tempo está ali e sem tirar os olhos de mim"? (p.3), "*Á* pouco, vendo-a passar pela rua do Ouvidor, tive um pressentimento" (p.75). Entretanto, ostenta o "h" em frases semelhantes das mesmas obras: "*Há* muito tempo que conhece esta mulher, D. Carolina?" (op. cit., p. 29), "*Há* pouco recusei a mão da minha prima" (p.40); "*Há* tanto tempo que não vem passar uma noite comigo" (op. cit., p. 77), "*Há* cerca de dois meses" (op. cit., p. 155).

Em resposta a Mendes Leal, que o criticara por um erro de impressão na troca do artigo "definido" por "indefinido", acusando-o de cultivar galicismos, de desleixado e de contribuir contra a gramática, Alencar reage, citando o que escrevera no pós-escrito de "Iracema":

> Nesta como em todas as minhas obras recentes, se deve notar *certa parcimônia* no emprego do artigo indefinido que eu só uso quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do estilo (...)
> Há quem tache esta *sobriedade* no uso do artigo indefinido de galicismo (...) (*Questão Filológica*, v.4, p. 948),

Em seguida, recorre aos gramáticos Grand e Duclas, "para quem o artigo nada define e determina" (op., cit., p.949), e retruca ao seu censor que ele próprio também não estava longe de adotar igual opinião considerando o artigo um pronome, e que ainda teria a desculpa do erro da imprensa, mas como não conservava a lembrança desta circunstância, atribuiu o lapso a equívoco seu: "equívoco muito natural em quem não liga a menor importância a essa imprópria terminologia dos gramáticos portugueses", e assegura que só emprega o artigo "quando rigorosamente exigido pela clareza ou elegância do discurso. Fora destes casos quem o encontrar em escrito meu, pode afoitamente acusar-me de lapso, que o deixou passar" (o. cit., p. 950). O erro, entretanto, foi corrigido na 3ª. edição: "onde se lê 'artigo definido' nos lugares competentes" (apud Melo, 1972:32).

Dois depoimentos dos mais conceituados sobre a estética do escritor cearense estão em Proença (1974:74), que vê no ouvido musical de Alencar a contribuição inequívoca para aproximar a ortografia de então da língua falada atual, atitude que faltou a escritores seus contemporâneos. Jucá (1966:22), por sua vez, reclama o restabelecimento do texto alencariano, onde se encontram algumas questões baseadas na nossa pronúncia, que muitos gramáticos e literatos do seu tempo não souberam interpretar com a devida atenção.

R. Magalhães Júnior, contemporâneo de Alencar, lembra que em geral os estudiosos da sua obra deixam de apreciar alguns aspectos de uma prodigiosa atividade seduzidos principalmente pelos traços de sua personalidade de escritor, que sob a influência de Chateaubriand e de Fenimore Cooper marcou a fase indianista do romance brasileiro. Esquecem-se do cronista, "que mergulhava nos alfarrábios para tentar recompor a fisionomia da nossa sociedade colonial"; do escritor político das "Cartas de Erasmo"; do jornalista vibrante "que editorializava no "Correio Mercantil" e no "Diário do Rio de Janeiro"; do dramaturgo, "que as platéias da Corte tantas vezes aplaudiram calorosamente, sobretudo no segundo e no terceiro quartel do século passado" (apud, Alencar, v.4, p.28).

Entre 1900 e l925 realizaram-se cinco tentativas de reforma. A primeira se deu em 1907, quando o foneticista português Gonçalves Viana apresenta um projeto de ortografia simplificada fazendo desaparecer muitas consoantes dobradas e os grupos ph, th, rh, dentre outros, levando a Academia Brasileira de Letras do Brasil começar a simplificar a escrita nas suas publicações. Em 1910, Portugal nomeia uma Comissão para simplificação e uniformização da ortografia a ser usada nas publicações, e com base no projeto de 1907, de Gonçalves Viana, faz a primeira intervenção oficial e a mais radical de todas. Sem que houvesse qualquer acordo com o Brasil, aboliu a ortografia pseudo-etimológica, aproximou a ortografia oficial da escrita fonética afastando-se da tradição dos primeiros tempos e introduziu acentos em palavras esdrúxulas, antes não acentuadas. Nesse mesmo ano, a Academia Brasileira de Letras formula um projeto de reforma análogo ao de Gonçalves Viana, que não progrediu, no qual colaboraram Euclides da Cunha, Rui Barbosa e outros. Em 1915, Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia brasileira com a portuguesa, medida que é revogada em 1919 com uma resolução de1915. Nove anos após, a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Portugal tentam aproximar as duas ortografias. Apesar da reforma portuguesa ser defendida para uso no Brasil sem alterações por filólogos como Antenor Nascentes, durante alguns anos os dois países ficaram

com ortografias completamente diferentes, ou seja, Portugal com a ortografia moderna, Brasil com a ortografia pseudo-etimológica.

A questão ortográfica será retomada no Modernismo por Andrade, com a proposta de rompimento com a gramática convencional, levado pela dissonância cada vez mais notória entre o português do Brasil e o português europeu: “nós estamos hoje, nacionalmente falando, por completo divorciados de Portugal. A língua que os dois povos falam, pra grande maioria dos homens e das nações evoca o Brasil” (apud Bandeira, 1998:130). Sua proposta resume-se a uma linguagem nova, nos moldes da fala do brasileiro comum, com uma grafia inovadora e contraditória, como “cadê”, por o que é feito de, “desque”, por desde que; “pra” ou “prá” por para; “pro” por para o; “prum”, para um; acentuava algumas palavras só nos casos em que poderiam apresentar ambigüidade: “porêm” (prep.) para distinguir de “porem” (v.), sem acento; ora acentuava palavras oxítonas terminadas em -em (ninguém, também) ora vinham sem a acentuação (“ninguem”, “tambem”, “Belem”); grafava alternadamente os suarabáctis (admirar/adimirar, advogar/adivogar, etc.); fazia questão em escrever “ua”, quando a palavra seguinte começava por “m”; pronunciava e grafava “rúim”; acentuava “porquê”, escrevia sistematicamente a conjunção se por “si”, causa de muita polêmica e crítica.

De acordo com Pinto (1990:119), Andrade vai mostrar preferência pela ortografia de Gonçalves Viana, de 1911, em detrimento das reformas sancionadas pela Academia Brasileira de Letras, em 1909 e 1912, sem se excluir a “uniformização gráfica” de 1924, de Laudelino Freire, levando-o a optar pela independência manifestada na simplificação de certas consoantes e na redução do emprego de acentos:

> A base da minha ortografia atual é a reforma ortográfica tão útil que se fez em Portugal. Acho essa reforma excelente e sobre ela tem o Vocabulário alfabético e remissivo da língua portuguesa por Gonçalves Viana, excelente guia. Um tempo segui inteiramente ele. Agora já estou simplificando ainda mais certos casos que não têm razão de ser pro Brasil (apud Drummond, 2002:155).

A iniciativa de alterar a ortografia portuguesa corresponde a uma tomada de posição individualista, que denominaria “ortografia psicológica”, e cujas bases eram heterogêneas. Um individualismo que não era absoluto, pois não chegava ao extremo de consagrar certas grafias pela “plástica das palavras”, por entender que plástica “é preconceito”.

Nessas idas e vindas por uma ortografia mais afinada entre portugueses e brasileiros, Andrade propõe a simplificação de grafias como *exacto* e *contractar*, por entender que o “c” abre a vogal anterior, resultando uma pronúncia não pertinente ao falar brasileiro, conforme carta de 1925 a Drummond:

> Esse valor da consoante não existe pra nós brasileiros. Ninguém fala aqui *contràctar* com o primeiro *a* bem aberto por causa da consoante porém meio aberto apenas. Então tirei essas

> consoantes inúteis pra nós que a reforma portuguesa conservou porque útil pra eles (apud Drummond, 2002:155-156).

Por analogia com o plural, mantém o "*c*" de *carácter*, "que a gente não pronuncia por causa de caracteres em que vem pronunciado, etc. (op. cit., p.155); propõe a manutenção dos diversos valores tradicionais do *x*, com o objetivo de garantir o "sossego" em matéria de ortografia, e aconselha: "Não tem razão nenhuma pra abandonar o *x* nos seus valores atuais, é letra de língua também. Porque não conservar a grafia *exame* tradicional e que não faz mal pra ninguém?". Grafa *sossego* e *pessego* "porque formas tradicionais e que não fazem mal. O importante é não fazer mal e sempre conservar um resquício de inteligência" (op. cit., p. 156); acentua palavras "só nos casos que possa ter engano como *influéncia* que se pode confundir com a forma verbal grave"; nas formas verbais proclíticas "uso *dize-lo* por causa do valor consoante do *l* junto do o, e separo por traço-de-união porque assim os dois valores distintos *dizer* e *o* aparecem analiticamente".

Segundo Pinto (1990:120), a instabilidade gráfica, decorrente de sucessivas e polêmicas reformas, seria responsável por flutuações como *português* / *portuguez*, *transitório* / *tranzitorio*, consagrando a reforma de 1906 *portuguez e tranzitorio*, alterada pela de 1912 para *português* e *transitório*, assim como a de 1924; mas em 1929 voltava-se a *portuguez* e *tranzitorio*, e em 1931 novamente a *português* e *transitório*.

De 1924 a 1986 fizeram-se doze propostas de reforma ortográfica, visando ora suprimir as diferenças, ora unificar e simplificar a língua portuguesa, contudo, nenhuma delas foi posta em prática na sua totalidade. As dúvidas de acentuação foram tratadas em 1938, mas o Acordo Ortográfico de 1945, ano em que morre Andrade, não é ratificado no Brasil, que opta pela ortografia anterior ao Vocabulário de 1943.

Passado o furor dos primeiros momentos do Modernismo, Andrade entende que a contribuição que procurou dar ao assunto talvez tenha sido rigorosa demais, sem critério lógico, levado mais pelo desejo de uniformizar que de simplificar.

Bandeira, em crônica de 1943, escreve que àquela época, quando era professor do Colégio Pedro II, vivia assediado por "alunos desorientados na balbúrdia das reformas ortográficas, queriam resolver as suas perplexidades", e perguntavam "Têm, eles têm, se escreve com dois *ee* ou com um só acento circunflexo?" E outro: "Luísa é com s ou com z?"(apud Morais, 1971:5). É importante observar que nossos alunos ainda hoje têm dificuldade na grafia destes verbos no presente do indicativo, e de mais outros como ler, ver, crer, etc.

Em 1971, promulgaram-se algumas alterações ortográficas no Brasil, com redução de divergências e aproximando razoavelmente a grafia dos dois países. Em 1973, nova proposta; novas tentativas em 1975, 1986, 1990, 1996 e 2004, quando os ministros da educação da comunidade lusófona reúnem-se em Fortaleza para propor a entrada em vigor de outro Acordo Ortográfico, ainda que sem a ratificação de todos os membros da comunidade.

Após cem anos de avanços e retrocessos, pouco de novo aconteceu na questão ortográfica, levando Henriques (2001:350) a manifestar:

> a língua portuguesa permaneceu como peça manipulável, servida em banquetes fúteis em que se deglutiram questões ortográficas, xenofóbicas ou vangloriosas. Não se tratou quase nunca de implantação de uma política do idioma...
> As atitudes equivocadas de proteção da língua ressurgem de tempos em tempos, repetitivas e estéreis. A Academia (Brasileira de Letras), porém, pode contribuir de modo diferente para atingir o mesmo objetivo. As iniciativas contemporâneas de incentivo às publicações de obras filológicas e literárias estão nesse caminho...

O projeto mais recente, também muito discutível, traz a proposta que visa a uniformizar uma diversidade lingüística riquíssima, não encontrando aval de alguns países de língua portuguesa, que se negam a abrir mão da sua cultura. Mesmo entre portugueses o projeto gera polêmica, como se depreende da entrevista do escritor Miguel Sousa Tavares, que condena a nova ortografia e se diz “obstinadamente contra o acordo ortográfico, como aliás a generalidade dos escritores portugueses”, e para resguardar-se de possíveis interferências advinda do novo acordo, assinou uma cláusula contratual para ser mantida a sua grafia, porque também ele se revoltaria ler autores brasileiros com a grafia e a gramática de Portugal.

> Ao contrário do que os sábios das academias de ciências daí e daqui dizem, tal nunca impediu nem os brasileiros de lerem os portugueses, nem os portugueses de lerem os brasileiros. Pelo contrário: serve para percebermos, uns e outros, como a nossa língua comum é rica e rica nas diferenças. Acho que o acordo ortográfico tem apenas uma finalidade política e representa uma espécie de ato colonial aplicado pelo Brasil a Portugal (Jornal do Brasil, “Idéias”, 24-05-2008, p.L3.)

Sousa Tavares se diz indignado com o fato do acordo eliminar “as célebres consoantes mudas”, que o Brasil não usa, mas que fazem parte da vida dos portugueses “como o bacalhau ou sardinhas assadas”, e ‘mantêm-se aquelas que o Brasil usa, mesmo que não usadas em Portugal” (op. cit.).

4.2.2 AS PREPOSIÇÕES

Para o gramático Said Ali (1965:101), “preposição é a palavra invariável que se antepõe a nome ou pronome para acrescentar-lhe uma noção de lugar, instrumento, meio, companhia, posse, etc., subordinando ao mesmo tempo o dito nome ou pronome a outro termo da mesma oração”, e que pode ser simples (a, ante, até, após, etc) ou ainda formar uma locução prepositiva ou preposicional, com advérbios ou locução adverbial acrescida da preposição “de”.

Cunha (1975:511), por sua vez, classifica as preposições em simples ou essenciais, quando representadas por um só vocábulo, e compostas (“ou locuções prepositivas), e que a relação entre as palavras ligadas ela pode implicar movimento ou situação resultante:

> Embora as preposições apresentem grande variedade de usos, bastante diferenciados no discurso, é possível estabelecer para cada uma delas uma significação fundamental, marcada pela expressão de movimento ou de situação resultante e aplicável aos campos espacial, temporal e nocional.

A preposição “a”, explica, pode ter os valores de movimento e de situação. O movimento, por sua vez, pode ser no espaço em direção a um limite; no tempo e na noção:

> a idéia de movimento em sua totalidade está presente em: Ao refeitório, sem demora; Ao desistir, já havia cativado a todos; mas que a mesma preposição “exprime relações das quais só se percebe o ponto limite do movimento, ou situação: Nos trópicos, vive-se exposto ao sol. Levou-o à força”.

Em “Levou-o à força”, encontramos o emprego da preposição a no que se convencionou chamar crase. Câmara Júnior (1964:96) define crase como

> enunciação numa única vogal de duas vogais iguais em juntura fechada. Na gramática grega, focalizava-se como *krásis* “fusão” essa contração em juntura externa (vogal final de um vocábulo com a inicial do seguinte). É assim, do ponto de vista sincrônico, uma variação morfofonêmica, de que decorre em português a partícula à ou às, que reúne em si a preposição a e o artigo feminino (Vou à praia, vou às margens do rio).

Do ponto de vista diacrônico, o nome crase também se estendeu à junção na mesma sílaba “de vogal una, de duas vogais iguais em hiato, ou seja geminadas, uma das mudanças fonéticas que caracterizam a passagem do português arcaico para a fase moderna. Lembra que naquele período “permaneciam as vogais geminadas pela síncope de uma consoante sonora intervocálica (mala > maa, colore- > coor, pede- > pee)”.

> Essa crase entre vogais baixas (-aa-) ou médias (-ee-, -oo-) átonas determinou uma vogal átona de timbre aberto, que persiste no português europeu e foi em tempos indicada na grafia pelo sinal de acento grave (cáveira< caaveira < calavaira; corar < coorar < colorare; pegada < peegada < pedicata), mas hoje só é indicada na partícula a, onde serve, além disso como grafema, a distingui-la da preposição simples e da forma feminina do artigo (vou à praia; mas vejo a praia; vou a Petrópolis.

Ainda segundo Câmara Júnior (op. cit., p. 97), no Brasil o timbre aberto das vogais átonas (a, e, o) desapareceu, mas adotou-se escrever a partícula com o acento grave "à", como grafema: "o que sucede comumente é a incidência de um acento secundário na partícula, por ênfase, o que faz dela um /a/ aberto, no quadro das vogais tônicas".

À época de Alencar, segundo Jucá (1966:16), costumava-se ora grafar a preposição "a" sem o acento (a), ora com acento grave (à), levando-o a rebelar-se contra o critério e a considerá-lo arbitrário, "uma aberração", sem motivo que o justifique: "Não me conformo com aquela regra, que tenho por avessa à índole de nossa língua, e muito inconveniente pelas repetidas ambigüidades a que dá lugar, confundindo duas partículas tão distintas pelo sentido e pela pronúncia" (*Iracema*, v.3, p.310). Enfatiza que não encontra serventia no critério, e questiona:

> Será para evitar a ambigüidade? Mas então devia a razão prevalecer para o outro caso de achar-se a preposição isolada. Será para indicar a contração com o artigo? Mais acertado era então usar o apóstrofo que é o sinal próprio desse acidente gramatical. Os autores italianos escrevem em caso idêntico – *a' fiorentini, a'nobili*, para acusar a elisão do artigo *i*.

Entende que a preposição a escrita ao seu modo "á", com acento agudo, tem a vantagem de evitar ambigüidades:

> Não obsta o fato de muitas vezes ser impossível a ambigüidade, por se tornar clara a natureza do vocábulo em virtude de sua colocação no discurso, como sucede nestas frases: "a medo", "a jorro", "veio a correr", etc. Aqui sem dúvida a preposição revela-se com a maior clareza, independente do acento; porém o mesmo sucede com os verbos "é", e "dá", o vocativo "ó", e outros monossílabos, como "só", "sé", "vê", etc. Nas frases: "O que e?" – "Ele da esmolas" – "Correi, o minhas lágrimas!" Tocava o sino da Se – para conhecer a natureza dos monossílabos homógrafos não se há mister do acento, e entretanto não se dispensa em tais casos.

Em Alencar prevalecia a razão ortográfica, assinala Jucá (op. cit., p.17), mas na verdade a principal era a fonética, uma vez que o próprio escritor escrevera que o artigo "a" e a preposição "a" não se confundem na pronúncia: "a pronúncia de Alencar seria /á/, pagino-palatal, muito aberta; praticamente igual ao /á/ francês que se ouve na articulação da preposição "á" [e que] o artigo na forma feminina não teria outra pronúncia"; na frase, entretanto, este artigo é sempre reduzido e apresenta uma tendência de fechar-se em /a/, usual em Portugal.

> Quando um português escreve: "morrerei à fome" (Camilo, F. Regicida, p. 34); "um bom navio à vela" (Melo, *Apólogos*, p. 302); entrar à pressa na sua câmara" (Rebelo, *Gatos*, p. 31) – acentua o "a", não por lhe supor uma crase; em qualquer dessas frases a preposição aparece pura e escoteira. Acentua, porque profere /á/, e não /a/. Para marcar essa pronúncia o Camões valeu-se da duplicação da vogal e lá deixou: "batéis aa vela entravam e saiam" (*Lusíadas*, V, 75); ou então um circunflexo: "dem-lhe mais navegar â vela & remos"(p. 88).

Quando a vogal, ainda que átona, saía plena, observa Jucá, Alencar escrevia "á"; quando reduzida, grafava "a", como jusitifica o próprio escritor:

> É portanto minha regra acentuar a preposição á sempre que ela entra no discurso isolada de qualquer outra partícula; seja embora seguida de nome masculino, de verbo ou pronome pessoal. Só quando essa preposição adere a outra palavra, como por exemplo – ao, torna-se inútil o sinal ortográfico (*Iracema*, v.3, p. 311.)

A atitude de Alencar é aprovada por Jucá (op. cit., p.19), vendo aí um critério absolutamente seguro ao propor uma grafia única para este caso "á", sempre com acento agudo, em respeito à pronúncia e que, "apesar de inusitado, no fundo é o critério português". Esclarece que à época obedecia-se a dois critérios: ora a grafia "a", sem acento, quando artigo definido feminino ou preposição, resultado de acordo; ora com acento grave "à", produto de uma crase histórica, levando a preposição a ser pronunciada aberta em Portugal, mas por questões de pronúncia nenhum brasileiro poderia conformar-se em escrever a preposição à moda portuguesa, porque não teria como "pressupor a pronúncia lusitana". Entende Jucá que a lição de Alencar não é de ortografia, "é questão de pronúncia e de convicção" (op. cit., p. 21), e que os editores modernos deveriam respeitar a vontade do escritor e não intervir no critério:

> É de notar que o romancista seguindo certamente a maneira culta de falar entre os cearenses, foi o único escritor do seu tempo que achou critério para decidir como escrever as diversas palavras que se pronunciam /á/. Os outros andaram inteiramente desarvorados, tateando a esmo.

Apesar da regra adotada de escrever a preposição "a" com acento agudo "á", Alencar ressalta que ela aparece no corpo da sua obra "de uma e de outra forma", entretanto nos seus últimos escritos passou a marcar a ocorrência da crase na preposição "a" com acento grave "à".

Alencar vai bater-se também pela regência com a preposição "em", observada no uso popular, ao invés da preposição "a": "moro *na rua* de..., estou *na janela*, cheguei *em casa*": "Como os dous melhores mestres que eu conheço da arte de falar são o bom senso e o uso; e eu todos os dias tomo lição com eles, considero-me habilitado para afirmar que nesta questão damos quinau nos nossos irmãos mais velhos" (*Cancioneiro*, v. 4, p. 967). Justifica a sua opção com o argumento de que encontrou o uso no mais puro e clássico latim com "o emprego simultâneo das preposições *ad* e *in* para significar o lugar onde, sem outras restrições além das que eram peculiares à harmoniosa prosódia dos romanos e à discriminação dos casos". Observa que os bons autores geralmente preferiam "empregar com os verbos de repouso e permanecia a preposição *in*, de preferência a *ad*, passando a regra latina ao português com a mesma amplitude, conforme citação tirada a Morais, que considera "o primeiro lexicólogo da língua":

> Sendo, por conseguinte, bem semelhante o uso desta preposição em português, ao da latina in, porque assim como em latim se pode dizer sum in Africa e proficiscor in Africam, assim diziam os nossos clássicos estive em África e passou em África , como disse Barros e Camões" (op. cit., p. 968).

Alencar acrescenta que ao seguirmos "a lição clássica da preposição *em* para indicar o lugar *onde* deixa-nos livres a preposição *a* para exprimir a circunstância", porque a maior concisão, elegância e propriedade nos levará a dizer: "moro *na rua* de... à direita – Estava *na janela*, à tarde, etc", e conclui:

> Eu direi, pois, *estar à janela* de uma pessoa que avizinhou-se dela, ou a ocupou de passagem e ligeiramente; e *estar na janela* da que se acha positivamente nela e aí se demora. Da mesma forma *chegar à casa* é tocar-lhe a soleira; *chegar em casa* penetrar nela, achar-se dentro (op. cit.).

Andrade, na sua proposta de uma "gramatiquinha da fala", classifica as preposições como pertencentes à classe das "partículas sintáticas, como morfema de frase, por sua função adjuntiva, de elo ou ligadura" (apud Pinto, 1999:179). Sua correspondência mostra, entretanto, que no caso da preposição "a", era mais radical que Alencar, porque a preocupação era substituí-la por outra de igual valor, por considerá-la "portuga", e por entender que no "brasileiro" ela quase não existe: "Estará destinada a desaparecer? Não sei. Em todo caso ficará limitada a muito poucas regências" (apud, Bandeira, 1988: 69). Esta convicção leva Andrade a uma preocupação literária maior ao sistematizar a fala brasileira, que é recusar as locuções "ir a enterrar", "ir a enforcar", e similares, que Said Ali reconhece como "acepção passiva". Andrade recusa a existência desta preposição na fala brasileira e assegura que " ninguém aqui diz estava a fumar'(...) 'ao passo que pros portugas essa é a constância embora falem também "Fulano estava fumando" (apud Pinto, 1990:215). Entretanto, em carta a Sousa da Silveira, Andrade deixa explícito que começa a abrir mão de algumas convicções, como "o caso de empregar uma preposição por outra, e escrever, por ex. "pedir emprestado pra ela" em vez de "a ela", "ir na cidade" por "à cidade", etc., etc., o Sr. verá que tenho usado e abusado desse desleixo muito brasileiro, em todos os meus livros. Já atualmente sinto precisão de ser mais discreto e já estou sendo" (apud Pinto, v.1, 1978:164).

Recusa também a prescrição gramatical "ir a", baseada nos clássicos, em vez de "ir na", mais comum ao brasileiro, e critica Carlos Drummond de Andrade por fazer uso da preposição *a* por *em* com verbo de movimento:

> Foi uma ignomínia a substituição do *na estação* por *à estação* só porque em Portugal paisinho desimportante pra nós *diz* assim. Repare que eu digo que Portugal *diz* assim e não escreve só. Em Portugal tem uma gente corajosa que, em vez de assuntar como é que diziam na Roma latina e materna, fez uma gramática pelo que se *falava* em Portugal mesmo. Mas no Brasil, o senhor Carlos Drummond de Andrade diz "cheguei em casa" fui na farmácia" vou no cinema" e quando escreve veste um fraque debruado de galego, telefona pra Lisboa e pergunta pro ilustre Figueiredo: - Como é que se está dizendo agora no Chiado: é *chega na estação* ou *chega à estação*?(...) Mas refugir de certas modalidades nossas e perfeitamente humanas como *o chegar na estação* (aller em ville, arrivare in casa mia, andare in cittá) é preconceito muito pouco viril...(apud Drummond, 2002:159).

A regência com a preposição "a" por "em" é questão de muita polêmica, conforme estudo de Câmara Júnior (1965:151-168) que analisa o uso lisboeta "estar à janela", "mora ao Carmo", empregado desde o classicismo com Gil Vicente, em contraposição à preposição "em", mais comum no Porto, "mora no Rossio". Entende que a regência com a preposição "a" é um modismo lusitano, e cita o exemplo de D. Francisco Manuel, que no século XVII opta por "em", um castelhanismo: "sei o açougue no Rossio". A regência com a preposição "a" é praxe na literatura jornalística, burocrática e do comércio para os nomes de ruas e indicação de morada e ainda com o nome feminino de rua, praça, praia, etc., mas na linguagem coloquial geralmente a regência é com a preposição "em" em indicação de nomes masculinos, uma tendência que se verifica entre escritores brasileiros que se mostram indecisos ou incoerentes, que ou por descuido ou cedendo à pressão do coloquial a empregam, mas optam pela regência com a preposição "a". Assinala que os gramáticos, por sua vez, condenam a regência com "a", sem justificativa lógica, ou então toleram de má vontade, ou a aceitam por benevolência. Acrescenta que Macedo Soares considera a construção com a preposição "a" um "lusismo", em contraposição a "em", um brasileirismo, mas que não apresenta exemplos literários, sendo apoiado por Alencar. Entretanto, o *Dicionário de Morais*, edição de 1831, contesta este ponto de vista, e admite unicamente a regência com a preposição "em". Câmara Júnior não considera procedentes as lições dos gramáticos Epifânio Dias, para quem a preposição "a" "equivale a "em", em "algumas expressões avulsas": "está escrito aos dezessete capítulos dos nºs...", Frei Henrique Pinto; e Sousa da Silveira (p. 149), que a partir da observação de Dias explica a regência com "a" para indicar morada, e cita dois textos de Machado de Assis fazendo a aproximação de "estar à rua" com "estar a bordo". Câmara Júnior considera que Epifânio Dias com a fórmula "algumas expressões avulsas" procura escapulir para a regência de "a", e que Sousa da Silveira não interpretou bem a regência de "a" com bordo, que se explica como à janela, à parede, equivalente a junto a. Conclui afirmando que o emprego da preposição "em", indicando morada não é um vulgarismo, é uso antigo no português, e que não houve uniformidade no tratamento. Exemplifica com Machado

de Assis, que resistiu ao emprego da regência com “a” para indicar morada, fazendo uso dela quando há a intenção de ironizar, criticar. Câmara Júnior escreve ainda que, enquanto Machado de Assis seguia o que ditava os jornais para o emprego da preposição “em”, Alencar manteve posição nacionalista para defender a questão.

Outro assunto de muito debate está na atitude de Andrade reduzir a preposição *para* a *“pra”* e suas contractas *prá*, formas que empregou largamente e defendeu, por levar rapidez ao discurso, e as grafias *prà*, *pro*, *prum*, embora muito criticadas por Bandeira, mostrando interesse mais tarde em desistir do “pro”.

Em favor do *pra* citava sua historicidade, uma herança dos poetas românticos, mas o seria igualmente favorável a *para*, uma tradição alimentada pelo “preconceito dos olhos”:

> Mal danado que eles fazem pra gente... Já viram dum jeito a coisa escrita. Vêem de outra, acham feio. E levam a gente a afirmações como essa que tanta gente me faz de que não fala *pra* e sim *para***.** Quando lê, sei que lê para. Porém é incontestável que a dicção pra é gera e até geral não só entre brasileiros como até entre portugas (apud Bandeira, 1998:69).

A marginália da *Gramática Secundária* de Said Ali (p. 145) traz uma anotação de Andrade com preocupação de ordem rítmica: “A razão principal do emprego de *pra* por *para* é que realmente aqui o ritmo se perturba pois embora a gente quase que excessivamente fale *pra* quando lê mudo ou recita uma leitura, fala *para.* Não é como outros casos em que a elisão se dá até na leitura muda” (apud Pinto,1990:179).

Outra preocupação estava no valor estilístico do *pra*, com fundamento fonológico e eufônico: “E repara o vigor do meu ‘pra’ em comparação com o quilométrico e incolor ‘para” (apud Bandeira, 1998:30), traduzindo “uma eficácia rítmica e psicológica”, aplicada também na duplicação da adversativa *mas porem*, que “vale ouro e deixa livre o ritmo para o primeiro verso galopar pacapam, pacapam, pacapam, pacapam: ‘Mas porem da caserna dum corpo que eu sei / Sai o exército desordenado meu sublime, etc.” (op. cit., p. 68).

No caso da grafia “prá”, Andrade via uma contração do “*a”* final da preposição “para” com o artigo “a” da palavra seguinte, com a finalidade de evitar a ambigüidade de sentido:

> No “prá festa” está bem acentuado. Tem contração. É para a festa que você foi se pintar. Basta substituir festa por baile, forrobodó e se vê bem que tem artigo aí. Foi se pintar pro baile e não pra baile”. Aliás o pra é empregado até pelos portugueses que jamais falaram para (op. cit.)

Embora motivo para muito debate, Pinto (1990:79) acusa não ter encontrado nas anotações da “Gramatiquinha” nenhuma sistematização sobre o assunto.

4.2.3 AS CONJUNÇÕES

Coutinho (1978:269) assinala que ao contrário das preposições, foram poucas as conjunções que o português herdou do latim; e que em referência às subordinativas, ficaram "que < *quid*; se < *si; ca* (arc.) < *quam* (comparativa); *ea* (arc.) < *qua* por *quia* (causal); como < *quomo, quomodo*; quando < quando". Explica em nota que "apesar de em *si* o *i* ser longo, ele se tornou breve por ser a conjunção proclítica".

Câmara Júnior (1964:87) reconhece na língua portuguesa a subordinação absoluta, ou INTEGRAÇÃO, indicada pela integrante *que*, e "paralelamente há a que torna uma subordinada um complemento circunstancial da principal", encontrando-se aí as temporais, modais, finais, causais, e "ainda a subordinação que consiste numa correlação subordinativa consecutiva ou de conseqüência (que), condicional ou de condição (se), comparativa ou de comparação de grau (que, do que), concessivas ou de concessão (embora)..."

Sousa da Silveira (1964:247-248) arrola três sintaxes especiais da conjunção "*se*" que podem servir:

1. Para confrontar duas coisas e salientar a diferença entre elas ou confirmar-lhes a igualdade e semelhança:

> *Se* me namora
> Tanta beleza
> Que à natureza
> Deus emprestou;
> Mais me transporta
> A lei benina
> Que a mão divina
> Nos outorgou.
> (Sousa Caldas, *Salmos de David*, 65);

Neste caso, verifica-se a superioridade da lei divina sobre a natureza, enquanto na próxima citação assinala-se mera diferença:

> Se já dei flores um dia,
> Quando rapaz,
> As que ora dou têm assaz
> Melancolia.
> (Machado de Assis, Poesias, 343)

A conjunção *se* pode ainda indicar igualdade: "Se Claraval tem formosos viveiros de peixe no seu rio, para proveito e recreação, os mesmos tem Benfica" (Fr. Luís de Sousa, apud Bettancourt, *Trechos escolhidos*, 334), entendendo-se "Se Claraval tem formosos viveiros de peixe, não lhe fica atrás Benfica, que os tem igualmente formosos";

2. *SE* serve para frisar oposição entre coisas ou estados diametralmente contrários, denotando certa compensação:

> Se fui rico, ora sou pobre:
> Choro hoje, se já folguei:
> Vilas troquei por desvios:
> Muito fui:
> nada serei.
> (Herculano, Lendas e Narrativas, I, 1858, 177).

3. *SE* tem um curioso emprego no texto "Fazem idéia do que é o café do Cartaxo? Não fazem. Se não viajam, se não saem, se não vêem mundo esta gente de Lisboa!" (Garrett, *Viagens*, I, 1870, 60).

Alencar grafava a conjunção subordinada condicional *se* por *si*, e nunca a renunciou:

> Escrevo a conjunção si por essa forma, e não se, como em geral costumam. Não só a etimologia pede aquela ortografia latina, como tem ela a vantagem de discriminar a conjunção do pronome pessoal se. Nem importa que este pronome revista aquela forma em um de seus casos, pois então é sempre regido pela preposição, que determina a natureza da partícula: – como a si, de si, por si, etc. (Iracema, v.3, p. 312).

Posteriormente, a grafia *si* foi substituída por *se* nas revisões sucessivas da sua obra, apagando aquela marca, mas o fato é que Alencar via na grafia *si* da conjunção um significado que não se confundia com o pronome reflexivo de terceira pessoa *si* ("Martim a afastou docemente de *si*,..."(*Iracema*, v.3, p.272).

Em Andrade, a forma si também serve para marcar a conjunção condicional, mas sem recorrer à etimologia. Explica que em português "o verbo estando já no condicional eu não poderia empregar o condicionalíssimo "si" que pede o verbo no imperfeito do indicativo ou do subjuntivo: "Si contasse..." ou "Si contava ou não, é coisa que não sei etc." (apud Bandeira, 1998:70). Essa grafia vai aparecer em vários dos seus escritos: "Vou dizer três adivinhas, *si* você descobre, te deixo fugir" (*Macunaíma*, p. 133); "*Si* eu morrer amanhã, não quero que você as publique" (apud Bandeira, 1998:68); "Você perceberá com facilidade que *si* na minha poesia a gramática às vezes é desprezada..." (*Prefácio Interessantíssimo*, 1985:35); "*Si* gênios: indicaremos o caminho a seguir "(op. cit., p. 37).

Algumas formas relevantes das sistematizações de Andrade não foram objeto de qualquer texto elucidativo, embora documentadas em notas de leituras para investigação da sua oralidade, como *si* (conj.), *sinão, siquer, quase, milhor, milhorar, milhormente, chacra, abobra, iguinorante, admitir* e equivalentes, nenhuma delas comprometendo o que era essencial para ele, "a intelecção imediata"; grafias que tinham a vantagem de corresponderem à pronúncia brasileira e a de serem históricas, como no "caso de *si, quase, sinão, siquer, milhor* e até de *pra*, que, se não remonta a Camões, já estão nos românticos, como documentou em suas leituras" (apud Pinto, 1999:125).

4.2.4 OS PRONOMES REFLEXIVOS

No século XIX, a variante brasileira já se distinguia da portuguesa na fala e na literatura, levando os escritores românticos a cometer algumas irregularidades gramaticais, por omissão ou por excesso. Um desses casos está no emprego de pronomes associados a verbos, inclusive na voz reflexa: "Ai que ainda me deliro" (Álvares de Azevedo, *No mar*); "Toda a chorar-se por ela"(op. cit., *Anjinho*); "Recolhi um instante em mim para refletir"(Alencar, *Diva*); "Depois do que havia passado entre nós" (apud Pinto,1992:23.)

O fato de Alencar algumas vezes omitir o pronome *se* nos verbos reflexivos levou Henriques Mendes Leal a criticá-lo duramente. O fato é que por questões de estilo e de eufonia, Alencar aconselhara no Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema* a omissão do reflexivo "se" em verbos transitivos como *recolher, enroscar, destacar, reclinar,* entre outros, levando-o a explicar a sua doutrina:

> Antes de tudo, cumpre-me dizer que *recolher* na significação neutra por mim empregada encontra-se nos bons clássicos e especialmente em J. de Barros – Clarimundo.
> Em minha opinião, a principal condição do estilo é sua concisão e simplicidade: o que não exclui, antes realça-lhe a graça ou elegância, a grandeza ou majestade. O grande número de monossílabos derramados pelo discurso ecoando com uma mesma consonância, em meu conceito torna o estilo frouxo e monótono. Escrevendo muitas vezes senti a importunação desse reflexivo se, que zune em torno da frase como uma vespa teimosa (op. cit., p. 315).

E que a gramática forneceu o remédio para as suas elucubrações a respeito da distinção entre verbo ativo e verbo neutro: "a forma neutra do verbo não é outra senão o retraimento da ação que ele exprime, a qual não passa do sujeito: razão porque dão os gramáticos a esses verbos o nome de intransitivos, com que os diferençam dos ativos" (op. cit., p. 316), encontrando-se entre estes alguns de essência neutra, enquanto "outros se tornam tais por uma elipse muito elegante quando usada a propósito". Acrescenta que os verbos intransitivos, originalmente neutros, têm por atributo o substantivo implícito no próprio verbo, como *viver, dormir, sair,* e se ativados, pode-se dizer "com propriedade viver longa vida, correr seu curso". Os ativos, verbos figuradamente neutros, apresentam um atributo distinto, "embora vago, incerto ou oculto. Por exemplo: *eu amo, tu bebes, ele quebra*; o atributo alguém ou alguma cousa está subentendido". Acrescenta que determinados verbos ativos, "cuja significação revela uma relação íntima do atributo oculto com o sujeito, tornam-se naturalmente reflexivos", e faz citação à gramática de Madvig, nota 4 ao § 222:

> Certos verbos despojam em alguns casos a significação transitiva e se empregam na ativa com a significação reflexa, por ex.: *duro,* eu me endureço; *inclino,* eu me inclino; *insinuo,* eu me insinuo; *muto,* eu me transformo; *remitto,* eu me relaxo; *verto,* eu me volto (op. cit., p. 316).

Alencar (*Questão Filológica*, v.4, p. 950) apóia-se em Vieira para justificar o uso do verbo *inclinar* por *inclinar-se*: "*Eva inclinou à parte do demônio* (*Sermões*, edição antiga: tom. 9, p. 443)", acrescenta que poderia apresentar exemplos de clássicos com tal prática, impostos pela limitação da clareza, o mesmo não acontecendo com o verbo *matar*, que empregado sem o reflexivo pode obscurecer a frase: "Um velho matou ontem à noite" x "Um menino debruçou à janela". Explica que *matar*, ao contrário do verbo *debruçar* que apresenta característica reflexa na forma neutra, tem enorme força transitiva, "que nem mesmo com sentido neutro pode ser usado (op. cit., p. 951).

Melo (1972:112-113) chama a atenção para o fato da freqüência de tais ocorrências na obra de Alencar, e traz exemplos tirados ao romance *Iracema*: "O rulo das vagas *precipita*", "Os guerreiros *precipitaram*, levando por diante o chefe", "[a esposa] *reclinou* ao peito dele; e ao *O Guarani*: "Logo que o pai ergueu-se, Cecília *recolheu* ao seu quarto"; [o rio] precipitava para o oceano". Mesmo antes de Alencar já se notara que "as muitas abonações que se têm neste sentido mostram que isso não é erro, como se poderia pensar, é apenas sintaxe menos freqüente, que tem fugido à observação de muitos", e que hoje já não chamariam tanta atenção, porque seriam grafadas "se estriba" e "se movia": "Ficava a maura gente magoada, / No ódio antigo mais que nunca acesa, / E vendo sem vingança tanto dano, / Somente *estriba* no segundo engano" (Camões, *Lusíadas*, I, 93); "Levava após si os olhos de todos um aparatoso carro, que aqui entrava, mostrando no repouso e majestade com que *movia* ser cousa de alto mistério" (Frei Luís de Sousa, *Vida do Arcebispo*, 1619, f. 263).

Sousa da Silveira (1964:209) acusa "uma tendência, bastante acentuada, para tomarem os verbos reflexos forma ativa de predicação completa" (...) "só a prática da língua e a constante leitura dos bons autores poderá orientar os estudiosos a respeito da possibilidade de se usar a forma ativa em vez da reflexa": *Inclino* [= inclino-me] a qualquer das últimas interpretações ou antes a ambas combinadas (Odorico Mendes, Verg. 62), "À hora vesperal em que os rebanhos *recolhem"* [= se recolhem]. (Coelho Neto, *Sertão*, 1896, 193.)

Ao defender-se de "proscrever" o pronome reflexivo no uso que faz do verbo *enroscar* por *enroscar-se* na frase "Faremos nós, senhores das aldeias, como a pomba, que *se encolhe* em seu ninho, quando a serpente *enrosca* pelos galhos?", Alencar argumenta que não fez uso do reflexivo nem por questões de eufonia, nem porque encontrado nos clássicos, mas levado por um estilo mais leve e elegante de escrever :

> Aí estão dois verbos reflexivos; no primeiro conservei o pronome porque não havia repetição, e servia-me para desvanecer a aspereza da juntura qu'encolhe; no segundo suprimi para evitar a repetição próxima, e porque além de desnecessário amolecia-me a frase. (Questão Filológica, v.4, p.951).

A sistematização de Alencar serve a Sousa da Silveira (1964:209) para lembrar que "quando num diálogo, um verbo reflexivo se emprega em sua forma plena e a seguir se repete, não é raro vir despojado do pronome átono": – "E o menino, já *se* esqueceu de que é o tio?" – "Não esqueci, meu Custódio" (Garrett, *Teatro*, IV, 35).

Assim como Alencar, Andrade também vai acusar desvios nas formas pronominais, mas na apreciação que faz do assunto apóia-se na observação do uso comum:

> Os verbos na voz média são os que determinam uma ação refletida sofrida pelo sujeito. Em geral é usado com o pronome reflexivo e isto é uma regra absoluta no português gramatical. No Brasil, não. Tem uma tendência muito forte que transparece mesmo na conversa de pessoas cultas pra eliminar quanto possível esse pronome reflexivo: Atreva a me dar uma boquinha pra ver o que sucede! Você queixa de eu não ir na sua casa, não posso filha! (apud Pinto, 1990:165)

Considera a proscrição pronominal nestes casos uma "norma excelente *desque* não tenha confusão possível" (idem), porque em "brasileiro" não há o rigor gramatical do uso português. Esta falta de rigor a que se refere Andrade manifesta-se principalmente nas funções deste pronome na língua portuguesa, onde pode aparecer como *pronome reflexivo* ("levantou-*se*"), o objeto direto ou indireto representando a mesma função de sujeito do verbo; *pronome recíproco* ("amam-*se*"), para indicar ação mútua; *apassivador* ("compram-*se* livros"), empregado com verbo transitivo direto tem a apresentação do agente eliminada; *indeterminador do sujeito* ("vive-se bem aqui"), empregado com verbos intransitivos, não havendo um agente paciente. Nos anos 1930, entretanto, esta classificação do pronome "se" não era ponto pacífico entre alguns gramáticos, levando Andrade muitas vezes a classificá-los na sua "gramatiquinha" de diversas formas: "subdivisão dos substantivos", "substantivos pronominais", "entidade personalitativa", "partículas (?)".

Pinto (1999:161) comenta que Andrade "ao registrar reflexões à primeira vista tão incongruentes, estivesse pensando em fatos diversos. Assim, as "entidades substantivas" e a "subdivisão dos substantivos" seriam para ele os pronomes-substantivos, conforme Said Ali; as demais seriam "partículas determinativas", em oposição ao gramático. Sobre o assunto, Andrade anotou na marginália um comentário rápido: "Pessoas do discurso se chama o indivíduo que fala o indivíduo com quem se fala e a pessoa de que se fala", e introduziu no quadro de pronomes tirados à *Gramática Secundária*: "ao lado de tu: "a gente, se, você"; ao lado de *ele, ela,* "o senhor, se"*;* ao lado de *nós, "a gente*" (op., cit.). Observa que Andrade, ao incluir o *se* entre os pronomes-sujeito, desvia-se da maioria dos gramáticos como

Eduardo Carlos Pereira:

> É manifestamente errônea a teoria de alguns gramáticos que chamam ao *se* pronome *indefinido*, dando-lhe a significação arbitrária de *alguém*, e fazem-no *sujeito* do verbo, autorizando os seguintes solecismos: Corta-se árvores, conserta-se relógios, etc (*Gramática Expositiva*, p. 286);

João Ribeiro:

> No português, a *média passiva* constitui-se com o *se*: *escrevem-se cartas* (são escritas cartas), etc. É galicismo e contra a vernaculidade considerar-se o *se* como sujeito; por isso são errôneas as construções: *escreve-se* cartas; *diz-se* cousas (Dicion*ário Gramatical*, p. 239);

Mário Barreto: "A partícula pronominal *se*, cujo valor normal é de pronome reflexivo, adquire às vezes valor *passivante*. (Atrav*és do dicionário e da gramática*, p. 113).

Pinto chama atenção para o fato de que Said Ali, em cujos ensinamentos Andrade apoiou sua "gramatiquinha", "não aceitava a função apassivadora do *se*, considerando "forma reflexiva" qualquer construção como "Morre-se de frio", "Alugam-se cadeiras", "Desistiu-se da empresa" (*Gramática Secundária*, p. 174.)

Andrade entende que há muita controvérsia "entre o *se* pronome pessoal", que considera determinador, e "o *se* pronome impessoal, equivalente ao *on* francês", levando-o a optar pela expressão "a gente" como pronome pessoal equivalente a "nós" (apud Bandeira, 1998:70).

4.2.5 FORMAS VERBAIS ANÔMALAS

Segundo Jucá (1966:72), o verbo *saber*, porque apresenta irregularidades em relação ao paradigma dos verbos das demais conjugações (amei, *soube*, vendi, ouvi), levou Alencar a estabelecer as grafias "soube" e "sube". A forma "soube" destinava-se ao emprego da 3ª. pessoa do pretérito perfeito, uso que dizia ter encontrado na fala do povo: "donzela apenas *soube* da chegada do cavalheiro (*Minas*, v.3, p. 396). "Sube", por sua vez, ele a destinou à primeira pessoa do pretérito perfeito: "Perdoa-me porque te ofendi; não *sube* resistir" (*Lucíola*, p. 224); "Eu já não sei, ou antes nunca *sube* fazer versos" (*Diva*, p. 129); "Mas eu não *sube* gerar com seu sangue um guerreiro digno deles (*Ubirajara*, p. 156); "Estimo o sr. Pinheiro, desde que *sube* a maneira digna com que aceitou o seu infortúnio. (*Asas*, p. 124); "e informando-me sobre quem morava no pobre casebre, *sube* que era uma família indigente." (*Semana*, p. 12).

Jucá (1966:73-75) anotou emprego similar do verbo *saber* em outros escritores românticos: "Não se falou mais neste acontecimento; *soube* que o velho morrera no dia

seguinte, e que no momento de agonia abençoara de novo a minha camarada e a mim." (Macedo, *A Moreninha*, p. 85); "Torvado, calado e mudo, nada não *sube* dizer" (Gonçalves Dias, *Segundos*, p. 167 – alterada para "soube"); "Logo que eu *sube* que mulher era a tal Silvina"(Camilo Castelo Branco, *Prosa*, p. 134); "antes o poli quanto *sube"* (Garrett, *Educação*, p. 8), e explica que tanto no castelhano quanto no galego (op. cit., p.75-77), todos os verbos distinguem no pretérito perfeito a 1ª. e a 3ª. pessoa por intervenção psíquica, com desinências adaptadas aos radicais:

> No castelhano lá está aquele "–o" vitorioso, tônico ou não do uso universal, se excluirmos "fué", que trai certo parentesco lusitano, e que marca a 3ª. pessoa: amé amó, temí temió, partí partió, anduve anduvo, puse puso, conduje condujo, pude pudo, hice hizo, etc.

Assinala que há ainda o fato do galego utilizar "ei", ou "-n" nas primeiras pessoas: "cheguei" ou "cheguín" opõe-se a "chegou"; "debei" ou "debín" a "debeu"; "dormín" a "dormiu", e que analogicamente "couben" opõe-se a "coubo", "dei" ou "din" a "deu", "dijen" a "dijo", "estiven" a "estivo", "fijen" a "fijo", "hoiben" a "houbo", "fun" a "foi", "pujen" a "pujo", "poiden" ou "puiden" a "poido" ou "puido", "souben" a "soubo", etc., critério que não se fixou na língua portuguesa para marcar nem a 1ª. pessoa nem a 3ª., e que, à exceção dos verbos regulares e os de "irregularidade chamada fraca, nenhum esquema distintivo veio a prevalecer", sendo herança do latim vulgar ibérico as distinções que fazemos. Acrescenta que a língua arcaica tentou atribuir a desinência "-i" à 1ª. pessoa, e destinar "-e" à 3ª. pessoa: estivi estive, dixi dixe, fezi feze, ouvi ouve, pudi pude, etc, mas dada a índole fonética do vernáculo, verificou-se que tal distinção era insustentável. Os portugueses ensaiaram então um critério que não pôde generalizar-se e optaram pelo fechamento da vogal tônica da 1ª. pessoa: *esteve estive, fez fiz, teve tive, veio vim, foi fui, pode pude, pôs pus,* permitindo uma "mutação vocálica que não pôde generalizar-se a todos os verbos anômalos, ou verbos de irregularidade forte", porque alguns já eram fechados ao máximo: *disse disse, quis quis*, ou porque outros tinham a sílaba tônica em ditongo: *coube coube, houve houve, prouve prouve, soube soube, trouxe trouxe*. Jucá observa que "os ditongos não são suscetíveis de mutação vocálica, a não ser nos plurais das palavras terminadas em "–ão". "Soube" e "trouxe" ficaram então como as duas únicas formas do pretérito que agasalharam o ditongo "ou" na linguagem corrente.

Citando Sá Nogueira (*Subsídios*, p. 137), Jucá assinala que o povo reduziu o ditongo a /ô/, e aplicando o mesmo critério, achou para a 1ª. pessoa as formas "sube" e "truxe", produzidas pela analogia mútua e corrente em Portugal. Registra que Martins de Aguiar observou que Constâncio, na *Gramática Analítica da Língua Portuguesa*, p. 120, sustenta a

legitimidade das formas “soube” e “trouxe”, como “sube” e “truxe” para a 1ª. pessoa, e consigna que “o gramático prefere mesmo as flexões de /u/, porque diz que se afastam menos do latim e ficam diferençadas das flexões de /ou/”

> E isso vem a propósito de “eu sube”, que respinga em Filinto, com a respectiva defesa do punho do autor: “Os outros escrevem “soube”, que sendo primeira pessoa do pretérito perfeito, se confunde, ou equivoca com “soube” terceira pessoa do mesmo pretérito. “Sube” não se equivoca. Além de que esses mesmos que escrevem “soube” pronunciam “sube”. Vou-me com os que pronunciam, e não com os que escrevem (op. cit., *Notas*, p. 176).

“Sube” e “poude” são grafias peculiares também em Andrade, e talvez por correntes à sua época, procurou acomodá-las. A forma “sube”, encontrou-a no uso popular e no romance *O Guarani*, e a acolheu literariamente e nas cartas aos amigos, contribuindo com isso para que perdesse o estigma tanto na realização escrita quanto na oral. Pinto (*Gramatiquinha*, 1990:165) chama atenção ao fato de que “no seu esboço de conjugação do pretérito perfeito de *saber*, assim como em sua prática pessoal, só aparece alteração na 1ª. pessoa do singular, embora seja notório que isso também ocorre nas outras pessoas”.

Em nota na *Gramatiquinha*, esclarece: “aprioristicamente, em São Paulo, capital, tais alterações não ocorrem na fala tensa, e dificilmente na distensa. Já na relaxada o que se ouve é: sube, subeste ou sobeste, sobe, sobemos ou subemos, subestes ou sobestes, soberam ou suberam (op. cit., p.192).

A grafia “*sube”*, por soube, é legítima para Andrade, por vê-la já incorporada à língua, conforme carta de 16 de agosto de 1931:

> Resta o argumento interessante sobre a minha língua brasileira que você (como eu) reconhece que as pessoas simples que lêem sentem dificuldade em me compreender. E que quando escrevo *sube* por soube, ninguém sente o meu desejo de sacrifício e de comunhão, mas a minha personalidade indiscreta e tirânica querendo impor... etc. (apud Bandeira, 1998:205).

Entretanto, logo depois se propõe a abrir mão de “sube”:

> antes de mais nada não faço fincapé nenhuma, meu Deus, sou no caso excessivamente rico pra fazer questão que o *sube* fique incorporado à língua. Mas o considero legítimo e esse aparecerá, *si* já não apareceu, em meus trabalhos sérios, de livro (op. cit.).

Adotou ainda a forma “poude”, empregando-a em *A Escrava que não é Isaura* por “cabotinismo”, por ser reconhecido por alguns como um “ignorantão”, mas agora que se libertara dos preconceitos gramaticais, passou a escrever conscientemente “poude”, embora tivesse “consciência de que G. Viana condenava a forma”: “Advertir-se-á que é errônea a forma *poude* em vez de *pude*, 3ª. p. presente do v. poder (G.Viana, op.cit., p. 17)” (apud Drummond, 2002:137). Suas idéias sobre o “erro” apontado na forma “poude” estão anotadas em fragmentos da *Gramatiquinha*:

> Porém é certo que saiba da ortografia legítima como a gente constatará pelos livros anteriores. Agora escrevo conscientemente “poude”. O outro erro, também de ortografia nem me lembro

> mais qual é. Afora esses, duvido que possam me mostrar erro de deveras erro no livro [A escrava]. Podem chicanar com pontos de controvérsia, erro mesmo erro garanto que não acham nenhum" (apud Pinto, 1990:62).

Andrade não abriu mão destas formas, apoiado sempre em textos de escritores clássicos.

4.2.6 A EUFONIA COMO RECURSO PARA MARCAR TEMPOS VERBAIS

A proposta de reforma de 1924 trazia funções bem determinadas para os acentos gráficos, escrevia Andrade "grave abre, agudo é tonal assim como o circunflexo" (apud Drummond, 2002:155), levando-o a justificar o acento agudo para distinguir a 1ª. pessoa do plural do pretérito perfeito dos verbos da 1ª. conjugação, principalmente para mostrar a diferença de pronúncia entre o português europeu (falàmos) e o brasileiro (falámos).

Embora Said Ali recomende o acento agudo na desinência –ámos da 1ª. pessoa do plural do Pretérito Perfeito do Indicativo (Gramática Secundária, p. 31), Andrade anota: "Se escreva amamos" (apud Pinto, 1990:119).

Andrade vai usar o acento circunflexo na diferenciação entre o presente e o pretérito perfeito, "chegàmos", Portugal, e "chegâmos", Brasil (ib.): "tempo passado dos portugueses com *a* em aberto também ninguém emprega no Brasil a não ser os eruditos. Uso *olhâmos* com circunflexo pra distinguir do *olhamos* indicativo presente" (apud Drummond, 2002:155).

Outras vezes, registra o pretérito entre parênteses, logo após a ocorrência, para evitar duplicidade de sentido: "Tens aí uma do Z... que quer fazer da gente alunos dele e outra pra nós todos, "modernistas", que *andamos* (*passado*) nos preocupando...(apud Bandeira, 1998:40).

Estudioso dos clássicos e dos originais de Alencar, Jucá (1966: 22) observa que o fato do escritor cearense não confundir a 1ª. pessoa do plural do presente do indicativo da sua forma homônima no pretérito perfeito não o diferenciou de muitos autores coevos, mas percebe-se neste caso uma característica fonética de Alencar: escrevia amãmos para o presente, com a nasal /ã/: "Não foi para isso que o criámos (*Sertanejo*, v. 2, p. 131); e "amamos", com "a" aberto /á/, para o pretérito perfeito. Artificial que seja, Alencar estendia o critério às demais conjugações: "*Passámos* ontem a manhã na cascata do Itamarati. Luísa mostrou-nos tuas cartas, que lêmos á sombra dos velhos ipês//. *Discutîmos* em parlamento as

tuas observações (*Senhora*, p. 335)". Segundo Jucá, a indiscutível vantagem do discrime está em que

> o povo, ao fugir do "amamos" do perfeito, usa "amemos", como aquele personagem de Lins do Rego que disse: "Nós foi que *soltemos* os presos da cadeia" (*Pedra*, p. 113); ou então: "Não faz uma semana que nós *peguemos* uns homens na caatinga, mesmo no pé da serra...(op. cit., p. 306).

O fato é que ainda hoje esta distinção continua viva na língua de pessoas com poucos estudos, encontrando-se em suas falas verbos da 1ª. conjugação nas formas *cantamos/cantemos; viajamos/viajemos; estudamos/estudemos*, etc.

4.2.7. O MODO IMPERATIVO

Outra variante brasileira explorada pelos românticos verificou-se no emprego do presente do indicativo com valor imperativo (*diz* e *traz*, por dize e traze, ou diga e traga: *Diz*-lhe que o amante fiel (...)", Casimiro de Abreu, *Suspiros*); e no uso do indicativo por subjuntivo ("Nunca pensei que teu braço/*Brande* um punhal sobre-humano", Junqueira Freire, *Morte*, apud Pinto,1992:22); e ainda o imperativo negativo aplicado como forma ativa, uma inovação de Alencar que perturbou muitos gramáticos e literatos do seu tempo.

Melo (1972:115-116) aconselha que antes de cairmos na tentação de criticar o imperativo negativo na forma ativa como "erro", devemos primeiro estudar a situação contextual em que ela aparece. Acredita mesmo não se tratar de bom português, e também não encontrada em Portugal, uma "crença reforçada pela observação de Júlio Moreira, que dá a esse modismo como próprio do dialeto brasileiro". Alencar apossa-se dessa expressão própria da oralidade do brasileiro em diálogos para reproduzir a maneira de falar dos interlocutores, levando Melo a aboná-las por empregadas na boca de personagens, conforme registros colhidos: "Filha de Araquém, *não assanha* o jaguar! [fala Irapuã] (*Iracema*, p. 29); "*não derrama* o sangue do filho de Araquém! [fala Iracema], p. 97; "Mãe *não ofende* a senhora" [fala Peri] – *O Guarani*, v.1, p. 226; "Não se zanga" [fala Peri], p. 250.

Mas faz reparo às formas do imperativo usadas por Alencar do tipo "não assanha" e "não derrama", que sustenta, "normais na linguagem coloquial do centro do Brasil: Rio, Minas, São Paulo", mas incomuns no Nordeste, que fala como em Portugal "não assanhe", "não derrame", "não faça isso"; e estranha o fato de que o nordestino Alencar tenha feito

alguns personagens nordestinos falar como sulistas, e levanta a suspeita: “será que naquele tempo, também no Nordeste, se usava o imperativo negativo com formas do positivo?”

Jucá (1966:93-95) é de parecer que a proibição de usar o imperativo afirmativo em frases negativas é um “iberismo literário, erradicado no castelhano, como no português”, mas não encontrado nem no latim, nem no francês, nem em provençal, e que talvez a leitura dos clássicos italianos haja concorrido para tal, já que no italiano literário se diz ‘ricordati!’, mas negativamente recorre-se ao infinito: ‘Non ti recordare!’, e observa que a força da analogia e certa desatenção contribui para não raro se ouvir, e até se escrever, o imperativo negativo como afirmativo: “Não vinde tarde!”; “Não crede nisso!”; “Não sede apressados!’ Jucá tem a forma como usual na língua corrente brasileira, conforme uma cantiga: “Não tomai outros amores sem saber meu fim primeiro”. Cita Camilo, que notou numa tradução de *Hamlet* uma “bestialidade gramatical”:

> Sede razoável; não ide’. O tradutor arrepelou-se diante da forma arcaica ‘vades’, ali devida, e cometeu um erro de gramática (...) Essa forma da 2ª. pessoa do plural não se usa em estilo corrente, e tem caráter antiquado. No estilo familiar substituiu-se pela 3ª. pessoa: ‘Não venham tarde!’; ‘Não sejam impacientes!” (apud Lapa,1968:219),

Esclarece que os mais antigos textos espanhóis não evitaram o imperativo negativo: “Cuervo cita este exemplo autenticado pela rima: ‘Ni fia, ni porfia, ni entres em confradía (Gramática, Notas, p. 94), e registra que no caso da língua portuguesa, Morais anotou reticente: “Comumente usamos, proibindo, dissuadindo, ou pedindo que não, do modo subjuntivo: “Não nos deixes cair em tentação”; “Não se mova ninguém; assegurai-vos” (Sá de Miranda, Estrangeiros, Prólogo), e que para justificar o “comumente”, arrola Mouzinho, “Esforça, Infante, nem co peso inclina” (Africano, f. 89 - v.), e observa: “O imperativo inclina”, por “inclines” do subjuntivo, é um latinismo”.

Jucá apresenta três situações sobre a evolução do modo imperativo, motivando-nos a apresentar os pontos mais relevantes, quais sejam: a expansão na linguagem antiga, que absorveu algumas características expressivas próprias do presente do subjuntivo, a princípio sem valor optativo, levando os melhores autores a recorrer à moda latina e escrever o verbo no subjuntivo: “Mochacha, venhas embora!”; “Nobre Rei, venhais embora” (Gil Vicente), não indica ordem, pois se o fizesse, escreveria “Ora ponde aqui o pé!”. Diferentemente do que acontecia no período arcaico-médio, o imperativo passou a ser um recurso dos escritores modernos, servindo para exprimir um desejo (conjuntivo optativo), abandonando-se a 2ª pessoa e recorrendo à 3ª pessoa na linguagem estereotipada. A lição ensina que a mesma frase de Gil Vicente seria hoje escrita “Mochacha, vem embora!”; “Nobre rei, vinde embora!”, expressões que passaram a ser literárias. O povo, entretanto, preferiu adotar o presente do

subjuntivo “Sejas benvindo!”; “Tenhas uma vida cheia de alegria!” levando alguns escritores, com o intuito de conservar o sabor popular, passar a escrever: “Bom Rei, sejas bendito!” (Castilho, Tartufo, p. 186); “Sejais benvindo, meu irmão! (Garrett, Sousa, p. 41.). Com o desaparecimento da 2ª pessoa do plural do imperativo, forma que parece a Jucá em pleno desuso, com sobrevida apenas nas preces, os textos literários e os discursos passaram a revelar surpreendentes conseqüências gramaticais, como:

1 – confusão da 2ª pessoa do singular do imperativo com a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo, propiciada pela homofonia, levando Alencar ora a usar o imperativo no singular, ora a substituir pelo presente do subjuntivo na forma negativa , ora o presente do indicativo, sempre em diálogos: “Peri,// não desças, volta![fala Cecília] – O Guarani, v.1, p. 268). Alencar vai utilizar-se de outra sintaxe quando dá voz ao indígena: “Não te zanga senhora” (p. 350), anomalia registrada em falas de diversas camadas sociais: “Sai daí, nhanhã! (Tronco do Ipê, v.2, p. 21 – escrava que trata por tu a uma criança); “Se te parecer, não responde! (Mãe, p. 58 – solecismo em boca de escrava); “Mas não te esqueças, Joana! (op. cit., p. 91 – médico)”. Jucá reparou ainda que o selvagem de Alencar se expressa de maneira menos gramatical: “Senhor de Iracema, ouve o rogo da tua escrava; não derrama o sangue do filho de Araquém!” (Iracema, v. 3, p. 109).

2 – Com o desaparecimento do plural do imperativo, a 3ª pessoa do plural do presente do subjuntivo se impôs na linguagem coloquial, “digam” por “dizei”; “amem” por “amai”, tendo Jucá (op. cit., p. 101) coligido em Alencar mais de 20 empregos de “não amai”, “não crede”, sempre em diálogos, sendo freqüente ora a forma gramatical ora a popular: “Eu vos obedecerei cegamente; mas não o exigi de mim que deixe de amá-lo, porque é inútil”; “Oh!... Não me deis uma esperança para roubar-ma depois!”; “Não blasfemeis” (Jesuíta, p. 121, 123,129).

3 – Alencar usava a 2ª pessoa do plural do imperativo (amai, devei, puni) como forma literária, não sendo de estranhar que recorresse da forma afirmativa ou da negativa para caracterizar uma linguagem popular, levando Jucá ao comentário de Oiticica: “José de Alencar, em toda a sua obra, nunca acertou um imperativo negativo em segunda pessoa. Parece exagero, mas é verdade pura” (Revista Filológica, nº 29, p. 35)”, que considera equivocado, porque os erros apontados apareciam em diálogos de personagens que falavam de modo incomum. E conclui:

> [Alencar] conhece e pratica a regularidade gramatical e escreve: ama! amai! não ames! não ameis!”; sendo o pioneiro da construção mais moderna do imperativo, ao qual recorreu para

> tirar efeitos estilísticos com as formas “ama!”, “amai!”, “não ama!”, “não amai! (op. cit., p. 121)

Alencar passou a tirar efeitos estilísticos com formas do imperativo no indicativo, mais tarde incorporadas à língua literária: – “*Não fala* assim, meu nhonhô. *Você* não tem pena de um negro velho?” (*Tronco do Ipê*, p. 663), recurso poético que Bandeira utilizou no poema *Irene no céu*:

> Irene preta
> Irene boa
> Irene sempre de bom humor.
> Imagino Irene entrando no céu:
> – Licença, meu branco!
> E São Pedro bonachão:
> – *Entra*, Irene. *Você* não precisa pedir licença.

Sílvio Elia explica que “formas subjetivas com valor imperativo são substituídas na linguagem oral brasileira pelas do indicativo’, por conseguinte,“*entra*, em vez de 2ª. pessoa do singular pode ser uma terceira pessoa do singular do presente do indicativo com valor exortativo”, não ocorrendo discordância neste caso (apud Moraes, 1971:13).

Quanto aos verbos anômalos, comenta Jucá (1966:71), Alencar os empregava no imperativo como os seus contemporâneos: “dize”, “faze”, “traze”: “Dize uma barbaria, uma loucura” (*O Guarani*, v.1, p. 59); “Faze que seu sono seja alegre e feliz” (*Iracema*, p. 91); “Traze o alguidar” (*Tronco do Ipê*, v.2, p.6).

Outras vezes recorria à apócope, “diz”, “faz”, “traz”: “Diz a D. Carlotinha... Não, não lhe diga nada!” (*Demônio*, p. 163); “Pois faz a tua obrigação, penteia a tua senhora” (*Lucíola*, p. 141), mas em geral a forma monossilábica vem acompanhada de pronome enclítico: “Faze o que quiseres, eu aprovo tudo” (op. cit.); – “Paulo, traz-me amanhã quando vieres uma caixinha sortida de linhas e agulhas” (op. cit., p. 233).

Andrade empregava o indicativo pelo imperativo suprimindo o *s* final e o pronome: “Não demore, heim?”, e afirma: “a 2ª. pessoa do imperativo de fazer em brasileiro é *faz* e não *faze* (apud Bandeira,1998:68). Em outras construções, substitui o subjuntivo pelo indicativo em função imperativa, acusando a influência de João Ribeiro: “Não *faz* isso!”; “Não *conta* pra ele não”, e registra nos seus apontamentos: “incapacidade de mandar do brasileiro se reflete nisso” (apud Pinto, 1990:219).

O verbo *ir*, quando empregado por Alencar no presente do indicativo, seguia a forma “vás”, encontrada em Camões, em detrimento de “vais”, preferência do falante comum, conforme exemplos colhidos por Jucá (p. 72): “E se buscando vás mercadorias que produze o aurífero Levante” (*Lusíadas*, v.4, p. 4); “Vás muito longe:” (*O tronco do Ipê*, v.2, p. 84);

“Então tu vás, Augusto?”(Macedo, *A Moreninha*, p. 5); “quero saber por curiosidade o que vás fazer do coelhinho” (Távora, *Cabeleira*, p. 77).

4.2.8 OS VERBOS HAVER, TER, FAZER,

Segundo Jucá (1966: 135), Alencar fazia o uso corrente no século XIX do verbo “haver”, quando empregado com o sentido de “existir”, “*Houveram* coisas terríveis” (Camilo, *Pobre*, p. 24), “*Houveram* muitas lágrimas de alegria” (*Vingança*, p. 82); forma encontrada nos clássicos a partir do século XIV, passando por Fernão Lopes, Zurara, Camões, Euclides da Cunha, Machado de Assis e outros, e alvo da intervenção do dicionarista Morais (edição de 1813) que “corrigiu” para “houve” e pontificou:

> Haver sempre é ativo, e significa “possuir”, ‘ter’; e nunca neutralmente “existir”. ‘Há homens é frase elíptica. // E deste modo se devem aplicar as sentenças semelhantes; e não supondo o verbo impessoal, que o não é; nem recorrendo a admitir um discordância tão irregular e absurdamente idiótica”(*Dicionário*).

Para Jucá, “*Houveram* festas” é um fato paralelo a outros vernáculos como “*Choveram* pedras”, “*Deram* duas horas”, “Hoje *são* seis”, “*Soaram* as ave-marias, “*Dão*-se fósforos, etc. A frase “*Houve* festas” passa a soar no esquema que a língua constituiu como exceção sintática, uma vez que a forma adotada no século XIX levava o verbo ao plural: “Por este mesmo tempo *houveram* em África os sucessos seguintes (Elísio, *D. Manuel*, v. 1, p. 205), “Alguns viajantes tanto encarecem a causa, que chegam a afirmar *haverem* por lá, hospitais para as mais asquerosas sevendijas” (Castilho, *Primavera*, p. 275), “Ali *haviam* vários deputados que conversavam de política”. (Machado de Assis, *Fluminense*, p. 101). Apesar de sintaxe condenada por Morais, Alencar continuou levando o verbo ao plural, embora conhecesse a nova construção, e dela se valesse algumas vezes: “Informado o caso, riram do pajem, porque nao *havia* brasas, senão confeitos muitos claros na cestinha” (*Minas*, v. 2, p. 158-159), “Da outra banda, *havia* seguramente vinte-e-tantos esqueletos de selvagens” (op. cit., p. 61); “Naquele instante não *haviam* forças para obrigá-lo a filtrar o semblante de Berta”. (*Til*, v. 1, p. 141).

Alencar porém fazia-se arcaizante ao utilizar o verbo “haver” fora do sentido de existir: “*Heis* de ensinar o alferes”(*Minas*, p. 230), e agasalhava também a forma popular “havera”, exclamação interjectiva muita antiga, às vezes encontrada como verbo equivalente

de “houvera”: “ – Mas desta maneira não se arrocha o cujo! Acudiu um da troça.// - *Havera*!... acrescentou outro.” (*Til*, v. 2, p. 81); “Com quem *havera* de ser?” (Sales, *Aves*, p. 393);”Quem *havera* de dizer que este homem// havia de trazer na canastra uma carta.//? (Taunay, *Inocência*, p. 98).

Jucá (op. cit., p.136) observa ainda que Alencar fazia concordância indevida do verbo “fazer”, “*Fazem* dois anos que lá estive”, por falsa interpretação “que tem dado a oração subjetiva por circunstancial temporal”, levando muito gente em todas a épocas a considerar “dois anos” por sujeito. Concordância encontrada em outros escritores: “*Faziam* já dois anos que não o via” (Machado, *Fluminense*, p. 151); “amanhã *fazem* quatro dias que este corpo velho// não sabe o que é comer” (Távora, *Cabeleira*, p. 166); “depois de amanhã *fazem* três semanas/ que voltaram” (Alencar, O *Guarani*, p. 55); “*Fazem* dous anos que estive no Recife” (*Lucíola*, p. 26), “*Fazem* hoje dezoito anos” (*Tronco do Ipê*, v. 3, p.800), “*Fazem* onze anos, e é aquilo mesmo! disse tia Chica apontando para o marido”(op. cit.).

Alencar empregava ainda o verbo “ter” por “haver”. Amaral registrou no *Dialeto Caipira* (p. 61) que o uso é comum entre brasileiros e que não é nada de espantoso, pois o significado etimológico do verbo “haver” vem do latim *habere*, “ter”: “Debaixo da barranca *havia* um fundão” (Simões Lopes, *Contos*, p. 25); – “Papai me fez cara feia, *tem* dois dias que ele se dana” (Leonardo Mota, *Violeiros*, p. 110). “Quando a velha abriu os olhos estava tudo lá e tinha caça, peixe, bananeiras dando, tinha comida por demais” (Andrade, *Macunaíma*, p. 18).

Andrade fazia questão de utilizar os verbos “haver”, “ter” e “fazer” em desacordo com a gramática de Said Ali, por entender que representam uma “sistematização culta e não fotografia do popular”, e se não a fizesse, seria considerado “um escritor sentimentalmente popular”, mas queria ser lembrado como um escritor culto e literário: “Agora escrevo sistematicamente o verbo ter, salvo em casos especialíssimos, como “não há meio de”, “há que tempo”, etc. E mesmo nestes, em vez de “Há que tempo”, prefiro o verbo fazer. “Faz quanto tempo”, conforme o sentido da frase” (apud Bandeira, 1998:67): “Não *tinha* nem mesmo umbu no bairro e Vei, a Sol, esfiapando por entre as folhagens guascava sem parada o lombo dos andarengos” (*Macunaíma*, p. 21); “As garruchas inda estão muito verduengas, porém vamos a ver se *tem* alguma temporã” (op. cit.).

4.2.9 OS NEOLOGISMOS

Os debates sobre a língua do Brasil confundem-se por longo período com a questão dos neologismos introduzidos nos hábitos lingüísticos da colônia com autores como Gregório de Matos Guerra e Caldas Barbosa. Logo após a Independência, José Bonifácio pede que os brasileiros dêem o exemplo e ousem mais ao se abrir um novo tempo no Brasil à língua portuguesa e reclama o direito que têm os brasileiros de criar neologismos cultos, "principalmente compostos", como o fizeram Homero, Píndaro,

> Camões, que tanto tirou do latim e italiano, não ignorasse o grego, certo teria dado ao seu poema maior força e laconismo, e à língua portuguesa maior ênfase e riqueza. Nós já temos muitos vocábulos compostos tirados do latim, e por que não faremos, e adotaremos muitos outros tanto ou mais necessários em poesia, como por exemplo: auricômada, roxicômada, boquirrubra, bracirrosca, olhinegra, olhiamorosa, argentípede, tranciloira, docirrisonha, docifalante etc. etc" (apud Pinto, v.1, 1978:11)

Esta reivindicação fundamenta-se em 1836 com Gonçalves de Magalhães no prefácio de *Suspiros Poéticos: Saudades* ao defender que idéias novas pedem novos termos. Nesse período, Varnhagen percebe na língua do Brasil um português diferenciado na fala, principalmente na prosódia e no léxico, mas que mantém a sua unidade na língua escrita. Em meados do século XIX surge Alencar em defesa do aproveitamento de termos indígenas e africanos para traduzir na expressividade da palavra a visão pessoal que tem do mundo. Concentra-se, então, na exploração dos neologismos de autor, situados ao nível do significante, e de novos termos de elocução, aproveitamento de termos indígenas e africanos, que acompanhem "o progresso das idéias" e se moldem "às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se" (*Diva*, v.1, p. 559). Defende o direito que vem do uso popular, mas recusa os neologismos dessa origem e exalta os de sua autoria, cujos fundamentos são predominantemente estéticos e discute apaixonadamente o assunto com os seus desafetos, dentre eles Henrique Mendes Leal, que aceita os neologismos em geral, mas combate os estilísticos ou de autor, por considerá-los produto de inovação fantasiosa. Essa distinção passa a mostrar uma latente tipificação dos neologismos no seu processo de formação: os estilísticos ou de autor, cultivados por analogia, seguindo os processos naturais da língua, e as criações livres, assentadas em matrizes nem sempre vernáculas. Os neologismos de autor, defendidos por Alencar, deixaram pouca influência no léxico da língua portuguesa do Brasil, mas alguns ficaram como palavras transitórias, modismos, outros fixaram-se na toponímia recuperados pela pena de algum outro escritor de potencial criador.

O processo analógico intensificou-se no decorrer do século XIX e se manteve com menos intensidade com Rui Barbosa e Euclides da Cunha no século XX, mas retomado pelos Modernistas deu novo impulso aos neologismos.

A utilidade da criação de termos novos e a necessidade de suprir uma parte em que a língua é carente levaram alguns escritores a aceitar os neologismos e a justificar o seu emprego nas primeiras décadas do século XX, embora a campanha ferrenha contra os galicismos empreendida por Rui Barbosa, Olavo Bilac, João Ribeiro, Euclides da Cunha e Visconde de Taunay, entre outros. Contrários ao que os românticos preconizavam em relação à exploração de novos termos, os gramáticos e os puristas pretendiam expurgar os neologismos de importação e mais toda e qualquer característica da fala popular, por considerá-la de sabor folclórico e sinônimo de ignorância da língua. Na segunda década do século XX Andrade retoma a questão, também sob um clima de muita polêmica, que será reacendida nos idos de 1940 com a publicação de *Sagarana*, de João Guimarães Rosa.

Os neologismos são, para Câmara Júnior (1964:244),"inovações lingüísticas que se firmam numa língua dada", seja através de criações vocabulares novas, produto de associações de idéias ou de um impulso harmonia imitativa; ou de novos tipos de construção frasal, os neologismos sintáticos, resultado de uma criação estilística padronizada na língua ou de um estrangeirismo sintático.

Criações utilizando-se de onomatopéias foram muito exploradas no Modernismo, como a criação fonológica denotativa: - "um *tralalá*... A guarda cívica! Prisão!" (Andrade, *Paisagem nº 1*, 1985:45); neologismos sintáticos, com aproveitamento da combinação de elementos que não estão circunscritos exclusivamente ao âmbito lexical, como a junção de um afixo a uma base, mas ao nível frásico, podendo alterar a classe gramatical da palavra-base: "E *os cantares* da uiara rua de São Bento (*Rua de São Bento*,1985:42); "*Enguilardemo-nos* de café-cereja" (*Paisagem nº 4*, 1985:64); "Oh! Este orgulho máximo de ser *paulistamente*!!!" (op. cit.); "Mas os homens passam *sonambulando*..."(*Paisagem nº 2*, 1985:56).

Jucá (1966:116) recolheu vários exemplos de termos que Alencar criou tirados ao latim, como o verbo onomatopaico *rugitar*, de *rugitus*, ruído, roncar do ventre: "E a brisa *rugitava* nos palmares" (*Iracema*), forma abonada por Castro Alves: "Das várzeas longas (...) ao *rugitar* do sul" (*Espumas*, p. 120); e Rui Barbosa: "O direito, (...) esquenta, *rugitando*" (*Queda*, v.1, p. LXXXIV); *dispergir* (lat. 'dispergo –si –sum – ere': "Infelizmente as luzes, que de bom grado infundia vosso conselho no espírito dos improvisados financeiros, desmaiavam ali, ou se *dispergiam* em constantes oscilações" (Alencar, *Erasmo*, v.4, p. 4);

languir ou *languer* (lat. 'langueo – gui', da 2ª. declinação): "as aves emudecem; as plantas *languem*" (prólogo de *Iracema*).

A necessidade de dar nome a novas criações faz com que os neologismos

> contribuam não só para a linguagem técnica ou científica, mas para a linguagem em geral, pois ambas, ciência e técnica, participam do nosso cotidiano, transformando-o, facilitando as tarefas, mudando os hábitos, acelerando o ritmo, modificando os padrões comportamentais", porque criar palavra, mais que lingüístico, "é um ato social, uma tentativa de impor uma visão de mundo a uma comunidade (Carvalho, 1984:8).

Assim acontece com a informática, que a cada dia lança novas terminologias no mercado, imediatamente assumidas por profissionais da área, constituindo muitas vezes um código pela excentricidade do termo ou da grafia: *inputar, desinputar, blog, blogar, printar, deletar, ressetar, but, internet, internauta, link, linkar, e-mail,* e tantas outras. O termo *deletar* (*to delete* em inglês, vem do latim *deletum*, forma nominal de *delere*), por suas raízes latinas, já se acomodou à nossa língua, mas *inputar e desinputar* ainda procuram um espaço que as acomode, assim como *marketing*, cujo *k*, extirpado do alfabeto português, resiste e fica engasgado na pena de quem se propõe a grafar a palavra.

Segundo o *Dicionário Aurélio*, neologismo é a "palavra, frase ou expressão nova, ou palavra antiga com sentido novo"; na definição de *Houaiss* é "1. emprego de palavras novas, derivadas ou formadas de outras já existentes, na mesma língua ou não; 2. atribuição de novos sentidos a palavras já existentes na língua".

Como latinista e esteta, Alencar ousou na criação vocabular e praticou algumas liberdades lexicais; assim, levado pela impressão de que melhor integraria a língua literária no novo ambiente físico, recorreu a tupinismos, os brasileirismos que pouca entrada tinham na língua literária; ao latim, a italianismos, e recuperou arcaísmos e termos caídos em desuso. Introduziu na língua portuguesa o latinismo *núbil.*

De acordo com Jucá (1966:116), os latinos tinham *pubes, puberis,* e *nubilis –is* para qualificar os jovens casadoiros". *Pubes* refere-se ao buço, rapaz por atingir a virilidade; *nubilis, is* vem de *nubo nupsi, nuptum*, da 3ª. declinação, e significa "casar", falando de mulheres, jovens casadores): "Era uma menina muito feia, mas da fealdade *núbil* que promete á donzela esplendores de beleza" (*Diva*, p. 9). *Nubo*, explica Jucá, tem o mesmo radical de *nubid, id*, "nuvem", em razão do véu que as virgens traziam nas núpcias. *Procero* é um latinismo que Alencar empregou como palavra paroxítona, para não confundir com "prócer", em respeito ao dicionarista Morais (1813). Jucá acredita que a palavra pertencia à nomenclatura poética latina, pois as sílabas longas se chamavam "sylabae procerae" e

recomenda a versão latina de Alencar: “procero coqueiro” (*Iracema*, v.3, p. 110); “procero Corcovado” (*Sonhos*,v.2, p. 42).

Recorreu ainda a italianismos, como o termo *recolto* que aparece em função participal, ligado ao verbo “recolher”: “O padre, que a ouvira, todo o tempo taciturno e *recolto*” (*Minas de Prata*, v.3, p. 443), uso que Jucá não encontrou em outro escritor, e que não deve ser confundido com o substantivo “recolta”, usado pelos modernos, um francesismo com origem em *récolte*, “colheita”, “coleta”, propiciando o verbo “recoltar”, abonado por Fialho de Almeida.

Andrade, com a intenção de renovar a linguagem, vai recuperar o sentido da palavra “brincar” como ato sexual, que caíra no esquecimento: “[Macunaíma] *brincou* com a copeira muito aluado e voltou prà pensão”. A necessidade ocasional de expressão muitas vezes leva-o a criar neologismos: “*...os perenementes* da ligação anual (*Enfibraturas do Ipiranga*, 1985:72); “E a dignificação *bocejal* do mundo sem estações!... (op. cit., p. 74); “As milhores vozes para vos *adormentar*. (op. cit., p. 76)”; “Tudo em pandarecos pelo chão, *desilusoriamente*. (*Amar*, p.87); “O caso *evolucionava* com rapidez. (op. cit., p.38); “... destina uma certa *desafetividade* entre mim e ele”. (apud Drummond, 2002:409); “Ficará nessas sínteses apaixonadas *turbilhonantes* (o. cit.); “E sobretudo me deixaram muito *induvidualistizado* (op. cit.).

Utiliza frases e lugares comuns encontrados na fala dos brasileiros, sob a justificativa de que “é um meio de generalizar, de humanizar a minha escrita”, por isso, ao invés de “calor senegalesco”, “emprego um sol de matar passarinho” (apud Bandeira, 1998:69); rejeita galicismos, e valendo-se de uma crítica a Drummond, cria uma série de neologismos:

> Se você tem coragem de escrever “*de repentemente*” tão *brasileiramente*, lembre que isso não é meu nem de ninguém, é brasileiro. Eu, *adverbiando* por demais na Paulicéia, inconscientemente segui uma tendência muito auriverde. “*Parisanatolefrance*” não gosto (apud Drummond, 2002:149-155.)

O neologismo resulta ainda de processos oriundos da própria língua, como a derivação e a composição; ou ainda de sistemas lingüísticos estranhos, como os empréstimos tirados à influência de outros povos e consagrados pelos usuários da língua, levando-os a transitar com desenvoltura em jornais e revistas, dinamizando a linguagem e fornecendo uma roupagem distanciada dos clichês e do desgaste natural. São palavras que surgem da necessidade de tapar um vazio, como fez Castro Lopes, muito criticado por criar *cardápio, convescote, nasóculos, protofonia, vesperal* etc., para evitar os anglicismos e os galicismos, com cujo uso não concordava. Os neologismos podem ainda resultar da associação de uma palavra a um

sentido ou ainda a sua associação a valores subsidiários que o colorem, existindo uma criação consciente e uma evolução espontânea da linguagem, dando vida própria às palavras.

De acordo com Alves (1994:6), "na neologia, devemos contar, necessariamente, com a dinâmica das línguas e a liberdade de seus falantes, que nem sempre caminham de acordo com os organismos e as propostas de planificação". Adianta que, em pesquisa nos órgãos da imprensa, identificou no português moderno cinco modalidades de formação de palavras:

> os neologismos fonológicos (criação onomatopaica e recursos fonológicos);
> os neologismos sintáticos (derivação prefixal, sufixal, composição);
> os semânticos;
> os empréstimos (estrangeirismos, decalque);
> a conversão e outros processos como a truncação, a palavra-valise, a reduplicação e a derivação regressiva.

O conceito de neologia "refere-se a todos os fenômenos novos que atingem uma língua"(Alves, *Revista de Lingüística – Alfa*, v. 40, 1996, p. 11-15). Esclarece que *O grande dicionário português* registra o termo como "invenção ou introdução de termos ou locuções novas em um idioma (...)"inovação de palavras e frases", permitindo a Boulanger (1989:200-7) atribuir a ele as atividades:

> . processo prático de criação de novas unidades lexicais, na língua geral ou nas línguas de especialidade, por meio de recurso consciente ou inconsciente aos mecanismos de criatividade lexical habituais de uma língua;
> . estudo teórico e aplicado relativo às inovações lexicais; os processos de criação, os critérios de reconhecimento, aceitabilidade e difusão de neologismos, os aspectos sociais e culturais da neologia;
> . atividade institucional, organizada sistematicamente para coletar, registrar, difundir e implantar as inovações lexicais, no âmbito concreto de uma política da língua;
> . tarefa de identificação dos setores especializados novos ou recentes, ou com lacunas que necessitam de intervenção;
> . relação com os dicionários, tanto gerais, unilingües, como específicos (dicionários de neologismos, de palavras selvagens, de empréstimos, etc.).

Andrade criou palavras valendo-se de sincretismos, procedendo por dedução "lógica, filosófica e psicológica": "Um *poucadinho* de estudo (esse "poucadinho" ouvi na fazenda e achei a coisa mais linda do mundo" (apud Drummond, 2002:138); "[Macunaíma] virou a cara pro canto e principiou falando *bocagens* (*Macunaíma*, p. 142). Propôs o neologismo "jornalitismo" para classificar vícios de linguagem da imprensa, como a grafia de "obsecar" por "obcecar", criada, como "poucadinho" e "bocagens", por contaminação:

> O caso de "obsecar" eu sabia perfeitamente mas é um desses casos que, tantos na vida! a gente resolve a trouxe-mouxe e vai de repente, alguém obriga a gente a raciocinar mais de espaço about. É um caso curioso de etimologia popular... semierudita. Os galiparlas dos jornais, querendo *obséder*, mais lembrando obcecar (cuja grafia naturalmente não lembravam), fizeram "obsecar", verbo novo com o sentido tão necessário de *obséder*. De resto o próprio circunlóquio que você me propõe mostra claramente a precisão em que estamos do verbo, ou dum verbo que fale a mesma coisa (apud Bandeira, 1998:222).

Muitas vezes percebemos a carência de alguma unidade léxica e somos levados a criá-la recorrendo a classes gramaticais na abordagem do fenômeno, "o que implicitamente sugere

que usamos afixos com a principal finalidade de formar uma palavra de uma classe, a partir de uma palavra de outra classe" (Basílio, 1991:8). Como sistema aberto, a língua portuguesa tira proveito de afixos, particularmente dos sufixos, que são de grande produtividade na língua, enquanto os prefixos, devido à sua natureza erudita, apresentam pouca produtividade, não mudam a classe gramatical da palavra a que se ligam, mas contribuem para formar palavras semanticamente relacionadas à palavra-base. Tiramos a Andrade as seguintes passagens: "E o meu peito das águas se *esborrifa*" (*Sobre o Tietê*, 1985:361); " E *antiuniversitário*. (op. cit., p. 362); "Olha os peixes demagogo *incivil*. (op. cit.); "Vai, a bicha derramou água cansada no focinho e *desesquentou"* (*Macunaíma*, p. 48); "Macunaíma sentiu-se *desinfeliz* e teve saudade de Ci a inesquecível". (op. cit., p. 21.); "Macunaíma estava *desinfeliz* porque perdeu a muiraquitã na praia". (op. cit., p. 58); "Imaerô *desinfeliz* suspirou assim" (op. cit., p. 39).

A utilização estilizada de prefixos pode dar mais corpo ao vocábulo, e serve como reforço à expressão. Said Ali (1966:351) esclarece que o emprego do prefixo *des-*, no sentido positivo ou pleonástico, resultou da confusão de elementos já romanizados na língua e não da fusão de elementos latinos. Como resultado dessa confusão, seu emprego, de um modo geral, trouxe como resultado variantes de outras formações, como *desinquieto* e *inquieto*; *desaliviar* e *aliviar*, e mais alguns. Sucedendo ao latim *dis-*, o emprego de *des-* auxilia na formação de substantivos que denotam coisa contrária ou falta do que é denotado pelo termo primitivo, como *desabrigo, desordem,* e outros.

Proença (1977:112) esclarece que o prefixo *des-* é empregado popularmente em formas como "despenar, dasarrepender, desapear" (J.A.Teixeira, *Falar*, p.58), e que a palavra *desinfeliz* formou-se "à semelhança de *inquieto* e *desinquieto*, formas clássicas, já consignadas por Lindolpho Gomes (*Contos*, p. 233). Acrescenta que a dupla prefixação negativa *des* e *in* em *desinquieto-inquieto* e no linguajar plebeu *desinfeliz-infeliz,* encontrada em J. Ribeiro, *Curiosidades*, p. 85, é uma sutileza.

Para Monteiro (1991:54), "quando ocorre que um prefixo, que é de emprego mais acessível ao vulgo, chega a popularizar-se, acaba por variar tanto quanto os sufixos mais em uso, e às vezes se perde até a noção do seu valor. Foi o que aconteceu ao prefixo *des;* de tanto ser empregado pelo povo, perdeu o seu sentido primitivo na linguagem comum e é hoje incorporado a algumas palavras tão somente para dar mais intensidade à sua significação". Cita como exemplos as palavras *desimpureza, desinsofrido, desinfeliz, desapartar,* sendo que as últimas são muito empregadas no interior do Ceará. Guimarães Rosa cultivou com talento este tipo de prefixação: "E aí o Dos-Anos me *desofereceu* o trabuco de velho" (*Grande*

Sertão, p. 45), “Primo Ribeiro parece um defunto – sarro de amarelo na cara chupada, olhos sujos, desbrilhados” (*Sagarana*, 123), “... não podia viajar mais, se saparou e desviajou deles” (*No Urubuquaquá no Pinhém*, p. 44).

4.2.10 A ANALOGIA

Coutinho (1976:150) entende a analogia como “um princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se, reduzindo as formas irregulares e menos freqüentes a outras regulares e freqüentes”, e que os usos lingüísticos mais rotineiros “servem de modelo para os outros”, dificilmente ocorrendo o contrário.

Barreto (1980:63) explica a analogia como um fato lingüístico que “procede sobretudo por generalização, modificando os fenômenos vizinhos segundo o modelo dos fenômenos que têm mais extensão, e é raro que o faça por extensão de um caso particular”. Por sua tendência unificadora e niveladora, a analogia restabelece a harmonia e paralelismo das formas.

O inspirado jornalista Melchiades Filho criou *Renânia* – por analogia com Renan, nome próprio, para designar terra dos “renans”, ou seja, Brasília (Revista Veja, 12-12-2007, p. 202). Por sua vez, Marcos Eduardo Neves, com a finalidade de estabelecer a duplicidade genérica, utilizou a forma analógica “rebenta”, ao referir-se à filha do técnico Renato Gaúcho: “Apenas ontem ele [Renato] curtiu os festejos [de aniversário] da *rebenta*” (Jornal do Brasil, Esportes, 23-05-2008, p. D8.)

Mas há modos mais requintados para a criação analógica, como o fez Alencar, que transplantou do latim *cohaereo, –haesi , – haesum* (estar ligado a, estar presente a) e aportuguesou em um verbo da terceira conjugação, “coerir”, o que seria da segunda, acomodando na forma de “aderir”, já antiga na língua, os vocábulos *coere* e *inere* (Jucá, 1966: 163): “que assimila-se e coere para...” (*Sistema*, p. 111); “A personalidade posta em movimento, coere...(*Propriedade*, p. 254); “é aquele que inere na cousa”(op. cit., p. 150).

A derivação regressiva provoca uma alteração fonológica quando formamos um novo vocábulo através da eliminação de um sufixo, abreviando-o. Said Ali (1966:256) esclarece que o novo vocábulo se dá através da subtração do elemento formativo e que o fenômeno acontece por um erro de raciocínio, uma vez que o termo pré-existente é primitivo, mas dá a

impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que são derivados:

> Na formação das palavras de derivação regressiva o português não faz mais do que continuar um processo já usado em latim, sobretudo na linguagem vulgar. De *usus*, *cantus* se derivaram *usare*, *cantar*e quando foi desaparecendo o emprego dos verbos *uti* e *canere*, e de *cursus* se formou *cursare*, que se empregou a par de *currere*. Dados estes modelos de derivação regular, criaram-se analogamente os substantivos *computus* e *costus* para os verbos *computare* e *costare* < *constare*; mas nestroutos casos procedeu-se à derivação regressiva.

A formação regressiva está intimamente ligada à derivação, segundo Bechara (1976:184), "por criar palavras por analogia, através de subtração de algum sufixo, dando a falsa impressão de serem vocábulos derivantes", como *atraso* e *embarque*, respectivamente de atrasar e embarcar. Alencar vai manifestar a sua preferência por regressivos deverbais para fotografar a fala do povo, conforme exemplos tirados a Jucá (1966:106): "... sentia apertar-se-lhe o coração quando lhe notava o *desbote* da mocidade" (*Senhora*, p. 48); "... pois não lhe embaciava a sua límpida visão o *deslumbre* que a presença.." (*Sertanejo*, v.1, p. 70); "E Julinha, a flor *exale* da sua fragrância..." (*Diva*, p. 42); "... penetrar na casa de Deus ocultando a beleza sob a gala triste e grave, que preparou o espírito para o santo *recolho"*(*Lucíola*, p. 243); "Lúcia, reclinada a face na mão, me olhava com o *ressumbro* de doce melancolia" (op. cit., p. 85); "Quando a última lágrima tombou, o coração estava *estanco* de amor" (*Minas*, v.2, p. 44).

Andrade cultivou também os deverbais, seguindo a tendência de Alencar, encontrando-se uma diversidade deles na sua obra: "Foram ver e era a *erisipa*. (*Macunaíma*, p.154); "Deu um *arranco*. (op. cit., p. 173).

4.2.11 A COLOCAÇÃO PRONOMINAL LIVRE

> *Me dá! – Dá-me! – Me dá! digo eu – Erra, imbecil!*
> *Bruto erro em Portugal, acerto no Brasil.*
> (Alberto Ramos)

A questão pronominal é o assunto que mais tem provocado polêmica no caso da "língua brasileira", atraindo para os autores românticos duras críticas por empregarem os pronomes a seu bel-prazer e em total desrespeito aos usos e procedimentos do português europeu. A partir do Romantismo começa-se a notar na sintaxe do brasileiro um grande distanciamento das formas do português europeu, como a extrema liberdade na colocação

pronominal, que passa a ser objeto da atenção de alguns escritores da época. Freqüente na linguagem dos negros e das crianças, esta anomalia chama a atenção de Alencar (*Ipê*,v.3, p. 646–647), que a vê como uma "variação constante da pessoa em que fala o verbo; passam com extrema facilidade do ele ao tu" (...), 'se corrigíssemos essa irregularidade, apagaríamos um dos tons mais vivos e originais dessa frase singela" e a registra para marcar o coloquialismo de personagens de pouca cultura: – "Então... *me deixe*..." (*Til*, v.3, p. 911); – "*Pode nos dar* café? perguntou ao Chico" (op. cit., p. 884), levando outros escritores também a fazê-lo: "Assim, por essa mais que provável comédia de sentimento *estava se distanciando* da outra" (Taunay, *Encilhamento*); "Vais *te* perder" (Bilac, *Poesias*).

Sousa da Silveira (1964:288) escreve que os textos antigos, se observados com atenção,

> mostram que até o século XVI se manifesta uma certa liberdade na colocação do pronome átono em relação ao verbo de que é complemento. Na evolução da língua literária de Portugal essa liberdade se foi restringindo a ponto de, em certos casos, ter hoje o pronome o seu lugar obrigatório na frase, havendo em escritores portugueses contemporâneos pouquíssimas infrações ao uso.

No Brasil, acrescenta, "a liberdade dantes existente em Portugal, persiste aumentada, sobretudo nos românticos", mas graças à reação dos gramáticos e dos professores, aproximamo-nos muito da colocação pronominal portuguesa na língua literária.

Mas a questão passou a receber tratamento dos mais diversos gramáticos daqui e de além mar, filólogos, lingüistas, escritores e simpatizantes da causa, levando Mário de Alencar a fazer um retrospecto do assunto. Segundo ele (apud Pinto, v.1, 1978:457), a história do pensamento brasileiro passou por um longo "período pronominal", acentuado a partir de 1880 com algumas feições curiosas e juízos eliminatórios, muitas vezes ouvindo-se em tom de crítica que fulano ou beltrano "não sabe colocar pronomes". A preocupação "locativa" do pronome oblíquo, iniciada nos idos de 1870 com o português José Feliciano de Castilho tomando como alvo a linguagem de Alencar, tornou-se uma obsessão, um fanatismo, após a publicação de um artigo de Artur Barreiros, na "Revista Brasileira":

> Era a primeira pessoa do Brasil que reparava no assunto e ocupava-se dele. Anteriormente, mesmo em Portugal, a não ser um só gramático, Ferreira Júnior, ninguém cogitara a sério daquilo; surgia lá um ou outro reparo de estranheza de português, culto ou inculto, ao acento brasileiro diferente do português, do mesmo modo que nós aqui estranhávamos o acento dos portugueses recém-chegados, tão diferente do nosso (op., cit.)

Sem condições de solucionar a questão, e fechado no preconceito gramatical, Artur Barreiros, um pouco espantado, recorreu a um literato pernambucano que residira por muitos anos em Portugal e perguntou "como se explicava parecerem-se os escritos de Lisboa perfeitamente certos e os do Brasil quase todos incorretos no emprego do pronome"? O literato atribuiu o fato

talvez à diversidade, talvez à convivência, talvez ao meio, quem sabe! Em suma, confessou ignorância total sobre o assunto. A essa altura, os escritores brasileiros passaram a contrariar o critério estritamente gramatical português, levando João Ribeiro a tratar do assunto na sua gramática:

> A colocação dos pronomes oblíquos tem sido entre nós objeto de várias questões, menos pelos erros de emprego desses pronomes que por motivo de regras falsas arbitrariamente imaginadas e impostas com tirânico e absurdo despotismo por vários gramáticos. A verdade é que os casos de *colocação determinada* reduzem-se a *quatro*'.
> Dessas quatro regras, três obrigaram a anteposição: 1º, nas negativas, 2º nas subordinadas *de que* e suas variações, *qual, cujo, porque, contanto que* ..., 3º, no gerúndio (*em se levantando*) uma à posposição: no começo da frase (op., cit., 460).

Acrescenta Mário de Alencar que João Ribeiro, ainda que não desconhecesse os usos contrários às quatro regras, taxou-os como *brasileirismos que convinha evitar,* mas acrescentou às provas da sua gramática uma exceção: "M'o deparas mais brando?"; "Me ofende o teu receio" (Filinto Elisio).

Anos após, Rui Barbosa, analisando as expressões *me parece, me perdoa, me deixe,* qualificadas de brasileirismos e tidas como erro, contesta que "o erro que aí se aponta, se é erro, não será peculiar no Brasil", e levanta várias citações: "... explica, *me parece,* com assaz propriedade" (Castilho Antonio); "Confusão tal, que sinto, *me parece*" (op. cit.); "antes *que vão-se"* (Sá de Miranda); "Vendo-o, Franco alvoroçou-se / E foi correndo ao cão / Que nos pés *alevantou-se* (Bernardim Ribeiro, *Égogla* II). Concluiu então, que tais casos eram exceções, anomalias que apareceram como resultado da negligência dos escritores, mas não percebeu que no Brasil se dava o inverso de Portugal, fazendo-se da liberdade pronominal uso comum.

Varnhagen, por sua vez, adverte que a diferença de falares era uma questão histórica, e não ignorância gramatical do brasileiro em relação à língua, e observa o modismo como uma herança castelhana. Enquanto em Portugal se dizia *Dás-me isso,* o brasileiro, à maneira castelhana, falava *me dás isso*? E se propõe a emitir em poucas palavras a sua opinião acerca do assento do Brasil,

> que, não obstante variar em algumas entonações e cacoetes segundo as províncias, tem sempre certo *amaneirado,* diferente do acento de Portugal, pelo qual as duas nações se conhecem logo reciprocamente: a não ser que os nascidos em uma passagem à outra em tenra idade, sobretudo desde os oito aos dezesseis anos. Alguma observação a este respeito nos chegou a convencer que as diferenças principais que se notam na pronunciação brasileira procedem de que a língua portuguesa no Brasil, desde o princípio se *acastelhanou* (op., cit., p. 461)

Para Varnhagen, as diferenças estariam principalmente na "transposição dos possessivos, no fazer ouvir abertamente o som de cada uma das vogais, sem fazer elisão no "*e*" final, nem converter o "*o"* em "u", e em dar ao "*s"* no fim das sílabas o valor que lhe dão os italianos, e o do "*sh"* inglês, ou do "*sch"* alemão.

Mário de Alencar conclui que somente em 1895 Said Ali ocupou-se da matéria "e escreveu um perfeito e exaustivo trabalho que não se pode acrescentar nada, nem contestar nada" (op., cit., 458-468).

Como se verá, Said Ali (1957:51) esclarece a questão recorrendo à fonologia, como sustentava Alencar, e não à sintaxe:

> Fundando-se ela [a colocação pronominal portuguesa] na pronúncia própria do falar lusitano, impossível haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica a pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o final em *me, te, se* é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente *mi, ti, si*; para nós brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa *me, te, lhe*. Em Portugal fala-se mais depressa, a ligação das palavras é fato muito comum; no Brasil pronuncia-se mais pausada e claramente. Em suma, a fonética brasileira é em geral diversa da fonética lusitana.

Conclui expressando a opinião que se "em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral" (op. cit.)

Elia (1963:63) considera corretíssima a solução encontrada por Said Ali no ritmo da frase, na pronúncia brasileira semitônica, mais nítida porque mais próxima dos quinhentistas do que a atual pronúncia dos portugueses, levando Cunha (1975:312) a acrescentar que à nitidez da pronúncia dos brasileiros, juntam-se fatores de ordem estilística, psicológica e histórica, possibilitando uma gama de variação pronominal na frase, variabilidade posicional que "representa uma inestimável riqueza idiomática", em oposição à rigidez do uso português.

Insólita em Portugal, a forma foi abonada por escritores românticos, levando Jucá (1966:153) a considerar que a prática brasileira se deve à influência decisiva dos escravos, que "aprenderam a falar o português como puderam", e cuja linguagem exerceu grande poder junto às crianças. Chama atenção para o fato de Alencar colocar os pronomes pessoais átonos ao modo cearense, e muito se esforçou para aproximar-se do sinclitismo português, ainda não codificado à sua época, "porém, depois da polêmica que teve com Pinheiro Chagas, (...) arrepiou carreira, e voltou progressivamente à brasilidade', 'à liberdade construcional dos cearenses", ou seja, à interposição da partícula pronominal entre dois verbos, sem que ocorra ênclise nem próclise, "construção muito brasileira, e, naturalmente muito de Alencar"(opus., cit., p.169).

O romântico Alencar passou a deixar em seus textos um estilo brasileiro de comunicar experiências lingüísticas dos seus personagens tirando à língua do povo o material para inovar a sua prosa através da escolha e da seleção vocabular, da eufonia ou de qualquer outro instrumento que se aproxime dela. Esta escolha ou uso individual que faz da língua – o discurso – mostra a personalidade forte do escritor, a sua formação, a afetividade, o senso

estético e literário. A imposição gramatical de não se iniciar frase ou período por pronome átono, de não deixar solto o pronome entre verbos ou não tomar pronomes tônicos como objeto direto, coisa que não acontece na fala do brasileiro, atua sobre Alencar como um verdadeiro grito de insurreição gramatical, traduzida em uma prosa onde não faltam expressões como “me chamaram”, “espero te ver amanhã”, “convidei ele”, “chamei-lhe”, e tantas outras inovações muito censuradas por seus críticos:

> É também matéria de escândalo a colocação dos pronomes pessoais que servem de complemento ao verbo, me, te, lhe e se. Entendem que nós brasileiros afrancesamos o discurso, fazendo em geral preceder o pronome, quando em português de bom cunho a regra é pospor o pronome (*Iracema*, v.3, p. 316).

Alencar entende que tal regra é arbitrária e sem fundamento, cunhada por “certos gramáticos”: “Pelo mecanismo primitivo da língua, como pela lição dos bons escritores, a regra a respeito da colocação de pronomes e de todas as partes da oração é clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento” (op. cit.).

Segundo Câmara Júnior (1977:69), a ênclise “é a sensação do majestoso, do solene, do hierático”, “é a fuga ao vulgar, é o refinamento estético”, e a forma mais usual do seu emprego resulta do pronome oblíquo átono ligado por hífen à forma verbal de que é complemento: – “*Admira-o*?, perguntou o Sr. Almeida”(*Viuvinha*, v. 1, p. 238); –“Felizmente Deus *ajudou-me* e quis que um dia pudesse *agradecer-lhe* sem corar esse benefício” (op. cit., p. 273); – “*Deixa-te* dessa idéia” (*Gaúcho*, v.3, p. 543); – Desta vez Guida não respondeu-lhe (*Sonhos*, v.2, p. 69).

A disciplina gramatical estabelece, dentre outras regras, que ao ocorrer uma situação lingüística com o futuro do indicativo deve-se substituir a ênclise pela mesóclise, cujo emprego no Brasil está totalmente dissociado da língua falada, encontrando-se apenas na língua literária, tendo em Machado de Assis um grande cultor da forma: “se descer a definir o preço, dez contos de réis, voltar-me-ão as costas com desprezo e indignação” (Anedota, p.129); “Entender-se-á também o [assombro] da sobrinha”(op. cit., D. Paula, p. 213).

Ao marcar a fala de alguns de seus personagem, Jucá (1966:154) assinala Alencar utilizou *ele, ela* na função de objeto direto, usual na fala do brasileiro, que se vale dos pronomes *ele, eles, ela, elas* e *lhe, lhes* com valor acusativo, em lugar de *-lo, -la*: “Faz tanto tempo que eu via ela contar a sinhá, quando era mais pequena que nhanhã”(Ipê, v. 1, p. 65); “precisa de outra mão forte que trabalhe e aperte ela assim” (Asas, p. 12), procedimento que Cunha (1975:290) recomenda evitar, “embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta nos trovadores portugueses dos séculos XIII e XIV”.

Proença (1977:68-69) explica que os verbos “mandar”, “ver”, “fazer” “e outros do grupo que se constrói com o sujeito acusativo das orações infinitivas subseqüentes passam a ser construídos com o pronome reto” no Brasil. Desse modo se diz mandou ele fazer (mandou-o fazer), fez ele chorar (fê-lo chorar) etc., e cita Mario Marroquim, que considera a construção uma evolução de “Mandou-o fazer” que se desdobra em mandou que ele fizesse e, daí, na forma mandou ele fazer: “A língua terá caminhado sem violência da força peça pra ele vir para mande ele vir; e daí até mande ele, simplesmente foi um passo” (Língua, p.176). Parece a Proença que no último exemplo a transformação é de natureza psicológica, porque o pronome o é um latinismo: “a dualidade de sujeitos – um da segunda pessoa, para mandar, e outro da terceira pessoa para fazer – está evidente”, uma vez que não há exemplo de o sujeito na linguagem corrente, daí a preferência pela forma do nominativo, compreensível e de uso normal:

> Note-se mais. Tudo indica que no português do Brasil um pronome átono entre dois verbos pertence ao segundo. Quando dizemos *tinha-me falado*, não sentimos o tempo composto de falar e por isso não relacionamos o pronome ao auxiliar. Para nós existe o *tinha me-falado*. Desfeita a composição verbal, *falado* passa a complemento de ter. – *Ele tinha*, perguntamos, como na escola, o quê? – Resposta: *falado* ou *me falado*. Para isso concorre a predicação do verbo *falar*, pois é a ele que pertence o objeto pronominal (op., cit.).

Para Sousa da Silveira (1964:288), a forma “chamei ele”, “vi ele” e outras parece sobrevivência de arcaísmos portugueses, pois “em escritos dos primeiros séculos do idioma se encontram frases como perdi ela (= perdia-a) e vi ela (=via-a), dem-eles (=dêem-nos), e ainda em Camões vemos socorrer-lhe (= socorre-lo, também por ele usado) e lhe iguala (= a iguala). Observa que os estudiosos de textos antigos vêem com atenção esses empregos e não desconhecem que até o século XVI houve em Portugal uma certa liberdade na colocação do pronome pessoal átono em relação ao verbo de que é complemento, mas que na evolução da sua língua literária essa liberdade ficou restrita a tal ponto que em determinados casos tem-se como obrigatório o pronome vir explícito na frase: “E deixaram ele só na várzea com sua companheira (Alencar, O Guarani, v.2, 322); “Se nhanhã chegar na janela depois de almoço há de ver ele passar (Demônio, p. 21).

A forma aparece ainda com muita freqüência nos Modernistas, particularmente com Andrade: “No outro dia Jiguê entrou em casa com uma cunhatã, fez ela engolir três bagos de chumbo”(Macunaíma, p.155); “Passou a bola pra Maanape que estava mais na frente e Maanape com um pontapé mandou ela bater em Macunaíma. (op. cit., p. 17).

Jucá (1966:150-154) observa que em iguais circunstâncias Machado de Assis escreveu “Ainda hoje *deixei ele* na quitanda” (*Cubas*, p.191), e Camilo Castelo Branco: “*Olha ele*, que não sabe matar bois e cozinhar galinhas (*Santo da Montanha*, p. 171), e que erros

grosseiros fora dessa prática foram empregados em diálogos por Franklim Távora “as minhas melhores forças para conseguir *todas elas*” (*Cabeleira*, p. 305), e Rui Barbosa “Reprovando *ambos eles*, eu me não quereria ver obrigado a optar por um” (*Réplica*, p. 592). Acrescenta a esta lista dois brasileirismos sintáticos. O primeiro, “verdadeiramente universal”, é “chamar-lhe de”, ou “chamá-lo de”, seguido de predicativo:

> A construção é perfeitamente natural, e condiz com inúmeras outras modelares, como “cognominá-lo de”, “apelidá-lo de”, “apodá-lo de”, “averbá-lo de”, “classificá-lo de, “tachá-lo de”, etc... “apelidaram-no de salteador” (Herculano, “Monge”, I, 210); “Pode averbar-me de suspeitas” (Machado de Assis, *Teatro*, p. 75).

Assinala que com o verbo chamar o uso é quase inaudito em Portugal, mas aparece em Gil Vicente e em Sousa, “levantaram grandes apupadas, e vós em grita chamaram-lhe de herege luterano” (Bertolameu, v.2, p. 35), e Camilo Castelo Branco, “Chamaram-lhe de judeu, de perro, de mouro fugidiço” (Niñaes, p. 169). Em Alencar, apesar da regularidade lusitana da sua regência, podem-se arrolar dezenas de expressões com a forma “chamar-lhe de” ou “chamá-lo”, sempre seguido de predicativo, sem o intermédio da preposição”: “chamam a isto patronato” (Pena, p. 242), “Ela lhe chamava sua filha Alice” (Ipê, v.2, p. 177), “A gente tupi a chamava jandaia” (Iracema, v.3, p. 58).

O segundo brasileirismo está no emprego de “lhe” por “lo” referindo-se à pessoa com quem se fala: “Já lhe conheço muito” por “Já o conheço muito”; ou no uso coloquial “Já conheço muito ele”, levando Jucá (1966:155) a chamar atenção para a frase “Já o conheço muito”, que pode levar duplicidade de sentido tanto a portugueses quanto a brasileiros que utilizem a língua literária, mas que os nossos, fugindo à ambigüidade, empregam o “lhe” como pronome de tratamento”: “Não lhe acuso, mano” (Alencar, Senhora, p. 166); “Tenho muito gosto em lhe conhecer” (Taunay, Inocência, p. 122.); “Eu não lhe conheço” (Almeida, Sargento, p.58).

Andrade sustenta que não é comum ao brasileiro o emprego de “eu lhe vi”, que “essa prática existe mas muito mais usual é “eu vi você”, “eu vi a senhora ontem na cidade”:

> E como não se pode intransitivar verbos como ver e outros, porque o próprio povo se utiliza deles como transitivos em casos em que o pronome não entra numa sistematização em linguagem literária, tais casos continuam modismos, vícios que só podem ser usados pra evidenciar o pitoresco da fala dum personagem (apud Bandeira, 1998:70).

Acrescenta que o mesmo acontece com “Encontrei ele doente”, e justifica que “não tem língua nenhuma em que o pronome sujeito se use assim como complemento”, mas o escritor brasileiro pode escrever “Deixe ele ficar aí” porque aí o ele é sujeito, ou pode ser considerado sujeito de ficar” (o. cit.)

Na polêmica questão da próclise, Sousa da Silveira (1964:253) reconhece que em certos casos o expediente "comunica à expressão encantadora suavidade e beleza", embora não o recomende: " Isabel estava branca como a cambraia do seu vestido; sentia a pressão das mãos do moço nas suas e o seu hálito que vinha bafejar-lhe as faces. – "Me perdoareis?" – "Sim! Mas porque?" (Alencar, O Guarani, v.1, p. 315); – "Iaiá há de fazer meu nhonhô muito feliz! Me promete? " (Mãe, v.4, p. 445).

Câmara Júnior (1977:68) ensina que em tais expressões "se consegue pôr estilisticamente em realce a própria pessoa, numa afirmação da tensão psíquica e da vontade", e que o pronome me, na frase imperativa, "tem o caráter de delicada insinuação". Entretanto, quando a ênfase está voltada para o verbo no imperativo, atribui a este "um índice de atitude voluntariosa": – "Minha senhora, me perdoe! tossia a negrinha" (...) – "Dê-me a vara, Sr. Damião" (Machado de Assis, Caso da vara, p. 229).

Melo enumera uma série de variação pronominal encontrada em O Guarani: – "A trouxe viva"(p. 128); – "Quando estiverdes em vez para falar, nos avisareis" (p. 158); – "nos leva nas asas" (p. 224); – "Está me parecendo"... (p. 32); – "também ele viu a luz da janela se refletir defronte" (p. 87); – "Cecília estava se banhando" (p. 136).

Andrade reconhece que a eufonia contribui para a variabilidade desse uso, "muito maior no português literário", e que a prática adotada por ele de iniciar frases antecipando o pronome átono ao verbo "se trata de uma sistematização por analogia", um novo hábito adquirido que não é nem acintoso nem proposital, brota sem preocupação, e se nega a corrigir um pronome colocado errado,

> por inconsciência, pra um pronome colocado certo por consciência só pra ficar mais de estilo português isso não faço não, nem que a casa caia. E não faço porque d'aí é que ficava errado e forçado, d'aí é que eu não seguia mais a orientação que queria e continuo querendo seguir e sigo mesmo (apud Bandeira, 1998:156).

No artigo *Baile dos pronomes* (2002:269-274), Andrade coloca que o caso do pronome oblíquo "me" iniciando frase pode generalizar-se à série de pronomes, porque "o fenômeno é muito mais de ritmo, não só de ritmo no tempo, como também de ritmo psicológico", uma tendência que já se manifestava com Gregório de Matos Guerra: "Com os olhos sempre postos na ordinária / "Vos" dou os parabéns"; uma sintaxe "gramaticalmente aceitável" e que muito gramático evitaria, "tal a ênfase que o pronome "enclítico", iniciando o verso, e refugindo a posposição, nos fere portuguesmente o ouvido e o olhar". E exemplifica com o emprego de "se" e "lhe" iniciando frase: "Mas o gambá pediu muito, "se" ajoelhou, fez muita lábia" (Darci Azambuja, *No Galpão*); "Disse-lhe o padre: – Meu filho, / Não persista no

pecado, / Deixa a carreira dos crimes, / “Se” torne regenerado, / Si me promete deixar, / “Lhe” prometo trabalhar / Pra você ser perdoado. (cordel, *Conselhos de Pe. Cícero a Lampião*).

Em seguida, relaciona o que chama “casos insofismáveis”, mas antes deixa três exemplos tirados a “textos eruditos” com a obliquação do pronome da primeira pessoa do singular, “por todos reconhecida como normal na nossa língua”: “Me” guiareis com a vossa experiência (Alencar, Minas de Prata, v. 3, Garnier, p. 27);“Me” avie, seu Domingos (Aluízio Azevedo, O Cortiço, Garnier, p. 57); “– Naída! –Padre, “vos” espero, vamos”. – “O que fazias, filha?–“Me” lembrava...” (Fagundes Varela, Evangelho nas Selvas).

E mais alguns “casos insofismáveis” de 2ª. pesssoa: “Te” vejo, te procuro (Gonçalves Dias, Harpejos; “Te” denunciarei, sim” (Alencar, Minas de Prata, v. 3, p. 168); “Te” saúdo, caipirinha” (Nogueira da Gama, Matizes).

Com a 3ª. pessoa do singular: “Se” cultivava muito milho, também feijões, abóboras e melancias”, exemplo erudito tirado a Severino de Sá Brito, “Trabalhos e costumes dos gaúchos”, p. 30; semi-erudito: “Se” recebem as inscrições na gerência”, anúncio de um cabaré paulistano; na primeira pessoa do plural: “Nos” salve agora” (Lúcio Cardoso, Maleita!), “Nos” faça esta caridade,/ Deus há de lhe agradecer”, do cantador Martins de Ataíde, “frase brasileira até debaixo d’água”; da 2ª. pessoa do plural: “Vos” serve este meio? (Alencar, Minas de Prata, v.3, p. 400).

Não ocorrem a Andrade os exemplos com “lhe” ou “lhes”, mas lembra que “assim como nos Açores nas festas do Espírito Santo, o povo se referindo à coroa, diz ao Imperador: “A” coloque no altar/ E junto seu cetro lindo, etc.”.

Levado pela crença de que “o brasileiro se caracteriza pela variedade com que dispõe os pronomes” (2002:72), encontramos algumas dessas ocorrências em diálogos e fora deles em Amar, verbo intransitivo (1991), “já inteirinho abrasileirado”, uma prática quase sistemática em Andrade de começar o período pela variação pronominal átona e de interpor um pronome átono entre verbos: – “Então me ensine a pregar botões, vá!... me daí a agulha” (p. 39); – “Lhe inchavam os olhos duas lágrimas de verdade”. (p. 47); – “Andou. Se riu de aflito, abrindo a porta” (p.79); “Contava ou não contava? ... se assusta”. (p.84); – “Me diga uma coisa: você conhece a língua do lim-pim-guapa?” (Macunaíma, p. 6); – “Se lembrou da muiraquitã”! (op. cit., p. 26).

Passado o furor do Modernismo na década de 1960, a questão pronominal serve de motivo para Raquel de Queiroz escrever uma carta indignada a um editor português que

impunha “certas inofensivas alterações, como sejam a deslocação de pronomes” para publicar livros da escritora cearense:

> Acontece entretanto, meu caro amigo, que esse alcanje, que esses pronomes mal postos, que essa língua que lhes revolta o ouvido, é a nossa língua, é o nosso modo normal de expressão, é – ouso dizer – a nossa língua literária e artística. Já não temos outra e, voltar ao modelo inflexível da fala de Portugal, seria para nós, a esta altura, uma contrafação, impossível e ridícula (*Cem crônicas escolhidas*, p. 280.)

Seguindo a orientação do filólogo Antenor Nascentes, que comentou em artigo não punir os erros de colocação pronominal dos seus alunos, hoje a modalidade é tolerada na língua literária brasileira, mas ainda não ganhou o aval de Portugal, que resiste em aceitá-la.

4.3 A GRAMÁTICA DA LÍNGUA BRASILEIRA

O espírito inquieto de Alencar não perdia a oportunidade de chamar para si as atenções de escritores e gramáticos sempre que se referia à “língua brasileira” ou à “nossa gramática brasileira”. Consciente da importância das observações que tinha da língua falada no Brasil, traçou um plano voltado para a “A Língua Portuguesa no Brasil” e outro para a “Literatura Brasileira”, rascunhos incompletos e escritos de próprio punho, trazidos à luz pela Aguilar (v.4, p.7-12), notando-se nele a intenção de discutir a autonomia lingüística e literária do Brasil.

4.3.1 A GRAMÁTICA DE JOSÉ DE ALENCAR

> *Minhas opiniões em matéria de gramática têm-me valido a reputação de inovador, quando não é a pecha de escritor incorreto e descuidado.*
> José de Alencar

Como já tratamos dos assuntos principais que comporiam a sua pretensa gramática, com exemplos tirados à sua obra, vimo-nos na contingência de apresentar este estudo, ainda que em síntese. No plano inicial, a sua pretensão é escrever sobre “A Língua Portuguesa no Brasil”. Para tal, subdividiu-o em quatro itens:

> 1 – Origem da língua portuguesa.
> 2 – Formação da língua portuguesa.
> 3 – O idiotismo na língua portuguesa.
> 4 – A revolução atual da língua portuguesa.

Este plano traz observações sobre a “revolução” que a língua portuguesa passa no Império Novo. Pontua Portugal como cheio de tradições, com outras idéias, encontrando no Brasil outra seiva, que vai contribuir para transformações e para formar a língua brasileira. Escreve que negar essa língua “é negar o futuro do Brasil”. Acentua que pretende provar não com considerações, “mas com fatos que a verdadeira língua portuguesa não atingiu seu desenvolvimento. O que chamamos de período de florescência não foi senão a formação da língua; o classismo longe de ser a linguagem perfeita é a infância da língua”.

Seguem-se vários outros tópicos na pretensão de formular opiniões sobre a linguagem de Chateaubriand, Racine, Moliére, a linguagem portuguesa e a língua do Brasil, “duas línguas e duas cores’ “com a mesma origem”: “É verdade que com o andar dos tempos formam-se idiotismos – Idiossincrasia da língua – Mas o que é idiotismo? Cumpre saber – Muitos galicismos, italianismos, castelhanismos e até germanismos se introduziram em português no tempo dos clássicos e tornaram-se portuguesismos”.

A segunda parte trata da Literatura Brasileira e uma introdução onde explica o “plano de desenhar as feições de nossa poesia, e mais especialmente esboçar o molde em que há de vazar-se um dia o tipo da nacionalidade literária do Brasil”.

Os tópicos IV e V abordam questões de língua, etimologia, palavras emprestadas, formação de palavras em português, pronúncia das palavras, onomatopaicos, radicais, etc.

Dedicou ao tópico VI o estudo do “Valor das Palavras”, pretendendo fazer um estudo da “Gramática geral”, da Lógica e das classes de palavras. Relaciona aqui Ortografia e Prosódia.

Em seguida, separa o tópico VII para o estudo da “Sintaxe”. Pretendia aqui abordar os processos de formação de orações, a concisão e a flexibilidade, os vocábulos deverbais, a ordem inversa do período, e outros assuntos.

O último dos tópicos (VIII), vem com o título “As Línguas Progridem como os instrumentos se aperfeiçoam”. Embora Alencar não faça menção à “língua brasileira”, pelos itens que enumera, não dissertaria sobre outro assunto. Aqui estão alguns: Introdução de novas palavras, novas orações, nova sintaxe – Neologismo – Vocábulo velho saturado – O que é o portuguesismo – O brasileirismo – Diferença e superioridade do dialeto brasileiro na invenção de palavras, nas orações – Ortografia, a mesma – O *b* por *v* – Superioridade do estilo brasileiro; cunho de ambos.

Como se observa, Alencar não colocou a questão pronominal nem na prosódia, como sempre defendera, e nem na sintaxe. Nota-se, entretanto, que os tópicos relacionados foram

exaustivamente debatidos nos seus prefácios, pós-escritos, nas questões filológicas e nas reflexões que fazia no decorrer das tramas.

4.3.2 A GRAMATIQUINHA DE MÁRIO DE ANDRADE

> *o meu exemplo, erros ou coisas acertadas podem interessar a alguém. Os prefácios e notas que eu mesmo faço aos meus trabalhos podem esclarecer alguma coisa.*
>
> Mário de Andrade

A Gramatiquinha de Mário de Andrade (1990) é o produto de uma pesquisa organizada por Edith Pimentel Pinto tomando documentos originais e notas assinadas de próprio punho por Andrade, à margem de obras de caráter lingüístico, em especial na *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* , de Said Ali, e em outros escritos de igual teor, dispersos entre páginas de livros e documentos do acervo do escritor paulistano. Pinto selecionou e organizou o material, que ofereceu subsídios suficientes para se interpretar o que seria a pretensa *Gramatiquinha da fala brasileira* de Mário de Andrade.

O material trazia anotações nem sempre pertinentes à natureza da obra, sem unidade interna e externa, e aparentemente, ao organizar as notas, Andrade "não teria visado a outro fim senão o de preservar a documentação, servindo as rubricas apenas como índice da preponderância de assunto, razão pelo qual o material não poderia ser totalmente aproveitado" (Pinto, 1990:12).

Selecionado os itens mais relevantes, dividiu-se o trabalho em duas partes, "Fonologia" e "Lexeologia", nas quais se procurou apanhar a linha geral do pensamento de Andrade na intenção de interpretar o que poderia ter sido a *Gramatiquinha da Fala Brasileira* se o plano esboçado fosse mantido.

I – Fonologia

Esta parte vem dividida em três capítulos: Fonologia, Fonética e Prosódia, e Ortografia, levando Pinto (op. cit., p. 108) a expressar que "fonética e prosódia são realmente dois aspectos que não se dissociam, nos documentos de Mário de Andrade, mesmo nos tardios, como o Questionário de Língua".

Esta primeira parte foi tratada por Andrade de forma genérica e imprecisa, apoiada possivelmente na *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira com organização aparentada à Gramática Secundária de Said Ali, e traz a observação:

> "É milhor tudo num capitulo só".

Levado pelos estudos de Amadeu Amaral, Andrade tinha a idéia de reunir em 1930 um congresso com "músicos e conhecedores profundos da nossa fala para organização dum vocabulário musical", enfoque desviado em 1935 para a pronúncia, visando à "dicção cantada", objeto do I Congresso Brasileiro da Língua Nacional Cantada em 1937, com atividades canto erudito, teatro e declamação, abrindo espaço para a questão da pronúncia culta. Na mesma época em que tratava de estabelecer a pronúncia culta elaborada, pensava igualmente em levantar os traços típicos de outros dialetos sociais, organizando um "Questionário de Língua", cuja aplicação explicita:

> As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural. As observações só não devem se estender aos indivíduos que timbram em falar certo. Ou milhor: tem muita importância em verificar a apontar as regras e casos em que mesmo estas pessoas "culteranistas", por desatenção momentânea pecam contra o português de Portugal ou das gramáticas (apud Pinto, 1990:109).

Para a Fonética**,** além da descrição e exemplificação geral o mais possível aproximada da pronúncia da região, existem quatro textos e parte do trabalho de Nicanor Miranda e J. D. Bueno dos Reis sobre "Vícios e defeitos na fala das crianças dos Parques Infantis de São Paulo", com uma investigação de caráter psicossocial. Esta parte trata dos seguintes assuntos:

a) Diversas cores de cada vogal;

b) Peculiaridades consonantais;

c) Conjugação dos verbos;

d) Existência ou inexistência de sílabas mudas nas palavras graves e esdrúxulas;

e) Encurtamento das proparoxítonas: "chacra" por "chácara", "prinspe" por "príncipe";

f) fusão ou encurtamento de partículas do discurso ou sílabas de palavras "delegado polícia" por "delegado de polícia"; "eu vou no-turno" por "eu vou no noturno"; "juiz direito" por "juiz de direito", "sodade" por "saudade". "erisipa" por "erisipela", "cine" por "cinema", "presta" por prestação, etc. ;

g) Timbre, nasalação etc.;

h) Ritmo, rapidez, etc.;

i) Altura, variabilidade, riqueza, pobreza, monotonia da elevação dos sons (agudos, graves, médios); intensidade (fortes, pianos, murmurantes, sussurrantes) na pronúncia geral e comum; nas ocasiões de falar em público; na família; nas paixões (cólera, amor, ironia,

carinho, caçoada); nos estados de relação (de pais pra filhos e vice-versa, de moços pra moços; de velhos pra crianças; de pobres pra ricos; de patrões pra empregados etc. etc.);

j) Ciciosidade;

k) Troca de consoantes, de vogais (“ispanó” por “espanhol”; “ingrêis” por “inglês”; “piqueno” por “pequeno” etc.);

l) Pronúncia do *r*: substituição do *r* pela vogal *i* (“poico” por “porco”);

m) Pronúncia do *lh* (“recolher” e “recoiê”);

n) Transformação do *ô* em *u* e vice-versa (“mucambo” por “mocambo”; “fonção” por “função”; “”muinho” por “moinho”; “pueta” por “poeta”);

o) Pronúncia do s (“mochca” por “mosca”); “us pretus” por “os pretos”; inexistência de s para a pluralização;

p) tio e tiu, friu e frio, transformação de dissílabos em ditongos;

q) compromisso entre *i* e *u* “oiro” e “ouro” etc.;

r) valor longo ou breve da primeira vogal nos ditongos crescentes, “ia”, “ie”, “io”, “iu”, “ua”, “ué”, “uê” e “eu”, ocasionando o desdobramento em duas sílabas do ditongo, ou sua possibilidade (qui-abo, inqui-eto, mi-ôlo, pi-ólhos, mi-udo, casu-al, pu-éta, su-íno);

s) valor longo ou breve da primeira vogal nos tritongos, ocasionando o desdobramento ou não do tritongo em duas sílabas;

t) manifestações de epêntese (“adevogado” por “advogado”; “abisolutamente”; “fulô” por “flor”);

u) manifestações de assimilação regressiva (“inlustre” por “ilustre”);

v) manifestações de síncope (“meidia” por “meio-dia”, “poblema” por “problema”, “compania” por “companhia” etc.);

x) variações de “para” (pra, pra, pró, etc.) são gerais ou não na região;

y) pronúncia de “rúim” ou “ruim” ? “mui” ou “múim” por “muito”?

aa) empregos de sinalefa: “duma” por “de uma”; “d’água” por “de água” (apud Pinto, 1990:111-114).

Sobre ortografia, questão muito debatida com gramáticos e leigos, Pinto (op. cit., p. 107) estranha a escassez de textos, principalmente porque Andrade defendia posição própria e soluções gráficas peculiares. Acredita que ao incluir Ortografia a par de Fonética e Prosódia, revela a intenção de não desvincular esses estudos (op.cit., p.119). Assim, formas relevantes como *si* (conj.), *sinão, siquer, quasi, milhor, milhorar, milhormente, chacra, abobra, iguinorante, adimitir* e equivalentes, não foram objeto de texto elucidativo, embora

documentadas algumas em notas de leituras e posteriormente tenham integrado o "Questionário de Língua" para efeito de investigação de sua correspondência com a oralidade. Nenhuma dessas grafias, entretanto, comprometia o que para Andrade era essencial: a intelecção imediata, e além disso, tinham, a seu ver a dupla vantagem de corresponderem à pronúncia brasileira e eram históricas – caso de *si, quase, sinão siquer, milhor* e até de *pra*, que, se não remonta a Camões, já apareciam em escritores românticos (op. cit., p.125).

Duas "regras de acentuação" parecem a Pinto (op. cit., p. 126) o interesse de Andrade em simplificar as soluções gráficas divulgadas na sua obra:

"*Palavras acentuadas:*

I – Esdrúxulas de uso menos comum.

II – Palavras suceptíveis de duas acentuações diferentes com significados diversos, acentua-se todas pra facilitar a visibilidade imediata, ex.: Saía, apesar de grave".

Sobre o uso de hífen (não entrou nas reformas de 1907, 1912, 1924 e 1929), valorizado pelos modernistas na formação de compostos, sob influência de Gonçalves Viana ou do Acordo de 1931, Andrade esboçou quatro regras:

"Tem traço-de-união":

1) As palavras duplas em que no plural o 1º. termo se pluraliza;

2) As palavras duplas em que no plural se daria mudança de sonoridade (força) na consoante inicial do segundo termo, *r* ou *s*.

3) As palavras triplas: traço-de-união;

4) As palavras em que o primeiro termo é "sem", "circum", "recém", conservam o *m* unido: *semvergonha, recemchegado, circumnavegar.*

Pinto (1990:129) levanta a possibilidade da primeira regra referir- se às palavras compostas em que só o primeiro elemento admite plural: escola-modelo, escolas modelo; a segunda diz respeito às palavras em que ocorre "mudança de sonoridade" do *r* ou do *s* inicial do segundo elemento. Seria o caso de *entre-sorrir*, que Andrade prefere *entressorrir:* "Verbos como entressorrir em vez de traço de união terão a duplicidade pra milhormente ressaltar a entidade verbal".

A terceira regra abrange as palavras compostas, cujos elementos são ligados por preposições, como pão-de-ló, mula-sem-cabeça e semelhantes, ao passo que a quarta regra restringe o uso de hífen, excluindo-o das palavras compostas, cujo primeiro elemento é um prefixo terminado em *m*, que na composição conservaria sua integridade gráfica:

cicumnavegar (circu-navegar), *recemchegado* (recém-chegado), *semvergonha* (sem-vergonha).

Nestas anotações, acrescenta Pinto, estão explícitas as bases da ortografia de Andrade, de percepção imediata e em correspondência com a pronúncia brasileira, e implicitamente três das suas regras. Saca-rolhas, por exemplo, remete à regra 2 – "palavras duplas em que no plural se daria mudança de sonoridade (força) na consoante inicial do 2º. termo, r ou s" – confirmando que a referência a plural dever ser lapso. Outra implícita é a regra 1 – "palavras duplas em que no plural o 1º. termo se pluraliza", mas não há correspondência para as regras 3 e 4.

Em contrapartida, há um caso não contemplado nas quatro regras – o da união dos pronomes enclíticos aos verbos, lembrado, provavelmente, por dele tratar Said Ali, como já o fizera Gonçalves Viana. De acordo com Pinto (1990:132), esta parece ter sido a determinante mais remota das regras de Andrade, possivelmente reforçada pelo Acordo de 1931. Se a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* lembrou o caso, não cogitado da ênclise, restringiu-se a isso influência de Said Ali. No que respeita a palavras compostas, não estipula regra para o uso de hífen (op. cit., p. 130). A prática de Andrade, entretanto, não se pauta pelas quatro regras, sendo freqüentes na sua obra os compostos como *João-de-barro, fórmula-assombração, não-somos-a-câmara-mortuária-de-Portugal,* etc. etc.

Considerando-se os documentos expressamente destinados à *Gramatiquinha,* a acentuação e o uso do hífen são praticamente os tópicos de ortografia abordados, notando-se que a preocupação de Andrade com o hífen é de ordem estilística, uma tendência do estilo modernista para a substantivação, que não se evidencia apenas na elaboração das quatro regras, mas em outros textos elaborados para a "Gramatiquinha":

> Assim a entidade substantiva é expressa por uma palavra só. Daí o se ligar com um traço de união tudo o que é uma entidade abstraível, um substantivo enfim. Se escreve guarda-chuva, pé-de-moleque, fruta-do-conde. Da mesma forma se deverá escrever Rio-de-Janeiro, S- Paulo (subtendendo o ponto de abreviatura), Santa-Ana-do-Livramento etc. (Pinto, op. cit., p. 131).

Entretanto, aborda o assunto no capítulo Pontuação**,** parte da mesma "entidade abstraível", estabelecida pelo hífen, para opor restrições de base psicológica a esse tipo de composição:

> O hífen enfraquece o volume da palavra lhe diminui a plasticidade torna mais lenta a visibilidade, e intelectualiza criticamente a compreensão da palavra chamando a atenção pros seus componentes. Ora a palavra depois de ter entidade própria deixa de ter sensorial e sensitivamente uma composição pra se tornar um dinamismo integral e único. Vive só e vive por si. Si é certo que tomada isoladamente ela faz nascer um dilúvio de associações de imagens e de idéias e toda casta lirismos curiosos que nem mostrei tais como Flamingo, Escrivaninha, Jorobabel etc., dentro dum pensamento ela vive integral, sem decomposição, sem composição. Os alemães é que praticam racionalmente jamais empregando hífen intelectualista, gramatical e prejudicial. Si de fato na fala da gente carecemos ás vezes dela

> pra evitar pronúncias erradas e mesmo facilitar a compreensão que nem em sub-literatura pra não ficar na sílaba **bli** que estragava a história, as mais das vezes o hífen é desnecessário e pau. Deve desaparecer o mais possível do corpor das palavras. Nada de guarda-chuvas! Empreguemos guardassóis (op. cit.).

Contrário ao abuso do hífen, Andrade recomenda-o como recurso de clareza no plano fônico, ou recurso estilístico, no plano sintagmático, remetendo o uso à regra 2 e à observação que a complementa: "na dúvida entre grafar com hífen os compostos, cujo segundo elemento começa com r ou s", Andrade inclina-se para a duplicação das consoantes (entressorrir, guardassóis). A marginalia oferece alguns dados para a partição das palavras, do uso do apóstrofo e de maiúsculas. Sobre a partição das palavras, anota:

> As palavras devem ser partidas pelas precisões naturais de visibilidade da estrutura. Tudo o que ficar fácil de ler está certo, dentro da rapidez inerente (essencial) tanto de escrita como de leitura. Quando for possível a palavra partida deve ser lida, adivinhada por inteiro na parte anterior que traz o traço-de-união. Sempre pois a visibilidade é que determina a partição (op. cit., 133).

Andrade discorda de Said Ali que recomenda na "Gramática Secundária" (p.46, parágrafo 7): "Duas consoantes iguais separam-se caval-lo, mor-ros, ber-rar, sug-gerir, sab-bado, pres-são, proces-so, proces-sar", por entender como "puro preconceito pois a primeira letra das gêmeas não é pronunciada e em brasileiro não tem valor nenhum, nem para abrir a vogal anterior. O Parag. 9 está milhor."

Este parágrafo de Said Ali reza: "Se a primeira das duas consoantes desiguais é letra muda, é preferível junta-la á segunda na linha seguinte: obje-cto; direc-ção". A regra 10, "Nas palavras formadas com prefixo, fazemos separação entre o prefixo e o termo primitivo, quanto temos consciência nítida dessa formação: dês-agradável (...)", (p. 47) também é contestada: "Não. Separar por sílabas que desintelectualiza mais a leitura e a torna mais inconsciente mais imediata, que é crítica gramatical dever ser obtida da escrita, que é uma expressão natural".

Discorda também quanto ao uso do apóstrofo, que o conceitua como "o sinal que indica a supressão de vogal ou consoante: n'água, p'ra, co'este, d'amigo, esp'rança", e anota na marginália da p. 48: "Em brasileiro não se usa. Nem nas licenças poéticas, coisa que não existe. Se escreva: nágua ou na água, minha alma. A elisão é natural e inconsciente. *Realiza-la* na escrita é *analisa-la* e intelectualizar escrita e leitura" (op. cit., p.135).

Pinto conclui que na primeira parte da *Gramatiquinha*, Andrade deixou elementos escassos e desigualmente desenvolvidos, com respeito aos três aspectos que a constituiriam e que os aspectos Fonética e Prosódia, abordados em conjunto, só foram objeto de interesse descritivo e não passaram da fase de coleta de dados e das primeiras tentativas de organização metodológica. O tratamento subseqüente, que requereria conhecimento de Fonética Experimental, que Andrade tinha plena consciência, mas não dispunha de conhecimento para

tal, seria fato para estudo de mais de uma geração, e que o vulto do empreendimento foi certamente uma das causas do abandono do projeto. Nesta parte da *Gramatiquinha* só há elementos para justificar um ponto de partida: a intenção de configurar, também, desse ângulo, aliás fundamental, a seu ver, a variedade brasileira, que cumpria trazer à tona, "pra que não se afogasse sob o peso da tradição lusitanizante".

II – Lexeologia

A concepção de Lexeologia como parte da *Gramatiquinha* destoa dos moldes correntes na época para seguir a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*, de Said Ali, cujas concepções Andrade adota implicitamente. O estudo dos vocábulos vem dividido em "grupos ou categorias", registrando-se "os fatos comuns e constantes e os fatos variáveis", não correspondendo exatamente aos de Said Ali, em cuja teoria acomodou idéias pessoais "sobre a maneira de conceber as partes do discurso"(apud Pinto, 1990:147). Comporiam a Lexeologia os capítulos

"I. Palavras :

1. Substantivo (substantivo propriamente dito);
2. Pronomes (pronomes-substantivos);
3. Verbo;
4. Adjetivos (os qualificativos);
5. Advérbio (possivelmente os de modo);

II. *Interjeições* (não palavras, nem partículas);

III. *Partículas* (definição e espécies)

1. Artigo
2. Determinativas
3. (Numerais ?)
4. Preposições
5. Conjunções

IV. *Formação de palavras"*

Neste plano, Pinto (op. cit., p.131) chama atenção para a bipartição entre "palavra" e "partícula", com dois capítulos consagrados ao seu estudo: partículas sintáticas e partículas determinativas, cuja distinção é fundamental em sua teorização, apesar das dúvidas e incongruências. Observa que "as "Palavras" se opõem às "Partículas" por seu caráter substantivo; no entanto, eventualmente, estas também são chamadas palavras".

Entre palavras e partículas se distribuem as partes do discurso ou "categorias: "Distinguir a palavra das partículas sintáticas que são as preposições, as conjunções, os artigos, os adjetivos determinativos" (op. cit., p. 148).

As "partículas sintáticas" seriam elos que apenas transitoriamente poderiam passar para a "categoria" das "palavras reais", as "entidades" ou "personalidades do discurso":

> Na realidade não tem palavras que sejam integralmente catalogáveis dentro dessas categorias de substantivos, verbos e adjetivos e mesmo advérbios que os gramáticos inventaram. Amar, amor, amoroso, amorosamente são de deveras uma só palavra flexionada segundo a função que tem de exercer pra explicar oralmente um juízo. Só as partículas é que poderão se catalogar porque escapam a {sic.} subjetividade, não são personalidade do discurso, são elos dessas personalidades (op. cit., p. 149).

Para Andrade, tais partículas são vozes locucionais, que não poderiam variar de categoria, por entendê-las entidades independentes. No entanto, adjetivos, advérbios, substantivos etc. "podem passar pra qualquer outra categoria transitoriamente e sem perder o seu caráter psicológico" (op. cit., p. 39).

No que se refere ao tratamento que dá à colocação pronominal, aos verbos irregulares, à ortografia e à regência, partes importantes da sua sistematização, reservamos um item onde o assunto foi debatido por vários gramáticos, não havendo necessidade de retornar à questão, uma vez que todos os outros subsídios tiveram seus estudos esgotados na interpretação da *Gramatiquinha da fala brasileira*, por Edith Pimentel Pinto.

4.4 A LÍNGUA DO BRASIL

A abordagem em torno da língua do Brasil passou a se configurar como problema lingüístico em meados do século XIX, quando as especulações em torno do assunto tomam sentido e força com críticas a escritores românticos de incorretos, em particular a Alencar, acusado de inovador, descuidado, da "mania" de tornar o brasileiro uma língua diferente do português. Estas críticas levam-no no pós-escrito à 2ª. edição de *Iracema* (v.3, p. 312) a expressar a pretensão de "fazer um estudo sobre a índole da língua portuguesa, seu desenvolvimento e o futuro, considerando especialmente a tão cansada questão do estilo clássico".

A partir de então, passou-se a suposições de que o escritor pretendia criar uma língua própria do Brasil, e a conclusões apressadas de que era do seu interesse fazer uma gramática da "língua brasileira". A pretensão de Alencar tornou-se o espaço onde se expôs e por onde desafiou os "reacionários da língua", os inconformados com a sua atitude e com o ângulo estratégico sob o qual se colocou ao reivindicar liberdade incondicional de criação do escritor para retratar fatos lingüísticos, temas e valores sugeridos e fornecidos pela sociedade do seu tempo, ainda que sob "os clamores da gente retrógrada"(*Diva*, v.1, p. 559); liberdade para descobrir novas formas de expressão e novos processos emotivos.

As idéias de Alencar serão reatadas por Andrade quarenta anos depois, quando manifesta que o seu "desejinho secreto de falar bem o português e escrevê-lo sem erro" (apud Bandeira,1998:240) levaram-no a trabalhar por uma "língua brasileira".

As intenções de ambos conduzem a várias perguntas. A primeira delas: Haveria a necessidade de nomear essa língua trazida de Portugal para o Brasil e que tanto se distancia das suas origens?

Nomear a língua do Brasil tornou-se evidente a partir de posições nacionalistas e envolveu de início o constituinte José Clemente Pereira, que em 1826 apresentou uma emenda no parlamento do Império com a proposta para que se redigissem os diplomas dos médicos e cirurgiões "em linguagem brasileira', que é a mais própria" (apud Orlandi, 2001:187).

Durante algum tempo entendeu-se também que a língua do Brasil não passava de uma língua "emprestada" ao português, de um "dialeto" do português, ou de um idioma, de uma língua *emprestada*, por verem nela uma mistura de regionalismos e plebeísmos fonéticos, morfológicos, sintáticos e léxicos. Os estudos lingüísticos mais recentes concluem que *emprestada* não era essa língua, porque ao chegar aqui o colonizador encontrou uma diversidade de línguas, destacando-se o tupi-guarani, que por muitos anos foi o principal veículo de comunicação entre os nativos e o homem branco. Suas peculiaridades levaram também à discussão de que remetiam a um *dialeto*, como supuseram Alencar e Macedo Soares, comprovando-se que *dialeto* também não era, porque o termo remete a "uma variedade subpadrão ou não padrão de uma língua, associada a grupos que não contam com prestígio social" (*Dicionário Aurélio*). Posteriormente, sua nominização passou por "neoportuguês", "pan-português", "língua do Brasil", "língua pátria", "língua luso-brasileira", "linguagem brasileira", "língua nacional", "idioma", levando inclusive João Ribeiro, Sousa da Silveira e Antenor Nascentes atribuir a seus livros títulos bastante sugestivos: "Língua nacional", "A língua nacional e o seu estudo", "Idioma nacional", que também não se acomodavam às particularidades lingüísticas do Brasil.

Como se observa, o termo "nacional" configura-se neutro, evasivo, levando-nos a perceber que ao falarmos em "língua nacional" poderíamos, à primeira vista, pensar que o termo esteja vinculado a um sentimento nacionalista, predominante até o Movimento literário de 1922, ou que é língua própria do Brasil, ou ainda que esta língua se distingue das demais que contribuíram para a sua formação (língua portuguesa, língua tupi, língua africana, língua geral), uma nominização que não se encaixava aos estudos lingüísticos mais avançados do primeiro quartel do século XX.

O vocábulo “idioma”, entendido como “um termo com que se insiste na unidade lingüística inconfundível, de uma nação em face das demais” (Câmara Júnior, 1964:188), começa então a preencher a lacuna da nominização da língua do Brasil, amparado no pensamento deste lingüista: “Enquanto o conceito de língua é relativo e se aplica a uma língua comum, a um dialeto, a um falar, a uma gíria e até a um idioleto, o idioma só se refere à língua nacional, propriamente dita, e pressupõe a existência de um estado político do qual seja a expressão lingüística” (op. cit.,).

Vinculado por Antenor Nascentes em estudo que fez sobre língua e estilo, a nomenclatura “idioma” recebe o apoio de Pinto (1992:4-6), apoiada no pensamento de Houaiss (1983:50): “A rigor, sem estraçalhamentos nominalistas, nada impede que lhe chamemos idioma brasileiro”. Pinto descarta as demais conceituações e sustenta que “língua brasileira” ou “idioma brasileiro” pode aplicar-se à modalidade brasileira da língua portuguesa, sem qualquer implicação com a defesa de sua autonomia. Observa que já não cabem desculpas históricas sob a argumentação de que se o português nasceu do latim, o brasileiro teria suas origens no português, e que todos os aspectos arrolados em defesa da “língua brasileira” podem ser explicados em três itens:

> 1. traços preferenciais dos brasileiros, mas que também existem ou existiram em Portugal (colocação pronominal);
>
> 2. casos de redução no emprego dos recursos da língua (ocorre na conjugação verbal em nível popular);
>
> 3. acréscimo de unidades lexicais (indianismo e neologismos).

Recorre aos conceitos de sistema, norma e fala, do lingüista romeno Eugenio Coseriu (1967) para respaldar sua posição, e da qual faremos uma síntese elucidativa.

Coseriu substituiu a dicotomia *langue/parole* (língua e discurso) de Saussure, por três realidades distintas e interdependentes entre si para justificar os fatos lingüísticos, que nos levam ao esclarecimento sobre a língua do Brasil: o SISTEMA, a NORMA e a FALA:

1 – SISTEMA, um conjunto fechado de possibilidades verbais estabelecidas por regras tacitamente aceitas pelos usuários, só se verificando alterações por adesão coletiva. Representa um código para toda a sociedade, um indicador de caminhos abertos e fechados a todas as possibilidades. Mais que um conjunto de imposições, é um conjunto de liberdades.

Este conjunto de liberdades configura-se dentro de um paradigma, de um eixo, que une língua portuguesa e “língua brasileira”, mas as deixa livres para praticar variações de pronúncia e nos campos semântico e lexical, e mais restritamente na sintaxe, conforme com textos tirados à Revista “Visão”, edição portuguesa de 08 de maio de 2008:

> Três *estreias* portuguesas no mesmo dia: um documentário e duas ficções *passadas em África* (p. 134.)
>
> O You Tube é como um restaurante que só serve *tapas*: comemos coisas saborosas mas não temos a certeza de que *jantámos* (p.114);
>
> As línguas não são alteráveis por caprichos ou decretos. A morfologia (à qual o "acordo" afinal se resume) não passa da embalagem do idioma. A essência reside na sintaxe e na semântica, que governo nenhum tentará normalizar, ou não fossem elas apenas moldáveis, no caso do Português, pela língua falada nas telenovelas brasileiras que diariamente nos invadem... e na meia dúzia que, em troca, lhes vamos impingindo e possivelmente ninguém vê. Não é uma normalização nem uma fusão. Antes um híbrido, um *incómodo*, um *bodo* aos livreiros, aos editores e aos fabricantes de tabuletas... (carta de um leitor sobre o acordo ortográfico, p. 18).

Observe-se que nos textos acima, a não ser alguns casos de ortografia, diferenciando a pronúncia portuguesa da brasileira, de regência e de léxico, nada mais nos leva a distinguir o português europeu do português do Brasil porque o sistema se mantém quase inalterado, havendo apenas alguma dificuldade no léxico, particularmente as palavras 'tapas" e "bodo". No mais, o restante nos é familiar.

2 – NORMA, uma força superior e coercitiva. Representa as obrigações impostas numa dada comunidade sócio-lingüístico-cultural, estabelece códigos e subcódigos para diferentes grupos de uma mesma sociedade, colabora para fixar a língua padrão, que por rua vez é restrita à prosa formal não literária. Sua configuração está assentada na perda da identidade de um determinado grupo social pela imposição da chamada "norma culta" ou "padrão" em detrimento de outras. NORMA e SISTEMA, ao contrário da FALA, são abstrações.

Note-se que Andrade, bem antes da teoria de Coseriu, entendia a língua como uma abstração dividida em grupos de usuários:

> A língua, no seu sentido, digamos, abstrato, é uma propriedade de todo o grupo social que a emprega. Mas isto é uma mera abstração, essa língua não existe. O tempo, os acidentes regionais, as profissões se encarregam de transformar essa língua abstrata numa quantidade de linguagens concretas diversas. Cada grupinho, regional e profissional, se utiliza de uma delas (2002: 212:214).

Andrade não nega a existência de uma língua "culta", "a língua escrita, por excelência, tradicionalista por vício, conservadora por cacoete específico de cultismo'. Ou de classe, 'exclusiva apenas de um dos grupinhos do grande grupo social" (op. cit., p.214). Intuiu a NORMA e a definiu como "uma língua total, de tendências conservadoras, que fixa a linguagem pelo estudo e a estratifica pelo cultivo da tradição";

> A linguagem culta funciona bem exatamente como durante muito tempo funcionou o latim, depois de nascerem e se estabilizarem as línguas românicas: era o instrumento oficial e transcendente, grafado no papel, único usado entre as pessoas cultas nos seus trabalhos de erudição. O indivíduo que dentro de casa e na rua falava o castelhano ou o português vivos, escrevia em latim morto o seu livro sobre botânica (op. cit., p. 217).

3 – FALA, utilização individual da língua pelo falante, a atividade lingüística se manifesta de forma concreta, não convencional e opcional, constituindo o grau máximo de variação lingüística, podendo o usuário contribuir para acrescentar outras estruturas lingüísticas a outras já formuladas e aceitas socialmente, não prejudicando a sua unidade. A FALA comporta realizações inéditas do SISTEMA, e nela o falante pode optar livremente.

No que se refere à FALA, Andrade escreve que ela "não tem intenções aristocráticas de bem falar", e dentro dela encontram-se variantes ligadas aos sentimentos (amor e cólera), ao sexo, à faixa etária e às profissões.

> O povo não é estúpido quando diz "vou na escola", "me deixe", "carneirada", "mapear", "besta ruana", "farra", "vagão", "futebol". É antes inteligentíssimo nessa aparente ignorância porque sofrendo as influências da terra, do clima, das ligações e contatos com outras raças, das necessidades do momento e de adaptação, e da pronúncia, do caráter, da psicologia racial, modifica aos poucos uma língua que já não lhe serve de expressão porque não expressa ou sofre essas influências e a transforma afinal numa outra língua que se adapta a essas influências (apud Drummond, 2002: 98).

Ao formular sua tríplice oposição, Coseriu colabora para a compreensão do caráter dinâmico da língua e sua diversidade, identificando nela, conforme o grau de abstração e de formalização, três níveis de características:

a) as concretas, infinitamente variadas e variáveis dos fatos lingüísticos observados nas infinitas manifestações individuais: a FALA.

Nela, acrescentamos, o usuário pode optar pelo vocábulo "desinfeliz" ou "desfeliz", ao invés de "infeliz", para exprimir seus pensamentos e exteriorizá-los, sem o receio de incorrer em erro.

b) as normais, comuns e mais ou menos constantes, independentemente da função específica dos objetos : a NORMA, o primeiro grau de abstração.

Na NORMA ou língua padrão, o usuário que faça parte de um grupo social de prestígio, na dúvida do emprego de "desinfeliz", "desfeliz' ou "infeliz", fará a opção por este vocábulo, porque nele está a NORMA, o padrão, o modelo de como funciona. Entretanto, os escritores românticos, ao optarem por "desfeliz' ou "desinfeliz", inovaram o estilo na parte superficial da NORMA, acrescentaram uma nova expressão, reforçaram a estilização da linguagem, uma intervenção que afetou a língua da literatura do Brasil.

c) as funcionais ou indispensáveis: o SISTEMA, segundo grau de abstração, paradigma a que estão sujeitos tanto a língua portuguesa da Europa quanto a língua portuguesa do Brasil, ou seja, um e outro recorrem às mesmas regras para pluralizar palavras, conjugar verbos, fazer uso da regência nominal e verbal e da sintaxe.

Para Coseriu, não é possível ensinar o sistema lingüístico sem recorrer aos níveis de NORMA e FALA, ou apenas considerando uma única NORMA – a padrão, porque a língua é instrumento de comunicação colocado a serviço de uma gama variada de falantes, que por sua vez fazem variados empregos das suas possibilidades comunicativas, e falar uma língua é principalmente compreender os enunciados emitidos pelos outros falantes dessa língua, é estar preparado para captar as distinções feitas por seus interlocutores, ainda que o próprio usuário não as realize. Para tanto, é necessário conhecer as possibilidades que esse SISTEMA oferece, o que só se consegue através da observação da formação de inúmeras variantes encontradas nos atos da FALA, e que ao se acrescentar a esta o estudo das diversas normas e sub-normas estaremos criando condições para o estudo da constituição da GRAMÁTICA desse SISTEMA, levando-nos a recorrer a Barbadinho Neto (1977:81), que oferece as seguintes conclusões sobre o objeto do nosso estudo:

> 1ª) "O sistema da língua do Brasil, no seu conjunto, ainda é o mesmo do de Portugal, sem embargo das leves diferenças de norma e da nítida existência de um estilo nacional americano e um estilo nacional português;
>
> Com tal asserto se coaduna o pensamento de Mário de Andrade: "Na verdade apesar das aparências e da bulha que fazem agora certas santidades de última hora, nós estamos ainda atualmente escravos da gramática lusa como qualquer português. Não há dúvida nenhuma que nós hoje sentimos e pensamos *o quantum satis* brasileiramente (O Movimento Modernista, pp. 49-50).
>
> 2ª) Língua escrita e língua falada são, ainda hoje, por sem dúvida, duas entidades cujos limites não foram desmarcados pela geração irrequieta de 22";
>
> 3ª) O levantamento das inovações modernistas e sua contribuição à gramática portuguesa projeta luzes sobre a natureza ao mesmo tempo independente e dependente da dicotomia *langue/parole*. Sendo esta realização daquela, e a *langue* condição da *parole*, pode, entretanto a *parole* realizar-se sem destruir o edifício da *langue* saussuriana".

A exposição da teoria de Coseriu e as conclusões de Barbadinho Neto levam a outra indagação: Haveria uma gramática latente dessa língua?

Considerando que o termo *Gramática* abrange uma gama de conceituações, entre as quais, segundo o *Novo Aurélio*, "arte de falar e de escrever bem em uma língua", "estudo ou tratado que expõe as regras da língua-padrão", "conhecimento internalizado dos princípios e regras de uma língua particular", a observação das principais regras da língua que se usava no Brasil imediatamente pós-Independência levou Macedo Soares a reclamar que já era hora de escrever como se falava no Brasil, evidenciando com esta chamada que os usos lingüísticos do falante brasileiro do final do século XIX apresentavam um material singular, diferente, que não apareciam nos escritos. Concluía, assim, que havia uma gramática "latente" dessa língua e que esse material, do qual os românticos tiraram a seiva para construir os primeiros rudimentos da literatura brasileira, deveria ser registrado. Retomado pelos Modernistas,

finalmente encontrou-se uma forma de acomodar esses registros à língua literária com o aproveitamento estilizado da língua coloquial, encontrando-se finalmente uma nomenclatura mais afinada com o pensamento dos brasileiros.

Inquirido se haveria uma "gramática brasileira", Sousa da Silveira, filólogo dos mais respeitados, respondeu:

> Restabelecido o equilíbrio de idéias e de ação depois da onda do Modernismo, talvez em breve se possa organizar a "Gramática Brasileira", isto é, a gramática da modalidade brasileira da língua portuguesa, gramática que orientará para escrevermos uma língua literária não muito afastada nem da nossa língua falada pelas pessoas cultas nem da língua literária de Portugal (apud Senna, 1953:32).

Entende-se que Sousa da Silveira encontrou resposta nos supostos erros dos escritores românticos, principalmente em estudo sobre a poética de Casimiro de Abreu, notando-lhe os torneios lingüísticos e a sua oralidade, e na modalidade da língua adotada pelos modernistas, incentivados por Andrade, fundamentado em estudos lingüísticos mais avançados, e apoiado na questão do estilo, tão trabalhada por Alencar.

Uma leitura atenta na obra de Alencar e de Andrade leva-nos a encontrar resposta a outra pergunta que ainda hoje inquieta: Afinal, teriam eles tentado realmente criar uma "língua brasileira"?

Tomando-se o pós-escrito à 2ª. edição de *Iracema* (v.3, p. 309-320), de início Alencar se confessa "inteiramente preocupado da idéia ou do *estilo*" (naturalmente o estilo brasileiro);

"...o ditongo, pela regra de *nossa gramática*" (subentende-se *Gramática da Língua Portuguesa)*;

"não me conformo com as regras no emprego da preposição "á", por avessa à índole da *nossa língua*" (língua portuguesa);

"formam o espírito de *nossa língua* em matéria de acentuação";

"Que *a tendência, não para a formação de uma nova língua*, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável";

"Se *a transformação* (...) importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se *importa, como eu penso, uma elaboração para a sua florescência...*";

"Os *nossos melhores clássicos*",

Em *Diva* (v.1, p. 561), quando trata do estilo: "Mas para que outro argumento além daquele que nos oferece *a mesma língua*?

Na *Questão filológica* (v.1, p. 950), estão: "Aí invocando a lição da *língua matriz,* mostrei...";

"Especialmente referi-me à incerteza de *nossa ortografia portuguesa*" (p.955).

“Temos do português idéia mais vantajosa e lisonjeira do que nossos irmãos de além-mar. Acreditamos que a essa língua não só está prometido o florescimento e restauração na terra heróica, onde a falou Nunes Álvares e a contou Camões, e onde agora se sucedem as gerações de notáveis escritores como foi destinada a servir de raiz a uma das mais belas e mais opulentas entre as línguas que dominaram na América, antes de um século” (*Cancioneiro*, v.4, p. 979- 981).

Como se depreende, em momento algum Alencar escreve em criar uma nova língua. Entendia, entretanto, que a língua portuguesa do Brasil passava por transformações (no léxico, na sintaxe, na pronúncia, em novos modos de dizer, etc.). Andrade, por sua vez, deixa registrado em vários documentos que nunca pensou em criar uma língua brasileira, nunca teve “essa vaidade, esta veleidade: dou minha solução, que os outros tenham a coragem de fazer o mesmo e pronto” (apud Drummond, 2002:137); o seu ideal, a sua “intensão” era “ajudar a formação literária, isto é, culta da língua brasileira”, conforme confessa em carta: “Não quero que pense que estou imaginando uma língua nova” (apud Bandeira, 1998:69). Nesta mesma carta, sustenta que as suas sistematizações e os seus novos vícios de linguagem nada têm de apressados, pois representam 32 anos escrevendo em português, e que a sua intenção é dar uma nova roupagem ao português do Brasil com aproveitamento do léxico da terra, que poderia substituir com facilidade os lusitanismos, refletindo uma incorporação já processada na língua com os usos populares, como fizeram Dante e Camões, inspirados na língua vulgar de trovadores, cronistas e cantadores para modernizar o italiano e o português:

> Naqueles tempos se fazia tudo intuitivamente, é natural. Mas hoje não se pode mais fazer porque existe a crítica, existe a questão filológica bem estudada e em uso, existe a época enfim. Por isso o que eles faziam intuitivamente, hoje eu faço com crítica, sistematizações”(op. cit., p. 68).

Nestas intenções havia o desejo de “nacionalizar”, abrasileirar grafias de palavras terminadas em vogal nasal /ã/, como “Clã, com eme” (op. cit., p. 26) e sistematizar as suas posições, preocupado com os aspectos formais da literatura brasileira. A repercussão dessas idéias conduziram-no mais tarde a reformular algumas das suas teorizações: ratifica que a literatura brasileira afastou-se da influência portuguesa; distanciou-se da discussão do problema da língua “brasileira”, manifestando o pensamento de que a “língua brasileira inda não existe. No entanto na pronúncia temos já uma língua inteiramente apartada da fala *portuga*. Essa pronúncia e todas as fenomenologias fonéticas já nos teriam levado pra outra fala si não fosse reação erudita” (apud Pinto, 1990:135), preferindo chamá-la “língua nacional” (apud Bandeira, 1998:67).

Bandeira (1957:133), com quem Andrade trocou cartas por mais de vinte anos, sustenta que o escritor paulistano “na realidade não chegou a escrever uma só linha que fosse [da Gramatiquinha], e que o motivo de anunciá-la explica-o em carta a Sousa da Silveira:

> Eu anunciava o livro apenas pra indicar a todos que o que eu estava tentando não era tentado assim ao atá das recordações, mas uma coisa séria, sistemática e bem pensada. Nem isso valeu aliás. Até meus amigos íntimos imaginavam que eu estava orgulhosamente querendo... inventar a língua do Brasil. Mas eu previa, em principal, o perigo dos moços se lançarem em toda a sorte de facilidades, sem sequer pensar que fugir do erro português por muitas partes era ou podia ser cair no erro brasileiro. Não se contentaram de que eu caísse sozinho neste erro brasileiro, ficava tão fácil escrever (pra eles)... E caíram também, com a volúpia da incompetência, com a estupidez da facilidade, num mimetismo de desesperar. E a mim tudo isso doeu bastante, acredite, sofri muito. Tanto mais que eu não pretendia ficar em tantos exageros, que não passavam outra vez de novos exercícios de estilo. Estava dando um rebate, não podia gritar que esse rebate era falso! Estava forçando a nota...”

Nesse “forçar a nota”, Andrade buscou fundamentos que pudessem impulsionar os estudos lingüísticos no Brasil para a criação de uma *Gramatiquinha da fala brasileira*, que comportasse usos, sabor e intenções regionais com traços estilísticos próprios nossos, em comparação com a língua de Portugal. Um estudo que ainda carece do interesse dos nossos estudiosos e das autoridades, que não deveriam faltar com o apoio institucional para a uma tarefa que já tem os seus princípios rastreados há quase dois séculos. E dois séculos, na era em que vivemos, quando a Internet chega avassaladora na expansão e no domínio do conhecimento, é muito tempo.

Recorrendo aos ensinamentos de Oliveira (2003), depreende-se que Alencar e Andrade, cada um à sua moda e com os instrumentos lingüísticos e discursivos de que dispunham, romperam o contrato social com o tradicionalismo da gramática portuguesa, deram nova roupagem à língua literária do Brasil, um estilo novo, mas em momento algum se afastaram da língua que lhes é comum: a Língua Portuguesa, língua oficial também de outros seis países da comunidade lusófona: Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor Leste, cada uma dessas nações constituindo uma rica diversidade de falares.

CONCLUSÃO

Esta tese teve como proposta fazer uma aproximação entre as atitudes e as crenças que José de Alencar e Mário de Andrade mantiveram a respeito da língua do Brasil. Várias são as razões que nos levaram ao assunto, que vão desde a importância que suas obras representam no campo da estética literária, a curiosidade que o assunto desperta e os caminhos que percorreram para a construção de uma língua literária com as cores e o jeito do Brasil. Procurou-se mostrar duas trajetórias por vezes divergentes e conflitantes, mas onde se pode vislumbrar a personalidade forte de cada um refletindo na cultura do Brasil e na literatura moderna que se pratica entre nós. Verificamos como estes dois notáveis escritores se apropriaram da língua do colonizador para desvincular a literatura do Brasil, "começada com a independência política", da que se praticava em Portugal, que a partir daquele momento histórico passa a destoar "no meio destas florestas seculares, destas catadupas formidáveis, destes prodígios de uma natureza virgem, que não podem sentir nem descrever as musas gentis do Tejo ou do Mondego", como assinala Alencar. Vimos como o escritor romântico, motivado pela efervescência daquele momento único, registra, na boca dos seus personagens, os torneios lingüísticos que então afloram, a pronúncia mais suave da nossa fala, as variantes que esta língua começa a apresentar num cenário que tem como pano de fundo a natureza, os índios, a miscigenação, os costumes de uma nação na primeira infância da sua literatura. Para marcar este momento de antítese e de ruptura com o modelo português, trouxemos à luz estudos teóricos de Alencar, as suas "opiniões em matéria de gramática" e de língua, mais tarde retomadas por Andrade nas comemorações do centenário da Independência. Em seguida, abordamos a radicalização de Andrade na busca de uma expressão literária, com a proposta de escrever em "língua brasileira", mas no firme propósito de "não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal". Rastreamos seus prefácios e notas com as sistematizações que observara nos "erros diários de conversação, idiotismos brasileiros e sobretudo psologia (*sic*.) brasileira", os lugares-comuns, os brasileirismos indiscretos, a colocação pronominal "acintosa". Recorremos às cartas trocadas com Manuel Bandeira e Carlos Drummond de

Andrade, pela importância que o seu conteúdo assume nos estudos da língua do Brasil. Embora radical nas suas atitudes lingüísticas, vimos um Mário de Andrade perplexo com a complexidade e com o rumo que as suas idéias tomaram naquele cenário modernista, desenvolvendo-se e fugindo ao seu controle no primeiro momento da discussão, para depois então amoldá-las, colocá-las à disposição dos seus contemporâneos para "maior verdade e exatidão de expressão".

Tivemos a preocupação de projetar e alinhar o estudo sob a estrutura de quatro trabalhos acadêmicos, desenvolvidos ao longo do curso de Doutorado, conforme recomendara o Orientador. Ao optarmos pelos cursos *O português escrito no Brasil: a língua literária*, e *O idioma brasileiro: formação e atualidad*e, este desenvolvido em dois períodos, já tínhamos claramente desenhado o perfil e o *corpus* da tese. À exceção do Capítulo 3, originariamente *Atalhos lingüísticos que o brasileiro emprega para ocultar juízos ou pensamentos*, aproveitado praticamente na íntegra, destinado ao curso *Aspectos da textualidade e produção de textos*, sentimos necessidade de ampliar os demais estudos, fornecer-lhes corpo e substância. Assim, reforçamos o Capítulo 1 com informações sobre a contribuição de outros povos e as transformações que a língua portuguesa passou a apresentar no Brasil. O Capítulo 2 teve alteração substancial, uma vez que o trabalho original, *A língua literária do Brasil*, trazia alguns aspectos relevantes de como Alencar e Andrade abordaram a questão da língua literária, quando traçamos uma rápida trajetória literária do romantismo ao modernismo, passando pelo pré-modernista Lima Barreto, outra voz dissonante no Brasil pós-Independência. Ao reformularmos este capítulo, buscamos informações complementares sobre a língua literária do Brasil-Colônia, procurando trazer a voz de alguns nomes com as primeiras manifestações de uma língua que começava a afastar-se do paradigma do português de além-mar. Não poderíamos deixar de lado a discutida questão do "dialeto brasileiro", sem dúvida um dos assuntos que mais impulsionou os nossos escritores no desejo de mostrar que a variante brasileira trazia luz própria. Voltamo-nos para a questão da língua literária e, em seguida, trouxemos dois textos ilustrativos, de um lado a arte de Machado de Assis, marcando o movimento realista, e do outro a prosa moderna de Rubem Fonseca.

O Capítulo 4, originariamente desenvolvido com algumas sistematizações de Andrade sobre a "língua brasileira", é o que maior intervenção apresenta. Acrescentamos as sintonias e antinomias que marcaram a personalidade, o caráter e a arte dos dois, passando posteriormente pelas atitudes e crenças que ambos mantiveram em relação à língua do Brasil. Nesta parte, centramos nossa atenção nos fatos gramaticais que mais aproximam as idéias de

Alencar e Andrade, particularmente a ortografia, a colocação pronominal livre, os neologismos e a regência verbal com a preposição “em”, estratégia que permitiu evidenciar a contribuição de ambos em prol da formação da língua literária do Brasil. Sentíamos que estas idéias deveriam compor um painel, que posteriormente se abriria em um leque, fomentado por leituras complementares não menos importantes de escritores, gramáticos, filólogos, recortes de jornais e revistas, enfim, tudo onde pudéssemos encontrar uma palavra, uma epígrafe ou um pensamento que remetesse ao assunto.

Todas as idéias trazidas para a tese, confesso, são produto da minha paixão pela leitura. Uma paixão que contribuiu muitíssimo para facilitar este trabalho, para permitir maior fluidez ao pensamento. Posso citar como exemplo o texto de van Dijk, base do Capítulo 3. Quando o li, imediatamente o associei aos livros *Minha vida de menina*, *Raízes*, e aos *Sermões* do Pe. Antonio Vieira. A partir de então, tudo ficou mais fácil. Não foi diferente nos demais capítulos. Comecei a observar que a riqueza do material poderia permitir-me deixar algumas pegadas com sutis sugestões de trabalhos, e assim o fiz com Alencar que, ao romper com a retórica da dominação, dá voz às minorias, representadas pelo índio e pelo africano; vi que os termos indígenas da sua obra podem servir de base para estudos do léxico, levando os alunos a refletir sobre a sonoridade da palavra, a sua materialidade e o poder mágico que a envolve. A uma leitura mais atenta, outras sugestões vão aparecendo, e que poderão ser bem aproveitadas, penso.

Ao abordarmos a questão da língua do Brasil, que acreditamos de interesse de toda a comunidade lusófona, ficou a consciência da complexidade da matéria e da importância de uma política educacional séria, prioritariamente voltada para um ensino de qualidade da Língua Portuguesa, capacitando professores, motivando-os com o acesso a livros, periódicos, eventos culturais, medidas que certamente refletirão nos seus alunos, levando-os a compreender com maior facilidade os diversos níveis e enunciados dessa língua e a expressar os seus pensamentos de forma clara, entender o que lêem e, principalmente, que vejam na Língua Portuguesa um instrumento de alicerce para o aprendizado de outros idiomas. Devemos direcionar os estudos da Língua Portuguesa do Brasil com pesquisas nas universidades sobre os pensadores brasileiros que se debruçaram sobre o assunto (Rui Barbosa, Gonçalves Dias, Carlos de Laet, Batista Caetano, Pereira da Silva, Euclides da Cunha, e muitos outros); revisar com medidas político-culturais o prestígio que os portugueses ainda hoje impõem à língua usada por eles, em detrimento dos nossos usos, hoje respaldados por lingüistas respeitáveis e insuspeitos da ordem de um Câmara Júnior e Antonio

Houaiss, e mais recentemente Marcos Bagno, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Fernando Tarallo, Carlos Alberto Faraco, Eni Orlandi; os filólogos Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Maximiano de Carvalho, Silvio Elia, Sousa da Silveira, Cândido Jucá Filho; gramáticos notáveis, como Rocha Lima, Othon Moacir Garcia, Said Ali, Evanildo Bechara, Antenor Nascentes, Celso Luft, Celso Cunha, Adriano da Gama Kury e outros; por escritores de grande domínio e conhecimento da língua portuguesa: Machado de Assis, Bernardo Guimarães, João Guimarães Rosa, Mário Palmério, Graciliano Ramos, José de Alencar, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Nélida Piñon, Raquel de Queiroz, muitos e muitos outros que tiraram da Língua Portuguesa do Brasil a força e o labor do seu fazer.

E mais Lygia Fagundes Telles, que narra em um artigo saboroso, sob o título *A língua portuguesa à moda brasileira*, que ao participar no México de um Encontro Internacional de Escritores, cada autor se apresentava lendo em voz alta uma página do seu próprio livro para que os demais participantes ouvissem a língua desse escritor.Ao ler o seu texto, fora abordada por uma escritora canadense que residira alguns anos em Portugal e ficara seduzida pela musicalidade do "português-brasileiro" de Lygia, mas estranhara o sensual da pronúncia, que não coincidia com o português fechado, mais forte que conhecera na pátria do idioma. Lygia tentou explicar as diferenças na escrita e na fala, e a partir desse encontro, preocupada em esclarecer essas diferenças, pesquisou e encontrou algumas definições sugestivas sobre a Língua Portuguesa do Brasil: "Um português com açúcar" (Eça de Queiroz); "A língua é portuguesa, mas o estilo é brasileiro"(Péricles Eugênio da Silva Ramo); "Língua portuguesa, mas ao modo brasileiro" (Paulo Sérgio Rouanet), levando-a a concluir que "o nosso português não é com açúcar mas com sal'. É um português com sal, "a língua com o sabor local", "tropical: o sal".

José Martiniano de Alencar e Mário Raul Moraes de Andrade, artífices da língua literária do Brasil, não viveram o suficiente para ver o resultado das polêmicas que travaram em torno da Língua Portuguesa/Língua Brasileira, as conseqüências de como suas atitudes e crenças, uma experiência pessoal, rica e intransferível, contribuíram para alçar a literatura do Brasil à condição de literatura universal. Ficou a certeza inconteste de que ao perseguirem suas convicções, mesmo que em dado momento se tenham afastado do caminho e praticado alguns equívocos, foi a Língua Literária do Brasil o maior legado que deixaram para as gerações que os sucederam.

.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. **Meios de Expressão e Alterações Semânticas**.Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1971, 3 ed.

_____ . **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

_____ . **Gramática Secundária da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1965.

ALENCAR, José Martiniano de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1958-1960, v. 1-4.

ALMEIDA GARRETT, João Baptista de. **A Restauração das Letras, em Portugal e no Brasil, em Meados do Século XVIII**. Revista de Língua Portuguesa, XXII, Rio de Janeiro, março, 1923.

ALVARENGA, Oneyda. **Mario de Andrade, um pouco**. Rio de Janeiro: J. Olympio, SCET-CEC, 1974.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo, criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

AMADO**,** Alonso. **Estudios lingüísticos.** Madrid: Gredos, 1972.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira.** São Paulo: Hucitec/INL/MEC,1982, 4 ed.

ANDRADE. Carlos Drummond; SANTIAGO, Silviano (Prefácio e notas). **Carlos & Mário: Correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.

ANDRADE, Mário de**. O Empalhador de Passarinho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

_____ . **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. Belo Horizonte: Martins, 1975.

_____ . **Amar, verbo intransitivo**. São Paulo: Martins, 1991.

_____ . **Poesias Completas.** São Paulo: Martins, 1985.

_____ . **Os contos de Belazarte**. Belo Horizonte: Itatiaia , 1980.

_____ . **O Movimento Modernista** (Palestra).In: BOSI, Alfredo.**O Movimento Modernista de Mário de Andrade.** Revista Colóquio/Letras. Ensaios, nº 12, Março 1973, p. 25-33.

ANDRADE, Oswald. **Manifesto da poesia pau brasil**. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 203-208.

ARANHA, José Pereira Graça. **Revista Cultura,** MEC, Janeiro a Março de 1972, Ano 2, nº. 5.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1962.

ASSUNÇÃO, Carlos; FONSECA, Maria do Céu. (Org.). **A Arte da Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeu**s. In RIO-TORTO et alii. (Org.). **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**. Porto: Faculdade de Letras, 2005, v. 1, p. 168.

AZEREDO, José Carlos de(Org.) **Língua Portuguesa em Debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2001.

AZEVEDO, Hilário; PINTO, Edith Pimentel e SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **José de Alencar – sua contribuição para a expressão literária brasileira.** Imbui: Cadernos da Serra.

BAGNO, Marcos (Org.) **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____ . (Org.) **Lingüística da norma.** São Paulo: Loyola, 2002.

BANDEIRA**,** Manuel. **Estrela da vida inteira.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982, 16 ed.

_____ . (Prefácio e notas). **Mario de Andrade: cartas a Manuel Bandeira**. São Paulo: Ediouro, 1998.

_____ . **Itinerário de Pasárgada**. Rio de Janeiro: São José, 1979.

BARBADINHO NETO, Raimundo**. Sobre a norma literária do modernismo.** Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1977.

BARBOSA, Francisco de Assis. **Achados do Vento.** Rio de Janeiro: INL, 1958.

BARBOSA, Maria Aparecida. **Léxico, Produção e Criatividade.** São Paulo: Plêiade, 1996,3 ed.

BARRETO, Afonso Henrique de Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Ática, 1998.

BARRETO, Mario. **Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Presença/INL/MEC, 1980.

BARROS, Diana L. P. (Org.). **Os discursos do descobrimento.** São Paulo: EDUSP, 2000.

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Lisboa: Editora 70, 1984.

BASÍLIO, Margarida. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1991, 3 ed.

BASTOS**,** Neusa Barbosa.(Org.) **Língua portuguesa em calidoscópio.** São Paulo: KDUC/FAPESP, 2004.

BAXTER, Alan N., LUCCHESI, Dante. **A relevância dos processos de pidgnização e crioulização na formação do língua portuguesa**, In: Estudos lingüísticos e literários. UFBA, 1997, nº 19.

BECHARA, Evanildo Cavalcanti. **José de Alencar e a língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Revista Brasileira, Fase VII, Ano IX, nº. 28, 2004, pp. 73-93.

_____ . **A língua portuguesa hoje**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Revista Brasileira, Fase VII, Ano IX, nº. 35, 2003, pp. 129-133.

BRAM, Joseph. **Linguagem e sociedade.** Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa.** Petrópolis: Vozes, 1970.

_____ . **Contribuição à estilística brasileira.** Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1977, 3 ed.

_____ . **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1972.

_____ . **Dicionário de Filologia e Gramática referente à língua portuguesa.** Rio de Janeiro: São Paulo: J. Ozon , 1964.

_____ . **Ensaios Machadianos.** Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta do Descobrimento**. Edição de base: A carta a El Rei D. Manuel. São Paulo: Dominus, 1963.

CAMÕES, Luiz Vaz de. **Sonetos**. Lisboa: Clássica, 1969, 4 ed.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira.** Belo Horizonte: Martins Fontes,1964.

CARDIM, Fernão. **Tratado das gentes e terras do Brasil**. Disponível em www.dominiopublico.com.br.

CARVALHO, Nelly. **O que é Neologismo.** São Paulo: Brasiliense, 1984, 2 ed.

CASCUDO**,** Luís Câmara. **Antologia do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 1969, 3. ed.

_____ . **Caldas Barbosa. Poesia**. Rio de Janeiro: Agir, Coleção Nossos Clássicos, 1972, p. 23.

CASTELLO, J. A. **Textos que interessam à história do romantismo**. São Paulo: Conselho Estadual de Literatura, 1963. In: Pinto, "O Português do Brasil", v.1, 1978:46-49..

CESAR, Guilhermino. **Historiadores e críticos do Romantismo. A contribuição européia: crítica e história literária.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP, 1978.

_____ . **A língua no Brasil.** Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

COSERIU**,** Eugênio. **Teoria Del Lenguaje y Lingüística General.** Madrid: 1967.

_____ . **Teoria da Linguagem e Lingüística Geral**. Rio de Janeiro/ São Paulo, Presença/ EDUSP, 1979.

_____ . **O homem e a sua linguagem**. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença, 1987.

COUTINHO, Afrânio. **A polêmica Alencar x Nabuco**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

_____ . **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sul-americana, 1968.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Celso Ferreira da. **A questão da norma culta brasileira.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

_____ . **Língua portuguesa e realidade brasileira.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

_____ . **Língua, nação e alienação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____ . **Uma política do idioma**.Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, 5ª. edição.

_____ . **Que é um brasileirismo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____ . **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1975, 2ª. ed.

CUNHA. Cilene (Org.) **Sob a pele das palavras.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

DIAS, Ana R. Ferreira. **O discurso da violência: as marcas da oralidade.** São Paulo: EDUC, 1996.

DIAS, Luz Francisco. **O nome da língua do Brasil: uma questão polêmica**. In: Orlandi, Eni (Org.). **História das idéias lingüísticas**. São Paulo: Pontes / Unemat, 2001.

DOURADO, Autran. **Breve Manual de Estilo e Romance**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DUCROT, Oswald. **Dizer e não dizer: princípios de semântica lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____ . **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ELIA, Silvio. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1989.

_____ . **O problema da língua brasileira.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

_____ . **Ensaios de Filologia e lingüística.** Grifo / MEC. 1963.

FÁVERO, Leonor Lopes; **KOCH**, Ingedore G. Villaça Koch**. Lingüística textual: Introdução.** São Paulo, 1983, 3 ed.

_____ . **Brasil-Colônia: O Discurso do Poder.** In: VALENTE, André (Org.). **Língua Portuguesa e Identidade: Marcas Culturais.** Rio de Janeiro: Caetés, 2007, p. 128.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A Dialetologia no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1994.

FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (Org.). **Línguas gerais: Políticas Lingüísticas e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

FREIXIEIRO, Fábio. (Org.). **Alencar. Os bastidores e a posteridade**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981, 2 ed.

GALVÃO, Jesus Bello. **Marco iniciante e realidade da literatura do Brasil (Propostas, conceitos e critérios)**. Revista Linguagem – UFF, Ano I, nº 1, 1978, p.12.

GARCIA. Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1965.

GUERRA, Gregório de Matos. **Define sua cidade**. Disponível em www.revista.agulha.nom.br/grego.htm.

HENRIQUES, Cláudio Cezar; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves (Org.). **Língua e transdisciplinaridade, rumos conexões e sentidos.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____ . Cláudio Cezar (Org.). **Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística**. Rio de Janeiro: Europa, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972.

HOUAISS, Antonio. **O Português no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1992.

_____ . **Sobre a linguagem de Vila dos Confins.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Revista do Livro, no. 9 e 10, 1958.

_____ . **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

_____ . **A crise de nossa língua de cultura**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983. In: Pinto, Edith Pimentel**. A língua escrita no Brasil**. Ática, 1992, 2. ed., p. 9.

HÜHNE, Leda Miranda. **A estética aberta de Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2002.

JUCÁ FILHO, Cândido. **A gramática de José de Alencar** (ciclo de cinco palestras ministradas no Colégio Pedro II em 1965, por ocasião do Centenário de "Iracema"), cópia.

JUDICE, Norimar et aliii (Org.). **Português em debate.** Niterói: Universidade Federal Fluminenses, 1999.

KEHDI, Valter. **Formação de Palavras em Português.** São Paulo: Ática, 1999, 3 ed.

LAPA, Manuel Rodrigues**. Estilística da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968, 5 ed.

LEITE Yonne; CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LIMA, Jorge Matheus de. **Poesias** Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. **A língua portuguesa e a unidade do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LOPES NETO, João Simões.**Contos Gauchescos**. Porto Alegre: Globo, 1976.

MACEDO, J. Manuel de. **A moreninha**. In: SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950, p. 256.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Lingüística e Humanismo.** Petrópolis: Vozes, 1974.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **José de Alencar e sua época**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1993, 2 ed.

MARTINS, Guimarães (Org.) **Catulo da Paixão Cearense – Luar do sertão e outros poemas escolhidos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998, 3 ed.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à Estilística.** São Paulo: EDUSP, 1989.

MELO, Gladstone Chaves. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1981;

_____ . **Alencar e a língua brasileira**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura,1972.

MELLO E SOUZA, Gilda. **O tupi e o alaúde, uma interpretação de Macunaíma**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MORAES, Emanuel de (Org.) **Manuel Bandeira: Seleta em Prosa e Verso**. Rio de Janeiro: J. Olympio/ INL/ MEC, 1971.

MORAES, Vinicius de. **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1968.

MORLEY**,** Helena**. Minha vida de menina.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963, 7 ed.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira** (1933-1974). São Paulo: Ática, Ensaios 30, 1977, 3. ed.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário da Língua Portuguesa,** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Imprensa Nacional, v. 1, 1961.

_____ . **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1972, 2 ed.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Clássica Editora, 1945.

OLIVEIRA**,** Helênio Fonseca de. **Como e quando interferir no comportamento lingüístico do aluno**. In: Júdice, Norimar et aliii..(Org.). **Português em debate**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 65-92.

_____ . **Colocação de pronomes: uma questão de política da língua.** In: HENRIQUES, Claudio Cezar (Org.). **Língua, conhecimento e aplicação. Estudos de Língua e Lingüística.** Rio de Janeiro: Europa, 2003, p.351-379.

OLIVEIRA, Ieda. **O contrato de comunicação da literatura infanto-juvenil.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

ORLANDI, Eni P. (Org.) **História das idéias lingüísticas.** São Paulo: Pontes, 2001.

_____ . **A língua brasileira**. São Paulo: Revista Ciência e Cultura, nº. 57, abril/junho, 2005.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves.(Org**.) Língua e Linguagem em Questão**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

PIEL, Joseph Maria. **Estudos de Lingüística Histórica Galego-Portuguesa**. Lisboa: N-CM, 1989.

PIÑON, Nélida. **As primeiras manhãs da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Revista da Academia Brasileira de Letras, 08 de agosto de 1996.

PINTO, Edith Pimentel. **História da língua portuguesa:** século XX. São Paulo: Ática, 1978.

_____ . **A língua escrita no Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

_____ . (Org). **O português do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1978- 1981 v. 1e2;

_____ . (Org.). **A gramatiquinha de Mário de Andrade**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

PIRES, Felipe Simões. *Gaúcho, o dialeto crioulo Riograndense.* Disponivel em www.orbilat.com.

PRATA, Mário. **Dicionário de Português Mario Prata: Schifaizfavoire:Crônicas lusitanas**. São Paulo: 2003, 21 ed.

PRETTI, Dino (Org.). **O discurso oral culto.** São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1997.

_____ . (Org.). **Análise de textos orais. "A língua falada e o diálogo literário".** São Paulo: FEELCH/USP, 1993.

PROENÇA, M. Cavalcanti. **Augusto dos Anjos e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Grifo/MEC, 1973, 2ª ed.

_____. **Roteiro de Macunaima.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1977, 4 ed.

_____ . (Org.)**Iracema.** São Paulo. EDUSP, 1979, 2 ed.

_____ . (Org.) **Iracema – Edição do Centenário, 1865 - 1965**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1965.

QUEIROZ, Rachel. **Carta a um editor português** (cópia), s/d.

REBELO, Aldo. **Culta, bela e ultrajada**. Projeto de Lei no. 1676 de 1999. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.

REVISTA CULTURA, MEC, Janeiro a Março de 1972, Ano 2, no. 5, p.12.

RIANI, Arilda. **Freqüência verbal em Primeiras Estórias e Tutaméia.** Monografia de Mestrado em Língua Portuguesa Rio de Janeiro, UERJ, 1998.

RIBEIRO, Agenor. **Contribuição da língua tupi e da jê ao português no Brasil**. Rio de Janeiro: 2004.

RIBEIRO, João. **A língua Nacional e outros estudos lingüísticos**.Petrópolis: Vozes, 1979.

_____ . Dicionário Gramatical. In: PINTO: Edith Pimentel. **A gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e contexto**. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p. 191.

RIO-TORTO, Graça Maria; FIGUEIREDO, Olívia Maria; SILVA, Fatima (Coord.). **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela** (v. 1 e 2). Porto: Faculdade de Letras, 2005.

ROBERTS & KATO (Org.). **Português brasileiro.** Campinas: UNICAMP, 1996,2 ed.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras Estórias.** Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1974.

_____ .**Tutaméia.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____ **Sagarana.**Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, 15 ed.

_____. **No Urubuquaquá no Pinhém**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, 4 ed.

_____. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982, 15 ed.

SAINDO DAS RUAS, Revista Ocas – Rio de Janeiro: nº. 34, maio de 2005, p.8-9.

SANTOS, Emmanoel dos. **Certo ou Errado? Atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SANTOS, Leonor Werneck (Org.). **Discurso, Coesão, Argumentação.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996**.**

SENNA, Homero. **Os problemas da língua brasileira.** Rio de Janeiro: INL, 1953.

SEVCENKO, Nicolau**. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Cia. das Letras, 2003, 2ª. ed.

SILVA, Maximiano de Carvalho. **Padre José de Anchieta, o "Apóstolo do Brasil".** Revista Confluência, nº 14. Rio de Janeiro: 1999, 2º. semestre.

SILVA**,** Rosa Virgínia Mattos. **O português do Brasil são dois... Novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola, 2004.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1950.

SILVEIRA, Regina Célia Pagliuchi. **Implícitos culturais: ideologia e cultura em expressões lingüísticas do Português brasileiro.** In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua Portuguesa em Calidoscópio**. São Paulo: KDUC/FAPESP, 2004.

SOARES, Maria Nazaré Lins. **Machado de Assis e a análise da expressão**. Rio de Janeiro: INL, 1968.

SOUSA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando. **Lições de Português**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964, 7 ed.

SOUZA, Gilda de Mello. **O tupi e o alaúde.** São Paulo: Duas Cidades.

SOUZA, Tânia C.C. de. **Aspectos da Historicidade da Língua Portuguesa falada no Brasil**. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). **História das idéias lingüísticas**. São Paulo: Pontes/Unemat, 2001, p. 159.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____ . (Seleção e apresentação.). **Tristão de Athayde: Teoria, crítica e história literária.** INL/MEC, 1980, p. 69.

TELLES, Lygia Fagundes. **Durante aquele estranho chá** .Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

URBANO, Hudinilson. **A elaboração da realidade lingüística em Rubem Fonseca**. São Paulo: FFLCH/USP, tese de doutorado, 1985, in **PRETTI,** Dino (Org.). **Análise de textos orais. "A língua falada e o diálogo literário"**. São Paulo: FEELCH/USP, 1993, p.152.

VALENTE, André. **Língua, lingüística e literatura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

_____ . **Aulas de Português: perspectivas inovadoras**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____ . (Org.). **Língua Portuguesa e Identidade: Marcas Culturais**. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso, conhecimento e ideologia: reformulando velhas questões**. In: HENRIQUES, Cláudio Cézar (Org.). **Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística**. Rio de Janeiro: Europa, 2003, p 389-413, trad. Tânia M.G.Sheperd (UERJ).

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira.** Lisboa: 1929.

VIEIRA, Antônio. **Sermões.** São Paulo: Américas, 1957. v.1-4. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972, p. 161.

www.dominiopublico.com.br

www.orbilat.com

www.revista.agulha.nom.br/grego.htm

www.camara.gov.br/sileg/integras/153443.pdf

www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=acordo-historia